



**Ingrid de Faria Gomes**

***“É para a proteção da criança e do adolescente”:  
o conselho tutelar sob disputas no novo conservadorismo brasileiro***

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Prof. Dr. Pedro Pinheiro Teixeira  
Orientador

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Pâmela Suélli da Motta Esteves  
Coorientadora

Departamento de Educação – UERJ/FFP

Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Culturas –  
PPGECC/UERJ

Rio de Janeiro,  
julho de 2024.



**Ingrid de Faria Gomes**

***“É para a proteção da criança e do adolescente”:  
o conselho tutelar sob disputas no novo conservadorismo brasileiro***

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Pedro Pinheiro Teixeira**

Orientador

Departamento de Educação – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Pâmela Suélli da Motta Esteves**

Coorientadora

UERJ

**Prof. José Antonio Miranda Sepúlveda**

UFF

**Prof.<sup>a</sup> Flávia Inês Schilling**

USP

**Prof.<sup>a</sup> Alicia Maria Catalano de Bonamino**

Departamento de Educação – PUC-Rio

**Prof. Marcelo Tadeu Baumann Burgos**

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Ingrid de Faria Gomes**

Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais – da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP, tendo sido bolsista da CAPES. Especialização em Educação Básica – Sociologia – pelo Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II. Doutora em Ciências Humanas – Educação – pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, tendo sido bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos em Educação, Diversidade e Controvérsias (Diversias) do Departamento de Educação da PUC-Rio, sob a coordenação do Prof. Dr. Pedro Teixeira. Atualmente, é professora substituta no departamento de Ciências e Fundamentos da Educação, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ).

#### Ficha catalográfica

Gomes, Ingrid de Faria

“É para a proteção da criança e do adolescente” : o conselho tutelar sob disputas no novo conservadorismo brasileiro / Ingrid de Faria Gomes ; orientador: Pedro Pinheiro Teixeira ; coorientadora: Pâmela Suéli da Motta Esteves. – 2024.

242 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2024.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Novo conservadorismo brasileiro. 3. Conselho tutelar. 4. Escola. 5. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. I. Teixeira, Pedro Pinheiro. II. Esteves, Pâmela Suéli da Motta. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. IV. Título.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Pedro Teixeira, meu querido orientador, a quem terei sempre a agradecer muito mais do que o resultado, em si, desta tese. Por todos os diálogos e ideias que atravessaram este trabalho, pela sua dedicada orientação e pelo seu apoio em tantas frentes.

À Pâmela Esteves, pela coorientação que abriu novas reflexões para esta tese, pela escuta sempre atenta e acolhedora, pela caminhada lado a lado, pela presença amiga.

Aos/às integrantes da banca avaliadora: às professoras Alicia Bonamino e Flávia Schilling; e aos professores José Sepulveda e Marcelo Burgos, agradeço muitíssimo por aceitarem participar desta banca. Também agradeço muito à Adrian Henriques e à Naira Muylaert por aceitarem compor a suplência desta banca.

Às/aos professoras/es do Departamento de Educação da PUC-Rio, especialmente à Zena Eisenberg, Alicia Bonamino e Maria Inês Marcondes, com as quais tive aula durante o doutorado e, que mesmo no contexto árduo da pandemia, em formato virtual, foram imprescindíveis. Agradeço muitíssimo, ainda, ao querido professor Renato Pontes, pela frutífera experiência em ter realizado junto à sua turma de graduação, o estágio docência na disciplina de Educação em Direitos Humanos.

Aos/às membros/as do Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidades e Controvérsias (Diversias), pelos encontros valiosos nas reuniões de segunda-feira ao longo de todos esses anos, que me oportunizaram ampliar o repertório acadêmico, e para além disso, por ser um espaço coletivo de acolhimento e afeto. Em especial, agradeço à Aline Machado e Caroline Maciel, pelo incansável apoio,

pela parceria de escrita e pela companhia nos estudos, com a nossa “biblioteca virtual”; à Amanda Moreira pela disponibilidade e paciente explicação sobre o *software* Atlas Ti e, assim como à Sara Gomes, pela leitura do material desta tese e pelas contribuições; à Mariana Fernandes e ao Fabiano Taranto pelo cuidadoso trabalho com a transcrição de parte das entrevistas desta tese; à Adrian Henriques, por tudo, tudo.

Às/aos funcionários/as da Biblioteca da PUC-Rio, por todo auxílio e solicitude sempre que precisei.

Aos/às conselheiros/as tutelares participantes desta pesquisa, pela colaboração com a realização do campo.

Aos/às estudantes da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ – *a comunidade febfiana* – e do Pré-Vestibular Popular do IFRJ, pelas partilhas, aprendizados e ampliação do pensamento.

Às professoras Debora Diniz, Karina Kuschnir e Rosana Pinheiro-Machado, pelas suas produções, que recorri incontáveis vezes, em torno da vida/escrita acadêmica – respectivamente, com a “banquinha”, o *blog* e a organização do curso sobre escrita acadêmica, disponibilizado no *Youtube* – que encheram de inspiração e de estímulo na experiência da pós-graduação.

À amiga Tatiana Bukowitz, por todo encorajamento, apoio e força para seguir firme.

Às queridas amigas Carolina Amorim e Rachel Romano, sempre presentes, por toda torcida e incentivo.

Às minhas grandes amigas Jessica Di Chiara, Stephanie Di Chiara, Giulia Rodrigues, Patrícia Marys, Maria Morena, Pilar Saldanha, Rajnia de Vito e Thaylla Frazão, por tudo nessa vida.

Ao meu afilhado Joaquim, por todo amor e alegria que reluz.

À minha família, pelo cuidado, compreensão e suporte.

## Resumo

Gomes, Ingrid de Faria; Teixeira, Pedro Pinheiro (Orientador). **“É para a proteção da criança e do adolescente”: o conselho tutelar sob disputas no novo conservadorismo brasileiro**. Rio de Janeiro. 2024. 198 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nesta tese, realiza-se uma investigação sobre as relações das forças do novo conservadorismo brasileiro com a atuação do conselho tutelar diante das demandas advindas da escola. O processo de escolha de conselheiros/as tutelares, ocorrido em território nacional em 2019, reafirmou disputas acirradas entre candidaturas aliadas a setores conservadores religiosos (principalmente católicos e evangélicos, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus) e a setores progressistas, interessadas em atuar no campo de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Os referenciais teóricos desta pesquisa articulam-se em torno de dois eixos: i) o avanço do novo conservadorismo brasileiro na educação, mobilizado por referenciais dos campos das Ciências Sociais e da Educação; ii) os atravessamentos entre o conselho tutelar e a escola pelos vieses de moralidades, punitivismo e judicialização. Em termos metodológicos, esta pesquisa, de abordagem qualitativa, foi orientada por cinco procedimentos, sendo estes: i) levantamento de projetos de lei no âmbito da Câmara dos Deputados, entre os anos de 2003 e 2020, que versam sobre o conselho tutelar; ii) levantamento e análise dos discursos provenientes do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), com ênfase em duas Secretarias Nacionais, a da Família e a dos Direitos da Criança e do Adolescente; iii) mapeamento do perfil dos/as conselheiros/as tutelares eleitos/as para a gestão de 2020 a 2023, na cidade do Rio de Janeiro, referenciado pela inspiração etnográfica digital por perambulação; iv) incursão pelos conselhos tutelares acompanhada de observação e de registros em diário de campo; v) entrevistas semiestruturadas com os/as conselheiros/as. O material empírico desta pesquisa foi analisado a partir do referencial da Análise de Conteúdo. Assim, esta tese evidencia que, no âmbito do Executivo, o MMFDH instrumentalizou, por meio do pânico

moral, a pauta dos direitos humanos de crianças e adolescentes sob o pretenso discurso de “proteção à infância” contra supostas investidas ideológicas. Aliado a isso, a permanente proximidade, o estabelecimento de vínculos e o enaltecimento da atuação de conselheiros/as, sobretudo, oriundos/as de municípios menores, configurou uma das estratégias de capilarização no fortalecimento de lógicas morais, familistas e antigênero, promovida pelo MMFDH. No escopo do trabalho de campo empreendido, foi possível identificar que o envolvimento de grupos conservadores e, mais especificamente a religião, é um ponto sensível. Com frequência, a proximidade dos/as conselheiros/as com igrejas evangélicas foi omitida durante as entrevistas. Há disputas entre conselheiros/as conservadores/as e progressistas com relação à atuação no conselho tutelar. Estas disputas reverberam, principalmente, no clima hostil de trabalho, que impacta na organização periódica das reuniões de colegiado, na intensificação da prática de denúncias entre os/as próprios/as conselheiros/as a instâncias superiores, e na aplicação de medidas protetivas dirigidas às crianças e adolescentes, ainda que em nome da suposta “proteção”, que, não raro, reforçam práticas de controle e de culpabilização sobre as famílias pobres. Por fim, ressalta-se que há conselheiros/as progressistas que traçam estratégias sensibilizadas para desmistificar as aproximações do conselho tutelar ao de um órgão policialesco e punitivo, como ainda é fortemente interpretado e propagado no ambiente escolar.

### **Palavras-chave**

Novo conservadorismo brasileiro; conselho tutelar; escola; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

## Abstract

Gomes, Ingrid de Faria; Teixeira, Pedro Pinheiro (Advisor). **“It is for the protection of children and adolescent”: the tutelary council under disputes in the new brazilian conservatism**. Rio de Janeiro. 2024. 198 p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In this thesis, an investigation is carried out on the relationship between the forces of the new brazilian conservatism and the performance of the tutelary council in the face of the demands arising from the school. The process of choosing tutelary counselors, which took place across the country in 2019, reaffirmed fierce disputes between candidates allied with conservative religious sectors (mainly Catholics and evangelicals, with emphasis on the Universal Church of the Kingdom of God) and progressive sectors, interested to work in the field of guaranteeing the rights of children and adolescents. The theoretical references of this research are articulated around two axes: i) the advancement of the new Brazilian conservatism in education, mobilized by references from the fields of Social Sciences and Education; ii) the crossings between the guardianship council and the school due to moral biases, punitiveness and judicialization. In methodological terms, this research, with a qualitative approach, was guided by five procedures, namely: i) survey of bills within the Chamber of Deputies, between the years 2003 and 2020, which deal with the guardianship council; ii) survey and analysis of speeches from the Ministry of Women, Family and Human Rights (MMFDH), with an emphasis on two National Secretariats, the Family and the Rights of Children and Adolescents; iii) mapping the profile of guardian councilors elected for management from 2020 to 2023, in the city of Rio de Janeiro, referenced by digital ethnographic inspiration through wandering; iv) incursion into tutelar council accompanied by observation and field diary records; v) semi-structured interviews with counselors. The empirical material of this research was analyzed using the Content Analysis framework. This thesis shows that, within the Executive, the MMFDH instrumentalized, through moral panic, the agenda of human rights for children and adolescents under the alleged discourse of “child protection” against



supposed ideological attacks. The permanent proximity, the establishment of links and the praise of the work of counselors, especially those from smaller municipalities, configured one of the capillarization strategies in strengthening moral, familistic and anti-gender logics, promoted by the MMFDH. Within the scope of the fieldwork undertaken, it was possible to identify that the involvement of conservative groups and, more specifically, religion, is a sensitive point. Often, the counselors' proximity to evangelical churches was omitted during the interviews. There are disputes between conservative and progressive counselors regarding their role on the tutelary council. These disputes reverberate, mainly, in the hostile work climate, which impacts the periodic organization of collegial meetings, the intensification of the practice of complaints between the counselors themselves to higher authorities, and the application of protective measures aimed at children and adolescents, even in the name of supposed “protection”, which, often, reinforce practices of control and blame on poor families. Finally, it should be noted that there are progressive counselors who outline sensitive strategies to demystify the approximations of the guardianship council to that of a police and punitive body, as is still strongly interpreted and propagated in the school environment.

**Keywords**

New brazilian conservatism; tutelary council; school; Ministry of Women, Family and Human Rights.

## Lista de figuras

Figura 1 –	Imagem junto à chamada sobre a eleição dos/as conselheiros/as tutelares que viria a acontecer em 6 de outubro de 2019	18
Figura 2 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 15 de maio de 2019	56
Figura 3 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 24 de agosto de 2019	60
Figura 4 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 8 de outubro de 2019	62
Figura 5 –	Imagem divulgada na pré-transmissão do evento sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência	78
Figura 6 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 28 de dezembro de 2019	80
Figura 7 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 31 de agosto de 2019	92
Figura 8 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 13 de julho de 2019	93
Figura 9 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 6 de setembro de 2019	100
Figura 10 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 6 de setembro de 2019	100
Figura 11 –	Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no <i>Instagram</i> , em 11 de dezembro de 2019	102
Figura 12 –	Conselhos tutelares da cidade do Rio de Janeiro	108

## Lista de tabelas e quadros

Tabela 1 –	Distribuição dos conselhos tutelares nos 10 bairros do RJ com maior pertencimento religioso evangélico de origem pentecostal	47
Quadro 1 –	Unidades de registro (temas iniciais)	51
Quadro 2 –	Estrutura esperada do conselho tutelar	104
Quadro 3 –	Unidades de registro – temas iniciais	106
Quadro 4 –	Projeto de Lei (PL) – Palavra-chave: “conselho tutelar”	193
Quadro 5 –	Projetos de lei sobre Conselho Tutelar propostos na Câmaras dos deputados (2003-2020)	194

## Sumário

1	Introdução	14
1.1	Justificativas	17
1.2	Questões de pesquisa	21
1.2.1	Questões secundárias	22
1.3	Objetivos	22
1.3.1	Objetivo geral	23
1.3.2	Objetivos específicos	23
1.4	Hipótese	23
1.5	Pressupostos teóricos	23
1.5.1	O novo conservadorismo na educação brasileira	24
1.5.2	A relação escola e conselho tutelar: moralidades, punitivismo e judicialização	33
1.6	Procedimentos metodológicos	39
1.6.1	Projetos de lei sobre conselho tutelar (2003-2020): levantamento, catalogação e análise	40
1.6.2	As influências do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) na atuação do conselho tutelar	43
1.6.3	Mapeamento dos perfis dos/as conselheiros/as tutelares (2020-2023) e entrevistas semiestruturadas	46
2	A atuação do MMFDH sobre as infâncias e juventudes no cenário do novo conservadorismo brasileiro	49
2.1	Constituição do corpus de análise	49
2.2	Damara Alves: dos bastidores do Congresso à popularidade	52
2.3	“Pró-família”: em defesa dos valores da família tradicional	55
2.4	“Pró-vida”: em nome da defesa da vida desde a concepção	59
2.5	Lógicas morais conservadoras	66

2.5.1	Contra o suposto “infanticídio indígena”	67
2.5.2	Sexualidade adolescente	76
2.5.3	Modificações no ECA, esvaziamento do CONANDA e conselho tutelar como nicho	82
2.6	Os sentidos da educação sob o acirramento das ofensivas antigênero	86
2.6.1	O combate à chamada “ideologia de gênero”	88
2.6.2	A defesa pelo homeschooling	93
3	“Ninguém quer tá ali”: estratégias de aproximação e incursões nos conselhos tutelares da cidade do Rio de Janeiro	103
3.1	Recortes do início de uma jornada	107
3.2	Descortinando o campo: entre idas e vindas	114
3.3	Realizando as entrevistas com os/as conselheiros/as tutelares	129
3.3.1	Os “não ditos” nas entrevistas	130
4	Expressões de disputas entre forças progressistas e conservadoras no conselho tutelar	134
4.1	A quem protege a proteção integral?: a noção de “proteção” em análise com as práticas cotidianas nos conselhos tutelares	140
4.2	Conselho tutelar como gestão de moralidades: a relação proteção-negligência	147
4.3	A relação escola e conselho tutelar	150
5	Considerações finais	158
6	Referências bibliográficas	165
	Apêndice A – Levantamento dos projetos de lei sobre conselho tutelar na Câmara dos Deputados (2003-2020)	193

Anexo A – Roteiro de entrevista com conselheiros/as tutelares	238
Anexo B – Carta de apresentação aos/às conselheiros/as tutelares	239
Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	240

# 1

## Introdução

Ao longo dos últimos anos no Brasil, é possível observar que a conjuntura política das manifestações de junho de 2013, do pós-eleição de 2014 e, sobretudo, do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que ocasionou na ascensão da posição de vice-presidente de Michel Temer ao cargo de presidente, marcaram um dado novo no campo religioso brasileiro: a consolidação dos evangélicos e pentecostais<sup>1</sup> como novos atores políticos no cenário político (Burity, 2018, p. 17). A participação de parlamentares autodenominados/as evangélicos/as na política partidária brasileira não constitui propriamente um fenômeno recente, contudo as suas posturas de ativismo político frente às agendas de disputa têm provocado crescente influências e impactos significativos no atual cenário político brasileiro. Esse ativismo político desencadeou, grosso modo, em retóricas anticorrupção, antipetista e antigênero que confluíram na eleição do capitão reformado Jair Bolsonaro à presidência em 2018, tendo sido o apoio do segmento evangélico decisivo para a sua ascensão visto que a diferença entre as regiões a favor de Bolsonaro em números absolutos foram os evangélicos (Almeida, R., 2019b).

---

<sup>1</sup> Segundo Mariano (2004), dada a complexidade e diversidade deste campo religioso, o pentecostalismo brasileiro foi ordenado por pesquisadores em três vertentes: i) a primeira, o pentecostalismo clássico que abrange como igrejas pioneiras, a Congregação Cristã e a Assembléia de Deus, ambas fundadas por europeus que se converteram ao pentecostalismo nos Estados Unidos, de onde vieram para evangelizar o Brasil em 1910 e 1911, respectivamente. Essas igrejas se caracterizavam pelo antecatólicismo, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo. Também com ênfase no dom de línguas (glossolalia), conforme a doutrina primitiva dessa religião; ii) o segundo grupo de igrejas foi iniciada no Brasil na década de 1950, com missionários norte-americanos que criaram a Cruzada Nacional de Evangelização, em São Paulo. Com ênfase na pregação da cura divina, atraiu multidões e difundiu o pentecostalismo brasileiro. Com a propagação de sua evangelização, foram fundadas outras igrejas (Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor e Casa da Bênção). Além da ênfase na cura divina, essa vertente foi notabilizada pelo intenso uso do rádio e pela pregação itinerante com o emprego de tendas de lona; iii) na segunda metade dos anos 1970, iniciou-se o neopentecostalismo, tendo as principais igrejas no país fundadas por pastores brasileiros, sendo elas: a Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo. Caracterizam-se por focar a guerra espiritual contra o diabo e seus representantes na terra, e a pregação da Teologia da Prosperidade, que difunde a crença de que o evangélico deve ter prosperidade material nos seus empreendimentos terreno, e a rejeição de usos e costumes de santidade pentecostais.

Cabe ressaltar que trata-se de parte significativa dos evangélicos trabalhando a favor de pautas moralizadoras, mas não a sua totalidade (Almeida, R., 2019b). “Um terço dos eleitores evangélicos votou em Fernando Haddad, o que revela um universo religioso com diversidade interna, apesar de existirem vetores predominantes” (Almeida, R., 2019b, p. 39). Em síntese, nem todos os conservadores são evangélicos; nem todos os evangélicos são conservadores (Almeida, 2017).

O desdobramento desses acontecimentos, que desde os meados de 2013 seguem em curso, desembocou no recrudescimento da atuação de forças de grupos conservadores, sobretudo, de setores evangélicos, que configura o que tem sido nomeado de “onda conservadora” no debate público (Almeida, 2017; Burity, 2018), de “novo conservadorismo brasileiro” (Lacerda, 2019) ou, ainda, “neoconservadorismo” (Lacerda, 2019; Vaggione; Machado, 2020).

Ronaldo Almeida compreende a “onda conservadora”, com ênfase na participação evangélica, composta por quatro linhas centrais de força social, a saber:

- a) a econômica, caracterizada pelo discurso do empreendedorismo, contrário às políticas compensatórias;
- b) a moral, marcada pela oposição aos direitos sexuais e reprodutivos, à igualdade de gênero e aos direitos LGBTQIAPN+;
- c) a repressiva/punitiva em reação à escalada da insegurança social;
- d) a interacional, relacionada com a qualidade e a intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político.

Esta análise se aproxima em diferentes aspectos da pesquisa realizada por Lacerda (2019).

Marina Lacerda (2019) argumenta que existe um movimento neoconservador brasileiro nos moldes existentes do movimento neoconservador estadunidense de tal forma que a atuação deste ideário do novo conservadorismo brasileiro, sobretudo fomentado pela direita cristã, se articula em torno das seguintes pautas:

- a) defesa de valores religiosos e da família tradicional;
- b) o punitivismo;
- c) o militarismo anticomunista;
- d) o neoliberalismo;
- e) a defesa sionista.



Vaggione e Machado (2020) argumentam que apesar das limitações, o uso do termo “neoconservador”, com destaque para o prefixo “neo”, enfatiza uma temporalidade específica, de ativismo religioso, marcada pela politização da reprodução e da sexualidade, cuja racionalidade política expressa uma forte moralidade regulatória, de oposição à igualdade de gênero e à diversidade sexual. Este prefixo contribui para distinguir este fenômeno nas democracias de hoje.

Em relação ao campo educacional, pesquisas acadêmicas têm evidenciado como a agenda neoconservadora ganhou espaço político-partidário e adeptos bem como têm reverberado no cotidiano das escolas (Sepulveda; Sepulveda, 2016), na produção de políticas públicas e curriculares educacionais (Lima; Hypolito, 2019; Sepulveda; Sepulveda, 2019), e na investida de projetos de lei em diversos âmbitos legislativos (Henriques, 2021).

As acusações de “doutrinação ideológica e partidária” empreendidas por meio da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural” por adeptos/as ao movimento Escola sem Partido além de serem manifestações que se opõem e criminalizam o propósito plural e democrático de reconhecimento e valorização das diferenças no cotidiano escolar, desqualificam o trabalho docente tornando-o alvo de censura, perseguição e discurso de ódio contra professores/as (Lima; Hypolito, 2019; Marafon; Souza, 2018; Penna, 2017).

Diante deste contexto sociopolítico brasileiro, esta pesquisa propôs investigar as possíveis influências do novo conservadorismo brasileiro – que atravessa, por diferentes vieses, o campo da educação – sobre os conselhos tutelares. Como recorte de investigação, interessa-nos as relações entre as escolas e os conselhos tutelares. O último processo eleitoral para o cargo de conselheiro/a tutelar, ocorrido em 2019, teve grande repercussão na mídia. Motivada, fundamentalmente, pelas disputas entre setores conservadores religiosos e progressistas, foram presentes as pautas de (anti)gênero, da família e de direitos humanos.

Atuando como órgão intermediário entre o Estado e a sociedade civil, o conselho tutelar recebe notificações encaminhadas pela escola tratando-se sobre a evasão escolar, o comportamento dos/as estudantes e as famílias dos/as estudantes, assim como as famílias dos/as estudantes também acionam o conselho tutelar com queixas sobre a escola (Lemos, 2011). A atuação do/a conselheiro/a se aproxima a de um/a mediador/a de conflitos escolares tendo em vista que uma das atribuições do conselho tutelar, que não é um órgão jurisdicional, é o atendimento das escolas

e das famílias. Esse atendimento envolve códigos morais, legais e éticos. Neste sentido, a presente pesquisa buscou investigar se o avanço conservador brasileiro influencia os discursos e as práticas de como os/as conselheiros/as lidam com as demandas encaminhadas pelas escolas. A hipótese principal deste trabalho indica que os grupos neoconservadores se articulam em torno de pautas de regulação da moral pública, mobilizando valores morais tradicionais, que reforçam a prática punitivista dos conselhos tutelares diante das demandas das escolas.

## 1.1 Justificativas

Esta pesquisa foi motivada pelo crescente avanço do conservadorismo na sociedade brasileira, com destaque para sua influência sobre os conselhos tutelares. Mais especificamente, suas práticas, discursos, encaminhamentos e procedimentos sobre as demandas provenientes da escola.

O efervescente período de processo eleitoral, ocorrido em 2019, para eleger conselheiros/as tutelares, nas condições de titular e suplente, em território nacional, colocou em evidência disputas acirradas entre setores conservadores religiosos (principalmente católicos e evangélicos) e setores progressistas. Este processo, que antes era desconhecido por parte da população, foi movimentado por parlamentares e militantes, de alas progressista e conservadora<sup>2</sup>, a publicarem em suas redes sociais mensagens conclamando os seus seguidores para votarem na eleição do conselho tutelar (Dantas; Leão, 2019). Neste contexto, os principais temas presentes na campanha dos/as candidatos/as referiam-se às pautas de gênero, de demandas LGBTQIA+ e de polarização política entre o bolsonarismo e a esquerda (Dantas; Leão, 2019). Essas questões contribuíram para alavancar a participação nas eleições, alcançando a expressiva marca de 107.841 eleitores na capital fluminense, mais que o dobro da eleição anterior, ocorrida em 2015, com 48.765 eleitores (Conselho [...], 2019)<sup>3</sup>. Segundo um levantamento extra-oficial feito por conselheiros/as a pedido do jornal El País, aproximadamente 65% dos conselheiros

<sup>2</sup> Como exemplo: o deputado federal David Miranda (PSOL-RJ); o ex-deputado federal Chico Alencar (PSOL); Fernando Brites, conhecido como Obreiro Fernando, candidato eleito para o CT 17.

<sup>3</sup> CONSELHO Tutelar: veja o resultado preliminar da eleição no Rio em 2019. **G1**, Rio de Janeiro, 8 out. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/08/conselho-tutelar-veja-o-resultado-da-eleicao-no-rio-em-2019.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

que tomaram posse em 2020, são ligados a denominações neopentecostais<sup>4</sup> (Alessi, 2020).

Na Folha Universal, que é o principal folheto de informação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), foi publicada<sup>5</sup> a imagem abaixo junto à chamada sobre a eleição dos/as conselheiros/as tutelares que viria acontecer mais adiante, em 06 de outubro de 2019, intitulada “Conselho Tutelar: é o nosso dever participar”.

Figura 1 – Imagem junto à chamada sobre a eleição dos/as conselheiros/as tutelares que viria a acontecer em 6 de outubro de 2019



Fonte: Conselho [...], 2019.

Esta chamada, enfatizada pelo incentivo de seus fiéis a participação na eleição, contou com a seguinte recomendação “É importante ter pessoas com valores e princípios e que, acima de tudo, tenham compromisso com Deus”. Na imagem, uma mão amparando uma família, que pressupõe estar sendo representada por uma configuração cisgênero, heteronormativa e branca, dentro do modelo hegemônico, nos convoca a pensar sobre a relação do conselho tutelar com as famílias dos/as usuários/as no contexto do novo conservadorismo brasileiro. Segundo Ribeiro (1996), a visibilidade social da família produzida pela atuação do conselho tutelar não é mera causalidade. Enquanto órgão encarregado da garantia e promoção dos direitos, o conselho tutelar é a instituição com condições legais de intervir nas diferentes formas de organização familiar e de se certificar de sua

<sup>4</sup> A maior expoente entre as igrejas neopentecostais é a Igreja Universal Reino de Deus (IURD).

<sup>5</sup> CONSELHO Tutelar: é nosso dever participar. **Igreja Universal do Reino de Deus**, São Paulo, 15 set. 2019a. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/conselho-tutelar-e-nosso-dever-participar/>. Acesso em: 1 set. 2023.

adequabilidade para o desenvolvimento da infância e juventude (Ribeiro, 1996, p. 5).

Após a eleição de conselheiros para o mandato de 2020-2023, outro acontecimento teve grande repercussão na grande mídia e redes sociais. Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro, agiu para impedir que uma menina de 10 anos tivesse acesso ao direito legal de interromper a gestação decorrente de estupro pelo seu tio (Vila-Nova, 2020). Conforme noticiado, Damares se reuniu com integrantes do ministério e aliados políticos para oferecer benefícios e ofertas de infraestrutura ao conselho tutelar local, inclusive, com a promessa da instalação de um segundo conselho tutelar para atender a região, em troca de maiores informações sobre o caso e do apoio de conselheiros/as para impedir o aborto (Damares [...], 2020)<sup>6</sup>. Esta interferência provocou outros desdobramentos como a divulgação da identidade da criança nas redes sociais pela ativista de extrema-direita Sara Giromini, mais conhecida como Sara Winter (Vila-Nova, 2020). Pelo fato de a criança não ter tido seu direito de anonimato resguardado, a família sofreu ameaças e diversos/as manifestantes contrários ao aborto foram à porta do hospital protestar e fazer orações (Vila-Nova, 2020).

Esses episódios citados evidenciam que o conselho tutelar tem sido visto como um espaço estratégico de disputa pelo conservadorismo religioso. Para fins de reflexão, interessa-nos colocar em discussão: o avanço conservador na sociedade brasileira influencia os modos como os/as conselheiros/as tutelares lidam com as demandas da escola? Quais as possíveis influências dessas mobilizações, durante o período eleitoral, na atuação dos conselheiros/as eleitos/as? Os/as conselheiros/as eleitos/as têm atuado em prol de pautas presentes em suas campanhas? Em outras palavras, a gestão dos/as conselheiros/as tem sido influenciada por suas posições conservadoras? Se sim, quais têm sido os efeitos produzidos sobre a administração de conflitos e a gestão das demandas escolares de crianças e adolescentes, pelos/as conselheiros/as tutelares?

---

<sup>6</sup> DAMARES diz que atuou no caso de menina de 10 anos estuprada para 'fortalecer a rede de proteção à criança'. O Globo, Rio de Janeiro, 21 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/damares-diz-que-atuou-no-caso-de-menina-de-10-anos-estuprada-para-fortalecer-rede-de-protecao-crianca-24651805>. Acesso em: 3 set. 2023.

No âmbito da relação escola, conselho tutelar e justiça da infância e juventude, Bett e Lemes (2020) apontam, com base em uma pesquisa realizada a partir do cotidiano de trabalho no Serviço Auxiliar da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ/PR), que apesar das queixas escolares estarem presentes no cotidiano do conselho tutelar, os encaminhamentos dados a elas pelos/as conselheiros/as são pouco explorados pelas pesquisas acadêmicas. Aliado a isso, constata-se que as demandas da escola assumem maior representatividade dentre as notificações que chegam ao conselho tutelar. Em termos quantitativos, Bett e Lemes (2020) identificam que:

Do total de 288 queixas escolares que chegaram aos conselhos, as mais representativas consistiram em: faltas (55,9%), notificação de alunos enfermos (7,29%), “gazejar” aula (5,90%) e queixas sobre comportamentos de alunos (5,55%). Os outros 25,36% representam diversas queixas tais como: baixo rendimento escolar, crianças cujos responsáveis não as haviam buscado na escola ao final da aula, suspeita de violência física intrafamiliar e abuso sexual, violência intraescolar (bullying, preconceito racial); pedido de encaminhamento a serviços especializados (psicologia, fonoaudiologia); violência praticada por professor contra aluno e suspeita de uso de drogas (Bett; Lemes, 2020, p. 5).

Em minha pesquisa de mestrado<sup>7</sup>, tendo como contexto o município de São Gonçalo (RJ), realizei entrevistas com os/as conselheiros/as tutelares e com as pedagogas que estavam atuando nos conselhos tutelares, e com a coordenadora e orientadora pedagógica da escola pública onde realizei observações, sob a orientação metodológica da pesquisa-intervenção (Rocha; Aguiar, 2003), inspirada no método da cartografia (Passos; Barros, 2009). Dentre os objetivos, me interessei em investigar a relação entre a escola e o conselho tutelar diante de suas demandas e os seus respectivos encaminhamentos. Essas demandas foram motivadas, principalmente, por questões como:

- a) a notificação da FICAI (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente);
- b) episódios categorizados como violências e indisciplinas entre estudantes e professores/as, e como *bullying*;
- c) insatisfação de famílias com professores/as.

Com esse conjunto de narrativas e observações, foi possível colocar em discussão que os atravessamentos entre a escola e o conselho tutelar, apesar deste

---

<sup>7</sup> GOMES, I. **Educar e punir**: a judicialização da vida escolar. 2019. 97p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/9909/1/Dissertacao%20Ingrid%20Gomes.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ser um órgão não jurisdicional, têm sido operados por lógicas judicializantes, “[...] que implantam a lógica do julgamento, da punição, do uso da lei como parâmetro de organização da vida” (Nascimento, 2014, p. 460).

Em termos de produções acadêmicas, a partir do levantamento bibliográfico preliminar realizado nas plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico* nos últimos cinco anos, foi possível constatar que apesar de existirem pesquisas científicas que abordam a temática do conselho tutelar por diferentes perspectivas, não foi encontrado nenhum trabalho que conjugasse a tríade de análise: conselho tutelar, escola e conservadorismo. Contudo, cabe um adendo, as produções levantadas contemplavam discussões, em geral, por dois eixos: 1) educação e conservadorismo; 2) escola e conselho tutelar, mas não a análise desses eixos em diálogo. Nesse sentido, percebemos que a proposta aqui delineada pode contribuir para dialogar com essa lacuna de análise e ampliar os debates no campo de pesquisa em educação, oferecendo subsídios que corroborem com o fortalecimento de um projeto de educação em direitos humanos (Candau, 2003).

Convém ressaltar que o nosso intuito de eleger o conselho tutelar como campo de pesquisa não é o de apontar julgamentos, reforçar parâmetros de verdade nem levantar denúncias e acusações, mas sim problematizar as práticas do conselho tutelar diante das demandas escolares, atentando-se para os elementos que compõem o avanço do novo conservadorismo brasileiro. Nessa esteira, reconhecemos a importância do conselho tutelar na garantia de direitos das crianças e adolescentes, tendo sido à época uma proposta inovadora, criada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por ser um órgão composto por membros da sociedade civil, com o propósito de desjudicialização das medidas dirigidas à infância e adolescência.

## 1.2

### Questões de pesquisa

Considerando as justificativas apresentadas para a pesquisa, a intenção principal desta proposta investigativa parte do seguinte questionamento:

- como o avanço do novo conservadorismo brasileiro influencia a atuação do conselho tutelar diante das demandas da escola?

### 1.2.1

#### Questões secundárias

Assim, outras questões relacionadas a esta podem ser destacadas como secundárias da pesquisa:

- por que o conselho tutelar se tornou uma instância de interesse dos grupos neoconservadores? Como esse interesse reverberou nas eleições dos/as novos/as conselheiros/as tutelares?
- Quais os sentidos e as lógicas presentes na atuação do conselho tutelar (conselheiros/as e equipe técnica) diante dos encaminhamentos realizados pela escola no atual contexto de novo conservadorismo brasileiro?
- Quais os procedimentos acionados pelo conselho tutelar para responder a tais encaminhamentos? Os procedimentos correspondem ao que está previsto oficialmente? Há influência dos valores ideológicos dos/as conselheiros para lidar com as demandas da escola? Quais as afinidades político-partidárias e ideológicas dos/as conselheiros/as? Essas afinidades interferem em suas práticas no conselho tutelar? De que maneira? Esses procedimentos estão sendo influenciados por valores conservadores?
- Quais os projetos de lei sobre o conselho tutelar têm sido propostos e mobilizados entre os anos 2003 e 2020 na Câmara dos Deputados? Qual a orientação (conservadora ou progressista) sobre o conteúdo desses projetos? Por quem tem sido propostos? Há um avanço conservador?
- De que maneira os projetos de lei em disputa se relacionam com as práticas judicializantes mobilizadas entre a escola e o conselho tutelar? Quais os desafios postos por esta realidade a uma Educação em Direitos Humanos?

### 1.3

#### Objetivos

A partir das perguntas norteadoras elencadas, foram traçados objetivos a serem alcançados na pesquisa.

### **1.3.1**

#### **Objetivo geral**

- Investigar as relações da ascensão do novo conservadorismo brasileiro com as práticas do conselho tutelar diante das demandas da escola.

### **1.3.2**

#### **Objetivos específicos**

- a) Identificar e analisar os interesses e motivações dos grupos neoconservadores sobre os conselhos tutelares;
- b) identificar e discutir as tendências das orientações (conservadora ou progressista) sobre o conteúdo dos projetos de lei relacionados com o conselho tutelar, propostos pela Câmara dos Deputados entre os anos 2003 e 2020;
- c) identificar as demandas escolares que chegam ao conselho tutelar e discutir se os procedimentos acionados pelos/as conselheiros/as sobre os seus respectivos desdobramentos são influenciados por valores conservadores.

## **1.4**

### **Hipótese**

A hipótese deste trabalho indica que os grupos neoconservadores se articulam em torno de pautas de regulação da moral pública, mobilizando valores morais tradicionais, que reforçam a prática punitivista dos conselhos tutelares diante das demandas das escolas.

## **1.5**

### **Pressupostos teóricos**

Para fundamentar a pesquisa, os referenciais teóricos elencados para a realização desta investigação articulam-se em torno de dois eixos estruturantes:

- a) discussão sobre o avanço do novo conservadorismo brasileiro na Educação, mobilizando referenciais dos campos das Ciências Sociais e Educação;



- b) discussão sobre os atravessamentos entre o conselho tutelar e a escola, pensando pelos vieses de moralidades, punitivismo e judicialização.

Sem o intuito de esvaziar a relevância desses equipamentos sociais enquanto instituições de proteção à infância e adolescência ou de levantar determinismos condenatórios, essas noções compõem referenciais teóricos, solidificados no campo, cujos desdobramentos contribuem para ampliar as interpretações e as problematizações em questão. Para tanto, iniciaremos a seção subsequente com um breve panorama da luta pelos direitos da criança e do adolescente no contexto da nova legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – “um instrumento político produzido no contexto da consolidação do Estado neoliberal brasileiro” (Scheinvar, 2009, p. 116) – que inaugura uma outra perspectiva de políticas públicas para estes segmentos da população.

### **1.5.1**

#### **O novo conservadorismo na educação brasileira**

A escalada neoconservadora dos últimos anos no Brasil repercutiu no campo educacional (Henriques, 2021; Lima; Hypolito, 2019). Nesta seção, trataremos sobre como as ideias e as ações do novo conservadorismo brasileiro (Lacerda, 2019) têm atravessado diferentes cenários da educação, acirrando as disputas no debate público, marcado pela polarização entre forças progressistas e conservadoras. Para isso, inicialmente, refletiremos sobre o avanço conservador vigente na conjuntura nacional (Almeida, 2017).

Ronaldo Almeida (2017, 2019a) identifica linhas de forças sociais em diferentes dimensões que compõem o que tem sido denominado como “onda conservadora” nos últimos anos no Brasil, com ênfase na participação de uma parcela significativa de grupos religiosos evangélicos (sobretudo, pentecostais) que atuam nas esferas pública e político-partidária, sendo estes “constituintes e constituídos” pela “onda conservadora”.

Ressaltamos que, segundo Almeida (2017), nem todos os evangélicos aderem a pauta conservadora, assim como o conservadorismo religioso não se limita aos evangélicos.

Por compreender que essa onda não é uniforme, mas que quebra em direções distintas e, portanto, a considera como uma “onda quebrada”, Almeida (2017, 2019) enfoca quatro principais linhas de força para compreender o cenário em questão:

- a) econômica;
- b) moral;
- c) securitária;
- d) interacional.

Apesar de terem direções distintas, essas linhas atuam de forma cooperativa e articulada, ainda que, por vezes, contraditórias, que resultam no que tem sido considerado como novo conservadorismo brasileiro. A seguir, será caracterizada cada linha de força que converge para essa “onda conservadora”.

A primeira linha de força se ramifica em dois níveis. No nível institucional, opõe-se às políticas públicas e sociais redistributivas dos governos petistas em prol de uma agenda economicamente liberal e em defesa do Estado mínimo. A exemplo disso, o Bolsa Família, programa de distribuição de renda, criado em 2003, que se baseia na concessão de bolsas a indivíduos abaixo de determinado patamar de renda, é visto como celebração ao clientelismo político e ao comodismo dos pobres para o trabalho. Isso pode ser percebido na expressão popular “dar o peixe ou ensinar a pescar?”, adotada quando se discute sobre a solução da pobreza. Já no nível individual, a disposição empreendedora e o esforço ativo são valores que se articulam com o incentivo religioso, propagado pela teologia da prosperidade neopentecostal, em nome de uma lógica meritocrática para justificar o sucesso material.

A segunda linha de força refere-se à disputa pela moralidade religiosa da vida pública e privada, protagonizada, com maior visibilidade nos últimos anos, pelos evangélicos pentecostais para maior controle dos corpos (transgêneros e pesquisas genéticas), dos comportamentos (sexuais e reprodutivos) e dos vínculos primários (casamento e adoção por pessoas LGBTQIAPN+) de tal modo que não influencie apenas o comportamento dos indivíduos, mas também a ordem legal do país (Almeida, 2017, 2019a).

E, ainda, segundo Almeida (2017, 2019a), as pautas de ordem moral têm sido mobilizadas de forma mais contundente no Poder Legislativo. Nos anos 1980, a entrada dos evangélicos na política institucional estava direcionada, com maior foco, para a captação de recursos para as redes religiosas (isenção de impostos e

concessões de meios de comunicação), mas desde 2013, com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara dos Deputados (CDHC) sendo presidida pelo pastor e deputado federal, Marco Feliciano, vinculado ao Partido Social Cristão (PSC), esse foco principal foi desviado para uma ação de regular e restringir a moralidade liberal e laica, sendo, notadamente, uma influência de moralidades do conservadorismo religioso.

Na terceira linha de força encontra-se “[...] uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado” (Almeida, R., 2019a, p. 209). A demanda por medidas mais repressivas e punitivas no exercício da política de segurança tende a encontrar um considerável apoio popular. A lei antiterror, a redução da maioria penal, a política de encarceramento, a revisão da lei do desarmamento, entre outras demandas securitárias, são pautas que vêm ganhando destaque e ampliam a ação repressiva e a violência legítima do Estado.

A quarta linha de força representa o reflexo da crise brasileira no plano do sistema político, pelo menos desde as manifestações de junho de 2013, sobre as interações sociais e as relações interpessoais, principalmente, entre os indivíduos mais mobilizados politicamente. Fomentadas pelas divergências e tensões em torno de temas políticos e morais, de acordo com Almeida (2019), vingança, fobia e ódio foram os termos mobilizados para descrever os afetos gerados pela “onda conservadora” entre os laços de amizade, de trabalho e de família. Esses afetos também ganharam maior visibilidade nas redes sociais digitais.

É possível colocar em diálogo a onda conservadora quebrada que atravessa aspectos econômicos, morais, securitários e interacionistas, conforme postulada por Almeida (2017, 2019), com o contexto do novo conservadorismo brasileiro discutido por Lacerda (2019), tendo em vista que o campo da educação representa uma arena de disputa e de interesses divergentes (Henriques, 2021).

Ao analisar os paralelos existentes entre o contexto global e a realidade brasileira, Lacerda (2019) argumenta que esse movimento político é uma reelaboração do movimento neoconservador que se consolidou nos Estados Unidos em torno da eleição presidencial de Ronald Reagan em 1980. De acordo com a autora, a coalizão neoconservadora estadunidense tinha como autor mais relevante,

a direita cristã. A sua atuação – sobretudo, composta pelos evangélicos – no projeto político conservador estadunidense decorreu de dois fatores decisivos:

- a) a reação ao avanço de pautas feministas e das demandas LGBTQIA+;
- b) o estímulo da nova direita secular, que já tinha como frentes o militarismo anticomunista, o tradicionalismo moral e o libertarismo econômico, para que a nova direita cristã integrasse a coalizão neoconservadora devido a capilaridade social do poder eleitoral dos evangélicos e de sua propensão às mesmas frentes da nova direita secular (Lacerda, 2019).

Considerada a “espinha dorsal” da coalizão neoconservadora estadunidense, segundo a autora, a direita cristã atuava em torno das seguintes pautas:

- a) a defesa de valores morais religiosos cristãos e da família patriarcal;
- b) o idealismo punitivo com a ideia de endurecimento penal como garantia da ordem interna;
- c) o militarismo anticomunista como garantia da ordem na política externa;
- d) a defesa sionista como parte da política internacional;
- e) o neoliberalismo como política econômica.

É diante da adaptação dessas principais frentes de atuação do neoconservadorismo estadunidense, surgido na década de 1970, que a autora traça um paralelo desse ideário político com as dinâmicas da política brasileira atual.

A “defesa da família tradicional” gira em torno da perspectiva essencialista de que as diferenças entre homens e mulheres na reprodução biológica determinam os papéis sociais da organização doméstica e do cuidado com os filhos. Para os neoconservadores, o feminismo, ao combater a ideia de as mulheres serem naturalmente destinadas à maternidade e à família, provocaria as disfunções sociais e a ameaça à vida. Se a família é uma instituição nuclear na sociedade, o feminismo era considerado o promotor da desestabilização da dominação masculina sobre a família. Para os neoconservadores, o fortalecimento da família tradicional patriarcal seria o melhor programa contra a pobreza, uma vez que a ausência de uma autoridade paterna para chefiar a família era a causa da delinquência juvenil, da gravidez na adolescência, da homossexualidade e da acomodação às políticas do Estado de bem-estar social. Por isso, os neoconservadores também atuaram contra a interferência do Estado no domínio familiar. Defendiam o *homeschooling* e uma série de outras medidas propostas pelos grupos pró-família vinculadas à educação, dentre elas:

- a) a restauração da “oração voluntária” nas escolas públicas;
- b) o ensino do criacionismo nas escolas;
- c) a eliminação de programas ou livros com conteúdos de educação sexual;
- d) a demissão de professores homossexuais (Lacerda, 2019, p. 42).

O fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero, segundo os neoconservadores, estão imbricados com a defesa do neoliberalismo como política econômica – outro tema que compõe a coalizão neoconservadora, tendo em vista sua implantação nos Estados Unidos a partir de 1979, com Reagan – porque as mulheres, de modo geral, têm menos renda e patrimônio que os homens, e como estão mais propensas a situação de maior vulnerabilidade, dependem mais das políticas públicas. A redução do Estado, como defende o neoliberalismo, contribuiria para reduzir a dependência da assistência social. Em contrapartida, essa dependência não seria necessária caso a família estivesse unida por valores morais rígidos e sendo autossuficiente. A família tradicional bem consolidada oferece laços sociais que compensariam os vácuos de assistência social deixados pelas políticas neoliberais. Lacerda (2019) destaca que o neoliberalismo e o neoconservadorismo têm diferenças pertinentes, por exemplo, o estímulo ao mercado em contraposição à produção de uma ordem orientada para a repressão dos desejos. Contudo, ambos convergem em variados sentidos. Em consonância com o pensamento de Wendy Brown (2006, p. 699-700 *apud* Lacerda, 2019, p. 228), “[...] o neoconservadorismo em parte é uma resposta à erosão da moralidade no capitalismo; trata-se de um preenchimento do vazio com valores morais rígidos, com a vantagem de serem esses valores opostos ao comunismo e à distribuição de renda”.

O “idealismo punitivo” expressa o uso rigoroso do poder coercitivo do Estado no investimento da “lei e ordem” contra a criminalidade. A criminalidade é vista como opção individual e não no contexto de explicações econômicas, políticas e sociais (Lacerda, 2019, p. 46). O desmonte do Estado de bem-estar, nos Estados Unidos a partir dos anos 1980, implicou o fortalecimento penal. A “guerra às drogas”, promovida por Reagan, foi um marco na intensificação de ações repressoras, na criminalização da pobreza e no encarceramento em massa. A questão do direito penal foi sendo a resposta aos problemas sociais. Com menor proteção social, o estado de “insegurança coletiva” clamou pelo agravamento das políticas de segurança, como a militarização e a posse de armas como soluções para os indivíduos se defenderem. O tratamento dado a pobreza é o direito penal. É um

ideário que também foi sendo incorporado por Bolsonaro, cujo um dos seus símbolos, na condição de presidente da república, é fazer sinal de arma com as mãos.

Quanto ao “militarismo anticomunista”, Lacerda (2019) argumenta que durante o governo de Reagan a política externa foi baseada no combate ao terrorismo internacional, associado ao comunismo e aos princípios anticapitalistas sustentados pela União Soviética, ainda, no contexto da Guerra Fria. Também nesse contexto, os Estados Unidos estimularam políticas de combate a governos de esquerda na América Latina. O “militarismo anticomunista” atuou como elemento de projeção de poder dos Estados Unidos e de difusão do capitalismo pelo mundo. Foi após o ataque às Torres Gêmeas em Nova York em 11 de setembro de 2001 que o neoconservadorismo ganhou impulso, uma vez que a reação militarista mudou o seu foco contra o comunismo para atuar contra o inimigo islâmico, acompanhada da demonização da religião não cristã.

Por último, outra frente do neoconservadorismo, que também compõe a agenda da política externa, é a “defesa de Israel” por parte da direita cristã. Apesar dos cristãos evangélicos terem sido uma fonte de antissemitismo ao longo da História, a sua aproximação com os sionistas foi motivada por afinidades estratégica e religiosa. A afinidade estratégica se deu em dois planos: na política externa, Israel foi um importante aliado dos EUA; na política interna, a direita cristã tinha forte capilaridade. Quanto a motivação religiosa, o “sionismo cristão” tinha origens na teologia do dispensacionalismo: uma interpretação bíblica de que a criação do Estado de Israel, como uma forma de devolução para os judeus, seria um sinal para o retorno de Jesus Cristo. Essa interpretação foi cultuada por propagandas e discursos em apoio à causa pelos meios de comunicação de difusão religiosa evangélica, assim como pelo próprio Reagan.

É possível identificar que a onda conservadora quebrada proposta por Almeida (2017) tem proximidades que se entrelaçam em muitos aspectos com o contexto do novo conservadorismo brasileiro, pautado nas adaptações e atualizações das ideias neoconservadoras norte-americanas, conforme argumentado por Lacerda (2019). É em diálogo com as análises desses autores que nos interessa discutir, a seguir, como o neoconservadorismo brasileiro se espraia no campo da educação.

Convém pontuar que o novo conservadorismo brasileiro possui conexões com o que alguns autores vêm nomeando como bolsonarismo (Freixo; Pinheiro-Machado, 2019), sendo este um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos valores tradicionais e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquela que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (Freixo; Pinheiro-Machado, 2019, p. 19).

Almeida (2019), ao elencar as quatro linhas de forças, não as pensa como vetores sociais que causaram a eleição de Bolsonaro, mas como vetores que atravessam a conjuntura brasileira pelo menos desde 2013 e que encontram na sua candidatura as melhores condições de representação. Assim como a ascensão neoconservadora na educação brasileira não é decorrente dos últimos dois anos. Pontuado esse adendo, iniciamos essa discussão lançando olhar para os acontecimentos no campo da educação sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, autodenominado com adesão do lema “conservador nos costumes, liberal na economia”.

A instabilidade ministerial ao longo do governo Bolsonaro, com ênfase no Ministério da Educação (MEC), mostra que três diferentes ministros da educação ocuparam esse cargo: Ricardo Vélez, que ficou quatro meses no cargo; Abraham Weintraub, que esteve por um ano e dois meses; e Milton Ribeiro, que ocupou o cargo de julho de 2020 até março de 2022. Antes da indicação de Milton Ribeiro, houve um outro ministro, o Carlos Decotelli, que teve a sua nomeação publicada, mas não chegou a assumir o cargo por conta de informações falsas divulgadas em seu currículo e de acusações de plágio na sua dissertação de mestrado<sup>8</sup>.

Milton Ribeiro, ex-ministro da educação e pastor evangélico da Igreja Presbiteriana, já proferiu publicamente declarações discriminatórias. Dentre elas, ao ser questionado sobre a importância da educação sexual na escola, o ministro respondeu que “o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do *homossexualismo* [...]” (Saldaña; Palhares, 2020, grifo próprio) vem, algumas

---

<sup>8</sup> O HISTÓRICO de polêmicas de Carlos Alberto Decotelli, que não será ministro da Educação. **BBC Brasil**, São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53242665>. Acesso em: 14 ago. 2023.

vezes, de “*famílias desajustadas*”<sup>9</sup>. O termo homossexualismo refere-se a doença e foi retirado da Classificação Internacional de Doenças há 30 anos pela Organização Mundial da Saúde. Além do desconhecimento do ministro sobre o termo correto para uma das possibilidades de classificação sobre a orientação sexual, a sua fala se aproxima das pautas de moralidade dos costumes e de defesa dos valores familiares orientadas ao padrão heteronormativo e patriarcal como instituições a serem preservadas, conforme apresentadas anteriormente, que endossam o novo conservadorismo brasileiro (Almeida, 2017; Lacerda, 2019). Outra figura, no âmbito do Ministério da Educação, que chama atenção por aproximação com essas pautas é a assessora especial, nomeada pelo ex-ministro, Inez Augusto Borges, que defende a aplicação de princípios bíblicos na educação<sup>10</sup>.

Na primeira semana de governo Bolsonaro, foi publicado o Decreto Federal 9.665/2019 (Brasil, 2019a), destinado a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares<sup>11</sup> vinculada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. A instituição do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (PECIM), lançado em 2019, foi uma parceria do MEC com o Ministério da Defesa.

Defensores/as do programa afirmam que a gestão militarizada das escolas públicas contribui com a solução para enfrentar a violência escolar e melhorar o desempenho escolar, em termos de rendimento dos/as estudantes sob o argumento de que os colégios militares apresentam bons resultados nos sistemas de avaliação, como o ENEM e o Ideb. É em nome de uma maior segurança do cotidiano da escola que essa proposta ganha apoio. Essa padronização também molda um controle ideológico da escola com a introdução de determinados valores. A modalidade de gestão proposta para as escolas militarizadas segue a lógica da securitização do cotidiano da vida dos/as estudantes (Carneiro; Sant’anna, 2018).

---

<sup>9</sup> SALDAÑA, P.; PALHARES, I. Declarações de ministro da Educação sobre gays e papel do MEC contrariam lei, dizem especialistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-e-desigualdade-educacional.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2023.

<sup>10</sup> ASSESSORA do ministro Milton Ribeiro defende princípios bíblicos na educação. **G1**, Rio de Janeiro, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/25/assessora-do-ministro-milton-ribeiro-defende-principios-biblicos-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2023.

<sup>11</sup> ESCOLAS cívico-militares serão implantadas sob demanda. **Brasil**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 4 abr. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74811-escolas-civico-militares-serao-implantadas-sob-demanda>. Acesso em: 15 ago. 2023.



A disputa pelo processo pedagógico, pelos parâmetros curriculares e pelas avaliações também é atravessada pela agenda neoliberal, protagonizada por investidas de grupos reformadores empresariais da educação, inspirados pela lógica empresarial. No ensino superior, destacamos o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – “Future-se”, destinado a mudar a gestão das universidades, que tem como base do programa, os três eixos condutores:

- a. gestão, governança e empreendedorismo;
- b. pesquisa e inovação;
- c. internacionalização.

A lógica do Future-se se apoia em um programa de privatização de bens patrimoniais e recursos públicos, reorganizando as universidades públicas em Organizações Sociais (OS), dependente do setor privado (Silva Júnior; Fargoni, 2020).

Diferente da pasta educacional, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, se manteve sob a mesma liderança, com a ministra Damares Alves, desde o início do governo Bolsonaro. Diferente de outros ministros, Alves não vivenciou nenhuma crise que a ameaçasse ser retirada do seu cargo. A ex-ministra seguiu sendo a expressão mais fiel da ideologia conservadora religiosa desse governo.

Logo que assumiu o seu mandato, Bolsonaro anunciou que umas medidas prioritárias no campo educacional seria a regulamentação do *homeschooling* no Brasil. Alves foi a principal porta-voz desta pauta, e não o ministro da Educação, apesar de ser um tema vinculado diretamente a esta pasta (Pichonelli, 2019). Trata-se de reafirmar a família como o âmbito privilegiado para a proteção e para o controle das crianças no sentido de supervisionar e conferir poder decisório às escolhas dos conteúdos escolares, em nome de uma suposta segurança.

O posicionamento de Angela Gandra, secretária nacional da Família do governo Bolsonaro, sobre a defesa do *homeschooling*, pautada na argumentação de ser um direito humano que defende a família como protagonista da educação dos filhos é algo que se conecta fortemente com campanhas lideradas por religiosos conservadores em diferentes países da América Latina, sob os slogans “#ConMisHijosNoTeMetas” e “A Mis Hijos Los Educo Yo” (Biroli; Quintela, 2021).

Para além das demandas de ordem moral, securitária e econômica sobre o campo educacional, é possível demarcar a atuação de forças socialmente

intolerante. A exemplo disso, movimentos direcionados à escola básica brasileira como o Escola sem Partido semeia a suspeita e a censura sobre os/as professores/as, fomentado por um discurso de ódio e de acusação de “doutrinação ideológica” (Penna, 2017).

### 1.5.2

#### **A relação escola e conselho tutelar: moralidades, punitivismo e judicialização**

A trajetória das políticas para a infância e a adolescência no Brasil abarca, a partir do século XX, três matrizes distintas de intervenção (Schuch, 2009):

- a) a matriz higiênico-sanitarista, destinada à produção de populações saudáveis e com hábitos civilizados (1900-1950);
- b) a matriz modernista, de desenvolvimento da nação (1950-1985);
- c) a matriz de direitos, que investe na proteção integral de crianças e adolescentes (1985 – atual).

Em 1927, foi promulgada a primeira legislação para esses setores da população: o Código de Menores. Característica da primeira metade do século XX, a aliança entre médicos e juristas fazia parte de um “movimento civilizatório” que visava o saneamento moral do meio social e o melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira (Schuch, 2009). A enunciação do termo “menor” estava relacionada não como um atributo relativo à idade, mas sim como categoria de hierarquização de direitos enquanto uma posição subalterna que evoca a “maioridade” como contraponto e enfatiza a posição desses indivíduos em termos legais ou de autoridade (Vianna, 2002). Frente à vertente do positivismo jurídico da época, a categoria “menor” era definida, primordialmente, em torno de sua situação de subordinação social pela pobreza (Scheinvar, 2012).

O cenário internacional do final da década de 1950, marcado pela realização de congressos e pela implementação de novas legislações internacionais<sup>12</sup> que enfatizavam a “infância universal”, acentuou a necessidade de um debate nacional sobre a transformação do Código de Menores de 1927, vigente à época. Esse contexto foi propício para pautar a relevância da participação comunitária na

---

<sup>12</sup> Como exemplos dessa internacionalização: O Código Pan-Americano da Criança, em 1948; o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), que havia sido criada em 1945; Direitos da Criança pela ONU, em 1959.

reflexão sobre as causas e soluções do problema do “menor”. Aliado a isso, a ideologia da modernização da sociedade brasileira pelo desenvolvimento econômico do país, pautada no slogan “50 anos em 5” do governo Kubitschek, deu visibilidade aos processos de fortalecimento da família burguesa e de sua nuclearização (Schuch, 2009).

Na legislação seguinte, o Código de Menores de 1979, o alvo das políticas ficou definido como o “menor em situação irregular”, “[...] categoria com referências explícitas à ideia de patologia social, com referências à falta de proteção familiar ou a famílias com dinâmicas não-hegemônicas de educação filial” (Schuch, 2009, p. 121). Apesar das tendências higiênicas terem perdido forças, as influências psicologizantes dos discursos médicos ainda se constituíam forte influências para a gestão da infância e juventude (Schuch, 2009).

O conceito de menoridade cristalizado no campo jurídico a partir dos Códigos de Menores (de 1927 e de 1979) para as políticas da infância e juventude, adveio fundamentalmente da prática policial antes de ser apropriada como categoria legal (Vianna, 1999). Conforme mencionado, não se vincula apenas à correlação etária, mas afirma uma subjetividade de abandono, de delinquência, de periculosidade ou de situação irregular (Nascimento; Cunha; Vicente, 2008).

A desconstrução do legado do “menor em situação irregular”, com críticas sobre o caráter repressor e autoritário desta classificação foi dado, inicialmente, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988. Marcado por lutas sociais e intensas discussões no âmbito de garantias democráticas, o Código de Menores de 1979 foi substituído por um novo parâmetro legal: o ECA, através da lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Inserido no contexto de redemocratização e de reorganização social, política e econômica após longos anos de regime ditatorial civil-militar no Brasil, o ECA emerge com a força de reivindicações de movimentos sociais e da mobilização da sociedade civil.

Tendo em vista os “[...] seus princípios em acordo com normativas internacionais de direitos humanos, o ECA foi festejado como uma lei democrática e ‘moderna’” [...] (Schuch, 2010, p. 76) por grande parte de profissionais e militantes envolvidos com a administração da infância e juventude. De forma pioneira, este instrumento legal anunciou mudanças para as políticas de assistência, proteção e garantia de direitos voltadas para a infância e a juventude brasileiras ao romper com o termo “menor”, substituindo-o por criança e adolescente como

aponta o seu artigo 1º: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Brasil, 1990, p. 13563).

Para além de uma mudança de nomenclatura, esse reconhecimento demarca uma nova perspectiva política para a população de 0 a 18 anos como “sujeitos de direitos” na pluralidade de condições sociais e individuais, suscitando mudanças significativas nas práticas para o seu atendimento. Seguindo a tendência da “universalização da infância”, a noção “sujeito de direitos” demarca o reconhecimento desses indivíduos ao direito à proteção integral articulada entre o Estado, a família e a sociedade. As modificações das formas de governo desse segmento da população, portanto, das práticas que constituem e geram a “conduta sobre a conduta” (Foucault, 1979), têm sido objeto de estudo antropológico em direção a análise das moralidades (Schuch, 2009)<sup>13</sup>.

O ECA propôs formas de gestão que condicionam as políticas para infância e juventude a serem elaboradas e executadas sob princípios democráticos, ao inserir nos mecanismos de gestão política, a sociedade civil organizada e diversas forças militantes. Essa nova política estabelece diretrizes de descentralização político-administrativa e a consequente articulação entre as entidades governamentais e não-governamentais, assim como entre os três níveis administrativos do país: Conselho Municipal, Conselho Estadual e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Scheinvar, 2004).

Scheinvar (2004) assinala que essa nova concepção de incluir a sociedade civil nas formas de gestão pública foi um investimento em uma construção democrática, mas por si só não garante as mudanças. Com a tradição política autoritária e paternalista no país, as instituições governamentais desconhecem práticas participativas, que incluem a população desde a sua formulação, e não só durante a execução. Por outro lado, mesmo a sociedade não tendo tradição de organização e de participação, considera que isso é demanda para “técnicos” e “especialistas”.

Dentre as formas de gestão propostas pelo ECA, tivemos o caso inovador da proposta de criação do conselho tutelar com atuação direta no município,

---

<sup>13</sup> Segundo Schuch (2014), o estudo antropológico da moral não é um projeto moralizador, mas trata-se de uma antropologia que toma a moral como objeto de estudo, que desestabiliza pretensões de considerá-la somente a partir de sua associação ao universo das regras, tal como proposto na tradição durkheimiana.

organizado em torno de cinco conselheiros/as eleitos/as pela população local, além de equipe técnica e de equipe administrativa. Em vez de reincidir no clássico assistencialismo, cada caso atendido pelo conselho tutelar é uma forma de oferecer alternativas aos conflitos que se apresentam sob uma perspectiva fundamentada no direito cidadão (Scheinvar, 2004, p. 144).

A criação desse órgão executivo municipal foi reivindicada para o exercício de uma prática não judiciária aos atendimentos de direitos violados (ou sob ameaça de violação), uma vez que cabe aos/às conselheiros/as tutelares, representantes da sociedade civil eleitos através de voto popular, atuarem com autonomia nas práticas de garantia de direitos infanto-juvenis. É uma instância permanente e autônoma. O conselho tutelar não apenas promove o atendimento não-jurisdicional a crianças e adolescentes, como também mobiliza redes diversas de instituições e agentes. Ao receber denúncias (muitas vezes anônimas), uma das ações do conselho tutelar é encaminhar casos aos órgãos públicos, às entidades de assistência social, da saúde, da educação, ao Ministério Público, ao Juizado da Infância e da Juventude ou a qualquer outro órgão que dispõe de serviços à sociedade para que os direitos sejam garantidos.

Com a mudança de contextos políticos e sociais a partir da década de 1980, houve uma tendência crescente à legitimação dos órgãos judiciais como agentes privilegiados para a resolução de conflitos individuais e coletivos. Assim, colocando em evidência um modo de governo que reforça as regulamentações legais e as intervenções sociais dos órgãos de justiça na efetivação de direitos, fenômeno nomeado como “judicialização da política pública” que ganhou relevância como perspectiva teórica e analítica no campo da sociologia do direito (Vianna *et al.*, 1999; Vianna; Burgos, 2005).

No cenário da efetivação de direitos e implementação de políticas públicas, a perspectiva da *judicialização da política* não é homogênea, pois não há consenso entre os autores em relação:

- a) aos métodos e técnicas de investigação da interpenetração entre política e justiça; b
- b) ) aos pressupostos analíticos e categorias de pesquisa e investigação empírica;
- c) c) aos referenciais teóricos de coleta e análise dos dados;
- d) d) ao grau e escala de investigação (Asensi, 2010, p. 38).

Apesar das variadas concepções teóricas e metodológicas de investigação sobre a judicialização, é possível assinalar perspectivas convergentes, sobretudo, o fato desta ideia corresponder a uma “invasão do direito sobre o social [...] O juiz torna-se protagonista direto da questão social [...] o cidadão volta-se para ele, mobilizando o arsenal de recursos criado pelo legislador a fim de lhe proporcionar vias alternativas para a defesa e eventuais conquistas de direitos” (Vianna; Burgos; Salles, 2007, p. 41). Neste sentido, o movimento de judicialização – seja da política, das relações sociais – trata-se do protagonismo do papel institucional do Judiciário na efetivação de direitos, tornando-o referencial de resolução de conflitos políticos e sociais. Asensi (2010, p. 43) salienta que essa centralidade do juiz como da instituição jurídica na efetivação de direitos tem ocasionado uma supervalorização da dinâmica judicial que tem sido operada em detrimento de reflexões sobre outras formas jurídicas e não-jurídicas de aplicação e efetivação de direitos.

Para pensar a relação escola e conselho tutelar no âmbito da discussão de garantia de direitos, Burgos (2020, p. 388) afirma que o conselho tutelar está em um lugar intersticial, entre a lógica normativa do direito e as moralidades do mundo da vida.

Na parte da análise que se circunscreve à percepção do direito da criança, fica evidente esse risco do CT se *autojudicializar*, o que não é sem consequências quando se considera que seu papel deve ser o de atuar como mediador entre o campo do direito e o mundo da vida, aproximando o sistema judicial de configurações que muitas vezes estão mergulhadas na moralidade das tramas familiares e nos conflitos que envolvem a vizinhança e a escola. A rigor, o CT pode ser entendido como um ator que atua na fronteira entre a judicialização e a juridicização (Burgos, 2020, p. 388).

Quanto ao conceito juridicização (da política e das relações sociais), refere-se às “[...] formas de atuação das instituições jurídicas que não remetem necessariamente a um processo de judicialização, mas que ainda assim realizam uma discussão jurídica sobre os conflitos e as relações sociais” (Asensi, 2010, p. 45). Em outras palavras, juridicização corresponde aos conflitos que não são levados ao Judiciário, mas que são discutidos sob o ponto de vista jurídico.

A título de exemplificação sobre a judicialização dos conflitos escolares, é possível destacar a pesquisa, de caráter qualitativo, desenvolvida por Goethel, Polido e Fonseca (2020), que teve como base a análise de oito processos judiciais de estudantes de Ensino Fundamental II. Tendo sido todos movidos pela escola, localizada na periferia de uma cidade do interior paulista, as infrações registradas

nos processos judiciais foram: dano, ameaça, vias de fato e desacato. O modo da escola de lidar com esses episódios de conflitos ocorridos no seu cotidiano foi através de encaminhamento/intervenção ao/do Poder Judiciário. Em todos os processos constava que a Polícia Militar foi acionada para intervir nos fatos ocorridos. Em um dos boletins de ocorrência, para exemplificar, o registro foi motivado por uma agressão entre dois estudantes, de 12 e 11 anos, dentro da sala de aula, sem terem causado lesões corporais um ao outro. Na manifestação ao juiz, o representante do Ministério Público, na figura do promotor, decretou a remissão aos envolvidos por avaliar o ato infracional sem gravidade. As pesquisadoras concluem que a judicialização dos conflitos escolares despotencializa a escola e sua equipe de sua autoridade educativa (Goethel; Polido; Fonseca, 2020).

Pesquisas, sobretudo, no campo da Psicologia (Marafon, 2015; Nascimento; 2014; Scheinvar, 2013) têm problematizado o distanciamento que o conselho tutelar tem assumido em relação ao seu objetivo inicial, quando foi criado, conformando-se como espaço de “governo de condutas”, atravessado por práticas punitivas e de judicialização.

Em outras palavras, tais pesquisas colocam em análise que embora a proposta de criação do conselho tutelar tivesse sido a criação de um aparelho que saísse do âmbito da “justiça”, ou seja, da prática jurídica de julgamento-punição, para defender os direitos, mas a sua existência está diretamente vinculada a uma lei, o que tem contribuído para a adoção de práticas semelhantes às da justiça. O fato de os direitos serem diretrizes legais e não terem sido inventadas outras práticas fora dos procedimentos e da lógica próprios ao Poder Judiciário tem levado à proliferação de pequenos tribunais institucionalizados (Scheinvar, 2012). Proposto como um órgão de garantia de direitos, o conselho tutelar não só corresponde às expectativas de demanda por julgamento e punição como, com sua prática, produz tal demanda (Scheinvar, 2012, p. 48). Há uma adesão coletiva na crença desses modos de sofisticação do controle como avanço na resolução de conflitos em nome de uma sociedade de segurança (Coimbra; Scheinvar, 2012).

O efeito punitivo não se concentra somente na modalidade de encarceramento. Para além da prisão, se dissipa nas múltiplas formas de castigo com o que Passetti (2006) chama *punição a céu aberto*. Trata-se de “[...] uma tecnologia de controle que opera não mais em lugares de confinamento fechados e/ou apartados de um fora, nem mesmo por uma delimitação territorial em relação

ao centro, mas por uma administração do território por seus próprios habitantes” (Augusto, 2009, p. 15).

A presença de câmeras de vigilância, de livros de ocorrência (Ratto, 2007), de conflitos enquadrados como *bullying* (Marafon, 2013), de encaminhamentos de situações-problema ao conselho tutelar e ao sistema de justiça que são codificados por advertências e sanções (Goethel; Polido; Fonseca, 2020) expressam institucionalizações de práticas sociais no espaço escolar relacionadas com a judicialização da vida. Conforme Nascimento (2014), a judicialização da vida pode ser compreendida como a construção subjetiva que implanta a lógica do julgamento, da punição, do uso da lei como parâmetro de organização da vida e o judiciário se estabelece como instância a qual não é possível se opor.

O cotidiano de trabalho no conselho tutelar é atravessado por um cenário de sofrimento e urgência por soluções, no qual não é raro chegarem demandas que convocam o conselho a responder como um lugar policialesco (Nascimento; Jashar; Barbosa, 2018). Outro aspecto relevante na relação escola e conselho tutelar diz respeito às referências negativas de medo sobre este órgão. A carga punitiva com que é referido o conselho tutelar pode ser expressado pelo temor a ele por parte de trabalhadores/as da educação, estudantes e suas famílias. A partir de entrevistas realizadas, Burgos pontua que conselheiros tutelares acusam a escola de propiciar a produção de uma imagem equivocada como “órgão repressivo”, deixando de fortalecer a ideia do conselho tutelar como órgão de proteção. Tal impressão compromete a possibilidade de complementariedade entre conselho tutelar e escola. Em contrapartida, professores/as pontuam que a relação com o conselho tutelar é muito concentrada na direção da escola, o que contribui para que a participação deste órgão na vida escolar atenda a uma dimensão exclusivamente institucional (Burgos, 2020, p. 380).

## 1.6

### Procedimentos metodológicos

Tendo em vista o problema delineado, as questões e os objetivos de pesquisa propostos, que se caracterizam pela análise da influência do avanço conservador na educação sobre a atuação do conselho tutelar, em termos metodológicos, esta



pesquisa, de abordagem qualitativa, foi orientada por cinco procedimentos para a composição do escopo de dados a serem analisados, sendo estes:

- a) levantamento e análise de projetos de lei selecionados que versam sobre o conselho tutelar;
- b) levantamento e análise de conteúdo de discursos provenientes do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- c) mapeamento do perfil dos/as conselheiros/as tutelares no Rio de Janeiro;
- d) incursão pelos conselhos tutelares acompanhada de observação e de registros em diário de campo;
- e) entrevistas semi-estruturadas com os/as conselheiros/as. Adiante, explicito cada etapa metodológica mencionada.

### 1.6.1

#### **Projetos de lei sobre conselho tutelar (2003-2020): levantamento, catalogação e análise**

A primeira etapa de cunho metodológico foi realizada concomitantemente às atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Diversias (PUC-Rio), coordenado pelo professor Pedro Teixeira, do qual faço parte. Essas atividades conjugavam um esforço investigativo coletivo de levantar iniciativas parlamentares apresentadas entre 2003 e 2020 na Câmara dos Deputados, a partir de diferentes temas que destacam os indícios do avanço do novo conservadorismo na educação. Para isso, foi organizada uma busca no site da Câmara dos Deputados<sup>14</sup> orientada por cinco blocos temáticos principais:

- a) Escola sem Partido e Doutrinação;
- b) Gênero, “Ideologia de Gênero” e Educação Sexual;
- c) Religião, Ensino Religioso e Criacionismo;
- d) Escolas Cívico-Militares e Patriotismo;
- e) *Homeschooling* (educação domiciliar) (Teixeira, 2020).

Ocupei-me dos temas Escola sem Partido e Doutrinação. Neste contexto, busquei investigar de maneira mais diretamente relacionada à questão do conselho tutelar, que é o meu interesse de pesquisa, com o intuito de identificar quais as

---

<sup>14</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Propostas Legislativas. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 10 jan. 2024.

pautas em torno do conselho tutelar têm sido propostas e por quais parlamentares elas têm sido reivindicadas bem como os argumentos e os valores mobilizados por esses/as agentes. Este procedimento visou levantar por qual alinhamento ideológico, seja mais inclinado ao caráter progressista ou conservador, que a questão do conselho tutelar tem sido pautada pelos/as parlamentares. Como recorte temporal, também elegi os anos de 2003 a 2020 por englobar diferentes tendências do cenário da política brasileira, para além da guinada à extrema-direita que repercute a ascensão neoconservadora no campo da Educação. Dessa forma, me interessou identificar se essa ascensão neoconservadora reverbera (e de que maneiras) na atuação do conselho tutelar diante das demandas da escola.

Tendo em vista que esse aparato teórico-metodológico tem precedente em pesquisa, no campo da Educação, que utiliza projetos de lei como materiais para tratamento qualitativo (Henriques, 2021), em um primeiro momento, realizei o levantamento dos projetos de lei no site da Câmara dos Deputados pelo mecanismo de “pesquisa simplificada”, tendo inserido a palavra-chave “conselho tutelar” em “Assunto”. A cada resultado encontrado que mencionasse “conselho tutelar”, era realizada a leitura da ementa e em casos que as ementas não mencionavam o termo “conselho tutelar”, era realizado uma leitura do inteiro teor do projeto de lei para identificar a sua relevância. Conforme isso foi sendo realizado, o projeto de lei, em seguida, era catalogado em uma planilha de dados<sup>15</sup>, criada no Excel, que foi organizada a partir das seguintes categorias:

- a) título da proposição;
- b) conteúdo da ementa;
- c) dados complementares sobre a ementa;
- d) autores/as e suas respectivas filiações partidárias;
- e) data de apresentação;
- f) situação de tramitação.

Nesta etapa, entre os anos de 2003 e 2020, foram encontrados 333 projetos de lei como resultados de busca no total. No entanto, foram selecionados 163 projetos de lei relacionados com o conselho tutelar. Convém destacar que esse resultado também engloba projetos de lei que tem o conselho tutelar como uma questão secundária. Por exemplo, projetos de lei que tratam da criação de programas

---

<sup>15</sup> Anexo A.

e políticas que contam com o conselho tutelar como um órgão de participação ou de fiscalização.

Posteriormente a criação da planilha, realizei uma “leitura flutuante”<sup>16</sup> (Bardin, 2016) do inteiro teor dos projetos de lei catalogados para identificar, de maneira geral, quais questões sobre o conselho tutelar estavam sendo pautadas. Em síntese, as questões em torno do conselho tutelar estão relacionadas com:

- a) a falta de estudantes nas escolas;
- b) as condições e garantias de trabalho do/a conselheiro/a;
- c) o socioeducativo;
- d) o processo de eleição e de candidatura dos/as conselheiros/as;
- e) as funções atribuídas ao conselho tutelar;
- f) a violência nas escolas;
- g) a distribuição (em termos quantitativos) de conselhos tutelares em municípios;
- h) a exploração e os maus-tratos contra criança e adolescente;
- i) a criação de programas que pontuam o conselho tutelar como um dos órgãos de participação/fiscalização de tal demanda.

Além dessas questões, há outras que aparecem de forma mais pontual e que dialogam com valores conservadores ou progressistas. Como exemplo de projetos de caráter securitário e punitivista podemos citar o PL 5.524/2009, de Márcio França (PSB/SP), arquivado, que propôs a concessão do porte arma aos conselheiros tutelares (Brasil, 2009) e o PL 2.935/2020, de Alexandre Frota (PSDB/SP), que foi apensado a outro projeto de lei, e que prevê que os estudantes que depredarem a escola devem pagar pelos danos, com o conselho tutelar devendo ser acionado, caso os pais não compareçam à escola (Brasil, 2020a). O caráter desses conteúdos explicita demandas que não foram inauguradas no nosso tempo presente nem se encontram estritamente em momentos específicos da história. Almeida (2017) e Lacerda (2019) argumentam que esses elementos de demanda securitária e de idealismo punitivo são marcas que compõem o novo conservadorismo brasileiro. Em contrapartida, há outros projetos de lei que miram

---

<sup>16</sup> A “leitura flutuante” compõe uma das etapas da fase de pré-análise, que é a primeira etapa do método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2016). Segundo a autora, consiste em estabelecer um primeiro contato com os documentos – no caso, os projetos de lei selecionados – para conhecê-los, “[...] deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2016, p. 126).

uma linha mais progressista, como o PL 3.822/2019 (Brasil, 2019e) e o PL 4421/2016 (Brasil, 2016), de Rubens Otoni (PT/GO) e Marco Maia (PT/RS), respectivamente, que estabelecem política de cotas de gênero nos conselhos tutelares.

A partir de uma análise empreendida, foi possível identificar que, no âmbito do Poder Legislativo, o conjunto de projetos de lei levantado não evidenciou uma tendência do avanço do novo conservadorismo. Portanto, avançamos para o âmbito do Executivo Federal.

### 1.6.2

#### **As influências do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) na atuação do conselho tutelar**

Nesta etapa metodológica, nos voltamos para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, à época chefiado por Damares Alves, a autodenominada ministra “terrivelmente cristã”<sup>17</sup>, para identificar as pautas, os argumentos e os valores mobilizados, no âmbito do Poder Executivo, sobre o conselho tutelar e a educação.

Logo após assumir a presidência da república, em 2019, uma das ações tomadas por Jair Bolsonaro foi renomear o Ministério dos Direitos Humanos, que passou a incluir os termos “Família” e “Mulher”, tornando-se, assim, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O novo nome dá destaque inédito à “família” e que vem associada, em seguida, com a “mulher”. Ambos os termos são pontuados no singular, indicando um caráter homogêneo sobre esses conceitos.

Damares Alves é advogada, pedagoga e pastora evangélica que atuou, por décadas, como assessora parlamentar de políticos ligados à Frente Parlamentar Evangélica, tendo sido, por último, ex-assessora parlamentar do pastor e ex-senador Magno Malta (PSC-ES), além de ser fundadora do “Movimento Brasil sem Aborto” e da organização não governamental Atini – Voz pela Vida<sup>18</sup>.

Neste ministério, é evidente a força das agendas, em “defesa da família” (movimentos anti-aborto e antigênero) e em defesa da moralidade pública, tendo o

<sup>17</sup> Em seu discurso de posse, no dia 2 de janeiro de 2019, a ministra Damares Alves afirmou que: “O Estado é Laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã” (Vivas, 2019).

<sup>18</sup> A ONG tem o objetivo de “promover a conscientização e a sensibilização da sociedade sobre a questão do infanticídio de crianças indígenas” (Borges, 2018).

espaço da escola como via fértil. Nesse caso, uma das pautas caras ao ministério é a primazia dos valores da família sobre o que é ensinado nas escolas. Dessa maneira, a ministra e o ministério atuam contra a “ideologia de gênero” e as influências LGBTQIAPN+ nas políticas públicas educacionais e a favor do *homeschooling* (ensino domiciliar) conforme as falas públicas e as postagens em redes sociais.

Sob a pasta da ex-ministra Damares Alves, nos interessou ter atenção, mais especificamente, com as políticas da Secretaria Nacional da Família (SNF), liderada pela advogada e católica Angela Vidal Gandra Martins e da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), comandada pelo evangélico Maurício Cunha<sup>19</sup>. Em uma breve observação pelas suas redes sociais, destacamos dois pontos:

- a. as postagens de Angela Vidal foram, constantemente, legendadas com a *hashtag* “#amorpelafamília”;
- b. os registros de Maurício Cunha em reunião com conselheiros/as tutelares de diferentes cidades do país, o que demonstra que há proximidade do ministério com esse órgão não-jurisdicional.

Além do intuito de delimitar a pesquisa, foram escolhidas essas duas secretarias<sup>20</sup>, respectivamente:

- a) a SNF, por atuar em defesa do *homeschooling* (ou “ensino familiar”, como nomeado pela secretaria) sob o argumento de “[...] regulamentar o legítimo direito dos pais de conferir a devida educação a seus filhos a partir do próprio lar” (Martins, 2021)<sup>21</sup>, por abranger uma unidade de

<sup>19</sup> AMADO, G. Damares coloca secretário evangélico no lugar de ex-petista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2019 [atualizado em 21 nov. 2019]. Época. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/damares-coloca-secretario-evangelico-no-lugar-de-ex-petista-1-24090387>. Acesso em: 3 set. 2023.

<sup>20</sup> Além dessas duas secretarias, o MMFDH é estruturado em seis secretarias, a saber: 1) a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), 2) a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), 3) a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI); 4) Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG); 5) Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNMP); 6) Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR). Informações levantadas em: BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Quem é quem. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 18 fev. 2019f. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/composicao/quem-e-quem>. Acesso em: 10 jan. 2024.

<sup>21</sup> Matéria escrita pela secretária nacional da família do MMFDH, Angela Vidal Gandra da Silva Martins, para o jornal Folha de S. Paulo. MARTINS, A. V. G. S. Ainda sobre homeschooling. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/05/ainda-sobre-homeschooling.shtml>. Acesso em: 15 set. 2023.

pesquisa intitulada “Observatório Nacional da Família”<sup>22</sup> e dentre os diferentes programas promovidos pela secretaria, destaca-se o projeto “Família na Escola”<sup>23</sup>;

b) já a SNDCA, por tratar, dentre as suas políticas, sobre o conselho tutelar<sup>24</sup>, englobando três ações e programas, especificamente, sendo eles:

- programa de fortalecimento de Conselhos:
- equipagem de Conselhos Tutelares;
- formação de Conselheiros Tutelares e Conselhos de Direitos;
- construção do Conselho Tutelar Modelo.

A partir desse mapeamento, nos interessou realizar uma análise das temáticas nos programas citados das secretarias e dos discursos do/a secretária em diálogo com os componentes do novo conservadorismo brasileiro, utilizando a análise de conteúdo (Bardin, 2016). Junto a esse material, também colocamos em análise, nesta perspectiva metodológica, o discurso de posse<sup>25</sup> proferido pela ministra Damares, realizado no dia 3 de janeiro de 2019.

Em suma, apesar de não identificarmos o avanço do conservadorismo no conselho tutelar a partir do levantamento dos projetos de lei da Câmara dos Deputados, esse fato oferece um indicativo de que esta atuação não está ocorrendo pelo legislativo, ao contrário de outras temáticas, como gênero e sexualidade (Henriques, 2021). Além disso, mesmo que não esteja ocorrendo no legislativo, isso não significa que o avanço do conservadorismo não atravessa os conselhos tutelares. Nesse sentido, ressaltamos a relevância de nos voltarmos para o MMFDH, pois tivemos fortes indícios dessa estratégia de atuação por via do Executivo.

<sup>22</sup> BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Observatório Nacional da Família. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia>. Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>23</sup> BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Programa Família na Escola. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, Brasília, DF, 2020b. Disponível em: [Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/familia-na-escola](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/familia-na-escola). Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>24</sup> BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ações de Educação em Equilíbrio Trabalho-Família. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, Brasília, DF, 25 set. 2020 [atualizado em 1 jul. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>25</sup> ALVES, D. Discurso de posse. In: CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DE CARGO À MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS, DAMARES ALVES, 2019, Brasília, DF. **Vídeo** [...]. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019f. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2Qz\\_tS6zofg&ab\\_channel=TVBrasilGov](https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg&ab_channel=TVBrasilGov). Acesso em: 15 set. 2023.

### 1.6.3

#### **Mapeamento dos perfis dos/as conselheiros/as tutelares (2020-2023) e entrevistas semiestruturadas**

A terceira etapa metodológica deste trabalho que se tratou, inicialmente, de um mapeamento do perfil dos/as conselheiros/as tutelares que atuam na cidade do Rio de Janeiro, eleitos/as para a gestão entre 2020 e 2023. O intuito deste mapeamento foi de uma aproximação inicial sobre o perfil desses/as futuros/as interlocutores/as para identificar aqueles/as alinhados com elementos que caracterizam pautas conservadoras ou progressistas. E assim, construir uma base na tentativa de eleger, posteriormente, de 15 a 20 conselheiros/as tutelares para realizar entrevistas semiestruturadas. De acordo com Rocha (2020), entrevistas semiestruturadas são uma técnica qualitativa utilizada para coletar dados, cuja natureza interativa possibilita aprofundar questões. É fruto da interação entre o/a pesquisador/a e o/a entrevistado/a, a ser guiada por um roteiro-base (Rocha, 2020). A nossa intenção era de que essas entrevistas fossem realizadas de modo presencial nos conselhos tutelares para que também fosse possível registrar impressões “estando lá” e as observações em diário de campo. Zago (2003) salienta a “[...] relação inseparável entre entrevista e observação” (Zago, 2003, p. 298) para complementar as informações “[...] e a condição de produção dos dados” (Zago, 2003, p. 298).

A composição dos dados neste mapeamento se deu via redes sociais dos/as conselheiros/as tutelares, com foco nos seus respectivos perfis no *Facebook*, que é a rede social mais usada por esse grupo, por meio de uma inspiração etnográfica digital por perambulação (Leitão; Gomes, 2017). São raros os/as conselheiros/as que têm algum perfil no *Twitter* e no *Instagram*. Não houve um monitoramento sistemático de postagens, mas sim, observações pontuais a respeito do conteúdo. O mapeamento citado foi registrado em formato de planilha no *Excel*, organizado a partir das seguintes categorias:

- a) zona do conselho tutelar;
- b) áreas de abrangência;
- c) nome dos/as conselheiros/as eleitos/as;
- d) apelidos;
- e) endereço nas redes sociais. Este mapeamento não foi anexado neste

trabalho para não comprometer a garantia do anonimato dos/as interlocutores/as da pesquisa.

Com base nos dados do último censo demográfico, realizado pelo IBGE em 2010<sup>26</sup>, Teixeira (2016) apresenta que houve crescimento pentecostal na última década em praticamente todo o país (com exceção de pequeníssima queda em áreas no interior de Rondônia), com destaque para o crescimento em São Paulo e Rio de Janeiro (Teixeira, 2016, p. 51). Abaixo, explico a tabela, elaborada por Teixeira (2016), que apresenta as dez áreas de ponderação do Censo com maior concentração de evangélicos de origem pentecostal na cidade do Rio de Janeiro, contexto de nossa pesquisa. A essa tabela, acrescento os conselhos tutelares que atendem esses respectivos bairros<sup>27</sup>.

Tabela 1 – Distribuição dos conselhos tutelares nos 10 bairros do RJ com maior pertencimento religioso evangélico de origem pentecostal

Bairros na cidade do Rio de Janeiro	Evangélico de origem pentecostal	Zona do conselho tutelar
Santa Cruz	24,8%	CT 10 - Santa Cruz
Complexo do Alemão	24,1%	CT 14 - Inhaúma
Paciência	23,8%	CT 10 - Santa Cruz
Cosmos	22,0%	CT 09 - Campo Grande
Inhoaíba	21,4%	CT 09 - Campo Grande
Fazenda Coqueiro, Jacaré e Coréia	21,3%	CT 08 - Bangu
Costa Barros e Barros Filho	21,2%	CT 12 - Coelho Neto
Colégio	21,2%	CT 06 - Madureira
Senador Vasconcelos	20,2%	CT 09 - Campo Grande
Guaratiba	20,1%	CT 15 - Guaratiba

Fonte: elaboração da autora (2024) a partir das discussões de Teixeira (2006) com base no último Censo Demográfico do IBGE (2010).

Esse movimento foi realizado para mapear possíveis conselhos tutelares com atuação e valores conservadores tendo em vista as áreas com maior concentração de evangélico pentecostal. Almeida (2019) argumenta sobre a articulação entre evangélicos e conservadorismo na crise brasileira, que teve como um dos decantados principais a eleição presidencial de Jair Bolsonaro.

No mapeamento realizado, o perfil dos/as conselheiros/as foi catalogado com base em suas respectivas áreas de abrangência e endereço das redes sociais. Identificamos categorias como “conservador/a” ou “progressista”, de acordo com a

<sup>26</sup> O Censo Demográfico que seria realizado em 2020, foi adiado para 2021 em virtude da pandemia do Covid-19.

<sup>27</sup> Para obter essas informações, me orientei pelo site do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Eleições Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro: CMDCA. **CMDCA**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/eleicoes.php>. Acesso em: 9 set. 2023.



natureza de suas postagens nas redes sociais, orientada pelos pressupostos teóricos delineados neste trabalho. Para essas categorias, foram consideradas postagens que tratam, por exemplo, sobre valores morais e religiosos, aspectos de ordem securitária, concepção de educação e posicionamentos político-partidários. Esses temas foram exemplificados tendo como base aspectos apresentados pelo campo – o perfil de conselheiros/as nas redes sociais – em diálogo com as discussões realizadas por Almeida (2017) e Lacerda (2019).

## 2

## A atuação do MMFDH sobre as infâncias e juventudes no cenário do novo conservadorismo brasileiro

### 2.1

#### Constituição do *corpus* de análise

Nesta seção, apresentaremos os materiais empíricos que foram selecionados bem como o caminho realizado durante estas escolhas para compor o *corpus* de análise desta etapa da pesquisa, que objetivou identificar e analisar as possíveis influências da atuação do MMFDH do governo Bolsonaro sobre os conselhos tutelares e demais questões que os circunscrevem, como a concepção de direitos humanos de crianças e adolescentes.

O primeiro contato com o material se deu pela “leitura flutuante”, que visou um exercício de olhar panorâmico sobre os documentos, sem se fixar em partes específicas, “[...] deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2016, p. 126). A seguir, definimos o *corpus* de análise levando em consideração os critérios propostos por Bardin (2016), sendo eles:

- a) de *exaustividade*, ou seja, trata-se de incorporar todos os documentos dentro do universo delimitado;
- b) de *representatividade*, em que a análise pode ser feita numa amostra caso seja uma parte representativa do universo inicial;
- c) de *homogeneidade*, pois os documentos devem seguir a critérios precisos de escolha, portanto serem homogêneos;
- d) de *pertinência* que corresponde a adequação dos documentos selecionados, enquanto fonte de informação, de modo a condizerem com os objetivos delineados para a análise.

De forma enumerada, elencamos:

1) Na página oficial do *Instagram* da ex-ministra Damares Alves<sup>28</sup>, levantamos todas as postagens que foram publicadas ao longo do ano de 2019, que abordavam questões relacionadas com:

- a) direitos humanos de crianças e adolescentes;
- b) conselho tutelar;
- c) educação.

Ressaltamos que este levantamento não foi realizado na página oficial do *Instagram* do MMFDH, pois quando iniciamos esta etapa, em meados de agosto de 2023, ela já havia sido desativada. De toda forma, a página oficial do *Instagram* da ex-ministra foi uma das principais ferramentas de comunicação adotada por ela, tendo sido constantemente atualizada, com ampla divulgação, e com conteúdo em diferentes formatos – vídeos; cartazes; *prints* de entrevistas; *prints* de notícias; *prints* de *tweets* – que explicitavam uma gama de declarações e posicionamentos que caracterizavam a sua atuação frente ao MMFDH.

Em um primeiro momento, o levantamento realizado resultou na seleção de 131 postagens, cujo critério estabelecido, e já citado acima, foi o mapeamento de postagens correlacionadas com temáticas, ainda que de forma ampla, de direitos humanos de crianças e adolescentes, conselho tutelar e educação. Portanto, a partir de uma “leitura flutuante” (Bardin, 2016) deste material de análise e das contribuições trazidas pelos referenciais teóricos, identificamos *a priori* 16 temas (unidades de registro). Sendo assim, a análise de conteúdo aqui empreendida é a temática, ou seja, o tema é o tipo da unidade de registro. Segundo Bardin (1977, p. 105), “[...] o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”.

Mediante a utilização do tema enquanto unidade de análise, do resultado total de 131 postagens, selecionamos 10 delas, seguindo como critério as publicações com teor mais representativo, com potencial disseminação do “pânico moral”, como já é bem característico, em geral, de todo o material levantado, o que possivelmente também contribuiria para chamar a atenção de um maior número de

---

<sup>28</sup> Link de acesso da referida página: ALVES, D. **Damares Alves**. Brasília, DF, 2023. *Instagram*: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/?hl=pt-br>. Acesso em: 2 ago. 2023.

peessoas para compartilhar as concepções e os valores propostos pela ex-ministra por meio do seu perfil no *Instagram*.

2) A partir dos canais oficiais do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC)<sup>29</sup>, do CanalGov<sup>30</sup> e da Câmara dos Deputados<sup>31</sup>, na plataforma *Youtube*, realizamos um levantamento, de caráter exploratório, dos vídeos que retratassem as múltiplas representações por meio de campanhas, audiências públicas, solenidades, reuniões e propagandas promovidas pelo MMFDH, mais especificamente, vias Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e Secretaria nacional da Família (SNF), sobretudo, com a participação da ex-ministra Damares Alves, acerca das temáticas:

- a) direitos humanos de crianças e adolescentes;
- b) conselho tutelar;
- c) educação.

Durante o processo deste levantamento, realizamos, concomitantemente, as transcrições das falas e dos conteúdos na íntegra.

3) Ainda tendo como fonte de busca a plataforma *Youtube*, levantamos e selecionamos os vídeos que apresentassem entrevistas da ex-ministra concedidas para a mídia em geral bem como a sua participação em eventos oficiais internacionais. A partir deste levantamento e seleção, as respectivas falas e discursos proferidos pela ex-ministra também foram transcritos na íntegra.

Com este material, identificamos 16 temas (unidades de registro), sendo eles:

Quadro 1 – Unidades de registro (temas iniciais)

TEMAS
Anti-intelectualismo
Caracterização/atuação do/a conselheiro/a tutelar
Campanhas/iniciativas voltadas para o/a conselheiro/a tutelar
Defesa da vida (contra o aborto)

<sup>29</sup> Referimo-nos ao atual Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), pois ao trabalhar nesta etapa da pesquisa, em meados de agosto de 2019, o que correspondia a página oficial do MMFDH foi substituída pelo MDHC, porém no item de busca da página, era possível localizar alguns vídeos anteriores correspondentes ao MMFDH. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 10 ago. 2023.

<sup>30</sup> Conforme descrito no perfil da página: “Somos parte da Empresa Brasil de Comunicação e nossa programação é focada na cobertura diária de anúncios, lançamentos e execuções de políticas públicas direto do Palácio do Planalto, do Brasil e do mundo. É nossa missão levar informações sobre como acessar programas sociais e garantir direitos. Um dos nossos diferenciais é o acesso direto às fontes do governo, o que garante dinamismo e credibilidade” (CanalGov, 2008).

<sup>31</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília, DF, [s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/@CamaradosDeputadosoficial>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TEMAS
Defesa/fortalecimento da família
Direitos humanos
Discussão sobre infância
ECA
Embates com a mídia
Questões de gênero (LGBTQIA+)
<i>Homeschooling</i> (ensino domiciliar)
Lógica judicializante
Pautas/prioridades do MMFDH
Políticas públicas/campanhas/prioridades relacionadas à suposta proteção de crianças e adolescentes
Questão indígena
Sexualidade adolescente

Fonte: Elaboração da autora (2024).

A etapa seguinte, designada como “exploração do material”, que é a fase de síntese do *corpus* de análise, objetiva a realização da codificação dos dados. Esta etapa, que assinala o início do processo de categorização, consiste no recorte do material através da seleção de unidades de registro e unidades de contexto (Bardin, 2016). Dos temas comuns que emergirem a partir deste recorte, caberá ao/a pesquisador/a agrupá-los em categorias mais abrangentes. Para esta etapa, contamos com o auxílio do software Atlas TI. Portanto, de forma resumida, a prática de categorização levou em consideração três fases: a síntese, a classificação e o agrupamento dos pontos em comum observados entre os temas (Bardin, 2016).

Segundo Bardin (2016), as categorias devem seguir alguns princípios que visam garantir a sua exclusividade, a não justaposição a outras categorias, a pertinência ao material analisado e ao problema de pesquisa, a precisão – sua objetividade, fidelidade e produtividade – e, por último, a articulação com a pergunta e com os objetivos da pesquisa. Dessa forma, definimos duas categorias:

- a) lógicas morais conservadoras;
- b) o sentido da educação no contexto de acirramento das ofensivas antigênero.

## 2.2

### **Damares Alves: dos bastidores do Congresso à popularidade**

Damares Regina Alves possui uma trajetória ligada a setores evangélicos conservadores que já se destacavam na política brasileira, tendo cumprido funções de assessoria legislativa junto a deputados e senadores por quase duas décadas no

Congresso Nacional, de 1999 até 2018. O início de sua trajetória política se deu como conselheira representante dos conselhos municipais voltados para os direitos das crianças e adolescentes. De acordo com sua biografia disponível em seu *site*<sup>32</sup>, na década de 1980, foi uma das fundadoras do Comitê Estadual do Movimento Nacional Meninas e Meninos de Rua, na cidade de Aracaju em Sergipe, voltado para proteção de crianças em situação de vulnerabilidade social conforme enaltecia com suas próprias palavras em diversas entrevistas em tom explicitamente apelativo, afirmando ter “dormido nas ruas para sentir o que essas crianças passavam”. Tal episódio era reiterado por ela nestas entrevistas ao posicionar-se como defensora dos direitos humanos. Na segunda metade da década de 1990, foi eleita conselheira tutelar na cidade de São Carlos, no interior de São Paulo, tendo, posteriormente, passado a exercer o cargo de secretária de Assistência Social até se tornar, em 1998, assessora parlamentar em Brasília (Teixeira; Cypriano, 2022).

É pastora evangélica de trajetória pentecostal<sup>33</sup> e de origem familiar missionária, tendo sido o seu pai um dos fundadores da Igreja do Evangelho Quadrangular. É advogada que se denomina especialista em Direito da Família, tendo prestado assessoria jurídica à Frente Parlamentar Evangélica e assessoria parlamentar ao ex-senador Pastor Magno Malta (PL-ES), um dos cabos eleitorais mais influentes de Bolsonaro e membro ativo da FPE. Com intenso histórico de ativismo “pró-vida” ou anti-aborto em sua trajetória, sempre foi uma das principais articuladoras da bancada evangélica do Congresso desde a sua fundação em 2003 (Dantas, 2011). O seu vínculo ao ativismo evangélico foi desempenhando papel relevante no Congresso Nacional ao mediar as relações deste segmento com os católicos neoconservadores, tem do assim, a sua atuação contribuído para consolidação da direita cristã (Machado, 2020). Junto a outros assessores, fundou a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE), que foi nomeada por ela para escrever o Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH IV), em 2022.

Chefiou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo do ex-presidente Bolsonaro desde a fundação da pasta, em janeiro de 2019, até março de 2022. A sua saída foi realizada por conta do prazo exigido pelo

---

<sup>32</sup> DAMARES ALVES. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.damaresalves.com.br/#biografia>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

<sup>33</sup> Foi pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte.

Tribunal Superior Eleitoral para pessoas com cargo público que quisessem disputar as eleições de 2022. No caso, Damares Alves já havia sinalizado o seu interesse em disputar a eleição para o Senado Federal, o que veio a ser concretizado posteriormente. Atualmente, é senadora pelo Distrito Federal (Republicanos-DF). No seu lugar, por sua própria indicação, assumiu, no dia 1º de abril de 2022, Cristiane Britto, que já atuava desde maio de 2019 como chefe da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM/MMFDH).

Logo que assumiu a pasta ministerial, Damares Alves anunciou a reestruturação do Ministério e do próprio sentido de direitos humanos no Brasil. Nomeou sete integrantes de igrejas evangélicas (sendo dois pastores) e duas mulheres católicas para as oito secretarias nacionais que compuseram o MMFDH<sup>34</sup>. Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, focaremos na atuação da Secretaria Nacional da Família (SNF) e da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), que foram chefiadas, respectivamente, por Angela Gandra e Maurício Cunha<sup>35</sup>. Alves defendeu que o MMFDH emergiu convocando a sociedade para uma releitura sobre direitos humanos no Brasil. Em uma entrevista, a ex-ministra afirmou que:

No momento em que ele [Jair Bolsonaro] constrói esse ministério e traz essas secretarias todas pra esse ministério, ele já faz, didaticamente, uma releitura do que é direitos humanos. A vida é direitos humanos. O primeiro de todos os direitos humanos é o direito à vida. E esse ministério, tem como norte a vida, a proteção da vida. E aí, eu acrescento: vida com abundância. Me permitam, tá? Por favor, o Estado é laico, mas eu posso falar: eu quero proteção da vida e eu quero vida com abundância no meu país. Então, as pessoas começaram a perguntar: mas peraí, cuidar de crianças é direitos humanos? É. Acesso a moradia é direitos humanos? É. Acesso

<sup>34</sup> O MMFDH foi composto por 8 secretarias nacionais: 1) Secretaria nacional de políticas para mulheres, assumida por Roseane Cavalcante de Freitas Estrela (evangélica e mais conhecida como Rosinha da Adefal, Avante-AL) no lugar de Tia Eron (IURD) que tinha sido o primeiro nome indicado; 2) Secretaria Nacional da Família, assumida por Angela Vidal Granda (católica e integrante de uma família ligada ao Opus Dei); 3) Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, assumida por Petrócia de Melo Andrade (Igreja Evangélica de Getesamani) que posteriormente, foi substituída por Maurício Cunha (evangélico); 4) Secretaria Nacional da Juventude, com Jayana Nicareta da Silva (católica, antifeminista e ex-vereadora); 5) Secretaria Nacional de Proteção Global, com o pastor Sergio Augusto de Queiroz (Igreja Batista Cidade Viva e Igreja Batista de Lagoinha); 6) Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com Sandra Terena (indígena que frequenta ICP de Curitiba); 7) Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, com Priscila Gaspar Oliveira (evangélica); 8) Secretaria Nacional de Promoção e Defesa da Pessoa Idosa, com o pastor Antônio Fernandes Toninho Costa (1ª Igreja Batista do Guará).

<sup>35</sup> Houve uma rotatividade na representação desta secretaria, que, primeiramente, foi assumida pela psicóloga Petrócia Mello; depois, a partir do dia 20 de novembro de 2019, Maurício Cunha foi quem esteve à frente; e, por fim, foi a gestora Fernanda Monteiro quem tomou posse a partir do dia 14 de setembro de 2022. Foi Maurício Cunha quem esteve mais tempo neste cargo, por 2 anos e 10 meses.

a água, direito a água, ter água é direitos humanos? É. Então, nós estamos hoje dessa forma, assim, dinâmica fazendo essa releitura do que é, de verdade, os direitos humanos. E a gente veio com uma inovação nesse ministério: o direito humano da vítima. Nós tamos trabalhando a vítima. [...] É dessa forma que a gente tá querendo passar para o Brasil esse novo momento, essa releitura, e desse novo instante da gente compreender o que é direitos humanos (Alves, 2019c, 7 min 58 s).

Além da criação da SNF, outra reformulação relevante no MMFDH foi a substituição da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos pela Secretaria Nacional de Proteção Global. Essas mudanças atuaram na convocação de forças políticas ultraconservadoras e tradicionalistas para o interior do Ministério, que contou com a nomeação de pessoas que, historicamente, vincularam-se às ofensivas antigênero para coordenar ações no MMFDH (Maracci; Prado, 2022).

## 2.3

### **“Pró-família”: em defesa dos valores da família tradicional**

Desde o início, o MMFDH adotou a família como dimensão central das ações e políticas a serem construídas e implementadas ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro. O termo “família” foi imediatamente incluído no nome do ministério, por meio do qual o governo ressaltou a importância que daria para esta instituição de ordem privada, mesmo que de forma discursiva ou simbólica (Neves; Wachholz, 2021). Em seu discurso de posse, Alves salientou que todas as políticas públicas neste país terão que ser construídas com base na família. A família vai ser considerada em todas as políticas públicas. Não dá mais para pensar em políticas públicas sem pensar no fortalecimento da família (Alves, 2019i).

Aliada a esta afirmação, em um primeiro momento, recorreremos a postagem abaixo para evidenciar elementos que contribuem para elucidar a perspectiva de família defendida pelo MMFDH.



Figura 2 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 15 de maio de 2019



Fonte: Alves (2019m).

A imagem acima tem um evidente viés heteronormativo. Nela, prevemos uma família nuclear tradicional, baseada no casamento heterossexual, representada pela união entre um homem e uma mulher com vistas à procriação. Acompanhada da legenda “família eu acredito!”, a postagem foi oportunizada pelo dia internacional da família, comemorado no dia 15 de maio. Observamos que apesar da imagem pressupor um casal heterossexual representando um ideal de família nuclear patriarcal, a ex-ministra fez uma ressalva na legenda na tentativa de pontuar a pluralidade de formas de família – “um avô e uma neta, uma mãe e filhos, um casal” –, mas que contradiz o exposto na imagem ao defender que “Se engana quem acredita que ao usarmos o termo ‘família’, nos limitamos aquela com um pai, uma mãe e filhos”. Ainda assim, ao exemplificar configurações familiares, cita “um casal” que pressupõe, como exposto na imagem, um casal heterossexual. Na oportunidade desta postagem, não foi reconhecido, por exemplo, a possibilidade de família formada por pessoas do mesmo sexo. As uniões homoafetivas não estão explicitamente inseridas nesta concepção de família, o que exemplifica o modo ambivalente como as temáticas de gênero e sexualidade são mobilizadas por Alves, como ela afirmou em uma entrevista, que a diversidade deve ser “protegida, mas não promovida” (Maracci; Prado, 2021). Além disso, para explicitar um discurso de reconhecimento da pluralidade de formas de família, Alves recorreu como exemplo, assim como o fez em inúmeras entrevistas, a sua própria configuração familiar: uma família monoparental chefiada por uma mulher.

A imagem também segue acompanhada da afirmação “Celebramos a família desde a sua concepção”, que remete ao apoio do movimento “pró-vida”, que articula a pauta contra o aborto. Conforme argumentado por Lacerda (2019), a peculiaridade do programa político da coalização neoconservadora em relação a outros movimentos de direita ou conservadores reside em seu foco no ativismo pelas questões relativas à sexualidade, à reprodução, associado à defesa dos valores da família tradicional e dos valores religiosos cristãos. Portanto, nesta perspectiva, que é priorizada a construção de políticas públicas das questões sociais em geral, orientada pelo fortalecimento dos vínculos familiares como eixo central, a defesa de projeto para uma boa sociedade pressupõe a união dos laços familiares, e não as estratégias de efetivação de políticas públicas redistributivas (Lacerda, 2019). Em outras palavras, na perspectiva neoconservadora, a solução para ordenar os problemas sociais vigentes, como a persistência da pobreza, a gravidez na adolescência e a criminalidade, não seriam por vias de atuação do Estado, mas sim pelo fortalecimento da família. Por esta lógica, com a família tradicional patriarcal estável, a população não precisaria de políticas nem dependeria de programas do Estado, proporcionando, assim, laços sociais duráveis.

O compromisso com a família refere-se à defesa dos valores tradicionais da família ou ainda, à chamada “família tradicional”, em contraposição ao avanço dos direitos alinhados com a diversidade sexual (homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros). Em outras palavras, os elementos que estão sendo defendidos no discurso “pró-família” corroboram com:

- a) a defesa de uma família baseada em critérios biológicos, ou seja, na união matrimonial de um homem e uma mulher, com claros fins de reprodução biológica;
- b) restrição a arranjos familiares heterossexuais, ou seja, contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo;
- c) contra a concepção de gênero como construção social em reação aos avanços dos movimentos sociais feministas que questionam a ordem familiar socialmente estabelecida, ou seja, a família da ordem heteronormativa e patriarcal (Lacerda, 2019).

Em síntese, “a ‘família’ que o neoconservadorismo defende é um espelho das tradições morais cristãs” (Biroli, 2020, p. 151).

Além da instituição de uma Secretaria Nacional da Família, alguns programas foram desenvolvidos visando a atuação do Ministério junto às famílias e a formulação de políticas voltadas ao seu fortalecimento, tais como: Observatório Nacional da Família (ONF); Programa Município Amigo da Família (PMAF); Famílias Fortes; Programa Reconecte; Projeto Acolha a vida; Empresa Amiga da Família. Pelo tema da família, mais especificamente, o fortalecimento dos vínculos familiares ser uma prioridade do governo e transversal aos programas das demais secretarias do MMFDH, também é possível elencar como iniciativas: o “Mães Unidas” no âmbito da secretaria nacional de Políticas para Mulheres (SNPM/MMFDH)<sup>36</sup>.

Como uma das especificidades do ideário neoconservador em relação a outros movimentos de direita ou conservadores, o fortalecimento da família tradicional e dos papéis tradicionais de gênero, tendo como eixo a ideia de privatização, seriam necessários para que as pessoas não dependessem de políticas públicas de modo que ofereceriam laços sociais sólidos que compensariam a falta de solidariedade deixada pelas políticas neoliberais (Lacerda, 2019).

Contudo, é preciso demarcar que reposicionar as famílias como responsáveis pelos cuidados dos seus integrantes para preencher a ausência de políticas públicas ofertadas pelo Estado é, na verdade, atribuir esse papel às mulheres das famílias. De acordo com dados estatísticos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) em conjunto com o IBGE, no período entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2022, o número de famílias monoparentais com filhos e chefia feminina era de 14,7% dos arranjos, enquanto famílias monoparentais masculinas representavam apenas 2,3% dos arranjos familiares. Além disso, também indicam que a maioria das famílias brasileiras é chefiada por mulheres: no 3º trimestre 2022, dos 75 milhões de lares, 38,1 milhões (50,8%) correspondem a lares chefiados por mulheres, sendo 21,5 milhões (56,5%) chefiados por mulheres negras e 16,6 milhões (43,5%) por mulheres não negras (DIEESE, 2023). Nessa esteira, chama atenção que os dados elencados no recorte temporal indicado acima, no primeiro momento, ficam ainda mais acentuados em

---

<sup>36</sup> MMFDH lança programa Mães Unidas em parceria com estado de Goiás e três prefeituras. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 12 mar 2020 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/mmfdh-lanca-programa-maes-unidas-em-parceria-com-estado-de-goias-e-tres-prefeituras>. Acesso em: 4 set. 2023.

termos de renda *per capita*. A renda *per capita* de famílias monoparentais femininas é de R\$ 789 enquanto em famílias monoparentais masculinas este valor aumenta para R\$ 1.198 (DIEESE, 2023). A desigualdade no acesso à renda agrava ainda mais ao observarmos os dados a partir do recorte racial, entre as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras e por mulheres brancas. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, do IBGE, realizada em 2018, no Brasil, estavam 63% das casas chefiadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos abaixo da linha da pobreza (Ferreira; Bruno, 2019).

Portanto, é indispensável demarcar que a responsabilização das famílias ecoada sob o discurso de “defesa da família” pelo MMFDH do governo Bolsonaro significa, na verdade, a responsabilização das mulheres, principalmente, das mulheres negras, historicamente mais precarizadas, em uma conjuntura fundamentada pelo “racismo estrutural” na qual as condições de organização da sociedade reproduzem a subalternidade de determinados grupos que são identificados racialmente (Almeida, S., 2019).

## 2.4

### **“Pró-vida”: em nome da defesa da vida desde a concepção**

As investidas antidireitos sexuais reprodutivos e de pautas pela antidescriminalização do aborto, travestidas da ideia de “defesa da vida”, não são uma novidade no contexto brasileiro. Contudo, as estratégias contemporâneas mobilizadas pelos grupos conservadores religiosos ressignificaram as novas dinâmicas a partir da eleição de Bolsonaro (Biroli, 2020). Aliado à dimensão “pró-família”, o discurso do MMFDH evoca a defesa da vida se autointitulando como “pró-vida”, sobretudo, em resposta à legalização do aborto. É um termo ambíguo ao afirmar ser a favor da vida, afinal de qual vida Damares Alves e, respectivamente, sua equipe do MMFDH estão falando quando se dizem a favor da vida?

Figura 3 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 24 de agosto de 2019



Fonte: Alves (2019p).

Na postagem acima, a imagem é acompanhada, em letras garrafais, da seguinte frase: “No dia da infância, precisamos dar voz às muitas crianças silenciadas pelo aborto! Deixe-me viver”, na qual refere-se ao embrião/feto como uma criança, assim, em defesa da noção de que a vida se inicia na concepção. Nesta perspectiva, Alves condena a prática do aborto, uma das suas principais bandeiras, pensada a partir da valorização da vida intrauterina.

Uma ideia que é inaugurada nos anos 1990 e que se repetiria ao longo dos anos, assim como se apresenta nesta postagem, é o esforço em fundir a temática do aborto à dos direitos humanos, sempre partindo da noção de que o “direito à vida” possui primazia sobre todos os direitos humanos e, portanto, o direito individual da mulher não se sobrepõe ao do feto (Miguel; Biroli; Mariano, 2017).

O debate sobre o aborto evidencia as rupturas com o princípio de laicidade do Estado (Miguel, 2012). A reverência a Deus conforme descrito no slogan “Brasil acima de TUDO e DEUS acima de TODOS”, expressa referências aos valores cristãos e aos argumentos religiosos que fundamentam as posições contrárias ao direito ao aborto com base na ideia de “inviolabilidade da vida” (Miguel, 2012), bem como o compromisso religioso da ex-ministra com o exercício do seu mandato. Em uma outra postagem no *Instagram* também relacionada ao tema, Alves publicou a seguinte legenda:

Atualmente, existe uma pequena parte da população que insiste em entrar numa discussão que nem deveria estar sendo feita, pois indagam se uma criança com

Deficiência deve ou não morrer por meio do aborto. Aborto é uma prática de eugenia, consoante as que ocorriam na Alemanha nazista. O dia das crianças só poderá ser comemorado de fato, se lutarmos contra TODOS os tipos de violações dos direitos de nossas crianças, e o mais fundamental deles: A VIDA! (Alves, 2019n).

A “criança com deficiência” a qual Alves se refere é o feto anencefálico. Ou seja, a ex-ministra equipara a anencefalia a uma condição de deficiência física e nega os critérios científicos que definem esse tipo de má-formação como incompatível com a expectativa de vida do feto após o parto. Alves também afirma que a prática do aborto em caso de anencefalia é equivalente à eugenia, assim como as perspectivas eugênicas que fundamentaram políticas que fizeram do corpo das mulheres alvo de intervenções sancionadas no âmbito de propostas de leis que criminalizavam o aborto na América Latina no início do século XX (Biroli, 2014). Mesmo o feto sem perspectiva de sobrevivência, Alves persiste no argumento de defesa da inviolabilidade da vida, característico dos movimentos “pró-vida”, que na realidade é um movimento que endossa a manutenção do patriarcado ao impedir o direito a autonomia das mulheres em decidir sobre o próprio corpo, que, por sua vez, faz parte de direitos individuais básicos.

Entre os projetos contrários ao direito ao aborto, destaca-se o PL nº 478/2007 (Brasil, 2007), que dispõe sobre o “Estatuto do Nascituro”<sup>37</sup>. Tramitando na Câmara Federal desde 2007, foi a primeira proposta que dispôs a respeito de proteção jurídica ao feto de modo que, na versão original, conferia uma pensão à criança gerada em caso de estupro, motivo pelo qual foi apelidado, posteriormente, por entidades feministas, de “Bolsa Estupro” (Néri, 2013). Dessa forma, o Estatuto do Nascituro proíbe qualquer procedimento que ameace a continuidade da gravidez mesmo que seja uma situação necessária para preservar a saúde ou a vida da mulher grávida, assim se reforça a ideia do direito à vida do nascituro em qualquer situação, mesmo em casos de estupro.

Assim, a mesma ex-ministra que esteve à frente da pasta, e que recebia grupos “sobreviventes do aborto” na sede ministerial, também defende a aprovação do Estatuto do Nascituro, conforme a postagem abaixo:

---

<sup>37</sup> PL 478/2007, originalmente de autoria dos deputados federais de Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), mas o texto passou por diversas versões: a ele apensados o PL 489/2007, de Odair Cunha (PT-MG), o PL 1763/2007, de Jusmari Oliveira (PR-BA) e Henrique Afonso (PT-AC), o PL 3748/2008, de Sueli Vidigal (PDT-ES), o PL 1085/2011, de Cleber Verde (PRB-MA), o PL 8116/2014, de Alberto Filho (PMDB-MA), Arolde de Oliveira (PSD-RJ) e Aníbal Gomes (PMDB-CE).

Figura 4 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 8 de outubro de 2019



Fonte: Alves (2019h).

Ao considerar que o feto “é um milagre”, Alves o considera como um bem outorgado por Deus, sem considerar o corpo da mulher que o gesta. Sobre os equívocos na proposta do Estatuto do Nascituro, Diniz (2013) enfatiza que “a primeira delas é esquecer os vivos em detrimento de fantasias filosóficas. O nascituro é criação religiosa para dar personalidade jurídica às convicções morais de homens que acreditam controlar a reprodução das mulheres pela lei penal” (Diniz, 2013, p. 15).

Para divulgar a pauta em defesa do nascituro, retrata-se a imagem de um bebê com características étnico-raciais brancas. Decorrente de uma definição de “vida” iniciada na concepção, defende-se uma norma legal que garanta ao nascituro o mesmo conjunto de direitos assegurados aos nascidos. Em outras palavras, é conferida proteção ao direito à vida do embrião em detrimento às realidades enfrentadas por mulheres que possuem autonomia e direitos constitucionais à saúde, à dignidade e à não-discriminação.

O aborto é um evento frequente na vida reprodutiva das mulheres brasileiras (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2017). Estima-se que uma em cada cinco mulheres, aos 40 anos, já realizou, pelo menos, um aborto conforme os resultados da Pesquisa Nacional de Aborto, realizada pela organização feminista Anis, em 2016 (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2017). Sendo assim, com o Estatuto do Nascituro, vemos avançar mais uma tentativa de criminalização do aborto, inclusive, para situações

que, hoje, já são permitidas por lei, e consequentemente, mais uma forma de institucionalizar as violações de direitos das mulheres. Tudo isso em nome da “vida” e dos “direitos humanos”.

Em declaração pública, Alves afirmou que o projeto mais importante em tramitação no Congresso Nacional é o Estatuto do Nascituro (Casado; Cancian, 2018). Favorável à proposta, em uma cerimônia oficial de comemoração aos 31 anos do ECA, Alves dedicou parte da sua fala para enaltecer o Estatuto do Nascituro e fez questão de pressionar os/as parlamentares presentes para a sua defesa e aprovação. Em suas palavras:

Que venham mais 30, e 30, e 30 anos do ECA. Mas eu queria fazer 2 pedidos aqui hoje ao parlamento presente, pra alguns parlamentares tão queridos: 1º) ou vocês me aprovam o Estatuto do Nascituro ou vocês me trazem o Nascituro para o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não dá mais pra eu falar de criança pós nascimento. Nós temos que trabalhar nesta nação também para proteger a criança no ventre materno. E nós temos um governo, agora, que protege a vida desde o ventre materno [palmas]. E a gente precisa ter a coragem de falar sobre isso. Aborto. Se fala que aborto é a liberdade. Liberdade leva a morte de uma criança enquanto dorme? Eu não posso falar de criança e esquecer o nascituro aqui, neste evento. Parlamentares, fica o apelo do Ministério. Por favor, cuide de nossas crianças por nascer (Alves, 2021a, 80 min 38 s).

Essa ofensiva conservadora a favor do Estatuto do Nascituro e contra o direito ao aborto é ampliada por meio da atuação de grupos religiosos estrategicamente calcados em uma agenda moral conservadora na sua atuação pública. Vale ressaltar que não é possível tomar a posição desses diferentes grupos religiosos como se fosse um bloco homogêneo e unânime em relação às políticas reprodutivas e em suas concepções em relação a gênero. Como exemplo dessas atuações divergentes, o chefe de uma das maiores igrejas neopentecostais do país, o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal Reino de Deus, defende publicamente, há anos, a legalização do aborto (Miguel; Biroli; Mariano, 2017).

Durante a gestão do MMFDH do governo Bolsonaro, o ataque ao direito ao aborto foi evidenciado a partir da intervenção direta em casos específicos, visando impedir a interrupção da gravidez. Um deles, foi o caso, como descrito nos noticiários, da gravidez como resultado de estupro de uma menina negra de dez anos, que vivia com a avó ambulante, de família pobre, do interior de São Mateus, no Espírito Santo, vítima de abuso sexual na própria casa desde os seis anos de idade pelo tio.



Em plena pandemia de Covid-19, essa menina necessitava de um aborto – situação que se enquadrava na hipótese prevista em Código Penal desde 1940. Apesar desse caso estar assegurado como direito legal, uma vez que o aborto é legal no Brasil em três situações: risco de vida para as mulheres gestantes, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal<sup>38</sup>; esse caso cruel e nefasto se tornou um escândalo midiático, mas não foi em torno da violência sofrida pela menina, mas sobre o aborto a ser realizado.

Envolveu a intervenção do MMFDH, cujos representantes (enviados pela então chefe da pasta ministerial, Damares Alves<sup>39</sup>) interferiram na conduta dos procedimentos pelos órgãos municipais a partir de diferentes estratégias: tentativa de articulação da transferência da criança do seu Estado de origem para um outro hospital, na cidade de Jacareí, em São Paulo, – que lista entre seus parceiros a Igreja Quadrangular –, onde ela seria acompanhada até o final da gravidez e realizaria o parto, mesmo correndo risco de vida; realização de uma série de reuniões, sendo que pelo menos uma delas contou com a participação de Damares, para pressionar os/as responsáveis, inclusive com o oferecimento de benfeitorias ao conselho tutelar local; estreitamento de contatos via chamada virtual com dois conselheiros tutelares do caso, a fim de obter mais informações e influenciá-los; intimidação e agressão verbal contra a família da menina; tentativa de impedir/prorrogar sua alta do hospital da cidade de Vitória (que havia se negado a realizar o procedimento), para que ela perdesse o voo para Recife, onde seria realizado o procedimento de interrupção da gravidez (Vila-Nova, 2020). Também houve vazamento dos dados pessoais da criança e do endereço da família nas redes sociais. Mesmo a identidade da menina sendo confidencial de acordo com a lei de proteção à criança, os dados privados dela foram divulgados por Sara Winter, militante extremista e ex-funcionária de Damares (Senra, 2020). E ainda, manifestações antiaborto na porta do hospital onde se faria o procedimento, com tentativas de bloquear a entrada no local, o que levou a menina entrar no hospital no porta-malas do carro como uma clandestina sob gritos como “assassina” (Pauluze; Valadares, 2020), mas que, por

---

<sup>38</sup> Diferente das duas situações citadas anteriormente, o aborto em caso de anencefalia fetal no Brasil se tornou legal em 2012, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

<sup>39</sup> MINISTÉRIO acompanha caso da menina de 10 anos que engravidou após ser estuprada. BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF, 14 ago. 2020 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/ministerio-acompanha-caso-da-menina-de-10-anos-que-engravidou-apos-ser-estuprada>. Acesso em: 25 nov. 2023.

fim, teve o aborto realizado. Este episódio estarrecedor evidencia o grau de articulação e a capacidade de incidência política das forças neoconservadoras no Brasil contemporâneo, bem como a blindagem jurídica, já que este caso não foi investigado como deveria ser diante das graves violações de direitos humanos cometidas (Rybka; Cabral, 2023). Trata-se de um tipo de estratégia que já tem sido adotada por grupos antiaborto, que explicita a atuação de setores conservadores religiosos orientada por estratégias agressivas – com pressão “física” e por via judicial – para impedir o acesso aos procedimentos de aborto mesmo sendo um caso permitido por lei (Corrêa, 2004). Portanto, a criminalização do aborto cria barreiras indevidas, pois mesmo a menina estando respaldada por uma legislação já prevista há 80 anos para realizar a interrupção da gravidez decorrente de um estupro, ela foi submetida a várias outras camadas de violência. Com significativa atuação, a máquina do Executivo foi usada para impor barreiras ao direito da menina. A ex-ministra Damares, em sua página no Facebook, lamentou a decisão da Justiça de autorizar o aborto (Jiménez, 2020).

Por outro lado, nesse embate de forças sobre o direito ao aborto, temos os movimentos feministas e a agenda de defesa dos direitos das mulheres na luta pela descriminalização do aborto, entendida como uma das condições para que as mulheres tenham liberdade individual com plena autonomia pessoal sobre seus próprios corpos e sobre sua capacidade reprodutiva (Biroli, 2014). O aborto é um direito de cidadania das mulheres, que deve ser pensado como dimensão da vida democrática, que toca em questões relativas “[...] aos espaços e formas da regulação do Estado, às hierarquias e formas toleráveis da dominação, aos direitos individuais e à relação entre todas essas questões e o princípio de laicidade do Estado” (Biroli, 2014, p. 42).

Nessa linha, o acesso ao aborto deve ser tratado sob a perspectiva da saúde pública no Brasil, onde anualmente 262 mulheres morrem devido a práticas clandestinas, não seguras e sem assistência; e mais de 15 mil mulheres são internadas por pelo menos quatro dias, das quais 5.000 com complicações graves, sendo, nesses casos, um custo hospitalar de 317% maior em relação aos que não complicaram (Collucci; Faria, 2018). A criminalização do aborto compromete a integridade física e psíquica das mulheres, o direito à segurança e ao controle sobre o próprio corpo, cujas consequências faz do aborto uma situação de calamidade pública no Brasil.

Isso não tem atingido todas as mulheres igualmente, mas, sobretudo, as mulheres em situação de maior vulnerabilidade, pobres, periféricas e negras, que em geral não têm acesso a formas seguras de interrupção da gravidez. Nesse caso, classe e raça se impõem como variáveis, colocando em relevo o fato de que as experiências das mulheres variam segundo sua classe social no que diz respeito à política reprodutiva (Biroli, 2014).

A proibição do aborto não contribui para diminuir sua prática nem impede que as mulheres o realizem, mas sim para o risco de aborto inseguro e clandestino, e de mortalidade das mulheres que se submetem ao procedimento.

## 2.5 Lógicas morais conservadoras

Essa agenda política centrada em questões morais “pró-vida” e “pró-família” é incorporada à concepção do MMFDH sobre o que se entende e defende por direitos humanos para crianças e adolescentes. Em diversas postagens no *Instagram*, o perfil de Alves expressa a hashtag “#direitoshumanosparatodos” ou a frase “direitos humanos para todos” fixada em cartazes que são publicados nesta rede. Essa frase também é comum em suas falas públicas. Além de integrar o lema da missão do plano estratégico do MMFDH, elaborado em consonância com o Plano Plurianual 2020-2023, cujo programa “Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos” foi o seu representante<sup>40</sup>, indagamos: como os direitos humanos de crianças e adolescentes têm sido interpretados por figuras políticas relevantes que compõem um ministério que defende declaradamente pautas morais e antigênero? De quais direitos humanos Damares Alves está falando quando afirma serem para todos? Do que se trata e o que se defende quando Alves clama pela necessidade de fazer um “pacto pelo pela infância”? Isso inclui os direitos originários das crianças indígenas? A ideia de “todos” inclui o público LGBTQIAPN+?

O MMFDH geriu ações articuladas visando tanto implementar políticas familistas em nome do “fortalecimento de vínculos familiares” bem como expandir

---

<sup>40</sup> PLANEJAMENTO estratégico. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 30 ago. 2019 [atualizado em 11 mar. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/planejamento-estrategico>. Acesso em: 3 out. 2023.

suas ações antigênero enquanto políticas para diferentes setores, dentre eles os conselhos tutelares (Maracci; Prado, 2022).

### **2.5.1 Contra o suposto “infanticídio indígena”**

A campanha “pró-vida” também abrange a luta contra o que se convencionou chamar de “infanticídio indígena”. Damares Alves é uma das principais figuras em torno desta mobilização. A criação da organização brasileira de orientação missionária Atini voz pela vida – coordenada pelos mesmos missionários responsáveis pela ação da entidade evangélica Jocum junto ao povo Suruwaha –, a qual Alves foi uma das fundadoras e esteve vinculada até 2015, representou uma das formas de institucionalização do movimento que prevê o combate ao chamado “infanticídio indígena” no Brasil, cujo trabalho de base mobiliza esta expressão como uma “prática cultural” a ser combatida no interior de comunidades indígenas (Saviolo, 2021), o que converge com a atuação política da bancada evangélica do Congresso Nacional.

Saviolo (2021) identificou que os agentes desta organização afirmaram repetidas vezes que o “trabalho de combate ao infanticídio indígena” não intenciona a criminalização de povos indígenas, mas a defesa do “direito à vida”. No âmbito da política federal, o debate sobre o chamado “infanticídio indígena” e as ações centradas em seu combate foram iniciativas da bancada evangélica, cuja ampla maioria apoiou a aprovação do PL 1057/2007 (Saviolo, 2021).

Em outro momento do seu discurso de posse, com a voz embargada de choro, Alves conclamou que:

Choro pelas minhas crianças indígenas, pelas mães indígenas que gritam por socorro. Não é lenda e não é brincadeira: mulheres indígenas nesse país ainda são obrigadas a enterrar suas crianças. E eu quero deixar bem claro, aqui, uma coisa: o índio ama desesperadamente o seu filho. Os índios amam desesperadamente suas crianças. E alguns índios, em nome da cultura, que por não saber o que fazer, às vezes são obrigados a sacrificar suas crianças. E a gente finge que não sabe. Eu vou contar uma coisa pra vocês. São 305 povos. Não são todos os povos que ainda matam suas crianças. Pouquíssimos, 10-15. Mas vocês acham que a mãe indígena quer matar o seu filho? Vocês acham que é confortável pra uma mãe indígena enterrar sua criança viva nesse país? Essas mães choram na floresta, e o nosso silêncio soa pra mim como hipocrisia do branco dominante. Mães indígenas, eu quero que vocês, mães, imaginem uma mãe indígena lá no interior da Amazônia, que é mãe de uma criança surda, que ela amamentou por 1 ano, que ela ama desesperadamente essa criança e com 1 ano, ela descobre que a criança é surda, e o seu pajé recomenda ela a enterrar essa criança. Vocês conseguem imaginar essa mãe cavando um buraco e seu filhinho

em volta, engatinhando, olhando pra ela, rindo, achando que mamãe tá brincando? É mamãe que tem que enterrar vivo. Você acha que essa mulher é feliz? Não é. Essa mulher não é feliz. As mulheres indígenas estão pedindo socorro no Brasil. As crianças indígenas estão pedindo socorro. Quebramos o tabu! E vou dizer uma coisa: não quero que ninguém que ouve que o meu discurso sobre infanticídio indígena, fique bravo com os índios. Eu quero que essa nação tenha compaixão. Eu quero que essa nação seja solidária. Eu quero que essa nação ame os indígenas brasileiros. Chega de preconceito com os nossos índios. Chega de discriminação. Fui acusada. A imprensa fala que eu sou sequestradora, hm! sou perigosa. A imprensa fala que foi uma espécie de sequestro porque quando ouço choro de uma mãe e busco essa mãe pra vir pra cidade pra ter seu bebezinho, nós temos aí etnias ainda, pouquíssimas, que não aceitam as crianças gêmeas. Quando nasce gêmeos, as mães são obrigadas a enterrar os dois vivos. Como a gente pode admitir em pleno 2018 que uma mãe enterre os seus dois filhos bebezinhos gêmeos só por ser gêmeos? [...]

(Alves, 2019i, 25 min 33 s).

O trecho acima reproduzido foi enunciado por Alves ao final do seu discurso de posse como ministra do MMFDH. Nesta ocasião, Alves citou fatos e um dado estatístico sem, no entanto, mencionar quaisquer referências científica e oficial que sustentassem a sua alegação pela defesa ao combate do chamado “infanticídio indígena”. Repleto de inconsistências, este discurso de forte apelo emocional e caráter sensacionalista, sustentado por uma noção cínica de humanidade, foi carregado de conteúdos civilizador-etnocêntrico e de preconceito étnico-racial, que produzem alarde na tentativa de manipulação da opinião pública sobre fatos que não condizem com a realidade. Apesar de pontuar uma ressalva de que não são todos os povos indígenas que “ainda matam suas crianças”, o que reflete neste discurso ardiloso em consonância com relevantes pesquisas no campo da Antropologia (Holanda, 2018; Rosa, 2014, 2016; Saviolo, 2021, 2022; Segato, 2014) é a tentativa de criminalização sobre os mesmos e a afirmação de “um Estado criminalizador das diferenças” (Holanda, 2018) a partir da acusação estereotipada de tirar vidas, assim, endossando a noção de pessoa como sinônimo da noção de vida conforme exclusivamente a concepção hegemônica moderna-ocidental (Rosa, 2014).

Ao contrário da perspectiva da sociedade ocidental em que o marco para a existência da pessoa está condicionado ao nascimento biológico, para determinados povos indígenas este marco está relacionado, por exemplo, ao nascimento social, que é conformado por outros fatores dentro de um complexo de relacionamentos sociais como as relações de parentesco, as práticas de nomeação, os rituais de iniciação e de passagem. Desta forma, se para determinadas sociedades indígenas a vida se inicia mediante um consentimento social, o julgamento proferido no

discurso caricatural de Alves de que há indígenas – sobretudo as mulheres – que “ainda matam suas crianças” é falacioso já que a vida nem mesmo socialmente existe (Rosa, 2014).

A manifestação da ex-ministra equipara as coletividades indígenas e suas organizações socioculturais à barbárie e à crueldade, destituindo-as de quaisquer humanidade e racionalidade, uma vez que o termo “infanticídio indígena” pressupõe que “haveria formas próprias, culturais e tradicionais entre diversos povos de se matar ‘selvagemmente’ crianças” (Holanda, 2018, p. 155). Desta forma, tendo como referência a concepção de vida orientada pela concepção ocidental e hegemônica, legado do cristianismo, desconsidera a possibilidade de coletividades indígenas viverem de acordo com a pluralidade de suas próprias cosmologias (Rosa, 2016).

Atribuir a prática de “infanticídio” às sociedades indígenas foi parte da estratégia impulsionada pelo MMFDH, com base nos valores de defesa da família e dos direitos humanos universais, que buscou justificar por uma moralidade hegemônica a retirada de crianças indígenas de suas famílias e de seus contextos de origem. Vale ressaltar que esta estratégia moralizante não foi uma prática inovadora promovida pelo MMFDH, mas uma ação articulada já existente por grupos religiosos e organizações missionárias evangélicas (atuantes a nível internacional), que foi espetacularizada, em 2005, pela mídia brasileira na evidente tentativa de manipulação da opinião pública<sup>41</sup> e rapidamente pautada, no legislativo, por parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)<sup>42</sup>, tendo, posteriormente, seguido para o Ministério Público da União (MPU) (Holanda, 2018). Nessa esteira,

---

<sup>41</sup> Como exemplo disso, pontuamos a atuação intervencionista (e discreta) por duas décadas da organização missionária internacional e evangélica, de origem estadunidense, “Jovens com uma Missão” (Jocum), com histórico de entrada e permanência em territórios indígenas no Brasil, muitas vezes sem autorização expressa do governo, pelo menos desde a década de 1980, tendo trazido a público, por meio de uma reportagem exibida em 2005 por um programa televisivo brasileiro de alta audiência, o tema do chamado “infanticídio indígena” (Holanda, 2018). Em resumo, esta reportagem tratou como ‘milagre’ duas crianças Suruwaha, as “sobreviventes ao infanticídio”, que nasceram com deficiência congênita estarem vivas e terem sido resgatadas já que para essa cultura indígena, segundo a reportagem, praticava-se o “infanticídio”. Para maiores conhecimentos sobre esta reportagem, a atuação da entidade evangélica Jocum em territórios indígena e os desdobramentos em torno da ideia de “infanticídio indígena” nos âmbitos do Congresso Nacional e do Senado Federal (especialmente no contexto da criação do PL 1057/2007 e do processo de tramitação do PLC 2019/2015), recomendo para leitura os trabalhos de Holanda (2018), Rosa (2016) e Saviolo (2022), relevantes referências no campo da Antropologia sobre o tema.

<sup>42</sup> Conforme frisou Holanda (2018), a FPE composta por “um segmento político que não tem como pauta basilar a defesa de direitos indígenas ou histórico de denúncias às suas violações” (Holanda, 2018, p. 155).

portanto, foi reforçada pelo MMFDH ao longo de todo o governo do ex-presidente Bolsonaro, com retórica apelativa que visava o convencimento e apoio da opinião pública, com base em distorção das informações em torno do que se convencionou chamar “infanticídio indígena”.

O tema ganhou notoriedade no cenário nacional em dezembro de 2005 quando a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional realizou a primeira de uma série de audiências públicas para “[...] discutir a denúncia de retirada não autorizada de duas crianças da aldeia indígena Zuruahã, no Amazonas” (Lugullo, 2005), efetuada pela organização religiosa Jocum sem autorização expressa da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) (Holanda, 2018). Inclusive, esta audiência não contou com a presença dos próprios indígenas. Em 2006, a FPE realizou uma Campanha Nacional a Favor da Vida e contra o Infanticídio (Rosa, 2014).

O deputado Henrique Afonso<sup>43</sup>, à época PT – Acre, foi autor do Projeto de Lei nº 1057/2007, majoritariamente apoiado pela bancada evangélica, que tinha como propósito legislar sobre o que passou a ser nomeado como “infanticídio indígena”, com o objetivo de proibi-lo e penalizá-lo. Sob a missão de fortalecer a família e resgatar os seus valores – aqueles defendidos por Alves e Bolsonaro em seus respectivos discursos de posse 11 anos depois da criação do PL (Moreira, 2023) –, o PL foi protocolado junto ao Congresso Nacional no mesmo dia do lançamento oficial da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida (Rosa, 2016). Este PL foi discutido, e após idas e vindas, e diversas alterações, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados em 2015, depois de ter permanecido oito anos na Câmara dos Deputados. Assim, foi encaminhado ao Senado Federal convertido em Projeto de Lei Complementar (PLC) 119/2015, onde permanece, atualmente, aguardando a elaboração de um novo relatório no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) (Saviolo, 2022).

Este PLC, que altera o Estatuto do Índio e determina que os órgãos do Estado devem atuar contra os supostos casos de “infanticídios” em comunidades indígenas, por ter sido incluído na lista de pautas prioritárias do MMFDH, é exemplo disso. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e ficou há anos parado no Senado.

---

<sup>43</sup> Quando protocolou o projeto de lei em questão, Henrique Afonso era deputado federal do PT pelo Estado do Acre, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil e membro da Frente Parlamentar Evangélica.

Logo que tomou posse do MMFDH, Alves solicitou o desarquivamento do PLC 119/2015. O seu pedido foi atendido, e o PLC voltou a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. O tema já havia sido mobilizado no legislativo, mas a nomeação de Damares Alves ao MMFDH foi decisiva para impulsionar que o tema passasse a ser discutido como uma possível política pública também no âmbito do poder executivo (Moreira, 2023).

Esse debate em torno do chamado “infanticídio indígena” se assemelha ao da legalização do aborto por questionar o que é vida e onde esta começa, e que faz parte da ofensiva geral, protagonizada pela FPE, pela regulação do corpo (Rosa; 2014, 2016). Inclusive, o argumento com maior recorrência nos pronunciamentos dos/as representantes do Legislativo, durante a tramitação em torno do PL 1057/2077, foi a concepção de direito à vida estar sustentada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que legitimaria a intervenção do Estado brasileiro no sentido de amparar todas as crianças, inclusive aquelas que vivem em comunidades indígenas isoladas, independente das perspectivas culturais; e, todos os/as parlamentares que se manifestaram favoráveis à aprovação do PL também se manifestaram contrários à legalização do aborto (Rosa, 2016). Esta foi mais uma pauta moral que integrou a campanha “pró-vida” mobilizada pelo MMFDH, com o uso estratégico dos direitos humanos ao redefinir a sua noção construída desde a Constituição Federal.

Não existia, pelo menos até 2019, qualquer comprovação estatística e/ou dados oficiais disponíveis sobre a ocorrência de infanticídio em comunidades indígenas brasileiras nem informação etnográfica confiável ou consistente sobre tais fatos (Associação Brasileira de Antropologia, 2019; Rosa, 2016)<sup>44</sup>. Não há dados seguros que corroboram com as afirmações feitas por Alves (2019i) em seu discurso de posse sobre a prática de “infanticídio” entre os indígenas nem sequer que sustente que esta seja uma prática recorrente. Diante da escassez de dados sem base científica sobre a ocorrência desses episódios, Rosa (2014) sugere pensar a categoria “infanticídio indígena” como uma “[...] alegoria política e jurídica, usada para legitimar a intervenção autoritária do Estado no cotidiano das aldeias

---

<sup>44</sup> Refere-se ao artigo intitulado “Infanticídio entre as populações indígenas – Campanha humanitária ou renovação do preconceito?” que foi publicado, em maio de 2009, pela Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia e assinado pelo professor João Pacheco de Oliveira.



indígenas, e assim justificar e reafirmar o poder tutelar, que em verdade, nunca foi totalmente sepultado” (Rosa, 2014, p. 246).

Não se vê em nenhum dos seus pronunciamentos levantados esse mesmo engajamento e indignação de Alves sobre as situações de desmonte, de retirada de direitos e de desassistência à saúde que provocam mortalidade infantil entre estes povos e que atingem um número significativo de populações indígenas, que estão relacionadas, por exemplo, com: a restrição de direitos constitucionais à terra motivada pelos conflitos que envolvem a luta pela demarcação de terras indígenas e pela preservação das já demarcadas que ainda assim, sofreram com os ataques sistemáticos por parte de ruralistas, de garimpos ilegais, de madeireiros e do avanço do agronegócio; a desnutrição dessa população negligenciada pela falta de políticas de saúde específicas; a criminalização dos movimentos sociais indígenas; o assassinato de suas lideranças, etc.

Neste conjunto de problemáticas e ataques às populações indígenas que causam a mortalidade infantil, destacamos a desassistência à população Yanomami pelo Estado brasileiro, que sofreu com a crise humanitária a qual foi submetida entre 2018 – último ano do governo Michel Temer, fruto de um golpe jurídico-parlamentar que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff (Miguel, 2021) – e 2022, o que acarretou altas taxas de mortalidade infantil decorrentes, sobretudo, de doenças evitáveis, como desnutrição, malária, infecções e pneumonia (Anjos; Correia, 2023). Apesar da gravidade desses fatos, o MMFDH do governo Bolsonaro conviveu pacificamente com essas ocorrências que provocaram a mortalidade infantil entre os povos indígenas.

Portanto, o que identificamos em cena é uma postura de um Estado tutelar e punitivo – o mesmo que se omite e compactua com mortes indígenas evitáveis por ser negacionista na garantia de direitos básicos fundamentais – imbricada com um suposto conflito/dilema moral, pois a sua principal bandeira sobre a questão indígena é sustentada seletivamente pelo combate ao chamado “infanticídio”.

Em meio a esta crise humanitária deflagrada entre os Yanomami pela invasão ostensiva de garimpeiros ilegais no território, uma reportagem investigativa publicada pela Agência Pública<sup>45</sup> revelou dados alarmantes no que concerne à

---

<sup>45</sup> ANJOS, A. B.; CORREIA, M. Com apoio de Damare, governo Bolsonaro pagou missionários religiosos em terra Yanomami. **Agência Pública**, São Paulo, 29 maio 2023. Disponível em:

gestão do Ministério de Damares Alves em relação aos povos indígenas. O dado é que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), por intermédio do MMFDH, destinou R\$ 215,8 mil reais ao projeto Ulu, iniciativa desenvolvida por missionários que intentava o combate ao chamado “infanticídio indígena” entre os Yanomami. Ao agir em favorecimento deste projeto ligado a missionários, o MMFDH, que atuou de forma fundamental para viabilizar o repasse da verba ao projeto Ulu, se isentou de suas responsabilidades no enfrentamento à crise humanitária, enquanto “redirecionou casos de sua competência [sobre a gestão da crise Yanomami] a outros órgãos ou simplesmente os arquivou (Anjos; Correia, 2023). Apesar do repasse ter sido feito, o projeto de construção de uma casa de acolhimento para crianças em situação de risco e vulnerabilidade não foi concretizado. Ainda de acordo com a reportagem, um dos objetivos do MMFDH era tornar o projeto Ulu um projeto-piloto a ser replicado em outros territórios.

A crise na política indigenista sob a gestão do governo Bolsonaro foi marcada também pela paralisação da regularização de terras indígenas conforme ele mesmo já havia prometido publicamente, durante a campanha eleitoral de 2018: o compromisso de não demarcar nenhum centímetro de terras indígenas neste país, bem como tendo entregado a demarcação e proteção das terras indígenas ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) que, por sua vez, era comandado pelos interesses do agronegócio e de ruralistas (Santos; Holanda, 2019). Nessa esteira, o governo Bolsonaro foi o único que não demarcou nenhuma terra indígena desde a Constituição de 1988.

Ainda no contexto da cerimônia de posse em questão, Alves (2019i) discursou em um palanque repleto de homens brancos agrupados à sua volta, com a presença de apenas duas mulheres<sup>46</sup>, o que reflete também a composição do Congresso Nacional, com baixa representação feminina. Do seu lado esquerdo, havia uma extensa mesa ocupada pelos/as chefes das secretarias que compuseram o MMDH, e que seriam apresentados/as mais adiante por ela. Nesta mesa, uma figura se destacou: Sandra Terena, jornalista indígena de etnia Terena, que apareceu a todo momento no enquadramento do vídeo de transmissão deste discurso. Trajando uma roupa formal como já prevista para a ocasião, e um cocar com penas coloridas, a

---

<https://apublica.org/2023/05/com-apoio-de-damares-governo-bolsonaro-pagou-missionarios-religiosos-em-terra-yanomami/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

<sup>46</sup> Uma delas é a ativista de direita Sarah Girmoni, também conhecida como Sarah Winter.

sua presença, que demarcava, assim, a sua identidade indígena, indicava uma possível representatividade racial na pasta ministerial. No caso, ela foi escolhida por Damares Alves para chefiar a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Senappir).

Junto a Alves, a jornalista é outra integrante fundamental da chamada “luta contra o infanticídio indígena”. Figura politicamente atuante, ganhou notoriedade por ter produzido, no âmbito da Atini, o documentário “Quebrando o silêncio”, de 2019, cuja narrativa é construída em torno da ideia de “infanticídio indígena” como uma “prática tradicional” e, em alguns casos, até mesmo como ritual, o que a conferiu uma série de convites para participar de audiências e outros eventos públicos em torno do tema (Saviolo, 2022). Foi uma das figuras presente na primeira audiência pública, ocorrida no Senado Federal em 2016, em defesa da aprovação PL 119/2015, na qual “não transcorreu sem a presença de bíblias, a citação de versículos e a alusão ao binômio bem/mal, utilizados como ferramentas de superioridade moral e marcador jurídico sobre os povos indígenas” (Holanda, 2018, p. 177).

Por meio da Senappir de Sandra Terena, o MMFDH elencou como um de seus projetos prioritários para o ano de 2020, a realização de um estudo a respeito do “infanticídio indígena”, a fim de “[...] levantar dados estatísticos sobre essa prática, que possibilitem o desenvolvimento de ações de prevenção, enfrentamento e combate ao infanticídio nas aldeias” (Ministério [...], 2020b)<sup>47</sup>. Essa foi mais uma das muitas maneiras pelas quais a bandeira religiosa de luta contra o “infanticídio indígena” se transformou em uma política de governo que demonstrou o desmonte na política indigenista pelo governo Bolsonaro (Moreira, 2023).

Outra situação controversa envolvendo Damares Alves e os povos indígenas, é o fato da menina kamayurá chamada Lulu Kamaiurá, criada por Alves, ser referenciada como sua filha adotiva em diversas declarações públicas, mas que, na verdade, foi possivelmente sequestrada. Em uma das idas à aldeia Kamaiurá, no Xingu (MT), as missionárias Damares Alves e Márcia Suzuki, que também foi uma das fundadoras da Atini, se ofereceram para levar Lulu à Brasília sob o pretexto de

---

<sup>47</sup> MINISTÉRIO promoverá a igualdade étnico-racial nas escolas e combaterá o infanticídio indígena em 2020. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 16 jan. 2020 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/janeiro/ministerio-promovera-a-igualdade-etnico-racial-nas-escolas-e-combatera-o-infanticidio-indigena-em-2020>. Acesso em: 6 nov. 2023.

fazer um tratamento odontológico e com a promessa de levá-la de volta ao Xingu e à sua família assim que o tratamento terminasse. No entanto, mais de uma década se passou, e a menina nunca foi devolvida à sua família de origem. Até hoje sua vó e mãe afetiva, Tanumakaru, requerem o retorno da menina<sup>48</sup>. Este caso é emblemático já que a ex-ministra, que frequentemente afirmou que “‘ama demasiadamente os povos indígenas’” (Santos; Holanda, 2019), cria uma criança indígena que foi retirada ilegalmente do convívio familiar aos seis anos de idade por intermédio de trabalho missionário religioso intrusivo em área indígena. Apesar dessa ação não ter contado com nenhuma regularização legal de adoção, Damares Alves declarou tratar-se de uma relação socioafetiva e que teria salvado a criança de ser morta pela comunidade por ser filha de mãe solteira.

A bandeira contra o chamado “infanticídio indígena” esteve presente ao longo de toda atuação de Damares Alves frente ao MMFDH, sustentada por argumentos e dados infundados: em entrevistas concedidas pela ministra<sup>49</sup>, em discursos em eventos oficiais (inclusive, internacionais) e em postagens nas suas respectivas redes sociais. Um desses inúmeros episódios que pode ser citado, aqui, como um exemplo foi quando a mesma pauta foi levantada por Alves na 33ª Reunião das Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH), ocorrida em maio de 2019 em Buenos Aires, ao declarar publicamente que haveria entre os povos indígenas no Brasil 1500 casos de recém-nascidos enterrados vivos todos os anos por seus pais e familiares. Segundo Alves, “[...] quando nascem gémeos, os índios acreditam que há um ‘bebê do bem’ e outro do ‘mal’, e são também mortos filhos de mãe indígena solteira ou crianças que sofram qualquer doença física ou mental” (Ministra [...], 2019a). Novamente, sem referenciar, com dados oficiais, as informações que ilustram o seu argumento. Também enfatizou que “este é um governo pró-vida” (Ministra [...], 2019a), que “estamos a viver uma contrarrevolução cultural no Brasil” (Ministra [...], 2019a), e que um dos desafios do governo Bolsonaro é “[...] resgatar as crianças que as tribos

---

<sup>48</sup> Esta notícia foi denunciada pela Revista Época em janeiro de 2019, e repercutiu em diferentes veículos de comunicação.

<sup>49</sup> Como um dos inúmeros exemplos disso, a entrevista concedida por Damares Alves ao programa Impressões, da TV Brasil, em agosto de 2019. Em suas palavras: “Nós temos uma estimativa, isso não é oficial, inclusive a gente tá criando agora uma notificação, que mais de 1500 crianças são assassinadas por ano nas aldeias do Brasil” (Alves, 2019d).

indígenas brasileiras vão matar”<sup>50</sup> (Ministra [...], 2019a). Estas colocações geraram indignação e repúdio em nota publicada pela ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), que pediu esclarecimentos público a ex-ministra sobre a fonte científica da sua afirmação e à sua intenção, o que nunca ocorreu.

Como a ministra chegou a este número? Como estabeleceu a relação entre o suposto número e a causa morte atribuída? A partir de que fontes? Com certeza não foi obtida junto à Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS), a fonte mais qualificada e confiável hoje disponível no país, na esfera pública, sobre as ações e a situação de saúde individual e coletiva da população indígena no Brasil. [...] Não há registro de óbitos relacionados com a alegada causa apontada pela ministra (Associação Brasileira de Antropologia, 2019).<sup>51</sup>

Inferimos que as questões desenvolvidas, aqui, indicam que o discurso incidente da ex-ministra sobre a prática do que se convencionou chamar “infanticídio indígena” e os seus argumentos em prol de uma suposta proteção das populações indígenas funcionam a serviço do apelo midiático para a sustentação de uma imagem falsa e racista sobre os povos originários para o convencimento da opinião pública e para despistar questões urgentes que ameaçam verdadeiramente a existência desses povos e, ainda, pior: para camuflar os verdadeiros responsáveis pela expressiva mortalidade indígena que decerto não os encontraremos entre os indígenas. O fio condutor para a luta contra o chamado “infanticídio indígena” é mais uma reafirmação do seu compromisso com valores religiosos e propósitos evangelizadores das igrejas. É mais uma extensão de atuação do poder das igrejas evangélicas, e do fortalecimento de uma agenda moral pautada nos discursos “pró-vida” e “pró-família”, na contramão da garantia do direito à vida das crianças indígenas.

## 2.5.2

### Sexualidade adolescente

O MMFDH lançou uma política que defende a abstinência sexual entre adolescentes. Logo após a criação da Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência, o MMFDH, com apoio do Ministério da Saúde, lançou a campanha

<sup>50</sup> MINISTRA brasileira Damares Alves acusa indígenas de matarem 1.500 crianças por ano. **Diário de Notícias**, Lisboa, 31 maio 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/ministra-brasileira-damares-alves-acusa-indigenas-de-matarem-1500-criancas-por-ano-10964502.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

<sup>51</sup> Sobre a declaração da Ministra no dia 31/05/2019, em Buenos Aires.

“Adolescência Primeiro, Gravidez Depois – Tudo Tem o Seu Tempo”<sup>52</sup>, com o objetivo de reduzir a ocorrência de gestações na adolescência através do estímulo à abstinência sexual, portanto, atendo-se à ideia de que o adiamento da iniciação sexual como política pública seria eficaz para evitar a gravidez. Essa iniciativa se diferenciava de outras pela “[...] coragem de falar sobre retardar o início da vida sexual [...]” (Campanha [...], 2020), nas próprias palavras da ex-ministra.

Em 6 de dezembro de 2019, um seminário sobre “gravidez precoce” de crianças e adolescentes na Câmara dos Deputados, promovido pelo MMFDH, abordou o adiamento da iniciação sexual de adolescentes, inspirado no movimento “Eu escolhi esperar”<sup>53</sup>, idealizado por iniciativas religiosa cristã, que contou com a fala de seu coordenador, o pastor Nelson Júnior, no evento, e com a participação, também como palestrante, da norte-americana Mary Anne Mosack, presidente da Ascend, uma organização social com atuação na área de programas de educação para evitar riscos sexuais, e que realiza cursos para qualificar educadores/as a incentivar os/as adolescentes a não transar (Schreiber, 2019). Inclusive, o movimento “Eu escolhi esperar” já elabora livros didáticos e séries para serem introduzidos nas escolas.

Em cerimônia oficial promovida pelo MMFDH, com transmissão online pelo *Youtube*<sup>54</sup>, referente à “semana nacional de prevenção da gravidez na adolescência”, a imagem abaixo esteve estampada enquanto o evento ainda não havia iniciado.

---

<sup>52</sup> CAMPANHA visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF, 3 fev. 2020 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>. Acesso em: 14 dez. 2023.

<sup>53</sup> Esta organização cristã tem como objetivo “[...] ‘encorajar, fortalecer e orientar os solteiros cristãos a esperarem até o casamento para viverem suas experiências sexuais’” (Schreiber, 2019).

<sup>54</sup> CERIMÔNIA EM ALUSÃO À SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, 2022, Brasília, DF. **Vídeo...** Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Di6zh9VQOKU>. Acesso em: 22 dez. 2023.

Figura 5 – Imagem divulgada na pré-transmissão do evento sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência



Fonte: Cerimônia em alusão à Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (2022).

Enquanto o público *online* aguardava por quase 10 minutos o evento ser iniciado, lia-se “diga não à erotização precoce e evite a gravidez na adolescência”. Palavras de ordem que introjetavam e estimulavam, por meio do pânico moral, o combate a chamada “erotização precoce” (atribuída aos feitos da esquerda) frente a uma suposta sexualização de crianças e adolescentes que se encontrava em curso.

Também chama atenção a frase “converse com sua família e procure orientação em uma unidade de saúde” pelo fato de que o tema a respeito da gravidez na adolescência só cabe às instituições família e hospital, ficando refém das dimensões moral e patológica, respectivamente. Portanto, não reconhece nem incentiva a possibilidade deste tema ser tratado junto à escola. Nega-se a oportunidade de abordar a educação sexual nas escolas.

A expressão “viva o melhor de cada tempo” e a *hashtag* “#TudoTemSeuTempo” explicitam que o exercício da sexualidade como um direito dos/as adolescente não é levado em consideração, pois deve ser resguardado – aliás, reprimido – até a vida adulta, quando seria o tempo “correto”, de acordo com o padrão socialmente aceito, para exercê-la. O apelo para a entrada mais tardia na sexualidade nestes *slogans* reforça a condição dos/as adolescentes como sujeitos historicamente tutelados. Mais uma iniciativa política que corrobora com o entendimento de que o/a adolescente é um sujeito vulnerável, que corre riscos, o que acarreta em intervenções que se pautem pela sua proteção; e para isso, a sexualidade deve ser controlada.

Além de desconsiderar o espaço da escola para também tratar sobre esta questão, o mesmo é feito com a possibilidade de atuação do/a adolescente ser agente regulador de sua própria sexualidade, anulando a possibilidade de ter um comportamento sexual responsável e saudável, inviabilizando a possibilidade do protagonismo juvenil, para pensar a sexualidade adolescente como exercício de autonomia para lidar e debater sobre o tema.

A escolha pela abstinência sexual pode ser uma opção legítima, de caráter íntimo e pessoal, de qualquer pessoa, independente de gênero, de idade e credo religioso, contudo a formulação de políticas públicas em um Estado democrático precisa estar fundamentada na perspectiva do respeito aos direitos humanos, com base nas melhores evidências científicas disponíveis e no respeito a laicidade do Estado (Cabral; Brandão, 2020).

De acordo com amplas pesquisas desenvolvidas por Vanessa Leite (2019), a sexualidade na adolescência tem sido tratada como um problema a ser contido, baseada no controle repressivo sobre os/as adolescentes, e não como importante parte, em geral, da experiência humana. Desvinculada da perspectiva de afirmação e de garantia de direitos ao exercício da sexualidade, privilegia-se uma concepção naturalizada de adolescência ligada estritamente ao aspecto biológico, como se fosse um processo homogêneo, segundo a qual a sexualidade adolescente, entendida como uma mera questão de instintos, impulsos e hormônios, fixos e imutáveis, precisaria ser controlada (Leite, 2019). Nesta perspectiva essencialista, de certa maneira, é negada a dimensão da sexualidade na vida dos/as adolescentes.

Tanto nas falas da ex-ministra e do ex-secretário em aparições públicas é possível observar que é como se o/a adolescente fosse destituído de marcadores sociais da diferença, como classe, gênero e raça, que os atravessam, em diferentes graus, pelos múltiplos contextos aos quais estão inseridos/as. Portanto, o tema da gravidez na adolescência não é tratado em perspectiva interseccional de sistemáticas opressões. Segundo Collins e Bilge (2021), abordagens que não consideram as clivagens interseccionais de gênero, raça e classe recaem em visões superficiais e, ainda, se tratando de uma entidade do governo federal, responsável pela elaboração e divulgação de políticas públicas voltada para essa questão, se torna ainda mais preocupante o tratamento dado a isso nos serviços prestados pela pasta, uma vez que não são acionadas questões que corroboram para a superação das desigualdades de gênero, mas para alardear as moralidades.



Outro ponto é que o apelo “adolescência primeiro, gravidez depois”, em particular, pode não ser notado por aqueles que não se sentem responsáveis pela gravidez. Portanto, incluir adolescentes homens nas discussões sobre a redução da gravidez permanece sendo um desafio se não forem mobilizadas reflexões sobre masculinidade, virilidade, desigualdade e violência de gênero (Cabral; Brandão, 2020).

É importante sublinhar que há uma tendência predominante em tratar questões ligadas a crianças e adolescentes sem considerar que esses sujeitos são atravessados por diversas especificidades. Nesse sentido, compartilhamos da visão pontuada por Leite (2012, p. 91) de que “[...] a adolescência não configura um fenômeno homogêneo, o que leva a considerar diferentes adolescências, pautadas por processos sociais distintos e atravessadas por diferentes marcadores sociais de diferença como classe social, gênero e raça”. Pensando que os obstáculos para o exercício da sexualidade tornam-se ainda mais rígidos para esses sujeitos quando ampliamos o conceito “adolescência” e se reconhece a heterogeneidade cultural desse público, explicito, a seguir, a postagem da ex-ministra em relação à visita íntima aos/as adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação:

Figura 6 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 28 de dezembro de 2019



Fonte: Alves (2019q).

Essa questão da visita íntima para os/as adolescentes nas unidades socioeducativas de privação de liberdade é alvo da ingerência autoritária do Estado. Na narrativa proferida acima, é acionado um discurso autoritário, com viés punitivo, que enfatiza o controle da sexualidade do/a adolescente mesmo compondo o campo dos direitos humanos. Para parte desta população – sobretudo, jovem,

negra, pobre, periférica e de baixo nível de escolaridade – os direitos sexuais equivalem a regalias. Além do ato infracional, pune-se também a sexualidade.

Ao exclamar que “O equipamento público não é MOTEL!”, a ex-ministra propagada uma ideia baseada no “essencialismo sexual”, ou seja, na ideia de que o sexo é um impulso biológico, direcionado à reprodução dos indivíduos (Corrêa, 2008). Permeada pelo crivo da moralidade e de fácil aderência pela opinião pública, a sua afirmação trata a sexualidade adolescente restrita somente ao ato sexual e estabelece uma associação direta de que gravidez na adolescência é resultante de permissividade sexual, logo disponibilizar visita íntima significaria incentivar a precocidade sexual.

A postagem, realizada em dezembro de 2020, está inserida em um contexto no qual a ex-ministra criticou uma decisão do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que tratava do mapeamento dos quartos entre casais nos centros de medidas socioeducativas e a regulamentação de visitas íntimas, afirmando “[...] que as mudanças criam ‘um motel com dinheiro público para crianças e adolescentes’” (Fruet, 2020). Não encontramos essa mesma indignação moral da ex-ministra quando vem à tona denúncias de adolescentes no contexto do sistema socioeducativo, vítimas de violência sexual por agentes do Estado (Rianelli; Viola, 2021), embora a pauta da violência sexual contra crianças e adolescentes seja tratada como prioridade pelo MMFDH, conforme diversas declarações públicas da ex-ministra.

O exercício da sexualidade dos/as adolescentes, sobretudo, no contexto de privação de liberdade não é tratado na perspectiva de garantia de direitos tampouco como um direito humano fundamental à livre expressão da sexualidade, de liberdade de escolhas, de parte legítima e integrante do processo de formação para a vida. Desconsidera-se que a sexualidade também é matéria para a afirmação dos direitos humanos. Nesse sentido, os direitos sexuais não devem ser entendidos como supérfluos, mas como um direito básico que é essencial para reivindicar qualquer outro direito (Armas, 2008; Cornwall; Jolly, 2008). Pesquisas evidenciam que o tema provoca resistências pela própria gestão e profissionais das instituições socioeducativas com barreiras procedimentais para dificultar a relação íntima dos/as adolescentes via dispositivos institucionais e estratégias discursivas (Foucault, 2020), bem como em perceber os/as adolescentes custodiados/as como seres sexuais (Silva, 2023).

Em uma perspectiva de direitos humanos, inferimos que caberia ao Estado promover as condições para que os/as adolescentes mais vulneráveis da população pudessem tomar suas decisões sobre a prática da sexualidade com maior autonomia. Assim, a educação sexual não deveria se limitar a compartilhar informações sobre o funcionamento do sistema reprodutor e sobre os métodos disponíveis para prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez, mas deve se dirigir, sobretudo, à formação dos/as adolescentes para o convívio com a diversidade cultural, sexual e de gênero; para uma preparação mais ampla desses sujeitos para a iniciação sexual, tendo o seu direito de receber informações seguras sobre sexo, de métodos de proteção à saúde e prevenção da gravidez.

### **2.5.3**

#### **Modificações no ECA, esvaziamento do CONANDA e conselho tutelar como nicho**

Em 3 de janeiro de 2019, foi criada a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência, “[...] a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência” (Brasil, 2019b, art. 1º), por intermédio da lei nº 13.798/2019; a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (Brasil, 2019c), na lei nº 13.812/2019; a mudança na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos (Brasil, 2019c), também na mesma lei nº 13.812/2019; a mudança na lei sobre a reeleição dos/as conselheiros/as tutelares, tornando possível a reeleição por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez (Brasil, 2019d), lei nº 13.824/2019. Para o evento de divulgação das alterações no ECA, o MMFDH anunciou a apresentação de “um novo ECA”, o que surpreendeu convidados/as da área dos direitos infanto-juvenis, mas na verdade, foi uma nova edição com mudanças pontuais, sem alteração de seus princípios básicos (Domingues, 2019). Contudo, chamamos atenção para a última mudança elencada acima a respeito da possibilidade de reeleição irrestrita dos/as conselheiros/as tutelares por coadunar com a facilitação da manutenção de determinados segmentos conservadores religiosos à frente do órgão, contribuindo assim, muito provavelmente, com a baixa

rotatividade e redução da dimensão democrática desse órgão (Teixeira; Cypriano, 2022).

Ainda nessa esteira de mudanças, em maio 2019, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão colegiado e deliberativo, que já vinha sendo inviabilizado pelo MMFDH, pasta à qual era vinculado, foi alvo de desmonte do ex-presidente Bolsonaro, que, por meio do decreto 10.003/2019, determinou mudanças na estrutura do conselho, previsto no ECA. Criado pela lei 8.242/1991, o CONANDA tem entre suas atribuições “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente [...]” (Brasil, 1991, art. 2º, inc. I), “acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União [...]” (Brasil, 1991, art. 2º, inc. IX) e fiscalizar ações do Executivo (Brasil, 1991). Entre as medidas do referido decreto, todos/as os/as membros/as que integravam o conselho foram dispensados/as e novas regras para escolha dos/as integrantes da sociedade civil foram determinadas: antes, como era feito desde a sua criação, definida por eleição a assembleia, a escolha passou a ser por meio de processo seletivo a ser organizado pelo governo, ou seja, vimos a substituição de um poder de decisão que, antes, cabia, sobretudo, à sociedade civil, passar a ser responsabilidade do governo do ex-presidente Bolsonaro. Além disso, foi determinada a diminuição de 28 para 18 o número de conselheiros/as, retirando parte significativa dos/as representantes da sociedade civil. Este corte sobre a participação da sociedade civil na fiscalização do governo federal configurou uma das facetas desta gestão. O número de reuniões também diminuiu: em vez de encontros mensais, seriam encontros a cada três meses, sendo que para os/as integrantes que moram fora do Distrito Federal, e que antes participavam de forma presencial, segundo o decreto, passariam a participar por videoconferência (Cancian, 2019).

Nas entrevistas, nos pronunciamentos públicos em eventos desenvolvidos pela pasta e nas postagens em redes sociais ao longo de todo mandato, Alves seguiu afirmando sobre a importância de estabelecer diálogo direto com os/as conselheiros/as tutelares de todo o Brasil, enaltecendo a relevância da atuação desses/as profissionais na “defesa da infância” e reconhecendo a importância desses sujeitos para o governo do ex-presidente Bolsonaro. Em suas próprias palavras:

[...] Todas as minhas viagens pelo Brasil, seja o tamanho que for a cidade, na hora de fechar a agenda, eu reservo o meu espaço com os conselheiros tutelares. [...] A

imprensa vai lá no restaurante perguntar ‘o que que a senhora tá fazendo aqui? A senhora não foi convidada pra almoçar com o prefeito, com o governador? Por que a senhora não vai almoçar com eles?’ Porque, pra mim, da minha parte, o mais importante aqui é o conselheiro tutelar. E tem sido momentos extraordinário de estar com eles em todo o Brasil, e quando a gente não consegue gastar uma hora, pelo menos, eu passo em um conselho tutelar pra abraçar, pra trazer visibilidade [...]. E dizer para os municípios, e dizer para o Brasil: ai das crianças brasileiras se não fosse os nossos conselheiros tutelares! (Alves, D., 2020, 24 min 38 s).

A primeira postagem no perfil da ex-ministra no *Instagram*, que abordou especificamente sobre o conselho tutelar, ocorreu em abril de 2019. O tema desta primeira postagem se desdobrou, em sequência, em outras duas, totalizando, portanto, três postagens seguidas. Tratava-se de um evento realizado, em abril de 2019, na cidade de Aracaju, capital de Sergipe, onde a ex-ministra morou por dez anos, e que contou com a sua presença para a entrega de 26 carros e equipamentos destinados a 22 municípios de Sergipe para atender aos conselhos tutelares. Nesta ocasião, em seu discurso, Alves afirmou que: “[...] eu quero estar indo em reuniões com vocês nos municípios, fazer Fórum Regional, trazer a Ministra, só com conselheiros tutelares. Dizer uma coisa, gente: vocês são os nossos heróis anônimos do Brasil!” (Alves, 2019j). Em seguida, em outra postagem, Alves concluiu: “[...] e fizemos um pacto, hoje, com prefeito, com governador, conselheiros tutelares para o grande enfrentamento a violência sexual neste Estado contra criança. Sergipe, um Estado pró-vida, pró-família, protegendo a infância [...]” (Alves, 2019k). Além da cidade de Alagoas, foi possível identificar diversas outras postagens, com o mesmo propósito, o de comunicar entrega de veículos e equipamentos aos conselhos tutelares, ou de reuniões com conselheiros/as em demais localidades, tais como: em Mato Grosso, São José do Rio Preto (SP), Campinas (SP), Tubarões (SC) e Nova Veneza (SC). Esse vínculo próximo e de projeção de visibilidade contribuem para que conselheiros/as se sintam reconhecidos/as e valorizados/as. Essas relações do MMFDH estabelecidas no âmbito dos conselhos tutelares se mostram importantes para assegurar a capilaridade de pautas políticas, tais como a gama de investidas “pró-família”, em defesa da família tradicional, e “pró-vida”, contra o aborto, para compor agenda de direitos humanos e a ideia desejada de proteção das infâncias. Neste sentido, a promoção de reuniões e vínculos com conselhos tutelares, sobretudo, em municípios de menor porte, que chegam a contar com a presença da ex-ministra e/ou demais figuras do MMFDH, é uma estratégia política de potencializar e capilarizar ainda mais as pautas conservadoras sobre a concepção

de infâncias, que precisam ser protegidas de supostas investidas ideológicas. Chamamos atenção que ao mencionar o trabalho dos/as conselheiros/as, o foco de Alves se dirige para “defender a infância”, não fazendo uma menção direta a adolescência, com a mesma prioridade que é feita quando se trata das infâncias.

Na ocasião do 1º Encontro Nacional dos Conselheiros Tutelares, promovido pelo MMFDH<sup>55</sup>, em março 2022, o ex-secretário Maurício Cunha afirmou que:

O trabalho do conselheiro tutelar é um trabalho de direitos humanos, [...] porque diz respeito a todas as crianças e não apenas às crianças de baixa renda, embora a gente saiba que os nossos principais usuários são as crianças das famílias mais pobres e vulneráveis, então ele é mais abrangente. [...] A interface de vocês é com os direitos da criança e do adolescente, e não apenas com a área da assistência social. É mais amplo, por isso você precisa conhecer os nossos projetos, e a grande mídia – eu não gosto de fazer coitadismo, não, mas a grande mídia não vai te falar dos nossos projetos. Ela não vai te informar! – Você precisa acompanhar as nossas mídias sociais. Nós não temos recurso pra uma mega campanha de *marketing* e comunicação que atinja 5570 municípios. A área de direitos humanos não tem isso! Então, como a gente faz chegar até você nossas políticas? Você precisa conhecer nossas mídias sociais. Você precisa seguir. Você precisa ter o site do MMFDH aberto no descanso de tela do seu computador. Você precisa curtir o *instagram* do secretário [risos] pra gente conversar lá no *direct*, tá bom? Todo dia eu falo com conselheiro tutelar no *instagram*, com maior prazer, maior alegria, por quê? É hoje que as sociedades funcionam assim (Cunha, 2022, 185 min 24 s).

Além das visitas presenciais aos conselhos, de organização de encontros, uma outra forma de canal enaltecida para manter contato com os/as conselheiros/as, conforme narrou o ex-secretário, é pela plataforma *Instagram*. Apesar do nome “encontro”, o referido evento foi em formato de palestras, proferidas por convidados/as, e contou com a participação de, aproximadamente, 300 conselheiros/as tutelares (Encontro [...], 2022)<sup>56</sup>. Dentre as pautas e orientações feitas pelo ex-secretário aos/as conselheiros/as, destacamos as seguintes:

- a) incentivo a conhecer e participar da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>57</sup>, que contou com curso específico para a

<sup>55</sup> Este evento contou com transmissão online pelo canal do MMFDH no *Youtube*. ENCONTRO NACIONAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES, 1., 2022, Brasília, DF. **Vídeo...** Brasília, DF: MMFDH, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=QTpuBkecq0&ab\\_channel=Minist%C3%A9rioDosDireitosHumanosedaCidadania](https://www.youtube.com/watch?v=QTpuBkecq0&ab_channel=Minist%C3%A9rioDosDireitosHumanosedaCidadania). Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>56</sup> ENCONTRO nacional reúne conselheiros tutelares para debater a proteção de crianças e adolescentes. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF, 29 mar. 2022 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/encontro-nacional-reune-conselheiros-tutelares-para-debater-a-protecao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>57</sup> O MMFDH coordenou a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), uma plataforma online que ofereceu capacitação continuada para atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, dentre eles, os/as conselheiros/as tutelares. Foram cinco cursos gratuitos, sendo eles: 1) Mediação de conflitos: uma perspectiva sistêmica em tempos de

formação de conselheiros/as tutelares;

- b) ampliação de canais de denúncias;
- c) dados com a equipagem dos conselhos tutelares;
- d) lançamento da campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois”;
- e) instrução de informações para compor o discurso dos/as conselheiros/as, principalmente, quando forem “[...] conversar com um ator político, com o prefeito, uma família, for numa escola dar uma palestra (eu sei que vários conselheiros fazem isso) [...]” (Cunha, 2022, 194 min 53s), quando o assunto for, por exemplo, o impacto da pandemia na vida de crianças e adolescentes.

Segundo o ex-secretário:

[...] muito do que se tem falado não é verdade, tá? [...] Muita especulação! Muita gente dizendo “ah, porque milhares de órfãos da COVID”; “ah, porque o trabalho infantil triplicou”. Ninguém sabe ainda! Ninguém sabe ainda! As pesquisas ainda estão sendo feitas. (Cunha, 2022, 197 min 37 s).

Tal orientação feita aos/as conselheiros/as perpetuou o negacionismo científico, como propagado no governo do ex-presidente Bolsonaro. Em um vídeo publicado no *Youtube*<sup>58</sup>, com o intuito de convocar a sociedade civil para a votação no processo de escolha dos/as conselheiros/as, em 2019, Alves alerta para que: “[...] escolha pessoas que estão comprometidas com a defesa da infância” (Alves, 2019l, 24 s). Seguiremos neste capítulo colocando em relevo a concepção de “defesa da infância” propagada pela ex-ministra junto ao MMFDH.

## 2.6

### Os sentidos da educação sob o acirramento das ofensivas antigênero

Discursos que acionam o combate ao famigerado “kit gay”, à “doutrinação nas escolas” e à suposta “ideologia de gênero”, mobilizados pelos grupos

---

pandemia; 2) Fundamentos em Direitos Humanos no contexto da crise Covid-19; 3) Atuação dos conselheiros de direitos e conselhos tutelares; 4) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); 5) Abuso sexual contra crianças e adolescentes. ESCOLA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://endica.mdh.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>58</sup> ALVES, D. **Fala, ministra!**: eleição Conselheiros Tutelares. Brasília, DF, MMFDH, 2019l. 1 vídeo (36 s). Publicado pelo canal Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WnfbY-WvdAM>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

conservadores religiosos, engendram a criação de pânico morais sob o respaldo de serem campanhas destinadas a destruir as famílias, a heterossexualidade e a “virtude” de crianças e adolescentes. A produção do “pânico moral” é indispensável para o vínculo entre as lideranças da extrema-direita e sua base ideológica conforme propôs Miguel (2021, p. 6):

O pânico moral é ferramenta para promover uma mobilização rápida, apaixonada e imune ao debate. Afinal, os “valores” são entendidos como o fundamento de nosso eu; aceitar o questionamento deles é desestabilizar quem nós somos. A reação é altamente emocionalizada; a ameaça, percebida como iminente e devastadora, exige uma resposta contundente, não ponderação ou conversa.

Na sua origem, o Movimento “Escola sem Partido” (MESP), criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, tinha como foco de suas críticas a suposta “doutrinação marxista” ou ainda, o “marxismo cultural”, promovido por parte dos/as professores/as nas escolas e pelos currículos escolares, alinhado ideologicamente ao Instituto Millenium, o *think tank* pró-mercado ultraliberal, e ao programa econômico da direita (o Estado mínimo, a desregulamentação e a flexibilização da legislação trabalhista) (Miguel, 2016). É aliado a outra vertente da agenda conservadora, no combate à chamada “ideologia de gênero”, que o MESP, ao assumir a pauta de gênero para si, aumenta bruscamente a sua importância no debate público, facilitada pelo trabalho de propagandistas da extrema-direita. Então, nessa perspectiva, para o MESP não era só a “doutrinação da esquerda” que estava na mira nem somente a figura de Paulo Freire que era o inimigo declarado, mas a necessidade de impedir a “sexualização” contra as crianças, opondo-se, assim, a qualquer conteúdo sobre sexualidade e gênero na escola.

O material intitulado Escola sem Homofobia (ESH), nomeado por seus detratores de “kit gay”, tinha como objetivo contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004) através de iniciativas que promovessem a garantia dos direitos humanos e o respeito às orientações sexuais e identidades de gênero no âmbito das escolas públicas do país. Em sua fase final de aprovação pelo Ministério da Educação (MEC), foi suspenso publicamente pela presidenta Dilma Rousseff em maio de 2011, após forte pressão de setores religiosos do Congresso Nacional. Apesar do governo da ex-presidenta ter recuado e barrado a distribuição do material, a campanha contra o chamado “kit gay” permaneceu fervorosamente presente no discurso da extrema-direita com base na ideia de que se tratava de uma política de promoção da homossexualidade, da



promiscuidade e até da pedofilia nas escolas. À época, Jair Bolsonaro chegou a distribuir panfletos nas escolas e residências do Rio de Janeiro alegando que o MEC e grupos LGBTQ+ “incentivam o homossexualismo” e “tornam nossos filhos presas fáceis para pedófilos” (Projeto [...], 2011)<sup>59</sup>.

Nessa esteira, o “kit gay” transformou-se em um dos artefatos mais proeminentes da campanha presidencial de Bolsonaro. Em caráter de alerta sobre a distribuição do “kit gay” nas escolas como um dos vetores promotores da tentativa de “doutrinação de gênero”, este conteúdo era associado ao Partido dos Trabalhadores e ao seu candidato a presidente, Fernando Haddad, que veio a ser o principal adversário do ex-oficial do Exército, Jair Bolsonaro, nas eleições presidenciais de 2018. Tal pauta não só impulsionou a campanha política de Bolsonaro como perdurou ao longo de todo o seu governo, propagado por sistemáticas afirmações falsas amplamente divulgadas pela sua base de apoiadores/as por meio do pânico moral. Dentre a composição desta base, foi noção-chave nos discursos e postagens de Damares Alves frente ao MMFDH.

### 2.6.1

#### O combate à chamada “ideologia de gênero”

O termo “ideologia de gênero” emerge em uma disputa ofensiva antigênero, produzida no âmbito de discursos e práticas católicas fundamentalistas, tendo sido capitaneado por setores ultraconservadores (Junqueira, 2017) para promoverem ações políticas que impõem valores morais tradicionais.

De fácil apreensão no senso comum, a chamada “ideologia de gênero” “[...] trata-se de uma banalização e desvirtuação da discussão teórica sobre ‘gênero’” (Miguel, 2021, p. 3) e de uma “ação reativa e ofensiva contra o uso do conceito gênero” (Marafon, 2018, p. 121). Os setores conservadores se apropriaram de termos mobilizados por pesquisadores/as de gênero e pelos movimentos sociais feministas, alterando o seu sentido. Desta forma, utilizam-se do uso estratégico de termos do campo de estudos e de produção de conhecimento para desqualificar o que vem sendo construído nos campos científico e social atrelado a uma “ideologia”. Por exemplo, no prefácio do *e-book* correspondente ao 4º Fórum

---

<sup>59</sup> PROJETO de distribuir nas escolas kits contra a homofobia provoca debate. **G1**, Rio de Janeiro, 12 maio, 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contr-a-homofobia-provoca-debate.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

Nacional sobre a Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes, promovido pelo MMFDH em 2021, o ex-secretário Maurício Cunha, pontuou o seguinte “esclarecimento”:

A segunda questão – e aqui é o ponto principal – é que o modo forçoso de infundir a ideologia de gênero em crianças e adolescentes afronta diametralmente o pleno e saudável desenvolvimento biopsicossocial. A ideologia de gênero, seja ela abordada na área da educação, seja na área da saúde, é violência contra crianças e adolescentes, na medida em que os privam de referenciais necessários ao seu pleno desenvolvimento sexual, emocional e afetivo, bem como os expõe a inconveniente manipulação psicológica. Muito embora dependentes da tutela e de acompanhamento da família, da sociedade e do Estado, crianças e adolescentes não devem ser objetos de quaisquer ideologias, mas sujeitos de direito, e como tal devem ser respeitados em sua fragilidade psicológica, dentro da sua especial condição de desenvolvimento, um dos pilares da doutrina da proteção integral que fundamenta o nosso marco normativo (Cunha, 2021, p. 12).

Apoiada em uma perspectiva biológica reducionista do binarismo de gênero, a chamada “ideologia de gênero” tem sido evocada para defender a manutenção de uma ordem hierárquica e desigual entre as pessoas em nome da defesa de crianças e adolescentes (Leite, 2019). Além do propósito de desqualificação, também visa acusar pesquisadores/as de ameaçarem a moralidade cristã e a ideia de família, defendida como um arranjo tradicional e cis-heteronormativa, fundada na dominação paterna. Esta desqualificação e acusação é apelidada por atores da extrema-direita, de forma pejorativa, como “ólogos”, uma característica do que vem a ser o anti-intelectualismo. Refere-se a deslegitimação de pesquisas acadêmicas referenciadas pelos estudos de gênero e feministas, compreendidas como meras produções de caráter ideológico sem valor científico (Teixeira, 2019).

A “ideologia de gênero” não foi uma invenção do bolsonarismo tampouco oriunda de terreno brasileiro. A ofensiva conservadora envolvendo especialmente questões ligadas a gênero e sexualidade se trata de um fenômeno transnacional antigênero, embora se manifeste com certas características em cada contexto nacional (Biroli, 2020). O termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez na América Latina, no âmbito da Igreja Católica, em um documento da Conferência Episcopal Peruana<sup>60</sup>, nos anos 1990, num contexto de reação aos conteúdos desenvolvidos em consensos internacionais acerca da agenda de igualdade de

---

<sup>60</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A ideologia do gênero: seus perigos e alcances**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: [https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960\\_IdeologiaDeGenero\\_PerigosEAlcances\\_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf](https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

gênero e de diversidade sexual. Conforme pesquisas e observações pessoais de Sônia Corrêa (2018), tal contexto teve como ponto de partida em torno dessas disputas e o repúdio ao “gênero” como pauta transnacional na esfera das Nações Unidas a partir da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (ECO 1992), das Conferências de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPID, 1994) e da IV Conferência Mundial das Mulheres de Pequim (IV CMM, 1995).

Assim, capitaneado por intelectuais católicos, foi sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos anos 2000, que o termo “ideologia de gênero”, oriundo de outras denominações correlatas como “teoria de gênero”, foi progressivamente se expandindo dos contextos católicos até se legitimar como categoria política a ponto de ser citado em documentos de Estado e em pronunciamentos de dirigentes políticos (Junqueira, 2017). Esse movimento na América Latina foi constituindo alianças entre católicos e evangélicos por uma agenda em comum: oposição às agendas da igualdade de gênero e da diversidade sexual na educação, e aos direitos relacionados à identidade de gênero, sob o respaldo do discurso de defesa da família nuclear e heterossexual, na qual a função da “mãe”/”mulher” está associada à esfera doméstica, dado que a natureza biológica feminina estaria propensa ao papel social do cuidado. Assim, a utilização do conceito “gênero” esteve atrelada a uma ameaça à moral sexual e reprodutiva e, consequentemente, a uma ideologia com vistas à destruição da família tradicional e da própria “natureza humana” (Teixeira, 2019).

No caso do Brasil, foi a partir de 2011 que “ideologia de gênero” foi usada no parlamento, principalmente por evangélicos, para responder ao movimento feminista, sobretudo acerca dos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e para combater as demandas LGBT, em defesa da família e da religião (Lacerda, 2019). Mais especificamente no âmbito do Poder Legislativo Federal, o termo ganhou notoriedade, em um primeiro momento, com as discussões sobre a inserção de temas relacionados à igualdade de gênero e do respeito às diferentes orientações sexuais em torno da promoção do Programa Brasil sem Homofobia e, posteriormente, com a inclusão das diretrizes de combate à discriminação de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020), que

passou a ser mobilizado com cada vez mais frequência entre parlamentares e membros da sociedade civil (Teixeira, 2019).

Mas antes disso, quando foi proposto o Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III), em 2009, há uma chave para entender que a oposição ao gênero não aparece de maneira isolada. Isso porque ao tratar de temas controversos como a descriminalização do aborto como um tema de saúde pública, a instauração de uma Comissão da Verdade (CV), a criação de redes de proteção dos direitos humanos para população LGBTT, o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação dos meios de comunicação, gerou intensas contestações por parte da bancada evangélica, cuja oposição ao plano marcou a disputa presencial no pleito de 2010 (Machado, 2012). Não por acaso essa oposição ao gênero foi assumida por alianças entre setores religiosos e conservadores que foram sendo construídas contra o governo PT de maneira que fosse desestabilizando o seu apoio popular, consolidando, assim, o antipetismo. A “ideologia de gênero” é uma noção que se transformou em estratégia política com capacidade de mobilização popular para processos de desconstrução democrática. Diversos temas compõem o combate à “ideologia de gênero” no escopo dessa reação conservadora: defesa da família tradicional, defesa da vida desde a sua concepção (contra o aborto), defesa da sexualidade heteronormativa, da identidade de gênero fundamentada no sexo biológico, dos valores religiosos cristãos e da oposição à inclusão de disciplinas que tratem sobre educação sexual e identidade de gênero na educação (Lacerda, 2019). Para os propósitos desta tese, é importante visualizar que a ideia de um perigo a ser combatido em torno da noção de “ideologia de gênero”, que coloca a família e a infância em risco por denotar o perigo de tratar assuntos relacionadas a gênero e sexualidade para crianças assim como uma ameaça contrária a “família tradicional heteronormativa” (Junqueira, 2018), se transformou em um eixo das lideranças de extrema-direita em várias partes do mundo.

Figura 7 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 31 de agosto de 2019



Fonte: Alves (2019e).

Conforme descrito na imagem da própria postagem acima, difunde-se a ideia de que as crianças seriam as mais vulneráveis à “ideologia de gênero” por desestabilizar a sua formação de identidade feminina ou masculina. O combate à suposta “ideologia de gênero” foi reiterado no discurso de posse de Damares Alves (2019i) assim como insistentemente em suas diversas manifestações públicas, a níveis nacional e internacional.

A expansão das investidas antigênero também refletiu em políticas públicas, como na preocupante distorção de finalidade do Disque 100, canal de denúncia para violações de direitos humanos em geral, em aparato estatal de patrulhamento na ofensiva antigênero no Brasil, ocorrida em 2022 (Maracci; Prado, 2022). Lançado em abril de 2021, o Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos, concernente à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos<sup>61</sup>, chamou atenção por ter sido um documento institucional que ofereceu como um dos descritores que tipifica as possíveis violações de direitos humanos recebidas pelos canais oficiais de denúncia, como o Disque 100, a expressão “ideologia de gênero”. Somado a isso, não havia qualquer menção a termos como “homofobia”, “lesbofobia” ou “transfobia”, uma vez que estas violações foram agrupadas no amplo e generalizado termo “orientação sexual”, impedindo, assim, a coleta de dados que fomentaria relatórios sobre

<sup>61</sup> Órgão responsável por “[...] receber, examinar, encaminhar, acompanhar e prestar informações aos cidadãos acerca de denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos e da família” (Ouvidoria [...], 2021).

violência LGBTfóbica bem como a elaboração de políticas públicas comprometidas com o enfrentamento de violências sofridas pela população LGBTQIA+ (Maracci; Prado, 2022).

O investimento ministerial, junto a seus representantes, de institucionalizar o combate à suposta “ideologia de gênero”, tratando a sua tipificação como um elemento oficial de denúncia, “[...] formaliza a possibilidade de denúncias contra o livre exercício docente, instaurando um ambiente de policiamento contra professores e funcionários da Educação” (Maracci; Prado, 2022, p. 1385), especialmente àqueles/as profissionais da educação que mobilizam temáticas de gênero e sexualidade nas escolas. Também promovido por esse Governo Federal, vimos em outra escala, uma outra forma de violência contra a população LGBTQIA+ devido a indeterminação de dados oficiais a respeito das violações de direitos sofridas por essas pessoas, constatada no apagamento de termos como “homofobia”, “lesbofobia” e “transfobia” na tipificação de violações de direitos apresentada no Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos, conforme descrito acima.

## 2.6.2

### A defesa pelo homeschooling

Figura 8 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 13 de julho de 2019



Fonte: Alves (2019f).

Os grupos conservadores religiosos argumentam que a prática do *homeschooling* é um direito das famílias de educar seus/suas filhos/as de acordo com os valores prezados pelas figuras do pai e da mãe. Tais valores se referem às convicções conservadoras política, ideológica e religiosa do pai e da mãe, a quem supostamente pertenceria a tarefa de educar. Desta forma, retira-se a centralidade do processo de ensino das escolas, o que supostamente blindaria seus/suas filhos/as da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural”. Caberia aos/às filhos/as ocupar um lugar restrito de absoluta submissão a seus pais (ou responsáveis) em uma relação, demarcadamente, hierarquizada. Assim como para os/as defensores/as do MESP, a ideia em torno da prática do *homeschooling* é de que as crianças e adolescentes sejam tratados/as como se fossem propriedades dos pais (ou responsáveis).

Já para os grupos progressistas, essa prática nega expressamente a dimensão da socialização na escola e a potencialidade para os/as estudantes do convívio com o respeito à diversidade, característicos de uma sociedade democrática e plural. Ou seja, cessa a possibilidade de crianças e adolescentes terem contato com visões de mundo e valores diversos daqueles que estão habitualmente presentes na família. Estima-se que 35000 famílias brasileiras sejam praticantes de *homeschooling*, sendo cerca de 70000 crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos de idade, e com praticantes em todos os estados do país (Associação Nacional de Educação Domiciliar, 2021)<sup>62</sup>.

Nos chama atenção que a pauta em defesa do *homeschooling* esteve diretamente atrelada ao MMFDH, e não ao MEC. Ao ser questionada sobre isso em uma entrevista, Alves defendeu que:

Mas por que o nosso Ministério? Porque é uma demanda da família. Quem quer o ensino domiciliar, quem está buscando isso no Brasil, hoje, é a família, então a iniciativa nasce no Ministério da Família. O Ministério da Mulher e da Família. Nasce desse Ministério junto com o Ministério da Educação (Alves, 2019o, 8 min. 13 s).

Portanto, podemos reconhecer que mais uma agenda (no caso, do *homeschooling*) está endereçada para a conformação da família tradicional como solução para mais uma disfunção social ao supostamente promover uma educação

---

<sup>62</sup> Associação Nacional de Educação Domiciliar, que corresponde ao principal grupo *pró-homeschooling* no Brasil, fundada em 2010. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR. **ANED**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

melhor que a oferecida pelas escolas, o que é útil para os ideais e os projetos de poder neoliberal e neoconservador de regulação da vida pública (Lacerda, 2019).

As influências do MMFDH se estendem para o campo da educação, que em prol da pauta do *homeschooling*, atuam para a preservação da família como um lugar soberano também nas questões educacionais ao colocá-la no centro do processo de ensino-aprendizagem, com a intencionalidade de sobrepor a ordem privada ao interesse público. Afinal, nesta perspectiva, a escola como esfera pública corresponde ao espaço em que crianças e adolescentes estariam vulneráveis a riscos ideológicos. Portanto, é a institucionalização de uma lógica familista que, em defesa do *homeschooling*, age para fragilizar perspectivas democráticas, com o intuito de enfraquecer o sentido de público em favorecimento à expansão da “esfera pessoal protegida” (Brown, 2019), que corresponde à ampliação do papel da família.

É mais uma forma de retirar a educação básica, um direito social, da responsabilização do Estado em uma conjuntura internacional de aprofundamento do neoliberalismo, marcada por “[...] um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros” (Brown, 2019, p. 29). Neste sentido, o neoliberalismo propõe que o Estado deve ter um papel ativo no sentido de criar um aparato jurídico-legal para promover o funcionamento do livre mercado (Rocha, 2021). A prática do *homeschooling* se expressa como mais um alinhamento com a racionalidade neoliberal, que visa a desresponsabilização do Estado dos seus deveres, como o de oferecer educação escolar pública para todos/as, em nome da privatização dos serviços públicos (Moreira, 2023).

Na esteira do ideário do neoconservadorismo e do neoliberalismo, defensores do *homeschooling* argumentam como exercício de liberdade de escolha, de exercer a sua vontade, o direito das famílias de ordenar e gerenciar a restrita instrução educacional de seus/suas filhos/as com base em valores morais religiosos e familiares. Desta forma, há uma reivindicação pelo direito de liberdade individual de escolher retirar a criança e/ou o adolescente da escola, que é deliberadamente sobreposto ao direito social de frequentar a escola, o que corrobora com as perspectivas neoconservadora e neoliberal, em direção ao aprofundamento do processo de desdemocratização, ou seja, de enfraquecimento da democracia no



âmbito dos regimes democráticos (Vaggione; Machado; Biroli, 2020) e de mercantilização da educação (Laval, 2019).

Abaixo, apresentamos um trecho da fala de Ângela Gandra Martins<sup>63</sup>, proferido na ocasião da audiência destinada a discussão sobre o *homeschooling* na educação básica, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, em 2019, no qual a secretária da família do MMFDH argumenta em prol dessa modalidade como um exercício de direito humano de liberdade dos pais a ser assegurado:

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não tem uma bandeira em relação a sistemas educativos, porque isso não é a nossa pauta, mas nós temos uma pauta que é de direitos humanos, de liberdade, igualdade e fraternidade. E a liberdade, nesse sentido, é que o ser humano não pode ser barrado em fazer algo que é bom, que pode ser bom, e que é também do seu próprio cargo como é a educação em relação a família. [...] **Nós queremos garantir a liberdade dos pais. Os pais são os primeiros educadores. A família é a primeira escola.** A família tem o direito de querer educar como deseja porque entendemos que os pais são os primeiros interessados nos próprios filhos. Hoje, nós vemos, infelizmente, até mesmo no nosso país uma omissão, uma delegação pra escola do que seria, em primeiro lugar, uma tarefa familiar. [...] Engraçado que o próprio debate do *homeschooling* levou muitos pais a pensarem, não é? Olha, nós estamos terceirizando a nossa educação, não é? O que nós queremos é essa reflexão sobre a prioridade dos pais sobre a educação dos filhos. [...] **Nós realmente entendemos como um direito humano, um direito à liberdade humana de escolher o melhor, que é isso a liberdade: escolher o que se vê como um bem maior.** [...] E nós temos que dar esse direito a essa plataforma porque é injusto também que estão tendo tanto trabalho pra nada, ou pra serem encarcerados por um direito que eles têm. [...] Não defendemos como sistema de educação, mas como liberdade. E se a gente aplicar o nosso país hoje, será que os pais estão muito contentes com a escola? Ainda não estão. [...] **Às vezes os professores são bons, mas o sistema não ajuda. Há uma diversidade de valores.** Nós sabemos os problemas que enfrenta o nosso país. Hoje, em relação a educação, doutrinação, ideologias, má qualidade do ensino, então, por que não? Por que não dar esse direito aos pais? **A secretaria da família só vê o uso da liberdade como ninguém pode ser barrado a fazer um bem** (Martins, 2019, 1 min 23 s, grifos próprios).

Segundo Angela Gandra, a pauta do *homeschooling* é defendida no governo Bolsonaro a partir do MMFDH por dois motivos:

- a) por ser um direito humano fundamentado na liberdade de escolha dos pais por esta modalidade de educação;
- b) porque “a família precede a sociedade”, logo, por tratar sobre a família e reconhecer a pauta como familiar, caberia a esse próprio ministério.

<sup>63</sup> Além de ter sido secretária nacional da família do MMFDH, Angela Gandra é advogada, conhecida por suas posições antiaborto, antigênero e de defesa da “família”, alinhadas com instituições católicas ultraconservadoras como Opus Dei. Também é filha do Ives Gandra Martins, um dos principais juristas defensores da tese que o artigo 142 da constituição coloca as forças armadas como “poder moderador”.

A defesa pela liberdade individual em contraposição as noções de público e de coletivo, ideia que converge com um dos princípios que fundamenta o neoliberalismo (Brown, 2019), respalda uma suposta garantia do exercício de liberdade das famílias em escolher a modalidade do *homeschooling* para os/as seus/suas filhos/as, na perspectiva dos/as apoiadores/as. Assim, a responsabilização de garantir o direito educacional às crianças e adolescentes que caberia ao Estado é transferida para a família sob o argumento de exercício de direito humano de liberdade.

Também chama atenção que ao intentar pontuar problemas enfrentados na educação brasileira, a preocupação da ex-secretária concentra-se em “ideologias” e na “diversidade de valores”. Portanto, a ex-secretária não reconhece que existem outras pautas e investimentos a serem tratados como prioridade para melhorar as condições da qualidade da educação básica para todas as crianças e adolescentes do país. Aliado a isso, vemos a instrumentalização da pauta dos direitos humanos que converge com a mesma postura defendida por Alves sobre o *homeschooling*:

“Nós entendemos que é direito dos pais decidir sobre a educação dos seus filhos, é uma questão de direitos humanos. Então, a iniciativa sai deste ministério sob esta vertente. É uma questão de direitos humanos também. E nós somos signatários do Pacto de San Jose da Costa Rica que garante isso às famílias”, acrescenta a ministra (Ministra [...], 2019b).<sup>64</sup>

Já a ideia acerca da “família precede a sociedade” é um argumento em comum que atravessa os discursos de demais deputadas conservadoras na defesa do *homeschooling*. A exemplo disso, destacamos um trecho da fala da deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) em torno deste argumento, ocorrida na Câmara dos Deputados, em uma sessão solene dedicada à defesa do *homeschooling*, em junho de 2019, cujo requerimento para esta realização foi de autoria da mesma e do deputado Dr. Joziel (PR-CE):

Ao tratar do tema *homeschooling*, nós lembramos do protagonismo das famílias. Nós lembramos do direito natural. **O Estado deve ser colaborador da família. Ele não pode ser um impositor.** O Estado deve respeitar e salvaguardar os direitos da família. Ele precisa salvaguardar esses direitos. Eu sempre gosto de lembrar que a família não é uma criação de laboratório, uma reprodução. Ela não é uma imposição do poder constituinte nem originário e nem derivado. **A família, ela é uma**

<sup>64</sup> MINISTRA Damares defende educação domiciliar como um direito humano. **BRASIL.** Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 2 abr. 2019b [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/abril/ministra-damores-defende-educacao-domiciliar-como-um-direito-humano>. Acesso em: 10 fev. 2024.

**instituição sagrada.** A família, ela não é fruto do imaginário humano, da mente humana. **A família, ela é uma criação divina. É uma criação de Deus.** Ela foi querida e criada por Deus. Então, as famílias, elas existem para serem respeitadas, preservadas e salvaguardadas. **A família precede o Estado, e não o Estado precede a família. E se nós estamos falando desse caráter de precedência da família, o Estado, ele só pode existir porque existem famílias.** Se nós temos uma sociedade, por exemplo, desestruturada, é porque famílias estão desestruturadas. [...] O Estado não pode usurpar competência das famílias. O Estado não pode invadir a esfera privada da família querendo dizer como que os pais devem educar os seus próprios filhos já que **a primazia da educação é da família, já que é fruto do direito natural**, não é uma imposição (Tonietto, 2019, 31 min 58 s).

É possível observar que Tonietto utiliza-se de um argumento de cunho religioso ao afirmar reiteradamente que a família é uma “criação divina” para fundamentar a legitimidade do *homeschooling*. A deputada também distorce o papel do Estado sobre a garantia da educação básica ao caracterizá-lo como “usurpador” das famílias, já que por uma suposta ordem natural essa função caberia, primeiramente, às famílias como um direito de escolha em optar pelos valores a serem seguidos no processo de educação de seus/suas filhos/as, segundo a própria perspectiva dos/as conservadores/as (Moreira, 2023).

Em consonância com a perspectiva mercadológica atrelada ao *homeschooling* como uma forma privatização da educação (Silva; Almeida; Ferro, 2019), vem se consolidando a produção e a comercialização pelo mercado editorial, que compõe uma rede empresarial, de material didático, orientações e manual de apoio aos/as praticantes do *homeschooling* (Araújo; Leite, 2020; Moreira, 2023).

No primeiro ano do governo Bolsonaro, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa do *Homeschooling*, em abril de 2019, composta por 240 deputados/as federais e presidida pelo deputado Dr. Joziel (PR-CE), que citou a sua experiência pessoal (de ter sido praticante do *homeschooling* e se tornado médico) para defender esta pauta (Lançada [...], 2019)<sup>65</sup>. Além de ter sido alçada como primazia dos 100 primeiros dias de governo Bolsonaro, a garantia de apoio legal às famílias que quisessem optar pela prática do *homeschooling* foi uma das prioridades do MMFDH, na qual Alves se empenhou de diferentes formas. Apesar de não ter atendido completamente a sua demanda, o poder Executivo foi o campo que apresentou maior aderência à proposta da ANED (Araújo; Leite, 2020).

---

<sup>65</sup> LANÇADA frente parlamentar que defende educação domiciliar: 23/04/19. Brasília, DF, Câmara dos Deputados. 2019. 1 vídeo (3 min 5 s). Publicado pelo canal Câmara dos Deputados. [https://www.youtube.com/watch?v=8h56jXB2uzM&ab\\_channel=C%C3%A2maradosDeputados](https://www.youtube.com/watch?v=8h56jXB2uzM&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados). Acesso em: 10 fev. 2024.

Mesmo o *homeschooling* não sendo regulamentado, a ex-ministra junto a outras duas servidoras<sup>66</sup>, por meio de ofício-circular encaminhado em maio de 2019, determinou que os conselhos tutelares de todo o país deixassem de registrar como “abandono intelectual”<sup>67</sup> – em outras palavras, evasão escolar – os casos de ensino domiciliar, enquanto o PL 2401/2019, que trata da regulamentação do *homeschooling* no país, estivesse em tramitação (Saldaña, 2019). Na mesma ocasião, o MMFDH também solicitou aos conselhos tutelares que procedimentos em apuração fossem interrompidos até uma eventual votação deste PL (Saldaña, 2019). Tal atitude contrariou frontalmente a decisão do STF, votada no ano passado, que corroborou com a afirmação de que a Constituição prevê apenas o modelo de ensino público ou privado, cuja matrícula é obrigatória, e não há lei que autorize o *homeschooling*.

Diante desse cenário, o Ministério Público Federal (MPF) pediu a suspensão imediata do ofício por considerar crime de improbidade administrativa cometido por Alves e outras duas servidoras ao orientar que conselhos tutelares de todo o país deixassem de registrar casos de *homeschooling* como abandono escolar. Ao passo que na ocasião, o MMFDH respondeu que não via motivos para a revogação do ofício que havia emitido aos conselhos tutelares, “[...] ato classificado pela pasta como ‘perfeitamente legítimo e conforme os postulados legais vigentes’” (Vassalo; Macedo, 2019).

A Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC/MPF) – órgão do MPF – que havia recomendado a suspensão imediata do referido ofício em julho de 2019, por considerar que as orientações alteravam o que dispõem o ECA e a Lei nº 9.394/2016, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, além de configurar violação de improbidade na administração pública; solicitou à Procuradoria da República do Distrito Federal, em agosto de 2019, a abertura de uma ação civil pública por crime de improbidade administrativa contra Alves e as duas servidoras. Logo após essa solicitação, o MMFDH recua. Sendo assim, no dia 05 de setembro de 2019, em novo ofício-circular encaminhado aos/às conselheiros/as tutelares, o MMFDH anulou a orientação e reconheceu que o PL ainda estava em tramitação (Vassalo; Macedo, 2019).

---

<sup>66</sup> Petrucia de Melo Andrade, secretária nacional dos direitos da criança e do adolescente, e Alinne Duarte, coordenadora-geral de Fortalecimento de Garantia de Direitos (Bermúdez, 2019).

<sup>67</sup> Crime previsto no Código Penal com punição de até um mês de detenção, além de multa.

Essa situação gerou intensas manifestações de figuras públicas conservadoras em apoio à Alves, que repercutiu via postagens no seu perfil do *Instagram*. Dentre essas figuras, foram: as deputadas Bia Kicis e Caroline De Toni; o secretário nacional de alfabetização e entusiasta do *homeschooling*, Carlos Nadalim; e, o ministro da educação à época, Abraham Weintraub. A exemplo disso, apresentamos, abaixo, duas postagens:

Figura 9 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 6 de setembro de 2019

A procuradora militante Débora Duprat abriu uma ação de improbidade contra a ministra @DamaresAlves por ter apoiado o Homeschooling -estudo domiciliar. Isso é abuso de autoridade da dona Débora que prega que as crianças pertencem ao Estado. Usa o cargo p/ impor sua ideologia.



Fonte: Alves (2019b).



Figura 10 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 6 de setembro de 2019



Fonte: Alves (2019a).



Em ambas as postagens de Bia Kicis e Abraham Weintraub, o apoio à Alves veio em detrimento à procuradora Deborah Duprat, da então PFDC/MPF, seguindo

a mesma linha argumentativa: a acusação pelo posicionamento crítico da procuradora ao governo Bolsonaro, caracterizando-a como “militante esquerdista”.

Nas palavras da deputada Bia Kicis nesta ocasião, ela afirmou que:

[...] os pais que optarem por terem seus filhos estudando, aprendendo em casa tem que receber o apoio do Estado porque as famílias precedem o Estado. As crianças pertencem aos pais, e não ao Estado, como quer a dona Deborah Duprat [...] essa procuradora que usa do seu cargo, e aí reside uma hipótese real de abuso de poder, **usa do seu cargo para perseguir aquelas pessoas que não comungam da sua ideologia nefasta, uma ideologia comunista.** Países que experimentaram o comunismo têm verdadeiro horror desse sistema a ponto de colocarem em suas Constituições a criminalização do comunismo [...] (Kicis, 2019, 12 s, grifos próprios).

Essas figuras políticas integram um grupo neoconservador que pauta articuladamente agendas de enfrentamento ao comunismo, que no Brasil corresponde ao combate ao “socialismo do século XXI”, ou ao bolivarianismo, que na maior parte das vezes, é uma expressão equivalente ao antipetismo (Lacerda, 2019).

Convém pontuar que o envio do ofício em questão pelo MMFDH ocorreu um mês após representantes do governo Bolsonaro terem encaminhado projeto de lei<sup>68</sup> de autoria do Poder Executivo Federal, elaborado conjuntamente pelo MEC e o MMFDH, sobre a pauta de regulamentação do *homeschooling* ao Congresso. Inclusive, o interesse da família Bolsonaro sobre esta pauta não foi novidade, uma vez que o deputado Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do presidente, anos atrás propôs o PL 3.261/2015 que também determinava essa mesma pauta, a regulamentação do *homeschooling* (Moreira, 2023). PL de sua autoria no qual expressava o seguinte trecho: “mesmo a convivência em sociedade, inequivocamente carregada de aspectos positivos, não pode ser imposta pelo Estado em ambiente diverso ao desejado por quem detém o poder pátrio” (Brasil, 2015, p. 8). Apesar desses projetos ligados ao MESP e ao *homeschooling* não terem sido aprovados e/ou regulamentados, não significa que as suas propostas e lógicas tenham cessado.

---

<sup>68</sup> PL 2401/2019, de autoria do Poder Executivo Federal.

Figura 11 – Postagem publicada no perfil oficial de Damares Alves no *Instagram*, em 11 de dezembro de 2019



Fonte: Alves(2019g).

Assim como argumentado pelos/as defensores/as do *homeschooling*, a postagem acima publicada por Alves exalta a autoridade do pai e da mãe sobre seus filhos como parte de um direito natural da família. Trata-se da afirmação da autoridade absoluta da família patriarcal – não é aleatório que o termo “pai” venha primeiro. Do ponto de vista da aliança neoliberal e neoconservadora, os pais como responsáveis financeiros “mandam” nas crianças, de forma declaradamente impositiva, como se fossem suas propriedades já que elas pertencem à família. Tal perspectiva corrobora com o entendimento de que crianças e adolescentes não são titulares de direitos próprios ou ainda, de que os seus direitos são inferiores aos do pai e da mãe (Moura; Aquino, 2022). Na perspectiva do neoconservadorismo, a família não é apenas uma rede de proteção, mas uma estrutura de autoridade.

Ao afirmar que “Aí vem os especialistas em criança que nunca pariram um filho, que não são pais, cheio de cursos de doutorados, são ‘ólogos’ e mais ‘ólogos’”, Alves aciona um repertório anti-intelectual, que não é isolado, e que afronta à ciência do ponto de vista acadêmico. Nas palavras de Szwako (2022), o anti-intelectualismo pode ser entendido como “[...] uma atitude de aversão ou um sentimento de hostilidade à comunidade universitária e ao estilo intelectual de vida nutrido em espaços de formação acadêmica e cultural” (Szwako, 2022).

### 3

## **“Ninguém quer tá ali”: estratégias de aproximação e incursões nos conselhos tutelares da cidade do Rio de Janeiro**

O conselho tutelar é um órgão municipal “[...] permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente [...]” (Brasil, 1990, p. 13570). Neste equipamento social, atuam 5 conselheiros/as, classificados/as entre titulares e suplentes, escolhidos/as pela população local para exercer um mandato de 4 anos, sendo permitida, desde 2019, a sua recondução ilimitada mediante novo processo de escolha, como determinou a Lei 13.824/2019. Fruto do PL 1.783/2019, de autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) e aprovado por unanimidade no Senado, esta lei foi sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (Sancionada [...], 2019).<sup>69</sup>

A principal função do/a conselheiro/a tutelar consiste em aplicar as medidas de proteção previstas na lei, o que significa encaminhar providências diante de violações de direitos do segmento infantojuvenil. Além disso, junto à esfera do Poder Judiciário, cabe ao conselho tutelar fiscalizar os estabelecimentos responsáveis pela assistência e pela prestação de serviços.

Os/as conselheiros/as titulares correspondem aos/às 5 primeiros/as candidatos/as mais votados/as. Já os 5 candidatos/as a seguir destes, correspondem aos/às conselheiros/as suplentes. De todos os 19 conselhos existentes na cidade do Rio de Janeiro, em nenhum há a figura de “presidente do conselho”. A Lei Municipal 3282/2001 dos conselhos tutelares do Rio de Janeiro que está em vigor não prevê a eleição do presidente para o funcionamento do órgão (Rio de Janeiro, [2016]), diferente da anterior lei 2.350/1995 que previa essa prerrogativa (Rio de Janeiro, 1995). A forma de organização do conselho tutelar, conforme prevista em lei, é feita em colegiado, ou seja, as deliberações e aprovações são tomadas

---

<sup>69</sup> SANCIONADA lei que permite reeleição de conselheiros tutelares. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 10 maio 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/10/sancionada-lei-que-permite-reeleicao-de-conselheiros-tutelares>. Acesso em: 2 maio 2023.



coletivamente. Contudo, não são todas as tomadas de decisões que são discutidas em colegiado, mas sim aquelas consideradas mais graves pelos/as conselheiros/as, conforme relatado nas entrevistas realizadas.

Além de conselheiros/as, o conselho tutelar é constituído por uma equipe técnica e uma equipe administrativa. A equipe técnica, que atua junto aos/às conselheiros/as, é formada por 2 profissionais: 1 psicóloga e 1 assistente social. Nenhum dos conselhos da cidade do Rio de Janeiro conta com a presença de pedagogo/a, o que evidencia que não há, necessariamente, um/a profissional com formação voltada à educação para lidar com os casos que também ocorrem na escola. Quando solicitados/as, essa equipe participa do atendimento dos casos que chegam ao conselho prestando orientação técnica e assessorando os/as conselheiros/as em diálogo com as pessoas envolvidas em determinados casos. Também participam das visitas domiciliares junto aos/às conselheiros/as, emitindo relatórios e pareceres técnicos sobre as situações de violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes. Já a outra equipe, a administrativa, que auxilia o funcionamento do conselho tutelar, é composta por 2 motoristas, 2 auxiliares administrativos que atuam como recepcionistas e 1 auxiliar de limpeza geral. Comumente, o/a assistente social é concursado/a e os/as demais, contratados/as. Era evidente a precariedade das condições de trabalho dos/as funcionários/as terceirizados/as: sem carteira assinada; salários acumulativos em atraso e sem previsão de pagamento. Também era comum ter a presença de apenas 1 psicólogo/a, sem previsão de nova contratação, nos conselhos tutelares. De maneira esquemática, esta seria a estrutura de organização esperada:

Quadro 2 – Estrutura esperada do conselho tutelar

<b>ESTRUTURA DO CONSELHO TUTELAR</b>	
Conselheiros	5 Conselheiros Titulares 5 Conselheiros Suplentes
Equipe técnica	1 Psicólogo(a) 1 Assistente Social
Equipe administrativa	2 Motoristas 2 Auxiliares administrativos 1 Auxiliar de serviços gerais

Fonte: Elaboração da autora (2024).

Segundo o art. 14 da lei municipal 3.282/2001, os requisitos exigidos para se candidatar a conselheiro/a tutelar são:

- a) reconhecimento da idoneidade moral;

- b) idade superior a 21 anos;
- c) residir no município do Rio de Janeiro, especificamente na região para a qual concorrerá;
- d) estar no gozo dos direitos políticos;
- e) ensino médio completo;
- f) ter atuação profissional comprovada, de no mínimo 2 anos, com criança e adolescente (Rio de Janeiro, [2016]).

Em consonância com Rocha (2021), para além de um pré-requisito para aprovar ou invalidar a candidatura, o termo “idoneidade moral” é um caminho para se pensar o conselho tutelar, uma vez que a dimensão moral esteve aliada na construção da trajetória dos/as candidatos/as e por ampliar o entendimento sobre a construção dessa dimensão no próprio espaço do conselho tutelar. Em suas palavras, a pesquisadora afirma que:

Mesmo sem uma definição explícita sobre o que é “idoneidade moral” nesses documentos, o que permite a mobilização da ideia em qualquer direção, a importância pode ser notada entre os candidatos, ao mesmo tempo em que aponta para as moralidades presentes na própria instituição (Rocha, 2021, p. 36).

Já o processo de seleção, envolve as seguintes etapas, nesta ordem:

- a) inscrição presencial na prefeitura com a apresentação de uma série de documentos exigidos no edital que foi disponibilizado no site do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Rio de Janeiro (CMDCA-Rio);
- b) análise destes documentos;
- c) prova de conhecimentos específicos sobre o ECA, com partes objetiva e redação;
- d) eleição dos/as candidatos/as a conselheiro/a tutelar realizada em data unificada em todo território nacional através do voto direto, secreto e opcional, tendo sido os locais de votação em escolas da rede pública conforme divulgado no site do CMDCA-Rio;
- e) curso de formação sobre o ECA e o exercício da função de conselheiro/a tutelar, sendo obrigatória a frequência integral;
- f) posse dos/as conselheiros/as tutelares, titulares e suplentes, que foram eleitos/as.

Este capítulo tem como pretensão dialogar com duas questões secundárias já anunciadas nesta pesquisa, sendo elas:

- a) quais os sentidos e as lógicas presentes na atuação do conselho tutelar (conselheiros/as e equipe técnica) diante dos encaminhamentos realizados pela escola no atual contexto de novo conservadorismo brasileiro?;
- b) quais os procedimentos acionados pelo conselho tutelar para responder a tais encaminhamentos?

Há influência dos valores ideológicos dos/as conselheiros/as para lidar com as demandas da escola? Quais as afinidades político-partidárias e ideológicas dos conselheiros/as? Essas afinidades interferem em suas práticas no conselho tutelar? De que maneira? Esses procedimentos estão sendo influenciados por valores conservadores?

Retomadas estas questões, ressaltamos que as análises desenvolvidas, neste capítulo, com base nos materiais empíricos constituídos por anotações em diário de campo e pelas entrevistas semiestruturadas com conselheiros/as tutelares, não têm a pretensão de anunciar parâmetros de verdade, de levantar juízos de valores, de determinar ajustes nas práticas de cada conselheiro/a, nem ditar modelos a serem seguidos, mas sim de contribuir com o exercício de análise e de problematização a respeito da forma como se dá a atuação do conselho tutelar (principalmente, dos/as conselheiros/as), ditas de proteção, no contexto do novo conservadorismo brasileiro.

Dando continuidade ao exercício de análise de conteúdo (Bardin, 2016), identificamos 17 temas (unidades de registro), sendo eles:

Quadro 3 – Unidades de registro – temas iniciais

<b>TEMAS</b>
Acolhimento institucional de crianças e adolescentes
Concepção de trabalho do/a conselheiro/a
Conselheiros/as conservadores/as
Conselheiros/as progressistas
Construção de moralidades
Criminalização da pobreza
Demandas da escola para o conselho tutelar
Estado como violador de direitos
Ethos religioso
Lógica judicializante
Lógicas punitivas
Negligência
Políticas públicas

Práticas de proteção de crianças e adolescentes
Produção do medo
Racionalidade neoliberal
Violações de direitos

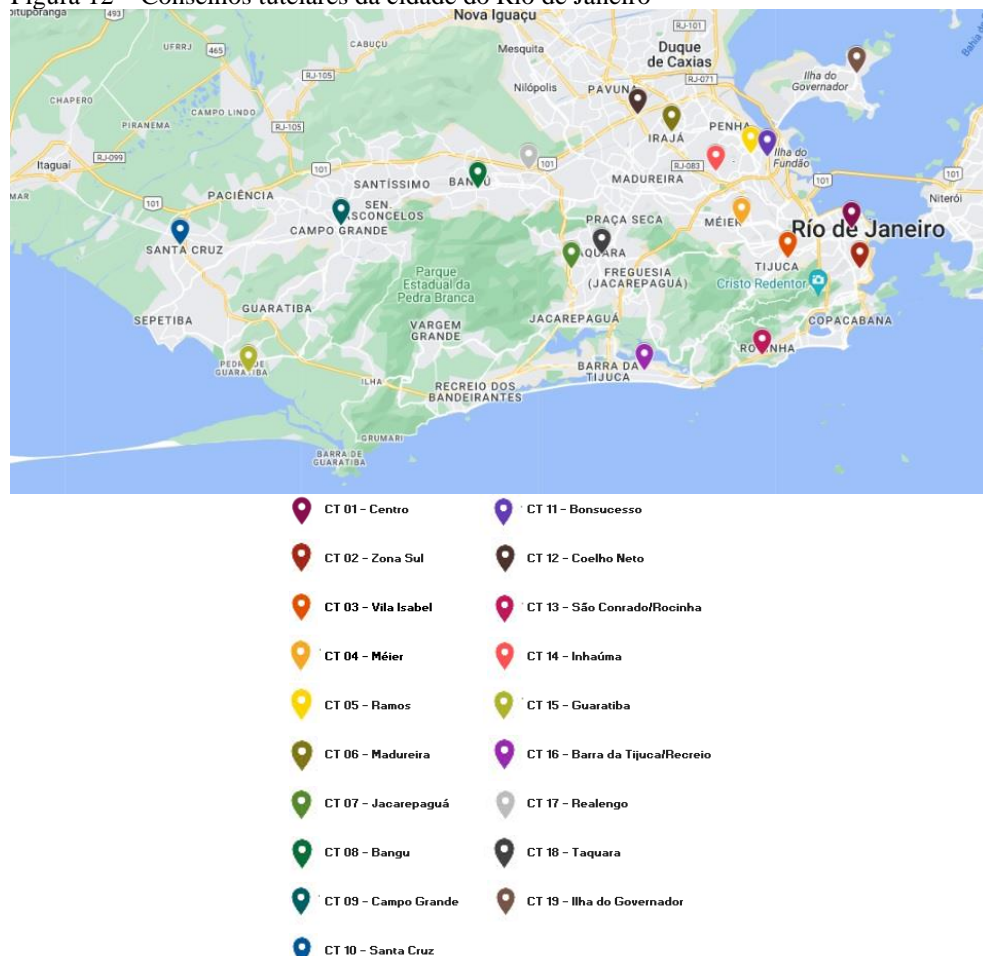
Fonte: Elaboração da autora (2024).

### 3.1

#### Recortes do início de uma jornada

A recepção que tive a cada chegada em um novo conselho tutelar se deu de diferentes formas. Foram 7 meses – de junho a dezembro de 2022 – de intenso trabalho de campo, indo aos conselhos tutelares na cidade do Rio de Janeiro, por diferentes vezes, para me apresentar na condição de pesquisadora acadêmica bem como para apresentar a pesquisa, tentar agendar entrevistas e realizá-las quando o/a conselheiro/a confirmava o interesse em participar. O mapa abaixo retrata os 19 conselhos tutelares existentes na cidade do Rio de Janeiro, sendo, quantitativamente, distribuídos nas seguintes zonas geográficas: Centro (1); Zona Norte (8); Zona Oeste (8); Zona Sul (2).

Figura 12 – Conselhos tutelares da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração da autora (2024).<sup>70</sup>

Ao longo deste tempo de trabalho de campo, além de ter realizado 31 entrevistas com conselheiros/as, estive presente em outras atividades vinculadas ao campo de pesquisa, tais como:

- 3 reuniões de colegiado (durante uma faixa de tempo estipulada previamente pelos/as conselheiros/as);
- 1 reunião de um conselho tutelar da zona sul junto ao Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE);
- 1 evento aberto promovido por um conselho tutelar da Zona Oeste em torno da comemoração dos 32 anos do ECA nomeado como “1ª Roda de Conversa sobre Direitos da Criança e do Adolescente”, realizado em 26 de julho de 2022.

Considero importante pontuar que a cada ida a um conselho tutelar, também acompanhei fatos que ocorriam na sala de espera para os atendimentos. Destaco

<sup>70</sup> Agradeço à Carolina Amorim pelo apoio com a organização do mapa, com as devidas marcações referendadas pela legenda.

que somente uma vez foi possível acompanhar um atendimento de “demanda espontânea” devido à abertura dada por uma das conselheiras (progressista) com quem eu havia marcado previamente uma agenda no conselho tutelar da zona sul conforme narro abaixo:

Ao entrar no conselho tutelar, sinto um odor muito forte, que parece de urina. Vejo uma mulher e um adolescente aguardando atendimento. Me chama atenção ninguém estar comentando sobre aquele cheiro que chega a ser quase insuportável. Sinto este cheiro mesmo portando máscara. A mulher é jovem, branca, bem vestida. O adolescente, negro, com aparência de estar morando na rua, está devorando um açaí no copo e colher de plástico. A mulher pergunta a ele se está gostoso. Ele responde que sim.

Encontro a conselheira Fabiana<sup>71</sup>, com quem eu tinha uma agenda marcada. Ela me pergunta se posso esperar um pouquinho porque surgiu uma demanda espontânea (referente a essa mulher e ao adolescente, aí entendo que eles estão “juntos”). E logo em seguida, a conselheira refaz a fala dela, pontuando que como eu sou pesquisadora, que eu podia entrar na sala para acompanhar este atendimento.

Nesta sala, fiquei sentada numa cadeira ao fundo, com os usuários do conselho – a mulher e o adolescente – de costas pra mim, o que não interferia na sensação de falta de privacidade do atendimento. Também não vi o rosto da conselheira Fabiana. Ela estava sentada, dentro de uma sala, acompanhada da psicóloga, de frente para a mulher e o adolescente. Os usuários eram: Beatriz e Lucas, aqueles que aguardavam na recepção quando eu cheguei.

Beatriz se descreve, com voz calma, como professora de Física e Química, formada em Farmácia, casada, sem filhos. Lucas é um adolescente de 15 anos, negro, que estava pela rua.

A Beatriz narra que estava tomando café em Botafogo, no último domingo, com os amigos quando Lucas apareceu pedindo um lugar para morar. Ela ficou sensibilizada com a situação. Buscou orientação na FIA (Fundação da Infância e Adolescência) para ajudá-lo e perguntou se ele poderia ficar ali, mas foi orientada a procurar o conselho tutelar da região. O Lucas é um adolescente já conhecido aqui no conselho. Já foi abrigado algumas vezes, mas com reincidentes evasões. Dessa vez, foi a Beatriz quem trouxe o Lucas depois de oferecer o almoço a ele. Nessa conversa, a conselheira compartilha alguns fatos já vividos com o Lucas no conselho. O Lucas diz que não pode contar com a família dele. Uma vez, conta a conselheira, o Lucas foi agressivo com o recepcionista do conselho tutelar e jogou todo álcool gel sobre a mesa.

Beatriz vai poder acompanhar Lucas se ele for abrigado, mas o Lucas vai ter que “se comprometer” com a Beatriz. O Lucas vai ser encaminhado para “a Carioca”, central de recepção de acolhimento. Provavelmente, o Lucas vai ser encaminhado para o abrigo<sup>72</sup> de Campo Grande. Beatriz vai acompanhá-lo pelo apadrinhamento. “Não é adoção”, explicou a conselheira Fabiana. A conselheira adverte ele: “não é para usar ninguém, ficar usando as pessoas. Já tá ficando chato”. A postura da conselheira que o atende segue uma fala firme, no “papo reto”, mas sem deixar de explicitar gestos de afeto com o adolescente. A conselheira ressalta que ninguém tem culpa dessa situação, e que “caso ele quebre alguma coisa aqui dentro [do conselho tutelar], é crime. A partir dos 12 anos responde por ato infracional. Já ouviu falar em Padre

<sup>71</sup> Os nomes verdadeiros de todos/as os/as entrevistados/as foram alterados para preservar o anonimato, garantido a eles/as no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) desta pesquisa.

<sup>72</sup> Estabelecido pelo ECA, o abrigo é uma modalidade de acolhimento institucional destinada a crianças e adolescentes.

Severino<sup>73</sup>? Não é abrigo, não!”, afirma a conselheira Fabiana. Essas falas seguidas da conselheira estão relacionadas ao fato do Lucas estar sempre entrando e saindo do abrigo. Ele não aceita o abrigamento. E depois de evadir, ele recorre ao conselho, novamente, em busca de abrigamento. Em uma dessas vezes, ele foi agressivo com um funcionário do conselho. Em cada atendimento no conselho, o Lucas é ouvido e é conversado com ele, garantiu a conselheira. Pela constância desse ciclo, a conselheira Fabiana é assertiva na sua fala. Posteriormente, ela me contou que fala dessa maneira com o adolescente porque ela tem mais de 30 anos trabalhando com população de rua: “vai na mesma língua. Sem ofender, mas na mesma língua”, me diz ela (Fragmento do diário de campo, 20 de junho de 2022).

Em que circunstâncias esse adolescente torna-se um recorrente abrigado? Menor de idade, desamparado, que não se “encaixa” nos abrigos que são ofertados. Nascimento (2016) discute que apesar da mudança inovadora proposta pelo ECA sobre a política de abrigamento, é possível identificar a reprodução de práticas no cotidiano dos abrigos que reafirmam a mesma lógica dos complexos de internação previstos nos Códigos de Menores. A título de exemplo, a proibição de castigos decretada no novo ordenamento jurídico apresentado pelo ECA não impede que eles ocorram, inclusive, em outras versões, simbólicas, mais atualizadas e sofisticadas conforme a perspectiva característica da sociedade de controle<sup>74</sup> (Deleuze, 2013). O abrigamento do adolescente é tomado como prática de proteção cujo efeito passa a ser considerado como um dispositivo de controle biopolítico de regulação da população (Foucault, 1999).

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: mecanismos, como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a

<sup>73</sup> “Padre Severino” é o antigo nome do Centro Socioeducativo Dom Bosco, uma unidade socioeducativa de internação provisória na cidade do Rio de Janeiro, onde os adolescentes se encontram presos na expectativa de um julgamento. Apesar de ter este nome oficial atual, “Padre Severino” é a nomenclatura mais usada, inclusive pelos próprios/as servidores/as e adolescentes da unidade (Martins, 2017).

<sup>74</sup> Esse conceito foi mobilizado por Michel Foucault, em seus últimos escritos, para se referir a uma sociedade cujo foco recaiu cada vez menos no disciplinamento (dos corpos e dos saberes) e cada vez mais no controle, com novos dispositivos de subjetivação e com novas técnicas para a permanente e minuciosa vigilância, em qualquer tempo e espaço, em nome da segurança e do menor risco social. Desde então, esse conceito foi retomado e expandido por Gilles Deleuze, entre outros/as.

extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. Pois aí não se trata, diferentemente das disciplinas, de um treinamento individual realizado por um trabalho no próprio corpo. Não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (Foucault, 1999, p. 293-294).

Não se trata de afirmar a prática de acolhimento institucional de forma absoluta como um equívoco. Há situações que acolher atende aos interesses da família como medida provisória enquanto ela se organiza para cuidar dos/as seus/suas filhos/as. A problematização, aqui, se dá em torno do acolhimento como salvação, como caminho único para as famílias pobres, sem escolhas para outras possibilidades. Por vezes, o que seria a proposta de um lugar provisório, acaba se tornando um local onde crianças e adolescentes ficam até os 18 anos. Para as famílias pobres há um caminho previamente já delineado. No caso, o adolescente buscava o acolhimento, mas não era qualquer opção de abrigo tendo em vista que alguns eram terríveis, como ele mesmo narrou. São conhecidas as condições materiais precárias desses estabelecimentos. Para isso, a conselheira afirmou que não é ela quem escolhe qual seria o abrigo que ele seria encaminhado porque o procedimento é ele ser encaminhado para a central de recepção localizada na Carioca, no Centro do RJ, onde seria determinado para onde ele iria a partir de uma triagem, dentre os critérios, com base no número de vagas disponíveis.

A forma de se comunicar escolhida por Fabiana, conselheira progressista (Zona Sul), pelo “papo reto”, se apresenta como uma estratégia preocupada em escapar das lógicas de controle e de criminalização, na qual é priorizada o estreitamento de diálogo e a construção horizontal de vínculo social com o adolescente durante o atendimento. Acionar a linguagem do “papo reto” é se colocar “[...] na mesma língua sem ofender, mas na mesma língua”<sup>75</sup>, ou seja, de se apresentar e falar de forma direta, sem rodeios, além de reconhecer um lugar em comum entre a conselheira e o adolescente, já que o “papo reto” é uma alusão ao dialeto carioca que vem dos territórios de periferias e favelas. Portanto, a forma como a conselheira utiliza a linguagem – pelo “papo reto” – determina a sua forma

---

<sup>75</sup> Trecho da fala da conselheira Fabiana conforme explicitado anteriormente, no fragmento de diário de campo do dia 20 de junho de 2022.



de intervenção, interessada em subverter uma possível postura soberana dos/as conselheiros/as, ou seja, de imposição de um “saber especialista”, que já estaria previamente incorporado à figura dos/as conselheiros/as, e que, por isso, teria legitimidade para difundir verdades inquestionáveis na gestão dos atendimentos, como, por exemplo, ao determinar o que os/as usuários/as do conselho – crianças, adolescentes, famílias, etc. – devem ou não fazer a partir de parâmetros instituídos pela lei.

Na primeira oportunidade de iniciar o trabalho de campo, mais precisamente, após receber o parecer (como aprovado e protocolado em maio/2022) do Comitê de Ética da PUC-Rio, entrei em contato por e-mail com cada um dos conselhos tutelares no dia 23 de maio de 2022, como forma de primeira aproximação e tentativa para agendar uma visita com o intuito de realizar as entrevistas. Dos 19 conselhos existentes na cidade do Rio de Janeiro, apenas 7 deram algum tipo de retorno, apesar de a maioria ter sido com uma resposta estritamente protocolar, ou seja, apenas com a confirmação do recebimento do referido e-mail ou ainda, informando que retornaria com uma data, o que nunca aconteceu. Dos 7 conselhos que deram algum tipo de retorno, apenas dois conselhos foram além da resposta protocolar, sendo que um entrou em contato por ligação informando que eu poderia me apresentar no dia da reunião de colegiado que já estava marcada, pois estariam presentes todos/as conselheiros/as; e o outro conselho retornou com uma data indicada, que também seria em dia de uma reunião de colegiado, porém esta data era para daqui a um mês desde o e-mail enviado. Já os outros 12 conselhos, nenhuma resposta. Esse retorno escasso nos colocou a questionar: se o conselho tutelar, que é o órgão à frente da gestão das vulnerabilidades de crianças e adolescentes, sobretudo, oriundas de famílias pobres, ignora esse contato formal realizado, a quem interessa esta pesquisa? Receber quase nenhuma resposta interessada em colaborar com a pesquisa incide diretamente na contradição do caráter originário que o oportunizou: o de ser um órgão comunitário, sobretudo, comprometido em estabelecer relação com a sociedade civil. Esse fato nos deu a impressão de que possivelmente enfrentaríamos obstáculos adiante para acessar os/as conselheiros/as.

A reunião de colegiado configura um modo de atuação que visa tomadas de decisões submetidas ao conjunto dos cinco conselheiros/as tutelares presentes em cada órgão, o que implica numa dinâmica na qual as decisões são realizadas de

forma coletiva, e em reuniões periódicas. Apesar de não serem todas as decisões, segundo os/as conselheiros/as entrevistados/as, são aquelas consideradas de maior complexidade para definir os seus respectivos encaminhamentos conforme o aval da maioria dos membros. Além disso, o formato de organização em colegiado se deve à tentativa de coibir deliberações abusivas ou ilegais, sendo todas essas reuniões registradas por escrito em ata.

Outro modo de atuação presente no conselho tutelar é o chamado “estudo de caso”. Escutei esse termo algumas vezes, tendo sido assim em uma delas: “não sei que horas o conselheiro vai poder te atender porque hoje ele tem estudo de caso”, me disse a recepcionista de um conselho tutelar da Zona Norte. Outro dia, em outro conselho também da Zona Norte, no início da tarde, enquanto aguardava na sala de espera, vi um grupo de mulheres, todas com crachás que me pareciam identificá-las como funcionárias da Prefeitura do Rio. Quando chegou a minha vez para me apresentar na recepção e explicar o motivo da minha ida, a recepcionista prontamente me informou: “olha, não tem hora para o conselheiro estar disponível para falar com você porque esse grupo que acabou de chegar de surpresa, sem hora marcada, são todas assistentes sociais, e vieram para fazer um *estudo de caso* bem sério com o conselheiro sobre um adolescente que pediu ajuda”. A impressão que tive sobre essa prática de estudo de caso é de que seria uma estratégia para ampliar a discussão sobre determinados casos considerados complexos e determinar coletivamente o encaminhamento a ser tomado. Contudo, cabe questionar: o que caracteriza um caso complexo? Um caso que envolve múltiplos agentes? A gravidade da situação? Há casos simples de serem resolvidos? Somente os casos complexos demandam uma discussão/encaminhamento de dimensão coletiva? Observei que esta prática de estudo de caso também ocorria em reuniões de colegiado, quando reuniam-se todos/as os/as conselheiros/as e a equipe técnica do conselho. A periodicidade e a modalidade – online ou presencial – das reuniões de colegiado variam entre os conselhos tutelares na cidade. Outra prática relevante atrelada ao modo de funcionamento do espaço do conselho tutelar é o de “encaminhar” e/ou “requisitar”, o que significa destinar o/a usuário/a para outros serviços de rede de proteção à criança e ao adolescente.

Essa primeira aproximação colocou em evidência um obstáculo que foi permanente ao longo de todo o trabalho de campo: acessar conselheiros/as que estivessem dispostos/as a participar desta pesquisa. Portanto, precisei traçar

estratégias para conseguir alinhar esses contatos. A primeira delas foi ter me dirigido presencialmente aos conselhos tutelares munida da Carta de Apresentação (Anexo IV), assinada pelo orientador e pela coorientadora desta pesquisa, e do TCLE (Anexo V). Além destes documentos, relembro que inicialmente, o campo de pesquisa foi sendo rastreado e construído com o apoio das redes sociais a partir do acesso ao perfil público de conselheiros/as e de conselhos tutelares por meio do *Facebook*, do *Instagram* e do *Twitter*, bem como através de conversas informais com sujeitos atuantes no campo da proteção às crianças e adolescentes. Considero de extrema relevância ter realizado, antes de ir a campo propriamente, o levantamento do perfil dos/as conselheiros/as a partir do site do CMDCA e de suas respectivas redes sociais, sobretudo no que diz respeito às suas inclinações político-partidárias, pois a princípio, como forma de estratégia de aproximação, pretendi buscar um primeiro contato presencial nos conselhos tutelares com figuras progressistas tendo em vista a expectativa de uma boa recepção do tema de pesquisa por elas e possivelmente, abertura para alcançar outros/as interlocutores/as.

### 3.2

#### **Descortinando o campo: entre idas e vindas**

Foi então que na manhã do dia 30 de maio de 2022, iniciei o trabalho de campo na qualidade de pesquisadora acadêmica em um dos conselhos tutelares, sendo este localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Cheguei ao conselho tutelar, localizado na Zona Oeste, achando que encontraria no endereço uma casa com alguma sinalização disfarçada, identificando que ali seria um conselho tutelar. Essa minha expectativa quanto à arquitetura se deve aos outros conselhos tutelares que visitei em São Gonçalo (RJ) quando realizei a pesquisa de mestrado, mas não foi bem assim. Me deparei com um estabelecimento com a aparência de um órgão meramente administrativo e burocrático, com uma placa na parte superior nomeada como “Conselho Tutelar”, com iniciais maiúsculas. A fachada é toda de vidro, o que permite a visualização de quem está dentro e fora deste espaço. A porta de entrada estava quebrada. Toda vez que alguém passava pela porta, parte da estrutura tremia e fazia um barulho que chamava a atenção das pessoas presentes. “Deixa a porta aberta, ela tá quebrada”, uma conselheira me disse assim que eu entrei. Foram colocados pedaços de isopor amarelo nessa porta para não correr o risco de alguém se machucar ou bater o rosto, como já tinha acontecido mais de uma vez. Depois de entrar por esta porta, há uma sala de espera, com cadeiras individuais, e com distanciamento entre elas. Vejo 4 mulheres sentadas aguardando. Uma delas, acompanhada de uma criança. Duas delas, estão escrevendo em um papel, que logo foi entregue ali mesmo, dentro do conselho tutelar, no qual relatavam o motivo que as levaram até ali.

Enquanto aguardo, um rapaz que trabalha no administrativo do conselho se direciona até mim e, sem titubear, me faz a seguinte pergunta: “você já enviou a denúncia?”. Respondo que não, e que na verdade, estou ali por outro motivo. Digo que sou pesquisadora vinculada à PUC-Rio e que eu havia enviado um e-mail na semana anterior para agendar uma visita, e entrego a minha carta de apresentação. Ele então me encaminha para uma sala, onde tem a sua mesa individual de atendimento (referente ao administrativo) e uma conselheira sentada em outra mesa, fazendo anotações. O rapaz me pede que explique a situação para repassar às conselheiras. Enquanto contextualizo o motivo que me levou até ali, cito o e-mail que enviei anteriormente sobre a pesquisa. Foi, então, que a conselheira que estava presente na sala se vira para nossa direção e me diz “nós já respondemos o seu e-mail, te colocamos para o dia 27 de junho”. Respondo que estou ciente e agradeço. Contudo, pontuo que o intuito da minha visita, de acordo com o e-mail que enviei, seria apenas para um contato inicial com cada uma das conselheiras, ou seja, para me apresentar, apresentar a pesquisa e convidá-las a participar. E que para isso, eu estimo um tempo em torno de 15 a 20 minutos. Então, questiono se para realizar esse breve contato inicial, só seria possível somente daqui a 1 mês. Complemento perguntando se eu poderia tentar uma agenda com as conselheiras, individualmente, para fazer esse contato inicial, já que daqui a 1 mês seria muito longe. Mesmo assim, a conselheira seguiu resistente às minhas colocações, se apoiando em justificativas esvaziadas que me levavam a pensar que a minha presença não era bem-vinda, mas segui ouvindo o que ela me dizia mesmo sem estar conseguindo acompanhar as suas justificativas. Ficou nítido que ela não estava/não queria estar disponível. [...] Enquanto o mesmo funcionário do administrativo me atendia, aconteceu uma outra situação que me chamou atenção: o telefone do conselho tutelar tocou, ele atendeu. Do outro lado da linha, era o homem que estava, por vezes, entrando e saindo do conselho. Depois de desligar o telefonema, o funcionário do conselho se queixa em voz alta: “o homem que está ligando é o homem que está ali na porta do conselho. Ele já entrou, já foi atendido. Tem que entender que, aqui, tudo é urgente. Tem que esperar. **O conselho tutelar é igual delegacia. Ninguém quer tá aqui**” (Fragmento do diário de campo, 30 de maio de 2022).

Assim como as demais idas aos outros conselhos, o primeiro contato de apresentação para iniciar um diálogo dentro do conselho ocorreu, em geral, com funcionários/as do administrativo. Este é um ponto em comum com a grande maioria dos conselhos, salvo em rara exceção quando não havia alguém presente na recepção.

Neste primeiro conselho tutelar, onde não tive abertura para conversar com a primeira conselheira que encontrei, o funcionário administrativo me orientou a ligar para o número do plantão do conselho ao longo da semana para falar diretamente com cada conselheira e assim, tentar marcar uma agenda individualmente. Estranhei esse caminho já que o número do plantão é justamente para atendimentos de urgência, e como eu já estava presente no conselho, sugeri que eu tentasse falar com as conselheiras que também já estavam presentes naquele dia. Acatada a minha sugestão pelo funcionário, foi então que segui aguardando conforme a “demanda espontânea” exige. Como o próprio termo indica, a “demanda espontânea” trata-se

de situações que chegam ao conselho tutelar sem aviso ou agenda prévia. Por vezes, ao longo do trabalho de campo, eu ouvia dos/as funcionários/as do conselho se referindo à minha espera para o atendimento como “o caso dela é demanda espontânea”.

Enquanto eu aguardava, uma das conselheiras, que naquele dia estava na condição de “conselheira de apoio”, finalizou o atendimento a uma mãe, que estava acompanhada de uma criança. A “conselheira de apoio” se despede desta mãe na porta da sala onde estiveram em atendimento individual. Em seguida, na intenção de aproveitar esta oportunidade, me dirigi até a “conselheira de apoio” e a cumprimentei pelo seu nome e mencionei que eu havia participado de uma atividade *online* na qual ela havia sido uma das organizadoras, cuja temática foi sobre o ECA e a proteção de crianças e adolescentes. Este breve cumprimento me possibilitou ter acesso àquela mesma sala para conversarmos. Nesta conversa, comentei, em linhas gerais, sobre a pesquisa, e o intuito de entrevistar conselheiros/as tutelares para conhecer o cotidiano de trabalho; o processo de escolha dos conselheiros/as ocorrido em 2019; as demandas das escolas e os seus respectivos encaminhamentos. Também ressaltai os aspectos éticos e de confidencialidade da pesquisa, incluindo o anonimato dos/as participantes. Feito isso, eu também perguntei sobre a possibilidade de ter acesso aos relatórios produzidos por elas, mas a sua resposta bastante enfática afirmou que aquilo seria impossível, pois trata-se de conteúdo rigorosamente sigiloso. Convém pontuar que só me senti confortável para questioná-la sobre esta intenção de pesquisa, pois estava ciente do seu atuante perfil progressista. Ao fim da conversa, a conselheira demonstrou interesse em participar da pesquisa. Ficou combinado que eu ligaria para o telefone do plantão do conselho no dia da semana em que ela estivesse na qualidade de “conselheira de plantão” para agendarmos a entrevista e ainda, tendo ressaltado ser fundamental que eu me apresentasse ao colegiado na data já indicada no e-mail para que esta minha solicitação fosse registrada em ata.

O/a “conselheiro/a de plantão” é responsável pelos atendimentos das situações que chegam via “demanda espontânea” ou notificações. Junto a esta função, o/a “conselheiro/a de apoio” presta suporte ao recebimento das denúncias. Além destas, há a função do/a conselheiro/a encarregado/a das visitas domiciliares, que são realizadas com o apoio do carro do conselho tutelar junto ao motorista do órgão. Importante ressaltar que por diversos momentos ouvia-se reclamações de

que faltava ou havia pouco combustível disponível para o carro em diferentes conselhos tutelares, o que demonstra uma das camadas de precariedade material existentes neste órgão. Também era comum a cada chegada em um novo conselho tutelar avistar ao menos um carro com adesivo que o identificava com o nome “conselho tutelar”, acompanhado da expressão “uso exclusivo em serviço”.

Enquanto eu aguardava na sala de espera a disponibilidade da “conselheira de plantão” para me atender, presenciei a primeira queixa entre duas usuárias e uma conselheira, motivada por questões escolares. Tratava-se de uma queixa sobre o comportamento de uma professora com os/as estudantes.

Uma das mães comenta: “minha filha está tendo febre emocional quando eu digo que está na hora da escola”. A outra mãe complementa: “a situação está cada vez pior”. Segundo uma mãe, “a professora está com problema psicológico e descontando tudo em cima das crianças”. Quando elas retornam para a sala de espera, a conselheira Tábata vem logo em seguida e diz para as mães: “gente, isso é muito sério, vocês vão ter que provar pra Justiça o que vocês estão falando”. Uma das mães responde “ué, nós temos provas. As provas são as crianças” (Fragmento do diário de campo, 30 de maio de 2022).

Esta cena, na qual a conselheira tutelar alerta as mães sobre a necessidade de mobilizarem “provas” para confirmar a “verdade” na esfera penal, demarca uma cultura do julgamento. É um exemplo de como as lógicas judicializantes atravessam as relações no conselho tutelar, na condução dos conflitos, sustentada num enquadramento legal, mesmo este não sendo um espaço propriamente jurisdicional.

Ao ser recebida pela “conselheira de plantão” daquele dia, também a cumprimentei pelo seu nome e fiz alguma menção sobre algo que eu havia levantado sobre o seu perfil. Percebi que esse gesto de aproximação, de chamar pelo nome, foi uma forma de demonstrar uma referência anteriormente levantada por mim, e isso despertava curiosidade e interesse nos/as interlocutores/as de pesquisa, que se dava como uma forma de “quebra gelo” para iniciarmos o nosso diálogo. Esta foi uma outra estratégia relevante para conseguir abertura e aproximação com os/as conselheiros/as.

Com a “conselheira de plantão”, segui as mesmas etapas para a apresentação e a explicação da pesquisa em questão. Ela narrou que depois da pandemia, os problemas familiares passaram a chegar de forma expressiva ao conselho tutelar por encaminhamento da escola. Ela também aceitou participar da entrevista e naquele momento, já combinamos uma agenda para realizá-la. Por último, a conselheira também reforçou a necessidade de manter a reunião com o colegiado.

Realizei este movimento de descrever sobre a minha primeira ida ao conselho tutelar com o intuito de anunciar algumas estratégias presentes de aproximação com os/as interlocutores/as da pesquisa, que foram se repetindo ao longo do trabalho de campo, e de traçar alguns modos de organização e funcionamento que pareçam ser comuns dentre os conselhos tutelares.

A precarização da infraestrutura material é uma condição predominante nos conselhos tutelares. Contudo, nos conselhos tutelares localizados na Zona Sul essa condição é menos gritante em relação às demais regiões da cidade. De maneira geral, a estrutura precária é evidenciada em uma série de infiltrações nas paredes, rachaduras, mofos; danificação da parte elétrica com reparos improvisados por “gambiarras”; muitos sem funcionamento do ar-condicionado, o que torna o espaço quase inviável nos dias de calor. Há conselhos tutelares que já foram bruscamente atingidos por inundações de fortes chuvas, e que seguem correndo esse risco. Quase todos os conselhos tutelares têm um espaço que se pretende ser uma brinquedoteca, mas que conta com possibilidades lúdicas bastante restritas, com brinquedos danificados e baixa atratividade. Esta é uma tarefa que um/a pedagogo/a também poderia realizar, caso houvesse um/a. Somente em um conselho tutelar, localizado na Zona Norte, havia uma parte da parede reservada para os desenhos feitos pelas crianças que já estiveram naquele local.

Além dos contatos presenciais e das entrevistas previstas com os/as conselheiros/as durante o trabalho de campo, observei e escutei diversas situações que ocorriam na sala de espera para o atendimento no conselho tutelar – algumas já narradas anteriormente. Também desenvolvi diálogos com os/as usuários/as quando a nossa troca de olhares anunciava uma brecha para iniciar uma conversa informal durante essa espera.

Observei que esse momento de espera não se dava dentro de uma sala propriamente, mas em um primeiro ambiente, onde as pessoas aguardavam sentadas, uma ao lado da outra ou, ainda, umas de frente para as outras. Eram locais de passagem, por vezes, apertados e desconfortáveis. Em um dos conselhos, localizado na Zona Oeste<sup>76</sup>, o local de espera era totalmente visível para quem andava na calçada e para quem também aguardava. Nessa espera, me chamava atenção as pessoas terem expressões corporais que demonstravam sempre muita

---

<sup>76</sup> Refere-se apenas à zona para não quebrar o anonimato garantido pela pesquisa.

aflição: as pernas balançando incessantemente; as andanças inquietas, de um lado para o outro; os olhares de angústia. Comumente, essa reação dos/as usuários/as se transformava em “puxar conversa” sobre a situação pela qual estavam ali. Ouvi alguns desabafos. Dentre eles, era muito comum as pessoas reclamarem da falta de privacidade quando os atendimentos eram realizados.

Escuto uma mulher dizendo para o homem ao lado dela que a criança que está ali com ela foi abandonada pela família. A família é grande, mas ninguém quis ficar com ela, que é ela quem estava cuidando no momento. A criança brinca, corre pra lá e pra cá. Enquanto isso, outras duas mães conversam baixo entre si. Escuto uma delas falando que recebeu notificação para estar ali. Essa mulher é chamada pelo conselheiro Caio para o atendimento. Observo que ela foi chamada para uma sala grande, onde outras pessoas também trabalham. Essa sala é toda de vidro, então dá para ver as reações que se passam lá dentro. Fiquei pensando na falta de privacidade para ser atendida. [...] Uma outra pessoa, uma mãe, bastante angustiada, que fica sussurrando “ai, meu deus do céu”, puxa assunto comigo reclamando que durante o atendimento não tem privacidade alguma, pois todo mundo que está naquela sala escuta tudo. [...]

O conselheiro Caio chama a outra mãe (a que disse sobre a criança abandonada). Ela é negra, obesa, com uma aparência mais idosa. Enquanto ela estava sendo atendida, teve um momento que olhei para a sala de atendimento, e a vi chorando diante da mesa do conselheiro Caio. E no momento que eu vi essa cena, ela levantou a cabeça e me olhou de volta. Prontamente, desviei o olhar, não queria que ela se sentisse que estava sendo vigiada. Aquela cena me deixou bastante tocada. Quando eu olho para a parte do banco onde essa senhora estava sentada, vejo uma mochila de estampa infantil com os pertences de uma criança, aparentemente com roupas e outros itens básicos, o que me faz pensar imediatamente que deveria ser a mochila da criança que tá aqui correndo pra lá e pra cá, logo, essa criança deve ir para um abrigo. Fico com isso na cabeça. Também fico pensando na força emocional que um conselheiro/a precisa ter para trabalhar. Quando tenho a oportunidade de conversar com o conselheiro em particular, comento que reparei em uma mochila infantil com pertences de uma criança lá no banco. O conselheiro Caio me diz “pois é, a criança vai precisar ser abrigada, mas ela não imaginava que já seria hoje, aí ela aguentou e desabou [de chorar]. Agora, ela está na outra salinha, acompanhada, se acalmando” (Fragmento do diário de campo, 30 de maio de 2022).

É perceptível a pobreza ou a extrema pobreza como uma condição comum das pessoas que buscavam atendimentos junto ao conselho tutelar, e dados mostram que no Brasil, a pobreza também está associada à questão racial<sup>77</sup>. Portanto, há uma interface com categorias como classe e raça. Associado a isso, torna-se relevante

<sup>77</sup> Um estudo publicado pelo Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP), com base em dados de 2020 e 2021, calculou como a pobreza se manifesta nos diferentes grupos de gênero e raça no país. “Antes da pandemia, 33% das mulheres negras estavam abaixo da linha da pobreza. Em 2021, mesmo com auxílio, essa taxa está mais alta, em 38%. A proporção de homens negros abaixo da linha de pobreza fica ligeiramente abaixo desse patamar. Já entre a população branca, a taxa de pobreza subiu de 15% antes da pandemia para 19% em 2021. Os níveis de pobreza são semelhantes entre homens e mulheres brancas. Já a extrema pobreza, que atingia 9,2% das mulheres negras em 2019, subiu a 12,3% dessa população, segundo os cálculos do estudo do Made-USP. Para homens brancos, essa taxa foi de 3,4% para 5,5% nesse mesmo intervalo” (Roubicek, 2021).



destacar que os conselhos tutelares estão majoritariamente alocados junto ao prédio ou ao pátio que também abriga o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)<sup>78</sup> e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)<sup>79</sup>, não somente porque todos esses órgãos atuam intersetorialmente no âmbito da secretaria de assistência social. Não sendo uma mera coincidência, o público que chega a estes órgãos é composto por famílias em situação de (extrema) vulnerabilidade social, que vivem nas margens do Estado brasileiro em busca do seu direito de acesso a benefícios sociais. Durante o tempo de espera para atendimento em um conselho tutelar localizado na Zona Norte, é possível ouvir sobre os atendimentos que estão acontecendo em uma sala que faz parte do CRAS, que é um órgão que integra a mesma sede onde localiza esse conselho tutelar. Nesta sala, com janela aberta e gradeada, é possível ouvir as perguntas feitas pelos atendentes, em suas mesas de atendimento diante de um computador, aos/as atendidos/as. As perguntas são, em geral: “quanto você ganha por mês?”; “recebe auxílio Brasil?”; “quantas pessoas moram com você?”; “Fulano estuda?”. É inevitável não ouvir esses atendimentos. Ali, ocorre o mesmo nas salas dos/as conselheiros/as tutelares: não há a mínima privacidade mesmo sendo um espaço de perguntas e situações sensíveis e particulares.

A fila em frente ao CREAS é caracteristicamente formada por pessoas dessas famílias aglomeradas. Uma fila que não se vê movimentar, parada por horas, e sofrida para quem aguarda atendimento. Durante o trabalho de campo, presenciei pessoas saindo da fila do CREAS chorando por dificuldades burocráticas/documentais para conseguir uma informação concreta sobre o acesso ao seu benefício social. Como aponta a concepção ambivalente de “margens do Estado”, indicada por Das e Poole (2004), de que embora essas famílias se

---

<sup>78</sup> “Centro de Referência Especializado de Assistência Social, onde são realizados os serviços de proteção especial, que promove ações socioassistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Para pessoas que estão em situação de risco pessoal e social ou tiveram seus direitos violados, como: crianças e adolescentes em situação de trabalho; adolescentes em medidas socioeducativas; crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual; crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono; famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência” (Rio de Janeiro, 2022).

<sup>79</sup> “Centro de Referência de Assistência Social, onde são realizados os serviços de proteção social básica, que por sua vez, realiza serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Rio de Janeiro, 2022).

encontrem nas margens do território físico e simbólico, vivenciando de modo distinto a relação com o Estado, esse Estado também se faz presente no lugar da falta e da desorganização social, como espaço de busca de soluções e de estratégias alternativas de inserção social para acessar políticas de assistência social, como no caso, o Programa Bolsa Família do governo Lula que foi substituído na gestão do ex-presidente Bolsonaro pelo Auxílio Brasil – o que não significa negar os problemas e tensões da rotina de exclusão sofridos pelas famílias em condição de pobreza.

A maioria das denúncias de violações de direitos que chega ao conselho tutelar provém de famílias pobres. Isso não quer dizer que os não pobres têm seus direitos garantidos pelo poder público, mas que podem comprar serviços necessários, resolvendo ou encaminhando de forma privada seus conflitos (Nascimento; Scheinvar, 2010, p. 21). Como as observações indicam, o conselho tutelar é “[...] um órgão para governar os pobres” (Scheinvar, 2008, p. 5).

Parte das paredes dos conselhos tutelares são estampadas de cartazes, cujo conteúdo frequentemente abordado trata-se de:

- a) combate ao abuso sexual;
- b) combate às drogas;
- c) fotos 3x4 de crianças e adolescentes desaparecidos/as;
- d) sinais de TDAH;
- e) documentação como direito básico;
- f) serviços oferecidos pelo Poder Judiciário do Estado do RJ;
- g) “educar sem bater dá certo”, da Rede Não Bata, Eduque<sup>80</sup>.

O cartaz que pareceu mais comum entre todos os conselhos anuncia em letras garrafais “você no controle, fique atento!”, que faz referência aos principais riscos do uso abusivo de álcool e drogas, produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> A Rede Não Bata, Eduque (RNBE) tem como objetivo “desnaturalizar a prática dos castigos físicos e humilhantes como forma de educar e cuidar de crianças e adolescentes no meio familiar, escolar, comunitário, nos meios de comunicação tradicionais e nas mídias sociais” (Rede Não Bata Eduque, 2017).

<sup>81</sup> “A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro responsável por gerenciar, planejar, promover, fiscalizar, executar e fazer executar a Política Nacional de Assistência Social, em coordenação com os demais órgãos do Município” (Conheça [...], 2021).

Esse conjunto de materiais apresenta diferentes discursos de saber-poder enunciados como verdades instituídas (Foucault, 2005) no sentido de uma “ordem ditada” que endossam efeitos do moralismo como referência para os atendimentos, na tentativa de enquadrar os/as usuários/as na “normalidade” que é referenciada pela subjetividade neoliberal. Isso se traduz como exemplo na produção discursiva judicializante sobre as drogas. Assim, a subjetividade dos/as usuários/as de drogas ilícitas e/ou lícitas pode ser compreendida como efeito da produção de um discurso de suposta verdade que faz com que se identifiquem enquadrados às categorias de doente, viciado/a, desviante, delinquente etc., reproduzindo, desta forma, comportamentos que legitimam tal discurso.

Em torno dos atributos presentes no conselho tutelar, é possível observar uma série de termos com tom apaziguador que não corresponde à realidade social. Por exemplo, em certo momento do trabalho de campo, enquanto eu aguardava em um conselho da Zona Norte, ouvi a funcionária do administrativo perguntar a um usuário se ele recebeu a “cartinha”. No caso, a “cartinha” corresponde a uma notificação que requer a presença obrigatória deste usuário no conselho tutelar. Outro exemplo, é o chamado “acolhimento” institucional que equivale ao encaminhamento de uma criança e/ou adolescente para um “abrigo”, uma instituição com regras estabelecidas e condições estruturais reconhecidamente problemáticas. Pensar sobre isso requer problematizar a sutileza dos poderes na sociedade de controle (Deleuze, 2013), uma vez que as mesmas práticas interessadas em exercer a tutela no sentido de uma suposta proteção, estão em consonância com o cumprimento da vigilância e da regulamentação da vida social.

Comumente, em sua primeira entrada ao conselho tutelar, o/a usuário/a dirige-se à recepção para relatar o motivo que o/a levou até o local. O/a funcionário/a administrativo/a preenche, primeiramente, uma ficha com os dados pessoais da criança e/ou adolescente, sendo informado basicamente: nome, idade e bairro. Caso a chegada do/a usuário/a seja motivada por uma notificação, é solicitado: identidade, comprovante de residência e a carteira de vacinação. Em seguida, é aberto um “prontuário” a partir destes dados. “Prontuário” refere-se ao termo técnico usado no linguajar coloquial dos/as conselheiros/as para se referir à ficha de documentação que registra todos os dados e o acompanhamento do usuário. Convém pontuar que este termo remete a um caráter medicalizante no encaminhamento das situações-problema que chegam ao conselho tutelar. Neste

espaço, o prontuário é um instrumento de trabalho indispensável, uma vez que é o meio pelo qual se registra a história do/a usuário/a. Posteriormente, o prontuário é encaminhado para a mesa do/a conselheiro/a de plantão, que se tornará o responsável pelo andamento do atendimento. Além disso, o/a conselheiro/a complementará com as demais informações: a descrição do atendimento com as medidas aplicadas ao direito violado e os posteriores encaminhamentos.

Cada prontuário é preenchido com os dados e os relatos de cada atendimento, podendo ser consultado (somente por pessoas autorizadas) para elaborar relatórios requisitados por órgãos judiciais e de assistência quando há necessidade de informação sobre algum atendimento. Lavínia, conselheira da Zona Norte, me contou que certa vez um advogado foi ao conselho exigindo o acesso a um relatório, mas que apesar de sua insistência e justificativa sustentada no exercício do seu cargo como advogado, ele não teve acesso, pois “as informações são absolutamente sigilosas”, me disse ela.

Cada “prontuário” ou “processo” tem como destino um amontoado de papéis na mesa dos/as conselheiros/as. Quando deixa de ser uma demanda imediata, o destino destes documentos transforma-se em caixas de papelão empilhadas ou dentro de armários em mau estado de conservação. Não há uma organização sistemática dessa documentação, o que dificulta muito ser encontrada quando necessário (e quando é achada, inclusive). Também não há um armazenamento minimamente adequado, o que provoca, com o tempo, a deterioração desse material. Mas não só os processos de anos anteriores. Os processos em curso também não possuem um modo de arquivamento específico. A cena mais comum na mesa dos/as conselheiros/as consiste nesses processos de papéis empilhados ou espalhados por outras mesas e/ou outras pastas, e por isso escuto pedido de desculpas por parte deles/as: “desculpa pela bagunça, mas aqui é assim”, me dizem enquanto abrem um espaço na mesa para nossas conversas. Pelos processos estarem espalhados em diferentes locais, prejudicava ainda mais o curso do acompanhamento dos processos, uma vez que alguma folha anexada corria o risco de ser perdida ou ainda, tornava ainda mais longa a espera de atendimento do/a usuário/a enquanto o seu processo era localizado.

“Não são só papéis, são vidas ali”, me disse uma vez o motorista enquanto tomávamos café na cozinha de um conselho tutelar localizado na Zona Sul. São documentos que remetem a trajetórias familiares, escolares e demais questões que

envolvem histórias de vida de crianças e adolescentes. Para além de serem condição para que os procedimentos sejam administrados, observa-se que os documentos são artefatos centrais cujos elementos são constitutivos da identidade e da forma de controle das famílias (Peirano, 1986). Quando iniciado o atendimento a um processo que foi aberto, os primeiros documentos da criança ou do/a adolescente solicitados pelo administrativo são:

- a) identidade;
- b) comprovante de matrícula da escola;
- c) carteira de vacinação.

Existem inúmeros processos que estão estocados no conselho por um longo tempo. Processos que contêm rastros para recuperação de casos que chegaram ao conselho. Na necessidade de consultar esses dados, é preciso buscar em meio a essas caixas. Em dois conselhos localizados na Zona Oeste, uma forte tempestade causou inundação a ponto de grande parte dos documentos terem sido perdidos.

Apesar de existir um sistema eletrônico, o Sipia-CT<sup>82</sup>, que oferece o armazenamento e o acompanhamento dos casos de modo classificatório conforme o direito violado da criança e do adolescente, e de forma *on-line*, apenas em 1 conselho tutelar no Rio de Janeiro, localizado na Zona Sul, foi implantado e colocado assiduamente em prática. Segundo as conselheiras Fabiana e Dara (progressistas), essa sistematização via Sipia promove maior organização no atendimento e transparência no processo dos casos, apesar de ter sido uma forte resistência por parte de outros/as conselheiros (conservadores/as). Convém ressaltar que neste único conselho tutelar, onde há uma forma de trabalho organizada em torno do Sipia, existe um modo de organização de atendimento aos/às usuários/as diferenciado que não perpetua o que os/as conselheiros/as progressistas do órgão nomeiam como “atendimento de balcão”, em referência ao tratamento que se assemelha ao que ocorre dentro das delegacias de polícia. Neste caso, o funcionário administrativo já estava preparado para orientar usuários/as sobre determinadas demandas que chegam com frequência e que não configuram

---

<sup>82</sup> Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência – Conselho Tutelar (Sipia-CT). “É um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Sipia tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor. A base do Sipia-CT é o Conselho Tutelar, para o qual se dirigem de imediato as demandas sobre violação ou não atendimento aos direitos assegurados da criança e do adolescente” (Brasil, 2023a).

responsabilidades do conselho tutelar. Tendo essa ciência, o funcionário administrativo explica todos os procedimentos a serem realizados, sem haver necessidade de dirigir os atendimentos para os/as conselheiros/as. Por exemplo, é comum pessoas chegarem ao conselho tutelar solicitando vaga em creche ou em escola sem ter acionado a Coordenadoria Regional de Educação (CRE), que é outro órgão competente para reivindicar esta vaga. “O conselho tutelar está ali para recorrer diante da negação de direitos. E nesse caso, as pessoas não tiveram direito negado porque ainda não foram na escola nem na CRE se informar”, me explica Fabiana, a conselheira (progressista) de um conselho tutelar localizado na Zona Sul. Como estive presente neste conselho diferentes vezes, me chamava atenção raramente encontrar alguém aguardando atendimento no local. Isso foi justificado pela conselheira (progressista) de ser uma organização de atendimento pautada em agendamentos, o que era feito diretamente com o funcionário administrativo, pois neste formato cabia uma preocupação em diferenciar do que ocorre dentro do espaço de uma delegacia, onde tudo é urgente. Neste conselho, todos/as os/as trabalhadoras/es que ali atuavam, independente do seu cargo, eram instruídos a serem defensores/as do ECA e envolvidos/as com uma concepção de trabalho que valorizava os direitos de crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos” de tal forma que não era uma responsabilidade estritamente dos/as conselheiros/as, ressaltou Fabiana, a conselheira (progressista).

Diante dessas estratégias, é possível reconhecer formas sensibilizadas de desmistificar as aproximações do conselho tutelar ao de um órgão policialesco. Convém ressaltar que este foi o único conselho onde consegui agendar entrevistas com cada conselheiro/a apenas em contato com o funcionário do administrativo. A cada agendamento feito pelo funcionário, era enviada uma notificação por e-mail da marcação via *Google Agenda*. Desta forma, não foi preciso ir diferentes dias ao mesmo conselho para fazer contatos individualmente com cada conselheiro/a para conseguir agendar entrevistas, como comumente eu fazia, o que facilitou enormemente essa etapa no trabalho de campo. Ressalto que este procedimento se deu restritamente ao modo de organização deste único conselho tutelar, localizado na Zona Sul.

A cada nova ida a um conselho tutelar para me apresentar como pesquisadora, percebia que a minha presença causava desconforto e desconfiança. A primeira barreira dentro deste espaço era com o administrativo, porque, geralmente, era o

primeiro contato a ser feito para alcançar os/as conselheiros/as. Pelas falas, olhares e posturas corporais dos/as interlocutores/as de pesquisa, percebi que pairavam desconfianças sobre as minhas intenções de trabalho mesmo preocupada em ser ética ao explicá-las. Por inúmeras vezes, quando eu finalizava a breve explicação da proposta de pesquisa, prontamente desconversavam ao responder se desejariam participar. Não raro, até mesmo figuras progressistas que aceitavam participar, tiveram a postura de não levar adiante o compromisso da agenda combinada. Adiavam a data ou justificavam a falta ou simplesmente paravam de me responder. Quando apresentava a pesquisa aos/as conselheiros/as, sentia a necessidade de demarcar que esta pesquisa não se tratava de um trabalho de investigação jornalística. Isso nos coloca a pensar: não é novidade a produção do medo em torno do conselho tutelar, visto, pela população de maneira geral, como uma entidade ameaçadora. Mas por que fazer pesquisa neste órgão também causa medo nos trabalhadores/as que ali atuam? Ao levantar este questionamento, rememoro uma fala da conselheira Fabiana de quando nos encontramos pela primeira vez na recepção deste espaço. Nesta ocasião, ao contar sobre o tema da pesquisa, ela me disse enfaticamente “precisamos abrir a caixa-preta, que é o conselho tutelar, para a sociedade”. Esta metáfora soou como uma pista, a de que fazer emergir os elementos dessa “caixa-preta” é o que, talvez, provoca essa reação de desconforto, desconfiança e medo.

Conforme descrito, tanto conselheiros/as como funcionários/as do conselho, ficavam um tanto intimidados/as quando eu me apresentava como pesquisadora e o meu interesse de pesquisa. Essa intimidação se afluía quando iniciávamos os preparativos para a entrevista, principalmente quando o gravador era colocado sobre a mesa e eu fazia a entrega do TCLE. Alguns/mas liam, outros/as só assinavam. Aqueles/as conselheiros/as que realizavam a leitura, faziam comentários ao longo da leitura e, outros/as somente perguntavam “é aqui que eu assino?”.

Apesar de ter utilizado como estratégia que a primeira aproximação fosse com as figuras progressistas nos conselhos tutelares (inclusive, algumas reconhecidamente atuantes no campo), uma vez que a minha expectativa era que haveria facilidade na colaboração destes/as conselheiros/as na pesquisa e apoio para acessar demais conselheiros/as, o trabalho de campo demonstrou que não foi bem assim. Em inúmeras tentativas de contato (por mensagens e pessoalmente), e até

agendamentos que chegaram a ser combinados, algumas dessas pessoas não deram retorno, o que tornou inviável sua participação na pesquisa. Nessa mesma trilha, como eu esperava, nenhum/a conselheiro/a vinculado à Igreja Universal aceitou participar. Inclusive, vivi momentos de hostilidade e desrespeito por parte dessas pessoas quando me aproximei delas para tratar sobre a pesquisa como descrevo neste dia de trabalho de campo realizado em dois conselhos tutelares, um localizado na Zona Oeste e o outro, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Estive na reunião de colegiado conforme estava agendada há 1 mês para apresentar meu interesse de pesquisa e conseguir agendar entrevistas com outras conselheiras. Dos/as cinco membros/as, duas conselheiras não estavam presentes. Uma delas não estava presente, pois havia dito que estaria fazendo visita domiciliar, o que me chamou atenção haja visto o caráter de extrema importância da reunião de colegiado, que é justamente agendada para que todos/as estejam presentes. Ao final da reunião, resolvi esperar por essa conselheira (perfil conservador e membro da Igreja Universal) para tentar, ao menos, um contato inicial. Já era a minha quarta vez indo a este conselho tutelar. Um funcionário administrativo me informou que ela tinha chegado, apontando para a sala onde ela estava. Cheguei na porta da sala e a cumprimentei. Bruscamente, ela me respondeu que já estava de saída e que se eu já tinha participado da reunião do colegiado, aquilo já bastava porque “só existe uma fala sobre o conselho tutelar”, segundo ela. Eu perguntei se poderia voltar no dia que fosse do plantão dela, e ela respondeu de forma enfática que não. Foi um contato bastante ríspido, que me confirmou que eu não era nada bem-vinda por ela. Também constrangedor, porque foi diante de usuários/as aguardando atendimento e do próprio funcionário administrativo que havia me atendido (Fragmento do diário de campo, 27 de junho de 2022).

Na parte da tarde, tinha uma reunião agendada com a conselheira (perfil conservador e evangélica, da Igreja Nova Vida) de um conselho localizado na zona sul, onde a forma de agendamento funciona de forma totalmente diferente dos demais, e esse agendamento se deu diretamente com o funcionário administrativo. A agenda estava marcada para às 14h30. A conselheira chegou às 15h. Me recebeu em uma sala. Expliquei novamente sobre a pesquisa, pois já havia me apresentado anteriormente em reunião de colegiado neste conselho tutelar. Relembro que em uma outra ida minha a este conselho quando fui apresentada às conselheiras, com ela presente, ela já não tinha demonstrado simpatia nem interesse em me ouvir, então já esperava que poderia ser uma situação desconfortável. Nesta conversa, ao explicar sobre a pesquisa, também apresentei, como de praxe, a carta de apresentação e o TCLE. Ao ler o TCLE, a conselheira começou a levantar uma série de questionamentos sobre o conteúdo que estava escrito, em tom alto. Mesmo eu explicando didaticamente, a conselheira não demonstrou interesse em me ouvir, mas apenas em repetir os achismos dela, falando repetidas vezes “embates entre forças progressistas e conservadoras, de onde você tirou isso?”. Não bastasse essa postura, ela se levantou da cadeira aos gritos, abriu a porta e chamou um outro conselheiro “conselheiro, vem aqui!” sem poupar esse desrespeito dos/as usuários/as que estavam lá presentes enquanto aguardavam atendimento. Quando o conselheiro (progressista) chegou, ela gritava “conselheiro, o senhor viu isso aqui ‘forças progressistas e conservadoras?’”. Mesmo fazendo a mesma pergunta a ele, e eu já tendo explicado, ela continuava perguntando sem parar para ouvir a resposta. A postura desse conselheiro (progressista) foi de, imediatamente, reforçar para ela que se tratava de uma pesquisa acadêmica e que eu já havia participado de uma reunião de colegiado explicando este



conteúdo. Ela indagou que reunião tinha sido essa que ela não estava. O conselheiro reforçou que todos os/as conselheiros/as ali estavam cientes dessa demanda de pesquisa. A postura do conselheiro foi defender os argumentos que eu tentava explicar a ela. A conselheira gritava que não estava ali para ser rotulada como conservadora ou progressista. Os gritos dessa conselheira fizeram com que a outra conselheira (progressista) também entrasse na sala para ajudar a apaziguar a grosseria da conselheira (conservadora). Diante dessa situação, eu afirmei que ela poderia simplesmente não aceitar participar da pesquisa, que isso não seria nenhum prejuízo. A reação da conselheira foi jogar os papéis do TCLE sobre a mesa, dizendo no mesmo tom “não vou participar disso aqui, não, isso aqui tá muito esquisito”, e saiu da sala. (Fragmento do diário de campo, 27 de junho de 2022).

Depois desses acontecimentos, uma nova estratégia utilizada foi selecionar reportagens<sup>83</sup> que tratavam sobre o conturbado processo de escolha de conselheiros tutelares em 2019, para me resguardar em situações como essa. Desta forma, caso algum/a interlocutor/a de pesquisa questionasse sobre esse fato no momento da realização da entrevista, eu teria cópia das reportagens para apresentá-las. Outra postura que foi recorrente ao tentar agendar entrevistas, sobretudo, com conselheiros/as conservadores/as não era prontamente de negação, mas de evitar ao máximo que eu me apresentasse, sendo informado pelo/a funcionário/a administrativo/a que o/a conselheiro/a estava ocupada e não poderia me atender. Depois desses acontecimentos, foi inevitável não rever as estratégias de aproximação. Dos 19 conselhos tutelares na cidade do Rio de Janeiro, em 2 deles, ambos localizados na Zona Oeste, não foi possível realizar a pesquisa por obstáculos impostos pelos/as próprios/as conselheiros/as do segmento conservador evangélico.

Em síntese, destaco que ter realizado o trabalho de campo no conselho tutelar no contexto do novo conservadorismo brasileiro (Lacerda, 2019) exigiu enfrentar uma série de desafios, sendo eles:

- a) a aproximação com os/as conselheiros/as independente de sua inclinação política;
- b) o agendamento e a realização das entrevistas com os/as mesmos/as;

---

<sup>83</sup> As reportagens selecionadas foram: 1) ENTENDA como funcionam os conselhos tutelares. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-como-funcionam-os-conselhos-tutelares-24001525>. Acesso em: 3 maio 2023; 2) BETIM, F. Eleições para conselho tutelar tornam-se novo campo de batalha do Brasil polarizado. **El País Brasil**, São Paulo, 5 out. 2019 [atualizado em 6 out. 2019]. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/politica/1570214548\\_733114.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/politica/1570214548_733114.html). Acesso em: 3 maio 2023; 3) MACIEL, M. Eleição dos conselhos tutelares no Rio é a maior da história. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/eleicao-de-conselhos-tutelares-no-rio-a-maior-da-historia-24005200>. Acesso em: 3 maio 2023.

- c) os deslocamentos, com uso do transporte público na cidade do Rio de Janeiro, para chegar aos conselhos; a resistência e a hostilidade dos/as conselheiros/s conservadores/as evangélicos/as.

Também chamou atenção a precariedade da infraestrutura e das instalações sofrida pela maior parte dos conselhos, que afeta as condições de trabalho e os atendimentos aos/às usuários/as. Por último, também destacamos as divergentes concepções de trabalho entre conselheiros/as conservadores/as e progressistas.

### 3.3

#### **Realizando as entrevistas com os/as conselheiros/as tutelares**

Tendo em vista a pergunta que norteia esta pesquisa, “como o avanço do novo conservadorismo brasileiro influencia a atuação do conselho tutelar diante das demandas da escola?”, realizamos, como uma das etapas metodológicas previstas, as entrevistas semiestruturadas com conselheiros/as tutelares titulares da cidade do Rio de Janeiro eleitos/as na gestão dos anos de 2020 a 2023. Concomitantemente, foi realizado o trabalho de campo, entre os meses de junho a dezembro de 2022, tendo percorrido quase todos os conselhos tutelares da cidade, exceto 2 deles, ambos localizados na Zona Oeste, por motivos de obstáculos de aproximação impostos por conselheiros/as conservadores/as evangélicos/as resistentes a esta pesquisa conforme descrito na seção anterior. Neste período, foram realizadas, ao todo, 31 entrevistas, com pelo menos 1 membro titular de cada conselho tutelar. Deste quantitativo, foram entrevistados/as conselheiros/as das seguintes zonas geográficas: 12 da Zona Norte; 4 da Zona Sul; 2 do Centro; 13 da Zona Oeste. Quase todas as entrevistas foram realizadas nas dependências do conselho tutelar, exceto duas delas pelos mesmos motivos: por escolha própria das conselheiras já que a sua preferência era que fosse fora do espaço do conselho por se sentir mais à vontade e por ter sido a forma possível para conciliar com a sua agenda. De maneira geral, cada entrevista teve em torno de 1 hora de duração.

Das 31 entrevistas realizadas, fiz a seleção de 21, que foram transcritas na íntegra e revisadas diferentes vezes, com a preocupação de assegurar, ao máximo, o rigor com o conteúdo dos áudios gravados. Diante desse quantitativo de sujeitos de pesquisa, foi possível identificar: 14 conselheiros/as progressistas; 13 conselheiros/as conservadores/as; e, 4 conselheiros/as sem classificação precisa

entre estas categorias. Em linhas gerais, era bem distinto o clima que pairava no momento da entrevista com os/as conselheiros/as conservadores/as e com os/as conselheiros/as progressistas. Com os/as primeiros/as, era causado um clima de desconforto, e até de medo. Com os/as outros/as, o clima foi mais ameno e horizontal, apesar de buscar manter a postura ética com ambos/as.

Após a transcrição e revisão das entrevistas, codifiquei parte desses materiais utilizando o *software* de análise de dados qualitativos Atlas.ti versão 9, que resultaram em 17 unidades de registro, conforme a tabela já apresentada no início do capítulo.

### 3.3.1 Os “não ditos” nas entrevistas

Com o trabalho de campo realizado, convém ressaltar que os/as entrevistados/as conservadores/as vinculados às igrejas evangélicas não disseram nada sobre sua filiação religiosa ainda que o mapeamento do perfil desses sujeitos de pesquisa realizado em etapa anterior tenha evidenciado que eles/as possuem vínculos ativos e estreitos com as igrejas. Apesar de terem sido levantadas perguntas que oportunizaram essas colocações, essas figuras que integraram grupos de *WhatsApp* do chamado “Guardiões do Crivella”<sup>84</sup> ou ainda, que se candidataram formalmente (ou seja, com registros públicos no CMDCA) com a identificação de seus nomes atrelados a termos associados ao perfil religioso, em nenhum momento fizeram qualquer menção sobre esta filiação religiosa durante as entrevistas realizadas. Com alguns/mas, ainda foi possível uma brecha, ainda que com clima de constrangimento, para levantar perguntas sobre a influência dessa filiação durante a campanha do processo de escolha, por exemplo, mas sem qualquer disposição para desenvolver esse assunto. Portanto, ressalto que ao longo das entrevistas, esses “[...] protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso [...]” (Almeida, 2017, p. 17) omitiram essa referência, explicitando, assim,

---

<sup>84</sup> Refere-se aos/as funcionários/as aliados/as do ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Durante a sua gestão (2017-2020), uma das polêmicas que veio à tona nas mídias foram os “Guardiões do Crivella”, grupo formado por funcionários/as pagos com dinheiro público que se organizavam em grupo de *WhatsApp* e que ficava na porta de hospitais para impedir denúncias da Saúde e prestação de informações que prejudicassem o ex-prefeito, e intimidarem jornalistas (Relembre [...], 2023).

que a forma como se colocava na entrevista não era condizente com o perfil publicizado em suas respectivas redes sociais.

Quando foi perguntado sobre o processo de campanha para angariar votos, este que seria um momento oportuno para caracterizar o público que compôs a sua base eleitoral ou ainda, os lugares por onde percorreu para dialogar com as pessoas para levantar os votos, as respostas foram omissas, com pontuações vagas, sem qualquer menção a sua filiação no campo religioso mesmo havendo em suas redes sociais registros fotográficos de campanhas que evidenciaram essas relações. Por exemplo, Sérgio, um conselheiro conservador evangélico, de um conselho localizado na Zona Norte, tem em suas redes sociais divulgação, de modo público com cartazes e fotos, de eventos ocorridos dentro de uma igreja evangélica para tratar do tema sobre a relação família e conselho tutelar, e do qual ele seria o palestrante. Contudo, na entrevista realizada com este interlocutor, em nenhum momento foi citada a relação do seu trabalho no conselho tutelar com o espaço da igreja evangélica. Quando perguntado sobre o momento de campanha para levantar os votos no processo de escolha, a sua resposta foi enfática ao afirmar que:

é rede social também, né. E é na rua, no boca-a-boca, nas pessoas que eu que eu já atendi aqui mesmo no meu conselho, que são usuários meu, que eu tive boa referência [...]. É assim, é no boca-a-boca. É rodar na rua, ir pedindo voto na rua e ir na porta das escolas. Então é ali na porta daquelas escolas tentar conseguir os votos com o jovem quando ele sai, é nas famílias que eu faço já um trabalho, já que eles já conhecem o meu trabalho, e é pedindo voto boca a boca (Sérgio, conselheiro conservador evangélico da Zona Norte).

Ressalto que, aqui, não é colocado em questão um julgamento da filiação religiosa do/a conselheiro/a, mas sim a configuração da influência dessa filiação nos atendimentos realizados no conselho tutelar, no sentido de colocar em relevo: como uma condução com implicações religiosas pode interferir na garantia dos direitos estabelecidos no ECA?

quando eu cheguei aqui, em 2016, lá no fim do começo **eu vi uma cena de uma criança que tava rebelde, alguma coisa assim, e os conselheiros levaram essa criança prum canto, os três conselheiros, e lá tava fazendo imposição de mãos, né? Sobre uma oração, né? Sobre aquela criança.** Eu cheguei na hora, eu falei assim, "Ó, isso não, isso não tá previsto enquanto medida protetiva, né? **Aqui, não é igreja, aqui não é espaço pra isso,** tá? [...] Eu falei pra ele "não vai mais acontecer. Eu vou comunicar". Não sei se dali em diante, né? Ou começaram a ter um cuidado, não vi mais. Porque cada um faz o seu atendimento separado. [...] Eu creio que o grupo daqui, ainda que seja predominantemente evangélico, mas tem muito isso da questão desse respeito a norma. A norma legal, né? Agora, encaminhamento tem, né? **As igrejas faz: vai lá procurar o fulano, vai procurar o beltrano. Vem da igreja pra cá** (Alfredo, conselheiro progressista, Zona Oeste).

Recorrendo à categoria de *ethos* religioso, apesar do episódio narrado pelo conselheiro ter ocorrido em 2016, ou seja, na gestão anterior da gestão tratada nesta pesquisa (dos anos 2020-2023), isso contribui para demarcar que a estratégia do conservadorismo religioso de ocupar os conselhos tutelares não está vinculada exclusivamente com a polarização política e a ascensão do ex-presidente Bolsonaro. É fundamental pontuar que essa disputa no último pleito eleitoral não é uma inovadora estratégia política oriunda do novo conservadorismo brasileiro. Desde a sua instauração, ainda na década de 1990, este equipamento social foi foco de interesse de grupos religiosos. Segundo Teixeira e Cypriano (2022), isso se relaciona:

ao fato de inúmeras associações assistenciais para crianças e adolescentes terem confissão religiosa, católica ou evangélica, tais como creches, escolas filantrópicas, associações de assistência à saúde, de modo que, a criação dos Conselhos Tutelares permitiu que esses canais especializados no atendimento infantil passassem a atuar como órgão representativo da sociedade civil reconhecido pelo Estado na garantia da proteção dos direitos humanos também inaugurados no país, durante a década de 90 (Teixeira; Cypriano, 2022, p. 41).

Para compreender tais dinâmicas, Teixeira (2020) argumenta que o conselho tutelar é um profícuo espaço, assim como o primeiro lugar de exercício do que a pesquisadora nomeou como “pedagogias eleitorais”, ou seja, de uma experiência de iniciação política para sujeitos evangélicos, pertencentes a denominações pentecostais e neopentecostais, sem qualquer histórico de serviço público ou participação política.

Outro exemplo, é o fato de ser muito comum usuários/as chegarem ao conselho tutelar para buscar atendimento com um/a conselheiro/a específico/a justamente por serem da mesma igreja ou por ter sido uma “indicação do pastor”. Além disso, a experiência de ter realizado as entrevistas com esses interlocutores/as, por vezes, foi bastante desconfortável, exceto com uma delas, cujo perfil era evangélico e bolsonarista, e integrava um conselho da Zona Norte. Apesar deste perfil, esse/a interlocutor/a é conhecido/a, dentre os demais conselheiros/as progressistas, por não ter um jeito “ignorante”, nas palavras desses/as conselheiros/as. É um/a conselheiro/a com tom de voz baixo e polido, e postura atenciosa, bem diferente de outros/as conselheiros/as com perfil evangélico e bolsonarista. Isso revela o caráter sabidamente controverso acerca do avanço do conservadorismo nos conselhos tutelares. Tratar sobre o processo de escolha

ocorrido em 2019 e os eventos envolvidos à época, que foram um dos tópicos levantados nas entrevistas, evidentemente os incomodava.

## 4

### Expressões de disputas entre forças progressistas e conservadoras no conselho tutelar

Sem desejar tomar perspectivas de análise meramente dualistas, os perfis políticos pontuados como “progressista” e “conservador”, aqui, não são discutidos como categorias estáticas. Em outras palavras, Possas (2015) argumenta se faz sentido a utilização das distinções conservador e progressista para indicar as tomadas de posição política em relação às penas atribuídas aos crimes, pois “dependendo do crime em debate, aqueles (atores) que se identificam ao lado progressista da distinção podem adotar a posição inversa, e passar a valorizar as penas de prisão, enquanto os descritos como conservadores passam a valorizar a redução (do uso) das penas de prisão” (Possas, 2015, p. 473). Pensando nisso, a classificação como “progressista” e “conservador” não é tomada como uma diferenciação moral esvaziada do que é o “bem” e o “mal” no âmbito do Estado Democrático de Direito, discurso este entoado pela extrema-direita sob o *slogan* “a briga do bem contra o mal”<sup>85</sup>, especialmente em referência à disputa pela corrida presidencial entre o ex-presidente Bolsonaro (PL) e o presidente Lula (PT) nas eleições de 2022. Entendo que as categorias “progressista” e “conservador” são difíceis de ter clareza das fronteiras entre elas, mas para um sentido de análise, ajudam a desenvolver a investigação proposta nesta tese.

A classificação dos/as conselheiros/as tutelares como conservadores/as justifica-se pela sua concepção e atuação afinadas com o movimento do novo conservadorismo brasileiro protagonizado pela atuação política da direita cristã, conforme argumentado por Lacerda (2019), em torno de pautas como:

- a) valores morais religiosos e da família tradicional;
- b) endurecimento penal punitivista;
- c) militarismo anticomunista;
- d) neoliberalismo econômico;

---

<sup>85</sup> A exemplo disso, em um dos seus discursos, na ocasião de lançamento da sua pré-candidatura em 2022, Jair Bolsonaro afirmou que: “O nosso inimigo não é externo, é interno. Não é luta da esquerda contra a direita, é do bem contra o mal” (Holanda; Marques, 2022).

e) defesa sionista como parte da política externa.

Já a classificação “progressista” busca abarcar conselheiros/as com práticas comprometidas com perspectivas democráticas, alinhadas aos valores de laicidade e dos direitos humanos, e de subversão das lógicas punitivistas e menoristas, herdadas pelos Código de Menores de 1927 e de 1979, pela garantia de direitos de crianças e adolescentes. Nesta linha, convém pontuar que seria irrisório afirmar que o que diferencia a atuação de conselheiros/as conservadores/as e progressistas seria o embasamento no ECA. Sobre este ponto, discutiremos mais adiante.

Além da organização em colegiado que há em cada conselho tutelar, existem três outras instâncias relevantes que foram mencionadas em diferentes entrevistas, e que se revelaram como espaços fecundos de intensas disputas entre atores progressistas e conservadores, seja nas tentativas de ocupar os cargos ou ao longo de toda a gestão, com as constantes denúncias entre os/as próprios/as conselheiros/as. Com distintas atribuições, as referidas instâncias são:

- a) a comissão de ética;
- b) a corregedoria;
- c) o conselho consultivo.

A comissão de ética foi criada pela Lei Municipal nº 3.282, de 10 de outubro de 2001, cujo decreto (nº 22.132, de 16 de outubro de 2002) afirma que os membros “[...] serão escolhidos por maioria simples, em assembleia dos conselheiros tutelares reunida com, no mínimo, metade do número de membros, tendo mandato de três anos” (Rio de Janeiro, 2002, cap. I, seção I, art. 2º, § 1º). Além dos cinco conselheiros/as eleitos/as, nesta mesma assembleia foram escolhidos/as cinco suplentes. Esta instância é responsável por receber denúncias de conduta irregular dos/as conselheiros/as no exercício de sua função ou fora dela, e por atuar para apurá-la e avaliá-la. Nesta avaliação, se a comissão de ética decidir, ela pode afastar de suas funções qualquer um/a dos conselheiros/as denunciados/as. Conforme o Art. 3º, são atribuições da comissão de ética:

- I - instaurar procedimento disciplinar administrativo para apurar irregularidade de conduta cometida por conselheiro tutelar, no exercício de suas funções ou quando fora dele, que implique violação às obrigações contidas na Lei Municipal nº 3.282, de 10 de outubro de 2001, e da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- II - promover, no âmbito de suas atribuições, a fiscalização do exercício da função de conselheiro tutelar, instaurando de ofício o procedimento previsto no inciso I;
- III - receber e julgar os procedimentos disciplinares, decidindo quanto à aplicação das penalidades previstas na Lei Municipal nº 3.282, de 10 de outubro de 2001;



IV - exercer outras atribuições, delegadas em assembleia dos conselheiros tutelares, que não colidam, seja pela competência, seja pela natureza, com atribuições já definidas a outro órgão (Rio de Janeiro, 2002, cap. I, seção I, art. 3º).

Na gestão pesquisada (de 2020 a 2023), a eleição para a comissão de ética dos conselhos tutelares foi realizada em janeiro de 2020 e elegeu cinco membros, todos/as evangélicos/as, dentre os quais quatro integrantes de conselhos tutelares localizados na Zona Oeste. Esta eleição tornou-se alvo de investigação do Ministério Público (MPRJ) motivada por denúncias de fraude com o objetivo de ampliar o domínio da Igreja Universal nos conselhos tutelares. Conforme noticiado:

[...] os conselheiros ligados à Igreja Universal se uniram e escolheram quais seriam os eleitos. O objetivo seria formar um grupo com a mesma orientação política e religiosa, com foco na manutenção do eleitorado do prefeito Marcelo Crivella e dos vereadores da base do governo (Alves, R., 2020).

Nesta reportagem, foi anunciado que as irregularidades começaram com a mudança nas regras da votação mobilizada por mensagens de conselheiros/as evangélicos/as em um grupo de *WhatsApp* nomeado como “Titulares CT RJ 2020/2023”, que faz referência aos/as 95 conselheiros/as tutelares titulares eleitos/as. Neste grupo, conselheiros/as evangélicos/as convocaram um novo modelo de eleição por meio desta ferramenta virtual, o que difere integralmente ao que determina o decreto que regulamenta a eleição da comissão de ética. Convém pontuar que este fato ocorreu no dia 21 de janeiro de 2020, ou seja, 4 dias antes da eleição para a comissão de ética dos conselhos tutelares. Conforme o *print* desta conversa noticiado, conselheiros do campo progressista questionaram a votação levantada tendo em vista a tentativa de bruscas mudanças das regras de votação já estabelecidas. Este acontecimento relacionado com a eleição para a comissão de ética se revelou como uma das expressões de intensa disputa entre forças progressistas e conservadoras no âmbito dos conselhos tutelares.

Em entrevistas realizadas, sobretudo com figuras progressistas que afirmaram terem sofrido perseguições políticas pela comissão de ética esse acontecimento veio à tona. Houve não apenas a influência em ocupar a comissão de ética, mas também a influência de pessoas conservadoras e/ou ligadas à Igreja Universal em denunciar trabalhadores/as que atuam no conselho tutelar (não somente conselheiros/as, como também funcionários/as administrativos/as), e que não tenham a mesma afinidade política, para que sejam desligados/as e que pudessem ser substituídos/as por pessoas do mesmo segmento, e assim conseguirem ampliar a influência das forças

conservadoras neste equipamento social. Além da perseguição política promovida pelos/as conselheiros/as conservadores/as, os/as conselheiros/as progressistas evidenciaram que há perseguição contra praticantes de religiões de matriz africana, que são os principais alvos de violência religiosa no país, como nas palavras do conselheiro progressista Antônio, de um conselho da Zona Norte, que classificou este episódio como “intolerância religiosa”. Também narraram abusos cometidos que foram denunciados para a Promotoria, como, por exemplo, o uso do carro do conselho tutelar para fins privados.

Além do referido grupo de *WhatsApp* que abrange conselheiros/as de todos os conselhos tutelares da cidade, o conselheiro Antônio explicou que há um grupo de *WhatsApp* formado apenas por “conselheiros progressistas confiáveis que a gente sabe que são firme”, que conta com a participação de cerca de 18 pessoas. Trata-se de um modo estratégico de organização, no âmbito progressista, entre os conselhos tutelares da cidade frente às consolidadas articulações conservadoras nestes espaços.

Órgão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a corregedoria dos conselhos tutelares, também criada pela Lei Municipal nº 3.282/2001, tem como principal atribuição revisar a aplicação de penalidades ou de arquivamento proferidas pela comissão de ética. É composta por 4 conselheiros/as do CMDCA, sendo 2 representantes governamentais e 2 representantes não-governamentais, e 1 procurador do município (Rio de Janeiro, [2016]). Nas entrevistas realizadas, conselheiros/as progressistas destacam a influência de figuras conservadoras evangélicas também nesta instância.

O conselho consultivo dos conselhos tutelares é o órgão de representação das solicitações dos conselhos tutelares do município do Rio de Janeiro. Conforme o Regimento Interno dos conselhos tutelares, o conselho consultivo é o órgão dos conselhos tutelares “[...] de articulação com os poderes públicos municipais, estaduais e federais com o objetivo de buscar soluções para as demandas dos conselhos tutelares, conforme as deliberações do Plenário” (Rio de Janeiro, seção II, cap. VIII, art. 67). É composto por cinco membros titulares e cinco membros suplentes. Conselheiros/as conservadores/as nas entrevistas erroneamente destacaram que esta ação havia sido implementada pelo ex-prefeito Marcelo Crivella. Ressalto que uma das conselheiras, conservadora evangélica, que

hostilizou o andamento desta pesquisa conforme relatado no capítulo anterior, integrava o conselho consultivo.

De maneira geral, os/as conselheiros/as progressistas e conservadores/as relataram que conseguiam lidar com as suas diferenças nas tomadas de decisão sob o respaldo de seguir o que prevê o ECA. Contudo, foi possível identificar que em dois conselhos, um localizado na Zona Norte e outro, localizado na Zona Oeste, que essa relação de trabalho beira o insuportável. Neste conselho da Zona Norte, isso se expressa, por exemplo, no fato de ter ficado “meses e meses sem reunião de colegiado”, conforme narrou o conselheiro Antônio. Ainda segundo ele, não fazia questão que tivesse essa reunião já que seria “quatro contra um”, referindo-se a quatro conselheiros/as conservadores, e somente ele progressista.

Essa tensão entre conselheiros/as progressistas e conservadores também reverberou durante o curso de formação<sup>86</sup>, que é uma etapa de caráter obrigatório e eliminatório destinada aos/às conselheiros/as eleitos/as (titulares e suplentes), com uma explícita divisão na forma como se agruparam durante as aulas. Por exemplo, muitos/as não estiveram, durante o curso, junto aos membros do seu mesmo conselho; falta de cumprimentos, ainda que de forma cordial; olhares enviesados; discussões acaloradas a ponto de quase resultar em confronto físico, como descreveram. O clima de hostilidade e a divisão entre conselheiros/as progressistas e conservadores/as foram explícitos nesta etapa, da parte teórica, do curso de formação. Não há uma identificação coletiva em torno da categoria dos/as conselheiros/as tutelares enquanto organização política, mas uma explícita fragmentação em subgrupos orientada por dois campos de forças políticas, conservadoras e progressistas.

No dia da posse<sup>87</sup> dos/as conselheiros/as eleitos/as, Eduarda, uma conselheira progressista da Zona Oeste, narrou que procurou conversar com os/as seus/suas

---

<sup>86</sup> Este curso de formação foi ministrado para uma turma única de titulares e suplentes, e contou com duas etapas, sendo elas: i) a parte teórica, que foi realizada do dia 2 ao dia 6 de dezembro de 2019, na UERJ, com carga horária de 40 horas; ii) a parte prática, que foi realizada entre 10 a 13 de dezembro de 2019, tendo sido um dia realizado nas dependências da sede da Prefeitura do Rio e os demais, no próprio conselho tutelar para o qual o/a candidato/a foi eleito/a.

<sup>87</sup> O empossamento dos/as conselheiros/as tutelares da cidade do Rio de Janeiro para a gestão 2020 – 2023 ocorreu no dia 10 de janeiro de 2020, no Palácio da Cidade, em Botafogo (RJ), pelo ex-prefeito Marcelo Crivella. CONSELHEIROS tutelares eleitos pelo povo tomam posse para mandato em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Rio Prefeitura**, Rio de Janeiro, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/conselheiros-tutelares-eleitos-pelo-povo-tomam-posse-para-mandato-em-defesa-dos-direitos-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

colegas do mesmo conselho para tratar sobre a escala de trabalho dos dias de plantão, mas sem nenhum sucesso. Segundo ela, “Por isso que eu digo que no primeiro dia já era uma tragédia”. Dias depois, Eduarda foi apenas comunicada por uma colega que uma das conselheiras (conservadora evangélica ligada à IURD) já havia definido o seu dia da semana correspondente ao seu plantão e o de sua outra colega, também conselheira conservadora. Ou seja, foi uma tomada de decisão imposta sem qualquer espaço para a possibilidade de escolha, escuta ou negociação. Podemos identificar que esta postura autoritária estava relacionada com uma cultura que pairava neste ambiente de trabalho, a de que os/as conselheiros/as conservadores/as reeleitos/as por estarem sendo reconduzidos/as ao cargo, isto é, terem atuado na gestão anterior e assim, já supostamente conhecerem os trâmites e terem mais experiência consideravam-se legítimos/as a decretar a dia da semana do seu plantão; de decretar a escolha da sua mesa de trabalho dentro do conselho tutelar; dentre outras formas, que tornavam o ambiente bastante hostil. Neste caso, a conselheira religiosa iurdiana instrumentaliza a sua autoridade religiosa, apoiada pelo maior e expressivo número de votos alcançados para a sua eleição naquele conselho, para determinar certas organizações na rotina burocrática de trabalho sem quaisquer rodeios.

Identificamos que as expressões do “novo conservadorismo brasileiro” (Lacerda, 2019) nos conselhos tutelares foram potencializadas, sobretudo, nas aplicações de medidas protetivas determinadas pelos/as conselheiros/as. Apesar de mencionarem o ECA como o principal referencial para as tomadas de decisões, é comum haver medidas administrativas que destoam do que é previsto pelo ECA, e que reforçam práticas punitivas, como ressaltaram conselheiros/as progressistas.

O mandato que eu venho cumprir é pra cumprir dentro do ECA. Então, não existe busca e apreensão, não existe guarda provisória, não existe isso. Não há a menor possibilidade, dentro do meu mandato, de isso ser conferido. Porque tá fora da lei, é no arrepio da lei, esses atos serem feitos, é o abuso de autoridade. É uma autoridade que não me foi conferida, mas que eu faço, e aí? É abuso de autoridade. Igual quando um policial faz, comete abuso de autoridade, igual quando juiz comete abuso de autoridade (Henrique, conselheiro progressista da Zona Norte).

#### 4.1

#### **A quem protege a *proteção integral*?: a noção de “proteção” em análise com as práticas cotidianas nos conselhos tutelares**

Reafirmando o contexto de intensa mobilização civil alavancada pela reabertura democrática no Brasil, na década de 1980, após anos de enfrentamento à ditadura civil-empresarial-militar, com a atuação aguerrida de militantes e intelectuais na luta para formular uma nova lei que corroborasse com a promoção de justiça social para crianças e adolescentes, o ECA, enquanto um marco legislativo, emergiu provocando grande expectativa de transformar as condições dos cursos de vida deste público (Fonseca, 2004). Ao decretar o princípio de doutrina da proteção integral em contraposição à doutrina da “situação irregular”, que fundamentava, anteriormente, o Código de Menores desde 1927, o ECA estabeleceu o rompimento com a noção estigmatizada de “menor em situação irregular”<sup>88</sup> ao substituí-la por “sujeito de direitos”, seguindo a tendência da “universalização da infância” (Schuch, 2009). Apesar de retirado do seu texto legal, o termo “menor”, voltado para um determinado segmento: criança ou adolescente negro/a e pobre, ainda constitui uma marca presente nas subjetividades punitivo-penais (Coimbra; Scheinvar, 2012), que se impõe até hoje, na sociedade brasileira contemporânea.

Uma concepção em comum identificada entre conselheiros/as progressistas e conservadores/as é a exaltação ao ECA como princípio norteador de orientação para as suas práticas de trabalho no conselho tutelar. De forma enfática, defendem que as suas práticas de trabalho estão fundamentadas em “seguir o ECA”. Não por acaso, rememoro um episódio ocorrido durante o trabalho de campo, em julho de 2022, no qual em determinado momento de um evento público, que havia sido organizado por um conselho tutelar da Zona Oeste, com propósito principal de comemoração dos 32 anos do ECA, foi entoado, com entusiasmo, por uma

---

<sup>88</sup> O Código de Menores (Lei n. 6.697/79) assim define a “situação irregular”: “Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor: I - Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que, eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se de modo habitual em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal. (Brasil, 1979, liv. I, tit. I, art. 2º).

conselheira “viva o ECA!”, seguido do pedido de uma salva de palmas para esta lei, que foi aplaudida efusivamente pelos/as presentes: trabalhadores/as de ONG’s, moradores/as do território, funcionários/as da prefeitura, conselheiros/as, trabalhadores/as da educação, entre outros. Esta cena, de adesão coletiva na saudação ao ECA, nos provoca a pensar na condição essencializada atribuída às leis, na qual “a lei é vivida como uma verdade e, mais do que isto, como uma condição natural das pessoas e não como um campo de lutas, de forças” (Coimbra; Scheinvar, 2012, p. 61). A partir destes apontamentos, convém problematizar: “seguir o ECA” teria o mesmo significado de proteção para todos/as os/as conselheiros/as? Quais práticas no conselho tutelar sustentam essa chamada defesa de direitos de crianças e adolescentes?

Duas demandas recorrentes da escola, que estão relacionadas, e que têm levado ao acionamento do conselho tutelar são:

- a) o fato da criança precisar sair sozinha da escola;
- b) a longa espera da criança pelo seu/sua responsável no horário de saída da escola.

Vejamos, a seguir, como estão sendo construídas as relações, poderes e discursos diante do tratamento dessas demandas em torno da chamada proteção à infância e adolescência.

Segundo as normativas do ECA, a criança não pode ficar sozinha em casa tampouco realizar o deslocamento entre casa-escola-casa desacompanhada. Geralmente, isso acontece porque os/as responsáveis, pessoas da classe proletária, precisam sair de casa para trabalhar (e, posteriormente, retornar para casa) em horários incompatíveis com o da escola e não têm outro lugar onde possam deixar seu/sua filho/a. Marina, conselheira progressista do Centro, narrou que os/as diretores/as de escolas públicas da região, que não aceitam se responsabilizar pela saída da criança sozinha da escola, acionam os/as conselheiros/as, e os/as questionam: “você me autoriza a autorizar a criança a ir embora sozinha?”. Assim como os/as diretores/as de escola, comumente, os/as conselheiros/as revelaram o receio que têm de cometerem alguma ação que os/as ameacem a ter que responder criminalmente. Nesta situação, se o/a diretor/a da escola informa ao/à responsável que a criança não pode sair da escola sozinha, a tendência, portanto, é que a criança deixe de ir à escola. Por sua vez, a direção da escola, ao identificar a baixa frequência desta criança, acionará o conselho tutelar, que, em contrapartida,

notificará este/a responsável. Este tipo de demanda foi uma das pautas de uma reunião realizada com conselheiros/as tutelares da Zona Oeste com cerca 50 diretores/as de escolas públicas desta área de abrangência, conforme narrado pelo conselheiro Gustavo:

via de regra o grande problema é esse: o que é legal e o que é prático. Por exemplo, **você imagina: se as escolas não forem deixar as crianças saírem sozinha, ninguém vai estudar na Cidade de Deus, entendeu? E aí, o que que diz a lei? Que diz a lei, que tem que ter um responsável... E aí? E aí, a gente vai tomar uma medida protetiva pra combater a violação do direito? Mas vai tá violando outro!** Porque aí se a gente for levar ferro e fogo, a criança não vai pra escola [...] Então, assim, **a grande palavra do encontro foi bom senso**, entendeu? [...] ao mesmo tempo, a gente não vai chegar com o pé na porta quando tiver esses casos aí, vai procurar entender cada caso (Gustavo, conselheiro progressista da Zona Oeste, grifos próprios).

A primeira demanda citada, sob certas concepções, pode ser interpretada como traços de desleixo e de irresponsabilidade a ponto de punir os/as responsáveis e as próprias crianças e/ou adolescentes, já que o parâmetro legal e hegemônico de “proteção” estabelecido juridicamente desconsidera – e pune – esses outros modos de vida (Nascimento, 2016). Afinal, o fato de uma criança sair sozinha da escola significa, nestes termos, uma violação de direitos. A referência de cotidiano e de processo de cuidados com as crianças residentes em territórios de favela e periferia são constituídos por redes de relações construídas nas próprias vizinhanças, que oferecem às famílias senso de confiança; ou no/a filho/a mais velho/a que cuida do/a irmã/o mais novo/a enquanto a mãe e/ou o pai estão trabalhando fora de casa para garantir o sustento da família. Essa configuração de estratégia de organização das infâncias na favela, que para os/as responsáveis equivale às práticas de proteção, remete ao que a historiadora Beatriz Nascimento nomeou como “aquilombamento”. Ao provocar um deslocamento do conceito daquilo que se convencionou chamar “quilombo”, de modo a subverter a noção estereotipada produzida pelo colonialismo europeu, para um tipo de sistema social organizado pela população negra, que se estrutura “[...] mais na necessidade humana de se organizar de uma forma específica que não aquela arbitrariamente estabelecida pelo colonizador” (Nascimento, 2018, p. 70). Embora transformado, o quilombo perdura como continuação espacial nas favelas e periferias (Nascimento, 2018). Se há uma lenta ampliação de creches e escolas públicas bem como do horário escolar em tempo integral nos territórios de favelas e periferias, a classe proletária cria outras formas de organização – que fogem às pré-estabelecidas – para (sobre)viver.

Já sobre a segunda demanda citada, há conselheiros/as que afirmam que há escolas que acionam o conselho com 15 minutos após o horário de saída previsto, se queixando de “criança esquecida na escola”, com a expectativa de que o conselho tutelar vai trazer uma solução imediata. A gravidade, nesta situação, é do encaminhamento da “criança esquecida” para os serviços de acolhimento institucional como a única saída de medida protetiva, culminando, assim, no rompimento abrupto da criança ou adolescente de sua família. Identificamos concepções diferentes entre os/as conselheiros/as sobre a forma de atuação diante desta demanda, que evidencia uma tensão na relação escola e conselho tutelar.

[...] é importante a gente ter esse diálogo com a escola porque às vezes também complicam o papel do conselho tutelar. Quando coloca o conselho tutelar nesse espaço. **Cê imagina se um atraso de meia hora eu vou acolher a criança? Não tem cabimento. Imagina o desgaste da criança, entendeu? E existem perfil, o lugar não é o melhor do mundo, a gente avançou muito nesse sentido, mas cê imagina, uma instituição de acolhimento, cê levar uma criança que não tem esse perfil, é um choque pra caramba pra criança.** Então, canso de assim, “ah, passou uma hora”, aí eu vou lá na escola, mas vai ficar aqui comigo até onze, meia-noite que alguém vai aparecer, tendeu? Sempre alguém vai aparecer, nem que eu fico aqui até onze horas da noite. O meu plantão é de vinte e quatro horas, eu fico aqui. Porque eu sei que é muito pior, entendeu? A gente... **eu vou tá violando muito mais do que protegendo, fazendo acolhimento nessas circunstâncias [...]** Tem escola que liga com quinze minutos. É óbvio que eu não vou com quinze minutos. Meia hora, eu já começo a ficar mais alerta. Uma hora, eu parto. Uma hora, eu vou lá e tal, até chegar lá, uma hora e meia, que não é normal, mas pode acontecer um monte de imprevisto [...] **Só que tem escola também que gosta, né? Que não entra em contato e vem correndo justamente pra dá um susto. É o tal do susto, essa é a palavra, dá um susto** (Gustavo, conselheiro progressista da Zona Oeste, grifos próprios).

O perfil atendido nos abrigos citado pelo conselheiro se trata de um público majoritariamente de crianças e adolescentes pobres, marcados/as pelo pertencimento racial negro e institucionalizados/as em nome da proteção (Alvarenga; Marafon, 2024). Neste caso, a suspensão ou destituição do poder familiar, seguida de abrigamento, apesar de considerada medida de proteção pela legislação brasileira, na concepção do conselheiro Gustavo, se constitui em mais violação do que propriamente proteção. Também questionamos: que concepção de proteção à infância e à adolescência é esta que atua “pra dá um susto”, ou seja, pela produção intensa da ameaça e do medo?

Às vezes a gente tem caso de crianças que são esquecidas na escola. E aí, nesse caso, **a escola aciona o conselho tutelar e a gente precisa ir até a escola pra pegar essa criança.** [...] Já aciona logo. A gente até pontuamos, deixamos encaminhado, que vai abrir uma tolerância porque, normalmente, as crianças saem cinco horas (17 horas). Cinco e quinze (17:15), o responsável não chegou, eles já estão acionando o



conselho tutelar [...] **o dever é da escola de tentar localizar essa família. Um telefone, alguma funcionária da escola sabe onde é a casa, conhece uma vizinha. E aí, esgotada todas essas tentativas de localizar a família, aí sim aciona o conselho tutelar.** Por quê? O conselho tutelar não pode pegar a criança e ficar circulando, procurando a família. Eu não posso vim pro conselho tutelar e passar a noite com essa criança aqui. **Então, quando é acionado o conselho tutelar, é pra fazer o acolhimento institucional.** [...] E aí, uma vez essa vaga concedida, essa criança só sai depois de decisão judicial, que pode levar 1 dia, 1 mês ou 1 ano. Então, às vezes uma criança esquecida na escola vai ser acolhida, e vai ficar 30 dias lá, esperando a sua audiência pra sair. [...] A gente tem caso que a criança sai 5 e meia, 8h a criança tá sentada na escola, esperando o responsável chegar. [...] E aí, eu preciso fazer o acolhimento daquela criança. Não posso deixar aquela criança ali, duas ou três horas sentada, sem saber o que você vai fazer com aquela criança (Rafaela, conselheira tutelar<sup>89</sup>, Zona Oeste, grifos próprios).

Em ambas as situações que o/a conselheiro/a lida com a mesma demanda, conhecida como “criança esquecida na escola”, couberam diferentes interpretações sobre a noção de direitos inscrita na lei, no ECA, ou seja, daquilo que foi eleito como modelo de proteção de vida, mas que divergem nos encaminhamentos a serem tomados, no que diz respeito às medidas protetivas a serem aplicadas. A fala do conselheiro Gustavo destaca o esforço em driblar a medida de acolhimento prevista no ECA. Em contrapartida, segundo a conselheira Rafaela, não resta possibilidades, a não ser “ir até a escola pra pegar essa criança”. Esta demanda, de forma recorrente, gera a produção discursiva da “família negligente” e/ou “família desestruturada”.

Dentre os artigos que compõem o repertório normativo do ECA, destacamos um deles, que decreta:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990, p. 13563).

Nos chama atenção o destaque dado neste excerto da lei à família ao ser citada, primeiramente, como a instituição responsável pela garantia de direitos de toda criança e adolescente brasileira; caso contrário, se a família não assegurar essas condições, ela estaria infringindo uma lei, e, portanto, passível de ser criminalizada, por meio, por exemplo, da separação do vínculo com a criança e/ou adolescente com a medida de acolhimento institucional, sob o enquadramento de “família negligente”, que segundo o ECA, seria uma prática de proteção da criança enquanto sujeito de direitos.

---

<sup>89</sup> Identifiquei posicionamentos ambíguos, que não me permitem definir como progressista ou conservadora.

Apesar de assegurado em lei a enunciação de proteção de todas essas garantias, notoriamente isso não corresponde à realidade social brasileira, atravessada pela racionalidade neoliberal, que preza pelo recuo dos direitos de proteção social, regulado pela lógica do mercado, e que gera subjetividades que enaltecem o discurso de individualização das responsabilidades, no qual o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando, assim, as condições estruturais de desigualdade social e racial historicamente constituídas no Brasil. A negligência de tais considerações estruturais leva a uma individualização das práticas (Nascimento, 2016). Diante de uma diversidade de contextos, de arranjos familiares e de modos de vida, como garantir que crianças, sobretudo, negras e periféricas, oriundas de famílias pobres, tenham pleno acesso a todos esses direitos previstos em lei? Aliás, essas crianças estariam efetivamente incluídas entre aquelas vistas como sujeitos de direitos, compreendidas como pessoas em condição de desenvolvimento e prioridade absoluta? Nesse sentido, destacamos a reflexão proposta por Gustavo, conselheiro progressista da Zona Oeste, quando ele diz que:

Não adianta a gente pensar proteção só como assistência social, só como conselho tutelar, entendeu? A gente não tem como promover saúde se não tem hospital. A gente não tem como promover educação se não tem escola, entendeu? Não tem como a gente garantir lazer se a gente não tem espaço de lazer. Então, é basicamente isso. **O Estado viola o tempo todo** (Gustavo, conselheiro progressista da Zona Oeste, grifos próprios).

Por meio do seu aparato jurídico-político e policial, se torna indispensável retratar, nesta relação entre escola, conselho tutelar e famílias, o Estado como violador de direitos de crianças e adolescentes, e de suas famílias, majoritariamente negras e pobres, vulnerabilizadas em políticas públicas e expostas à violência estatal, sobretudo, nos territórios de favela e periferias. No lugar de direitos humanos previstos em lei, para esta população, a oferta é de reprodução de violências e de violação de direitos. Em nome das supostas segurança e proteção, os aparatos de repressão do Estado, por meio das violentas incursões nestes territórios e pela falaciosa campanha de “guerra às drogas”, corroboram com uma política desenfreada de morte, tendo como mira o genocídio da juventude negra. Essas produções sistemáticas de violências física e simbólica operadas pelo Estado contra populações que, na sua perspectiva, devem desaparecer estão em consonância com o que Achille Mbembe (2018) nomeia como “necropolítica”, que, em diálogo com a noção foucaultiana de biopolítica, trata-se de um conjunto de

tecnologias de regulação pelo Estado que tem como fundamento “fazer viver, deixar morrer”. Nessa esteira, o conselho tutelar, visto como um órgão punitivo, tem uma relação bastante dificultosa para conseguir acessar às famílias que residem em territórios de favela, como muitos/as conselheiros/as afirmaram.

cheguei com o motorista [na favela], o motorista parou pra perguntar. Tu acredita que ele parou na barricada do tráfico pra perguntar [sobre um endereço]? O cara tava com um fuzil assim, ó, no colo. “Aí, aí irmão!” Aí, o cara olhou assim... “pra que tu quer saber?” Aí, ele: “não, é conselho tutelar”. “Conselho tutelar?!?” Se tu imagina se a população como um todo tem esse olhar aí punitivo, tu imagina o traficante? **“Conselho Tutelar?! Pode meter o pé! Aqui dentro não entra conselho tutelar, não!”** “A gente queria falar com a família.” “Não, pode meter o pé! **Aqui o conselho tutelar somos nós!**” A gente voltou se tremendo todo. Aí foi a última vez que eu entrei, entendeu? Nunca mais! A gente não entra (Gustavo, conselheiro progressista da Zona Oeste, grifos próprios).

Aqui, caberia discutir a figura do Estado como violador de direitos em diálogo com a política de segurança pública no Rio de Janeiro ou ainda, ressaltar os códigos de sociabilidade impostos aos/às moradores/as pelos varejistas de drogas ilícitas na favela que impedem a entrada do conselho tutelar, porém nos deteremos a colocar em visibilidade o falacioso discurso liberal que perante a lei todos/as têm os mesmos direitos. Os contornos da aclamada “proteção” enunciada pelo ECA não abarcam essas circunstâncias, o que pode ser lido como um dos efeitos da reprodução de proteção ilusória que o colonialismo jurídico oferece a corpos e experiências não brancas (Pires, 2018). Foi possível identificar o exercício de uma leitura crítica, principalmente de conselheiros/as progressistas, sobre a atuação do Estado como violador de direitos. Nessa esteira, Benício, um conselheiro conservador da Zona Oeste, atribuiu a culpa sobre o “sistema”:

Então, qual é o problema que eu vejo do conselho? **Não é conselho, é igual “Tropa de Elite”<sup>90</sup>, é o sistema, é um problema político, precisa do político.** E a gente vê o político vendo mais a imagem dele própria, a questão do retorno pessoal, da imagem, do dinheiro, do que ele mesmo ter que falar “pô, vamos ver o conselho, conselho que lida com comunidade pobre, aquele adolescente, aquela criança, aquela família em vulnerabilidade. Vamos ver o que tem pra dar pra eles?” (Benício, conselheiro conservador evangélico da Zona Oeste, grifos próprios).

Percebemos que fazer esta menção ao “sistema”, na verdade, é deixar de problematizar o sentido político adotado nas propostas de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de priorizar uma atribuição generalista, que corrobora com conhecidos discursos do senso comum, por exemplo, de que

<sup>90</sup> Em referência ao filme brasileiro *Tropa de Elite* (2007), dirigido por José Padilha.

“política não serve pra nada”. Apoiado na descrença em relação ao sistema político-partidário e nas instituições democráticas, podemos identificar, a partir desta fala, o exercício de uma prática discursiva que opera pela despolitização da área social, bem como pela naturalização da correlação entre vulnerabilidades, crianças e adolescentes, e suas famílias; e as possibilidades de potencializar a atuação do conselho tutelar.

Os/as conselheiros/as tutelares tendem a exaltar as suas sistemáticas práticas referenciadas pelo ECA. Raramente, foi possível identificar a problematização sobre a obediência direta ao ECA, que o toma como um parâmetro de verdade absoluta. Contudo, quando isso foi feito, identificamos que ocorreu somente por/pelas conselheiros/as progressistas, como no trecho da fala citada acima do conselheiro Gustavo, da Zona Oeste. É um desafio não naturalizar o ECA e reconhecê-lo como um instrumento legal constituído de propostas universalizantes bem como pensá-lo como uma produção histórica que agencia forças múltiplas, entre elas, policiais, judicializantes e psiquiatrizantes (Marafon, 2013).

## 4.2

### **Conselho tutelar como gestão de moralidades: a relação proteção-negligência**

As moralidades que vão sendo construídas e acionadas pelos/as conselheiros/as em suas práticas cotidianas, principalmente, na forma de administração das demandas que chegam ao conselho tutelar, engendram concepções em torno das noções de “negligência familiar”, “deseestrutura familiar” e “mãe negligente”.

[...] aqui nós temos assim um método muito cruel com as mães porque sempre quando a gente bota assim: "O que que você vai botar aqui na sua ficha que você tenha aqui?" Negligência. As mães que vêm aqui são tudo negligente, né? Quer dizer, quando você bota negligência, negligência é o quê? Eu tenho aqui abandono, tenho abuso sexual, tenho acidente doméstico, tenho ameaças de incapaz, tenho ausência de serviço, tem *bullying*, tem miserabilidade, conflito de família, dependência química, invasão, negligência, risco de tal. **Mas normalmente a gente bota negligência, negligência de quem? É da mulher, né?** Mas às vezes tá lá, a coitada, sozinha, né? Um, dois, três filhos, o pai não tá nem aí, sumiu da vida, só fez. Ou o Estado também não dá atenção, que não existe nunca negligência do poder público, do Estado. **Existe sempre a negligência da mãe. Então, muitas vezes, eu acho que nós, também me incluo nisso, nós somos injustos com a mãe que vive isso.** Eu sei que é difícil, você às vezes tem três, quatro, cinco filho, você dá atenção a todos eles, tem sempre um que sobressai, a mãe perde a cabeça pra aquele dali ou então, abandona

aquele dali. Mas ajuda, né, o apoio do Estado demora a chegar, demora a chegar (Alfredo, conselheiro progressista da Zona Oeste, grifos próprios).

A narrativa do conselheiro expressa que frequentemente a classificação de violação dos direitos que chega ao conselho tutelar é julgada como “negligência” como uma referência criminalizante atribuída à família, sobretudo, às mães negras, sob o rótulo de “mãe negligente”. A produção da chamada “mãe negligente” é uma categoria que acarreta a culpa e a falta de responsabilização das famílias pobres em uma situação em que os direitos da criança e do adolescente não estão sendo atendidos devido à “omissão dos responsáveis”, quando o seu modo de ser pai ou mãe não está de acordo com as normas instituídas da proteção oficial (Nascimento, 2016). Sendo assim, “[...] para que exista a condição de negligente é preciso que exista antes um modelo de proteção. Existindo este modelo, qualquer desvio a ele é tido como negligência” (Nascimento, 2016, p. 25). Neste sentido, é possível problematizar que classificar a demanda que chega ao conselho tutelar com a categoria “negligência” seria uma reatualização das mesmas circunstâncias classificadas à época dos Códigos de Menores, como “problema socioeconômico”, no qual a família pobre é a culpada pela situação de precariedade, por exemplo, que os/as seus/suas filhos/as se encontram.

Muitas vezes **eu tenho que botar, pô, a família pra poder acordar**, meu papel é de orientar, é de que cumpra o direito daquela criança, adolescente, então nem sempre eu vou poder... Tem uma vez que fala de uma forma mais veemente, mais séria, aquela família... Até mesmo quando **a gente fala mais sério, muitos eles recua, aí tenta vir pro embate, a gente vai pro embate**, mas tenta mostrar pra ele aqui o nosso, nós estamos ali pra proteger aquela criança, eu sou, eu ganho pra proteger aquela criança, o direito daquela criança que tá sendo violado. **Se eu falo com uma forma mais rude com ele, mais veemente com eles é porque o quê? É porque eles tão lá fazendo coisas que tão violando direito daquela criança e do adolescente** (Sérgio, conselheiro conservador da Zona Norte, grifos próprios).

Nesta perspectiva de atendimento, na qual é preciso “botar a família pra poder acordar”, o discurso que expressa o exercício de autoridade do conselheiro, forjado por uma fala “com uma forma mais rude”, determina modos de regulação sobre como a família deve proceder. Portanto, convém problematizar a naturalização do viés punitivo que conduz as relações cotidianas no conselho tutelar.

É sob a justificativa de prezar pelo “melhor interesse para a criança e o adolescente”, enunciado tão comum entre os/as conselheiros/as, que o crivo do conselheiro se dá na aposta pela intervenção mais dura sobre as famílias pobres, pautada em informações “competentes” ao averiguar as violações de direitos de

crianças e adolescentes. Tal intervenção, marcada por ações coercitivas, que desconsidera a construção de relações entre as famílias e o conselho tutelar, promove a desqualificação das famílias, com o rótulo de “negligência”, produzindo, assim, um sentimento de incompetência e de culpa sobre esses/as usuários/as.

“Aí o que muda é a experiência [de um mandato para o outro], né? Que hoje eu atendo caso, hoje tem uma expertise que eu não tinha quando eu entrei. Então, hoje, eu pego um caso, desmembro ele com mais facilidade que quando eu entrei. **Hoje eu converso com uma família, dá pra entender o que ela tá mentindo, dá pra entender as contradições que eles fazem, ele que vai me ajudar muito nessas contradições pra mim elaborar os encaminhamentos, pra quem eu vou encaminhar, as medidas que eu vou aplicar**” (Sérgio, conselheiro conservador da Zona Norte, grifos próprios)

Ainda sobre a perspectiva de atendimento adotada, observamos que é priorizada uma prática com tendência investigativa, na qual a “conversa” com as famílias soa como a instauração de um inquérito. De forma individualizada, o conselheiro detém o poder sobre o “caso” para exercer, como o próprio nome do equipamento social indica, a tutela, sobre a vida dos/as atendidos/as e de suas famílias. Procura-se “entender as contradições”, com a aplicação de procedimentos enrijecidos e que reforçam modelos burocráticos, para desvendar a verdade e, portanto, enquadrar e julgar. As práticas realizadas no atendimento são sustentadas, sobretudo, por meio do policiamento de condutas e do julgamento de comportamentos “desviantes” dos/as usuários/as, o que reafirma uma histórica prática do poder judiciário, sem interesse em conhecer as lógicas singulares que produzem tais condutas e comportamentos. A adoção de práticas ditas de proteção se assemelha às da justiça, o que têm levado a “proliferação de pequenos tribunais institucionalizados” (Scheinvar, 2012, p. 48), que agem por meio do julgamento e do enquadramento a certa ordem, como vemos no conselho tutelar. Essa imagem do tribunal não apenas na instituição judiciária propriamente dita, mas no conselho tutelar, é característica da judicialização (Marafon, 2013).

Além da ideia naturalizada de “seguir o ECA” como referência na atuação do/a conselheiro/a, identificamos também a naturalização das subjetividades punitivas-penais, que creem nos parâmetros de punição como instrumentos privilegiados de enfrentamento e superação dos conflitos que afligem a sociedade, bem como no mecanismo central de regulação das condutas (Coimbra; Scheinvar, 2012). Desta forma, na lógica dos direitos sobressai a lógica punitivo-penal, de

modo que ante a violação de um direito cabe um julgamento e a decorrente punição (Coimbra; Scheinvar, 2012).

### 4.3

#### A relação escola e conselho tutelar

Em setembro de 2019, foi realizado pelo SEPE um evento com o objetivo de oportunizar a apresentação dos/as candidatos/as ao cargo de conselheiro/a tutelar na cidade do Rio de Janeiro para a gestão de 2020 a 2023. Nesta ocasião<sup>91</sup>, os/as candidatos/as puderam discursar sobre o porquê estavam concorrendo ao cargo bem como mobilizar pautas que defendiam em relação às questões que competem ao conselho tutelar. Apesar deste envolvimento do SEPE em fortalecer a visibilidade e o espaço de debate em torno da eleição dos conselhos tutelares em um contexto de aguda polarização política, ao longo do trabalho de campo, tive conhecimento de apenas uma reunião entre representantes do SEPE e conselheiros/as, no caso, da Zona Sul para tratar sobre as questões e demandas que permeavam a relação de atendimento entre a escola e o conselho tutelar.

Neste mesmo conselho tutelar da Zona Sul, Fabiana e Dara, conselheiras progressistas, afirmaram que não vão até a escola, salvo em situações que o/a conselheiro/a é convidado/a pela escola para realizar alguma atividade interessada em difundir informações sobre o ECA e/ou o trabalho do conselho tutelar. Sobre isso, Fabiana explica que:

A gente não vai, mas algumas vezes iriam, antes iriam, mas a gente não vai. **O que a gente tá fazendo agora é que a gente aciona os serviços, e a gente tá dando essa ferramenta para as escolas, por quê? O que acontece? A própria orientação do conselho tutelar já é uma medida protetiva. Porque as pessoas confundem muito a medida protetiva com a medida cautelar, ou a medida judicializada. Não, a nossa medida é protetiva.** A gente requer a vaga na creche, a vaga no hospital, a vaga no abrigo, né? A advertência da família que tem uma situação de educação, que não tá sabendo educar, o acompanhamento dessa família para os núcleos psicossociais, quando tem, a gente encaminha. O diagnóstico, às vezes, de uma criança, que não consegue aprender, a gente também encaminha. [...] Então, a gente entra também com esse fortalecimento. Mas ir pra escola mesmo, a gente não vai mais (Fabiana, conselheira progressista, Zona Sul, grifos próprios).

O telefone tocou, era de uma escola aqui da Zona Sul, pública. E a diretora, super nervosa, que o menino estava quebrando a escola toda. E aí, eu falei pra ela “se ele está em surto, e tá quebrando a escola toda, eu não tenho técnica e nem capacidade

<sup>91</sup> SEPE teve reunião com candidatos a Conselheiros Tutelares ontem (dia 25/9). Sepe, Rio de Janeiro, 26 set. 2019. Disponível em: <https://seperj.org.br/sepe-teve-reuniao-com-candidatos-a-conselheiros-tutelares-ontem-dia-25-9/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

pra ir fazer ele parar”. Imagine: se eu tenho um adolescente, de 1,80m, mesmo se fosse uma criança, tá quebrando a escola toda, tá jogando tudo, tá batendo em professor, falei: “não tenho como atuar. Tem dois caminhos: ou vocês chamam o 190, que vai tentar intervir e sanar a violência. Ou, se ele tiver em surto, chamar o SAMU<sup>92</sup>, porque o SAMU que vai dar esse atendimento de emergência, inclusive conduzindo, até pra um pronto-socorro pediátrico”. Ela ficou muito chateada comigo durante a ligação. E aí, eu falei com ela “o que você pode fazer, a partir dessa situação, é fazer um relato pro conselho tutelar, e chamar a família”. Ela falou “ah, mas a gente já chamou a família, a família não atende, a família não responde, e a situação só piora”. Eu falei: “então a escola já utilizou todos os recursos, e a situação acabou agravando. Mas a gente não vai entrar na hora da crise. A gente vai entrar chamando essa família, e às vezes até representando essa família, que essa família tem que acompanhar essa criança na escola. Quando a escola notifica, quando ela chama, as reuniões escolares, ela tem que participar, porque é a vida acadêmica, e também social, do filho dela”. E aí, ela ficou muito chateada, e chamou o SAMU, e foi o procedimento. O SAMU chegou, levou o garoto, estava em surto realmente, veio o paramédico junto, aplicou um sedativo nele, ele saiu sedado e foi pro Pinel<sup>93</sup>. E aí, depois de uma semana, ela mandou pra gente o relatório, e a gente tá tentando fazer o acompanhamento dessa família, que toda é paciente psiquiátrico. E aí, você tem que trabalhar isso, essas parcerias, mas você não pode (Fabiana, conselheira progressista, Zona Sul).

Existe um modo habitual de trabalho entre os/as conselheiros/as de distribuírem o atendimento às escolas públicas de acordo, principalmente, com a sua preferência geográfica, como dizem “por território”. Isto é nomeado no linguajar coloquial entre eles/as como “sua escola de referência”. Em outras palavras, essa forma de organização é orientada, sobretudo, pelas condições mais favoráveis para cada conselheiro/a de acesso à escola a ser escolhida. Esta é uma questão controversa apenas entre os/as conselheiros/as progressistas. Apesar de argumentarem que habitar no mesmo território da “escola de sua referência” facilita a rotina de trabalho e de deslocamento, apenas em um conselho tutelar, localizado na Zona Sul, a organização não se dá desta forma. Como crítica frontal a esta forma de organização, identificam-na como um exercício de “clientelismo” e de práticas paternalistas, ou seja, de uma relação pessoal de troca de favores propícia a concentrar e fidelizar votos para futuras eleições.

**A gente tem mandato a cada eleição. Você criar um clientelismo, você pode criar essa recondução, não pelo seu trabalho em si, mas esse clientelismo. Alguns conselhos funcionam assim, a gente não funciona assim. A gente não funciona**

<sup>92</sup> “O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) é um dos componentes da Política Nacional de Atenção às Urgências do Ministério da Saúde e faz parte da Rede Assistencial Pré-Hospitalar Móvel de atendimento às urgências. O atendimento pré-hospitalar móvel em situações de urgência é caracterizado pela busca precoce da vítima após a ocorrência de um incidente que afete sua saúde, seja de natureza clínica, cirúrgica, traumática ou psiquiátrica” (Brasil, 2014).

<sup>93</sup> Refere-se ao Instituto Municipal Philippe Pinel, unidade de urgência e emergência psiquiátrica, localizado em Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.



**assim, como a gente não funciona também com a questão da parcialidade das demandas** (Fabiana, conselheira progressista, Zona Sul, grifos próprios).

Nesse sentido, uma das estratégias implementadas para não perpetuar o fluxo de atendimentos enredado nessa trama clientelista, foi a efetiva utilização, nos computadores do conselho, do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (Sipia), que demarca a numeração sequencial de todos os atendimentos realizados no conselho tutelar. Apesar dos/as conselheiros/as terem sido capacitados/as a utilizá-lo por meio de um curso de caráter obrigatório oferecido pela Prefeitura do Rio, apenas um conselho tutelar na cidade do Rio de Janeiro, localizado na Zona Sul, o utiliza desde o ano de 2020.

Identificamos que há uma contundente divisão de opinião sobre o uso do Sipia entre os/as conselheiros/as progressistas e conservadores/as. Os/as conselheiros/as progressistas defendem a sua implementação por considerarem uma ferramenta que corrobora com a transparência dos atendimentos realizados. Já os/as conselheiros/as conservadores/as, demonstram explicitamente resistência e desconforto ao seu uso. Alessandro, conselheiro conservador evangélico da Zona Oeste, expressou que: “o Sipia é uma utopia que, como eu te falei, o conselheiro ele é visto como um vilão da história. Se o Sipia funcionar cem por cento, a gente vai provar que a Prefeitura ela é omissa, a gente vai provar que a Prefeitura tá gastando dinheiro de forma errada”. Nessa linha, o conselheiro Alessandro expressa que a implementação do Sipia é um gasto financeiro desnecessário, que corrobora para haver poucas creches e poucos conselhos tutelares, e isso por culpa da Prefeitura do Rio.

É inegável a necessidade de mais creches públicas na cidade (e não só da Zona Oeste), contudo há uma leitura distorcida do funcionamento desta ferramenta que minimiza a sua relevância e que não anula a necessidade de sua implementação que visa agilizar e armazenar devidamente os processos de atendimentos desenvolvidos no conselho tutelar. Outro fator que corrobora para obstaculizar o uso do Sipia é a falta de habilidade técnica de conselheiros/as para manusear e realizar trabalhos no computador como, por exemplo, a produção de escrita dos relatórios – atividade de registro essencial dentro do conselho tutelar.

Retomando o fio sobre a necessidade de romper com as práticas que podem gerar clientelismo na atuação do conselho tutelar, identificamos que esse posicionamento diverge entre os/as conselheiros/as.

Às vezes eu consigo móveis usado, **abençoo famílias que eu atendo** no conselho e fora do conselho. Às vezes eu consigo cestas básicas [...] Eu tava ajudando uma família que a menina, ela tava com onze anos, ela sofreu um estupro, né? E a família não quis fazer o aborto, na época, entendeu? Porque já estava meio avançado, e ela foi expulsa da comunidade onde ela morava, com a criança, com a mãe, com tudo. E eu tive que ajudar ela um ano, pagar o aluguel dela onde ela ficou [...] Aí essa família, eu atendi aqui, mas ela foi prum outro território, que não é mais o meu, mas como eu estive de primeira, ali como referência... Esses dias, eles tava precisando de um nebulizador e um ventilador. Aí, fui na rede social, sem expor ela, **fiz uma campanha: “Preciso de um nebulizador e um ventilador pra uma família que eu tô atendendo”**. Aí eu consegui, nebulizador novo, e um ventilador, fui fazer entrega a elas. Então **a gente vai ajudando como a gente pode** (Sérgio, conselheiro conservador evangélico da Zona Norte, grifos próprios).

Esta prática de atuação pautada na doação caritativa, na qual o conselheiro providencia, por esforço próprio, materiais para atender a demanda de uma família, tende a fortalecer, de forma individual, a figura do conselheiro, promovendo práticas clientelistas, nas quais o/a atendido/a se vê, possivelmente, como dependente deste conselheiro para conseguir ter acesso a recursos básicos, que são, inclusive, prescritos legalmente como direitos (no caso, o direito à alimentação e o direito à saúde). Esta prática projeta uma concepção de que o trabalho do conselho tutelar está baseado em favores, e não como um garantidor de direitos. Com base nessa lógica, o/a conselheiro/a é visto como um/a especialista em soluções imediatas. Também é possível evidenciar como o *ethos* religioso atravessa as condutas no espaço do conselho tutelar ao enaltecer a prática de “abençoar as famílias”. Desta forma, tais condutas contribuem para o enfraquecimento da dimensão coletiva das práticas que constituem cotidianamente esse equipamento social como garantidor de direitos, e que esvazia as possibilidades de construção de movimentos reivindicativos e de discussão de proposições frente ao poder público. É uma condição que, inclusive, pode reproduzir, equivocadamente, o conselho tutelar como equivalente a uma instituição filantrópica.

Identificamos que as demandas do âmbito da escola que chegam ao conselho tutelar, além das já comentadas, são motivadas, principalmente, por razões, como: “indisciplina” do/a estudante, denúncias contra professores/as, solicitação de vaga na escola ou na creche, solicitação de mediador/a escolar, automutilação do/a estudante, conflitos entre estudantes e denúncia de violência doméstica. Conforme narrado nas entrevistas, a principal violação que chega em todos os conselhos tutelares são situações de abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes. Como

medida de enfrentamento, de uma maneira geral, conselheiros/as defendem o incentivo para a realização de denúncias.

[...] eu acho que tem coisas que é por conta da família, e que a educação não deveria intervir em algumas questões voltadas para os ensinamentos que as famílias devem dar aos seus filhos, isso é próprio da família. **Agora, a educação sexual, eu acho que tem como a escola sim se comprometer com isso, sem ferir aquilo que é próprio da família. Eu acho que têm questões que é próprio da família mesmo. O conselho tutelar não tem que se meter qual a orientação que a família vai dar.** [...] Porque, se a gente considera que o ECA tá pro adolescente porque ele ainda não tem condição psicológica, maturidade, não tem condição ainda de responder por si em determinadas questões, por que na questão sexual ele tem? Por que o pai e a mãe não pode intervir? Não pode ser um orientador naquela questão? Mesmo batendo de frente com o que hoje a saúde, a educação, os educadores, tem como verdade? Porque cada um tem a sua verdade, seja ela por questões religiosas ou não, princípios de vida. Então, assim, eu acredito que tenha pontas sim que a educação precisa se comprometer sim, mas isso precisa ser trabalhado junto com a família. Eu acho que tem que ser trabalhado junto com a família, respeitando aquilo que é próprio da família, e aquilo que a escola pode estar sendo colaboradora (Rita, conselheira conservadora, Zona Norte, grifos próprios).

Isso coloca em questão o espraio do argumento de defesa dos valores morais da família pelos/as conselheiros/as conservadores/as evangélicos/as frente ao discurso antigênero, da suposta “ideologia de gênero” infiltrada nas escolas. Não há um indicativo de interesse em fortalecer a pauta de discussões de gênero e sexualidade na escola visando o combate aos abusos sexuais sofridos por crianças e adolescentes, mas prioriza-se uma prática imediatista de realização das denúncias como a prática mais eficiente para combater o abuso sexual, e de que esse tema seja tratado no âmbito familiar para prezar pelos valores condizentes com aqueles construídos no âmbito da família. Portanto, a fronteira entre escola e família na educação de crianças e adolescentes, justamente os primeiros e principais espaços de socialização que tendem a perpetuar padrões de comportamento e concepção de mundo vigentes na sociedade, é um espaço privilegiado de disputa do conservadorismo religioso (Almeida, 2021). “Família educa, escola transmite conhecimentos” foi o *slogan* dos setores conservadores cristãos no Ministério da Educação do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Há situações que conselheiros/as consideram desnecessário o encaminhamento de demandas pela escola ao conselho tutelar. Isso acontece frequentemente envolvendo a Ficha de Aluno Infrequente (FICAI), sendo uma opinião unânime entre conselheiros/as conservadores/as e progressistas. Segundo os/as entrevistados/as, diariamente, chegam pedidos das escolas para a busca ativa

de alunos/as faltosos/as. Devido ao excesso de demandas, Henrique, um conselheiro progressista da Zona Norte, busca realizar, nas palavras dele, o “mutirão do FICAI”, que corresponde a dividir turnos da rotina de trabalho para se dedicar às demandas pela resolução da FICAI, que como ele me explica, são:

- a) realizar ligações telefônicas o/a responsável do/a estudante faltoso/a para identificar o motivo das faltas;
- b) realizar a notificação para o/a responsável caso ele/a não tenha sido localizado ou caso o/a estudante não esteja matriculado/a em outra escola;
- c) realizar a visita domiciliar caso o/a responsável não compareça ao conselho tutelar.

É comum os casos de FICAI serem resolvidos com o envio da declaração de matrícula do/a estudante na escola por e-mail ou pessoalmente. Caso o motivo da situação do/a estudante faltoso/a não seja identificado, isso acarreta a realização de outros procedimentos, tais como: a notificação e a visita domiciliar. Nas palavras de um conselheiro progressista, da Zona Norte, entrevistado:

Eu pego a ficha que a escola me deu, não fui eu que fui buscar na escola, a escola me deu, eu pego e ligo pro telefone, que a escola anotou ali, e atende alguém “alô” “a senhora é fulana de tal? Mãe de fulano de tal?” “sim” “ah, que maravilha. Eu queria saber o seguinte. Eu sou Henrique, conselheiro tutelar, e eu tô com a ficha que o seu filho não está estudando na escola. O que aconteceu? A escola mandou pra gente a notificação, aqui pro conselho, de que seu filho não está estudando, e aí?” “a não, a gente se mudou, foi pra outra escola, do lado, pra escola tal” “ah, sério? Que beleza! Que maravilha. A senhora pode vir aqui no conselho, ou entregar por e-mail, a declaração escolar da criança?” “posso”. Tá bom, aí me manda. Aí eu desligo a ligação, agradeço, e falo “poxa, será que a escola não fez essa ligação?” (Henrique, conselheiro progressista da Zona Norte).

É uma demanda recorrente da escola que sobrecarrega o trabalho, na visão dos/as conselheiros/as. Além da sobrecarga, o excesso de demandas de FICAI recai em um dilema, o de escolha de prioridades entre outras demandas que se apresentam mais urgentes.

como eu vou dar prioridade, se eu tenho casos de assédio, estupro, abuso sexual, drogas, violência, aí eu vou pegar e fazer FICAI? **Você tá entendendo que tem uma hierarquia de prioridades? Que eu preciso dar conta? Porque vai chorar alguma família, não tem jeito.** E aí, qual família chora? É você que escolhe. [...] Então, eu preciso ter uma hierarquia de prioridades, e o FICAI vai ficando. Justamente porque a escola não faz a busca ativa, e manda pra gente uma tonelada de FICAI, e vai ficando aí. [...] Mas só que eu preciso dar prioridade pra esses casos, entendeu? Porque são casos delicadíssimos, extremos, e que a violação de direitos é uma violação mais gravosa, mais complexa, que eu preciso ter uma atenção mais aguçada para esse caso. Claro que uma criança fora de escola é uma grave violação. Mas, muita das vezes essa violação não existe mais, porque a família já matriculou

em outra escola. E aí eu fico perdendo meu tempo precioso, de casos de alta complexidade, pra ver se a criança tá na escola ou não está na escola. (Carlos, conselheiro progressista da Zona Norte, grifos próprios).

A questão da FICAI é um ponto em comum entre os conselheiros progressistas e conservadores no sentido de defenderem que a atribuição da busca ativa cabe à escola, ou seja, a defesa que a escola esgote as possibilidades antes de acionar o conselho tutelar. Esse é um ponto a ser desenvolvido: uma vez que os relatos indicam que essa é uma demanda diária e fortemente identificada como uma atribuição do conselho tutelar, cabe questionar por que isso ocorre dessa maneira. Em outras palavras, por que a escola identifica isso como uma atribuição do conselho e não sua? Isso é colocar mais uma demanda sobre uma escola já sobrecarregada? O conselho não teria, de fato, que realizar essa tarefa? Ou o conselho também fica sobrecarregado por outras atribuições mais importantes?

Chama-nos atenção que a questão da FICAI que gera uma relação de quase jogo de “empurra-empurra”: de um lado, o conselho afirmando que é atribuição da escola; do outro, a escola afirmando ser atribuição do conselho, acaba contribuindo para um vazio institucional (Burgos, 2020) no *entre* escola e conselho tutelar. Sem ferir a autonomia de ambas as instituições, poderia ser uma relação com potencial fortalecimento institucional.

Em 2021, foi lançado o projeto M.A.E – Mulheres Apoiando a Educação<sup>94</sup>, promovido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a SEEDUC, que consiste na participação remunerada de mulheres de baixa renda em 1.230 escolas com o objetivo de fortalecer a relação entre a família dos/as estudantes e as escolas, atuando, principalmente, na busca ativa de estudantes evadidos/as e/ou com baixa frequência escolar. A jornada é de 30 horas semanais, com bolsa mensal de R\$ 1000,00.

A partir das análises realizadas das entrevistas com os/as conselheiros/as, podemos notar, em síntese, que:

- a) há uma percepção clara de que o envolvimento de grupos conservadores e, mais especificamente a religião, é um ponto sensível. Com frequência, a proximidade dos conselheiros com igrejas evangélicas foi omitido durante as entrevistas;

---

<sup>94</sup> NOTÍCIAS Projeto M. A. E. **RIO DE JANEIRO**. Secretaria de Estado de Educação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/rede-escola/noticias-mae>. Acesso em: 13 jun. 2023.

- b) há disputas entre conselheiros/as conservadores/as e progressistas com relação à atuação no conselho tutelar, em especial naqueles localizados na zona oeste da cidade, região com alto percentual de fiéis evangélicos pentecostais;
- c) no que se refere à relação entre conselho e escola, em questões que envolve valores morais, percebemos evidências de conflitos entre progressistas e conservadores mais uma vez.

No entanto, no caso de assuntos como alunos/as com grande número faltas, há concordância entre conservadores e progressistas no sentido de atribuir à escola a tarefa de realizar a busca ativa.

## 5

### Considerações finais

Em 2019, após a eleição polarizada que levou Jair Bolsonaro à presidência da República, o Brasil experienciou outro agravamento da polarização política, impulsionada pelo processo de escolha dos/as conselheiros/as tutelares, de forma unificada em todo território nacional. Desta vez, esse processo ganhou ampla visibilidade nas mídias e nas redes sociais, inclusive com a divulgação de listas que classificavam candidaturas de conselheiros/as como progressistas para incentivar a votação e a ocupação deste perfil nos conselhos tutelares em contraposição ao espraiamento das forças do novo conservadorismo brasileiro (Almeida, 2017; Lacerda, 2019). O conselho tutelar é uma das possibilidades de entrada no espaço da política institucional. O processo de escolha e a atuação no conselho tutelar contribuem para projetar e construir caminhos de novos quadros políticos, por exemplo para vereadores/as, justamente pela proximidade com o território. Neste sentido, a atuação do conselho tutelar, como um espaço de poder, é também atravessada por uma disputa de projeto de sociedade. Como ressaltado, apesar desta efervescência inédita no cenário brasileiro, o protagonismo de sujeitos religiosos neste processo de escolha não foi uma novidade despontada em 2019. Já acontecia, só que em menores proporções, desde a própria inauguração deste equipamento social, devido à existência de inúmeras associações assistenciais voltadas para crianças e adolescentes terem confissão religiosa (católica ou evangélica), e que passaram a atuar como órgão representativo da sociedade civil, como colaboradoras do Estado, pela proteção dos direitos infantojuvenis (Teixeira; Cypriano, 2022).

Em nossa pesquisa, com o levantamento e análise dos projetos de lei, que versavam sobre o conselho tutelar, entre os anos de 2003 e 2020, não identificamos uma tendência do avanço do novo conservadorismo no âmbito do Poder Legislativo. Contudo, a atuação dos setores do novo conservadorismo sobre os conselhos tutelares se deu expressamente por meio do Executivo. O MMFDH do governo Bolsonaro, especialmente na figura de Damares Alves, se empenhou em propagar reiteradamente, em diversas ocasiões, de caráter nacional ou

internacional, uma urgente necessidade de se fazer “um pacto pela infância”, o que, nesta perspectiva, equivaleria a uma suposta defesa de “proteção à infância”. Na ocasião de uma audiência pública realizada pela Subcomissão Especial de Proteção e dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>95</sup>, ocorrida em 8 de novembro de 2021, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Alves defendeu que:

A gente precisa afastar as ideologias do tema da infância. A gente tem que afastar nossas diferenças ideológicas partidárias e religiosas. Esse tema tem que nos unir e não nos afastar. [...] **nós vamos ter que fazer um pacto pela infância no Brasil.** Ou a gente para tudo e reavalia tudo, e a gente prioriza a infância no Brasil ou a gente para tudo e reavalia tudo, e a gente prioriza a infância no Brasil. Nós não temos opção B. Nós precisamos priorizar a infância no Brasil a partir do Legislativo, indo pro Judiciário, indo também para o Executivo. A gente precisa fazer esse pacto, e trazer pra esse pacto, Paula<sup>96</sup>, a sociedade civil, o terceiro setor, as religiões, as classes profissionais, trazer todo mundo pra este pacto, por quê? A infância tem sido atacada, e todos os dias é uma modalidade nova diferente de ataques à infância. Todos os dias (Alves, 2021b, 22 min 54 s, grifos próprios).

O discurso de Alves, assim como diversas postagens em seu perfil na plataforma *Instagram* já apresentadas nesta tese, é pautado na ideia de uma infância que precisa ser protegida dos riscos, tais como, a “doutrinação” ideológica e a “ideologia de gênero”. Com estratégias discursivas, apoiadas na disseminação de um pânico moral, a ex-ministra convocou diversos setores da sociedade para somar ao “pacto pela infância no Brasil”, um *slogan* repetido à exaustão em seus pronunciamentos. Um discurso que não abarca pautas básicas e urgentes que ameaçam vidas de crianças e adolescentes, como segurança alimentar, acesso ao aborto legal, a educação pública de qualidade e a ampliação de vagas em creches e escolas. Não estamos sugerindo que as preocupações com as violências e violações de direitos contra o público infantojuvenil sejam ilegítimas, mas identificamos como elas são operadas pelo MMFDH para endossar a instrumentalização do discurso dos direitos humanos, que por vezes, foi acionado se valendo de apelo

<sup>95</sup> Esta Submissão Especial foi instalada no dia 13 de outubro de 2021, tendo as deputadas Caroline de Toni (PSL), como presidenta, e a deputada Paula Belmonte (CIDADANIA) como vice-presidenta. Também foi composta pelos/as seguintes membros/as titulares e suplentes: Enrico Misasi (PV), Sostenes Cavalcante (DEM), Chris Tonietto (PSL), Alê Silva (PSL), Christiane Yared (PL), José Medeiros (PODE), Coronel Tadeu (PSL), Lucas Redecker (PSDB), Fábio Henrique (PDT), Dagoberto Nogueira (PDT), Diego Garcia (PODE), Maria do Rosário (PT), Erika Kokay (PT) e Fernanda Melchionna (PSOL) (Brasil, 2021).

<sup>96</sup> Refere-se à deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/Distrito Federal), quem estava presidindo a referida audiência pública.



religioso. Em uma entrevista concedida em maio de 2019, ao ser questionada sobre suas referências na área dos direitos humanos, Alves respondeu que:

[...] você me perguntou quem é a minha referência de direitos humanos é quem inventou direitos humanos: Jesus Cristo. Direitos humanos não foi inventado pelos partidos de esquerda, e direitos humanos não pode ser bandeira só da esquerda. Direitos humanos têm que ser bandeira de todos os cristãos, porque Cristo foi o maior defensor dos direitos humanos. Ele é minha inspiração. É nele que eu me inspiro, inclusive pra conduzir o ministério (Alves, 2019c, 9 min 50 s).

É também sob o distorcido discurso de “colocar a criança e o adolescente como prioridade absoluta” que este MMFDH, estrategicamente, buscou construir vínculos diretos com os conselhos tutelares, com a promoção de cursos, encontros, menções em entrevistas, cujos efeitos corroboram para capilarizar pautas políticas que agregavam valores comuns à direita cristã e que sustentavam a base ideológica daquele governo, fundamente na imagem do Brasil “pró-vida” e “pró-família”. Essa atuação se mostra ainda mais efetiva quando se trata de conselhos tutelares localizados em municípios menores. Para ilustrar essa diferença, recorreremos ao trecho fala de Henrique, conselheiro progressista da Zona Norte, quando afirma que:

o conselho tutelar de cidade do interior, onde só tem um conselho tutelar, ele, vamos dizer assim, ele é o centro das atenções, e ele é o protagonista do município [...] os meus amigos que estão em conselhos de outros municípios, menores, que só tem um conselho tutelar, toda hora eles estão na capa do jornal, fazendo alguma coisa, sabe? Alguma coisa diferente, fazendo mobilização (Henrique, conselheiro progressista da Zona Norte).

Já no escopo do trabalho de campo realizado, uma crítica constante foi sobre o curso de formação obrigatório, que, segundo os/as conselheiros/as, não preparou devidamente para a atuação no conselho tutelar, pois privilegiava, sobretudo, conteúdos teóricos, que pouco dialogavam com a realidade cotidiana de trabalho no conselho tutelar. Desta forma, os/as entrevistados/as, em sua grande maioria, afirmaram que só é possível aprender o ofício na prática, e contando com a boa vontade de colegas conselheiros/as com experiência em mandato anterior. Nesse sentido, há necessidade de formação dos/as profissionais que atuam no conselho tutelar não só antes de ingressarem neste espaço, mas durante o processo de atuação também, com a possibilidade de participarem de cursos voltados para a sua formação continuada. Além de cursos que atendam expectativas de demandas práticas, ressaltamos a importância de uma formação política de base, com debates referenciados que fortaleçam a dimensão laica, o cotidiano de trabalho e as práticas

democráticas de direitos humanos de crianças e adolescentes em contraposição às lógicas menoristas e criminalizantes, assim como a criação de encontros comprometidos em discutir e propor estratégias para estreitar laços com a rede do sistema de garantia de direitos.

As tensões entre conselheiros/as progressistas e conservadores/as apareceram em diferentes momentos com relação à atuação no conselho tutelar. Sendo um órgão com poder de decisão, autônomo e independente, estas disputas reverberaram, principalmente, no clima hostil de trabalho, que impactava na organização periódica das reuniões de colegiado (inclusive, na sua não realização), na intensificação da prática de denúncias entre os/as próprios/as conselheiros/as a instâncias superiores, e na tomada de decisão de aplicação de medidas protetivas dirigidas às crianças e adolescentes, ainda que em nome da suposta “proteção”, de “seguir o ECA”, que, não raro, reforçam práticas de controle e de culpabilização sobre as famílias pobres.

Dos 19 conselhos tutelares na cidade do Rio de Janeiro, apenas 1, localizado na Zona Sul, se organizava de um modo singular, que visava desburocratizar o atendimento, atento a outras formas de intervenção e que colocava em prática, de modo coletivo, estratégias sensibilizadas para enfrentar o estigma em torno do conselho tutelar como um órgão punitivo e policialesco, mas isso só era possível na base de muita luta e resistência, segundo a conselheira Fabiana, já que essa posição não era unânime entre os/as conselheiros/as, mas prevalecia por contar com a atuação de conselheiros/as progressistas em sua maioria naquele espaço. Como alguns exemplos desta estratégia, identificamos a utilização do SIPIA, a forma de se dirigir pelo “papo reto” e a organização de agendas de atendimento pelos/as funcionários/as do administrativo. Identificamos que há, em outros conselhos, conselheiros/as progressistas que traçam estratégias sensibilizadas para desmistificar as aproximações do conselho tutelar ao de um órgão policialesco e punitivo, como ainda é fortemente interpretado e propagado no ambiente escolar. Além disso, também demonstram preocupação em esclarecer à população atendida que o seu trabalho e os serviços oferecidos no conselho tutelar não constituem favor, mas direitos que devem ser garantidos. Identificamos ser um desafio, sobretudo, por parte de conselheiros/as conservadores/as lidar com a vida dos/as atendidos/as que não seja de uma forma padronizada, marcada pela noção da falta e de moralidades que desconsideram que as famílias pobres e periféricas produzem

movimentos próprios, inclusive que resistem a modelos produzidos como absolutos.

Consideramos fundamental o incentivo ao uso do SIPIA, uma vez que os dados gerados por este sistema podem contribuir para fomentar políticas públicas comprometidas com a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Além disso, a melhora na gestão de informações de modo que não permanecesse apenas em papéis, de forma manual, possibilitaria um acesso mais organizado e qualificado de um banco de dados do conselho tutelar, inclusive para a realização de pesquisas acadêmicas. Contudo, para que o SIPIA funcione, é preciso que sejam oferecidas condições básicas para o seu uso nos conselhos tutelares, tais como, o acesso à internet e oportunidades de capacitação para os/as conselheiros/as. Durante o trabalho de campo, estive em conselhos, localizados na Zona Norte e na Zona Oeste, que estavam há 2 meses sem acesso à internet. Em um deles, os/as conselheiros/as faziam rateio, com recursos financeiros próprios para arcar com o pagamento da internet. As condições básicas precisam ser asseguradas não só para o uso do SIPIA, mas para promover um cotidiano de trabalho digno diante de tamanha precariedade como é a realidade comum dos conselhos tutelares na cidade do Rio de Janeiro.

Outro ponto recorrente foram as cobranças do Poder Judiciário sobre os/as conselheiros/as para atuar em frentes que não são previstas como de competência desses/as profissionais. Por exemplo, constantemente, eram acionados/as pelo Poder Judiciário para adentrar em territórios de favela, com a presença de grupos armados, para notificar uma família, o que, segundo eles/as, caberia a um oficial de justiça. Este é um dos exemplos que conselheiros/as são acionados/as para servirem como atendentes de demandas, que não são previstas, do Ministério Público ou do Judiciário.

O conselho tutelar é uma das instâncias mais próximas às escolas, que recorrem ao órgão por variados motivos. A escola pode ser um aliado, especialmente, nos momentos de processo de escolha dos/as conselheiros/as, com o incentivo para a escolha de representações alinhadas com valores democráticos e laicos, tendo em vista a suma importância de escolha de candidatos/as que representarão a sociedade civil na defesa de direitos de crianças e adolescentes. Dos 19 conselhos na cidade do Rio de Janeiro, 2 estão alocados no mesmo pátio de uma escola pública.

Pontuamos, ainda, a importância de endossar estratégias que contribuam para a prevenção de violações recorrentes, como, por exemplo, de abuso sexual contra o público infantojuvenil. Vemos que o incentivo incessante de conselheiros/as às práticas de denúncias não é suficiente para barrar o acontecimento destas violações. Daí, a extrema importância de pautar por outras medidas, como a de educação sexual nas escolas. Mais uma via que poderia estreitar as pautas de trabalho do conselho tutelar e da escola. Na esteira deste tema, é fundamental a atuação de conselheiros/as sensibilizada com a urgência de informações seguras sobre o acesso ao aborto legal. São inúmeras as formas de atuação ilegal de conselheiros/as neste órgão, que existe para proteger crianças e adolescentes de situações das mais extremas de violência. Ao invés da garantia de direitos, nos defrontamos com atuações que interferem em um direito legal, pautadas pela moralidade, travestidas de cunho religioso, que se expressam nas seguintes formas por conselheiros/as conservadores/as religiosos/as:

- a) em persuadir a criança e/ou adolescente a seguir com a gestação (e para exercer esse convencimento, conselheiros/as também acionam o/a psicólogo/a, que compõe a equipe técnica, para o atendimento);
- b) omitir informações sobre a garantia de direito ao aborto legal;
- c) utilizar-se de argumentos religiosos para o impedimento deste acesso.

Outro dado que sobressaltou nas narrativas dos/as conselheiros/as entrevistados/as foi o baixíssimo número de conselhos tutelares na cidade do Rio de Janeiro comparado às determinações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que prevê 1 conselho tutelar a cada 100 mil habitantes. O baixo número de conselhos tutelares é um fator que afeta diretamente na qualidade do desempenho das atribuições dos/as conselheiros/as, que alegaram estar com sobrecarga de demandas, tendo que elencar uma “hierarquização do grau de violações” para escolher a quais darão prioridade. Parte desta sobrecarga advém de demandas da escola, inclusive, algumas delas, que segundo conselheiros/as, consideram desnecessárias, tais como: a FICAI, em determinadas circunstâncias. Os/as conselheiros/as se queixam do pouco esforço da escola em lidar com as demandas, pois veem o CT como uma instância superior.

Como possibilidade de apontamentos futuros, pensamos na necessidade de olhar para as influências e os efeitos que o novo conservadorismo brasileiro produz nas instituições democráticas como uma agenda de pesquisa. O conselho tutelar foi

um espaço fértil para os valores da direita cristã influírem diretamente, fortalecendo lógicas punitivo-penais, judicializantes e moralizantes, que atravessam as práticas e os discursos de conselheiros/as, ainda que com estratégias de resistências mobilizadas pelos conselheiros/as progressistas.

Por fim, pontuamos que as reflexões desenvolvidas, nesta pesquisa, não tiveram a intenção de generalizar as análises nem de propor modos de atuação referenciados por parâmetros de verdade, mas o intuito de investigar as relações do novo conservadorismo brasileiro com atuação dos conselhos tutelares, reconhecendo, sobretudo, as motivações para a sua emergência e as histórias de luta que contribuíram para a garantia de direitos da criança e adolescente, e que inspiram atuações de conselheiros/as, no tempo presente, comprometidos com a democracia, a laicidade e os direitos humanos. Para isso, a saída precisa ser coletiva, com construção de redes, articulada com a perspectiva reivindicativa do movimento social e com a mobilização da participação popular.

## Referências bibliográficas

ALESSI, G. Igrejas evangélicas neopentecostais dominam conselhos tutelares em São Paulo e no Rio. **El País Brasil**, São Paulo, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-15/igrejas-evangelicas-neopentecostais-dominam-conselhos-tutelares-em-sao-paulo-e-no-rio.html>. Acesso em: 8 set. 2023.

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALMEIDA, R. Deus acima de tudo. In: ABRANCHES, S. *et al.* **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b. p. 35-51.

ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-27, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718/16883>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALMEIDA, R. A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 409-426.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALVARENGA, J. M.; MARAFON, G. “Tia, seu cabelo é tão bonito”: uma análise das relações raciais em um abrigo de crianças e adolescentes. **Revista Observatório de La Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 198-219, 2024. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2673/1891>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ALVES, D. **Abraham Weintraub**. Brasília, DF, 6 set. 2019a. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/?hl=pt-br>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALVES, D. **Bia Kicis**. Brasília, DF, 6 set. 2019b. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/?hl=pt-br>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALVES, D. Damares Alves: 10/05/2019: CONEXÃO GAP. [Entrevista cedida a] Carlos Said. **Conexão GAP**, Brasília, DF, 2019c. 1 vídeo (24 min 26 s). Publicado pelo canal Rede Super de Televisão. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=F234fY-NbQc&ab\\_channel=RedeSuperdeTelevis%C3%A3o](https://www.youtube.com/watch?v=F234fY-NbQc&ab_channel=RedeSuperdeTelevis%C3%A3o). Acesso em: 13 set. 2023.

ALVES, D. **Damares Alves**. Brasília, DF, 2023. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/?hl=pt-br>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ALVES, D. Damares Alves: abuso não se justifica nem se explica, se pune. [Entrevista cedida a] Roseann Kennedy. **UOL**, São Paulo, 4 ago. 2019d. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2019/08/04/damares-alves-abuso-nao-se-justifica-nem-se-explica-se-pune.htm>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ALVES, D. **Damares**: crianças não são cobaias da ideologia de gênero. Brasília, DF, 31 ago. 2019e. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/?hl=pt-br>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALVES, D. **Damares**: educação domiciliar permite a pais ensinar 'mais conteúdo que a escola'. Brasília, DF, 13 jul. 2019f. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/?hl=pt-br>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALVES, D. **Deixa eu falar como mãe e ministra da família**. Brasília, DF, 11 dez. 2019g. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALVES, D. **Dia Nacional do Nascituro**. Brasília, DF, 8 out. 2019h. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALVES, D. Discurso. In: 31 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA), 2021, Brasília, DF. **Vídeo**... Brasília, DF: Canal Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fTvceFkxHyQ>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALVES, D. Discurso de posse. In: CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DE CARGO À MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS, DAMARES ALVES, 2019, Brasília, DF. **Vídeo** [...]. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019i. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=2Qz\\_tS6zofg&ab\\_channel=TVBrasilGov](https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg&ab_channel=TVBrasilGov). Acesso em: 15 set. 2023.

ALVES, D. **Entrega de carros para conselhos tutelares em Sergipe**. Brasília, DF, 13 abr. 2019j. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BwNGTCBlfXG/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ALVES, D. **Entrega de carros para conselhos tutelares em Sergipe**. Brasília, DF, 13 abr. 2019k. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BwNGTCBlfXG/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ALVES, D. **Fala, ministra!**: eleição Conselheiros Tutelares. Brasília, DF, MMFDH, 2019l. 1 vídeo (36 s). Publicado pelo canal Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WnfbY-WvdAM>. Acesso em: 19 maio 2024.

ALVES, D. **Família: eu acredito!** Brasília, DF, 15 maio 2019m. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALVES, D. **Feliz Dia das Crianças**. Brasília, DF, 12 out. 2019n. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/p/B3hdky-g9cd/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALVES, D. Ministra Damares fala sobre as prioridades da sua pasta. [Entrevista cedida a] Renata Corsini. **NBR Entrevista Especial**, Brasília, DF, 7 mar. 2019o. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vECs9EhQCxk>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ALVES, D. **No dia da infância, precisamos dar voz às muitas crianças silenciadas pelo aborto!** Brasília, DF, 24 ago. 2019p. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALVES, D. Participação em debate. In: AUDIÊNCIA PÚBLICA: EIXO 2: PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA. 2021, Brasília, DF. **Vídeo** [...]. Brasília, DF: CCJC: Subcomissão Especial Criança e Adolescente: Proteção da infância e da adolescência, 2021b. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_2vFBt8UZEQ](https://www.youtube.com/watch?v=_2vFBt8UZEQ). Acesso em: 9 set. 2023.

ALVES, D. Participação em webinar. In: WEBINAR DIA NACIONAL DO CONSELHEIRO TUTELAR, 2020, [s. l.]. **Vídeo**... [S. l.]: MMDFH, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LF7jom-Kd8>. Acesso em: 30 maio 2024.

ALVES, D. **Sargento Fahur**. Brasília, DF, 28 dez. 2019q. Instagram: damaresalvesoficial1. Disponível em: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial1/>. Acesso em: 12 nov. 2023.



ALVES, R. MPRJ investiga eleição da Comissão de Ética dos Conselhos Tutelares do Rio; denúncias apontam interferência da Igreja Universal. **G1**, Rio de Janeiro, 2 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/02/mprj-investiga-eleicao-da-comissao-de-etica-dos-conselhos-tutelares-do-rio-denuncias-apontam-interferencia-da-igreja-universal.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2023.

AMADO, G. Damares coloca secretário evangélico no lugar de ex-petista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2019 [atualizado em 21 nov. 2019]. Época. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/damares-coloca-secretario-evangelico-no-lugar-de-ex-petista-1-24090387>. Acesso em: 3 set. 2023.

ANJOS, A. B.; CORREIA, M. Com apoio de Damares, governo Bolsonaro pagou missionários religiosos em terra Yanomami. **Agência Pública**, São Paulo, 29 maio 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/com-apoio-de-damares-governo-bolsonaro-pagou-missionarios-religiosos-em-terra-yanomami/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

ARAUJO, S. S.; LEITE, M. C. L. A defesa pela “liberdade de escolha” fortalecendo uma rede empresarial: o *homeschooling* brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14819/209209212992>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ARMAS, H. Explorar os vínculos entre sexualidade e direitos para enfrentar a pobreza. In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (org.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p. 59-67. Disponível em: <https://sxpoltics.dreamhosters.com/ptbr/wp-content/uploads/2009/04/questoes-de-sexualidade.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ASENSI, F. D. Judicialização ou juridicização? As instituições jurídicas e suas estratégias na saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 33-55, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kbWKmMKq4PjmT7gx3LRr4Yr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ASSESSORA do ministro Milton Ribeiro defende princípios bíblicos na educação. **G1**, Rio de Janeiro, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/25/assessora-do-ministro-milton-ribeiro-defende-principios-biblicos-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. De onde a ministra Damares tirou este número? **ABA**, Brasília, DF, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/de-onde-a-ministra-damares-tirou-este-numero/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOMICILIAR. **ANED**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

AUGUSTO, A. Juridicalização da vida ou *sobrevida*? **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 11-22, 2009. Disponível em: [https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41419/pdf\\_145](https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41419/pdf_145). Acesso em: 14 nov. 2023.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMÚDEZ, A. C. Órgão do MPF vê crime de Damares em caso de evasão escolar e homeschooling. **UOL**, São Paulo, 2 set. 2019. Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/09/02/orgao-do-mpf-ve-crime-de-damares-em-caso-de-evasao-escolar-e-homeschooling.htm>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BETIM, F. Eleições para conselho tutelar tornam-se novo campo de batalha do Brasil polarizado. **El País Brasil**, São Paulo, 5 out. 2019 [atualizado em 6 out. 2019]. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/politica/1570214548\\_733114.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/politica/1570214548_733114.html). Acesso em: 3 maio 2023.

BETT, G. C.; LEMES, M. J. Fracasso escolar e conselho tutelar: um estudo sobre os caminhos da queixa escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/SV4GyMcXmQCsv7Zsq6PBsJr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BIROLI, F. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 15, p. 37-68, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QbtCQW64LCD8f7ZBv4RBSDL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-188.

BIROLI, F.; QUINTELA, D. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 359-374.

BORGES, A. ONG de ministra que comandará Funai foi denunciada por discriminação contra índios. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ong-de-ministra-que-comandara-funai-foi-denunciada-por-discriminacao-contra-indios,70002636979>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Consultar informações de demandas de violação de direitos da criança e do adolescente.** Brasília, DF, 23 jun. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-acesso-ao-sistema-de-informacao-para-a-infancia-e-adolescencia-sipia-conselho-tutelar>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 1-B, p. 6-21, 2 jan. 2019a. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/01/2019&jornal=601&pagina=6&totalArquivos=56>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#:~:text=1%C2%BA%20Este%20C%C3%B3digo%20disp%C3%B5e%20sobre,nos%20casos%20expressos%20em%20lei](https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#:~:text=1%C2%BA%20Este%20C%C3%B3digo%20disp%C3%B5e%20sobre,nos%20casos%20expressos%20em%20lei). Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, e dá outras providências. **Diário Oficial: República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563-13577, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991.** Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8242.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm). Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019.** Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13798.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13798.htm). Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019.** Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, 2019c. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ato2019-2022/2019/Lei/L13812.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ato2019-2022/2019/Lei/L13812.htm). Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.824, de 9 de maio de 2019.** Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares. Brasília, DF: Presidência da República, 2019d. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13824.htm). Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Subcomissão Especial de Proteção e dos Direitos da Criança e do Adolescente. **BRASIL**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc/subcomissoes/subscomissoes-especiais-encerradas/subcomissao-especial-de-potecao-e-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 478, de 19 de março de 2007**. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.935, de 27 de maio de 2020**. Responsabiliza aluno por atos de vandalismo em patrimônio escolar e destruição de mobiliário escolar e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2253866>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.661, de 8 de outubro de 2015**. Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.822, de 2 de julho de 2019**. Acrescenta dispositivo ao artigo 132 da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 para estabelecer a diversidade de gênero nas representações dos Conselhos Tutelares. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019e. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210169>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.421, de 17 de fevereiro de 2016**. Acrescenta parágrafo único ao artigo 132 da lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012. Estabelece política de cotas por gênero nos Conselhos Tutelares. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077435>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.524, de 1 de julho de 2009**. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma aos Conselheiros Tutelares, e dá outras providências.

Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=440468>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ações de Educação em Equilíbrio Trabalho-Família. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, Brasília, DF, 25 set. 2020b [atualizado em 1 jul. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Observatório Nacional da Família. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Programa Família na Escola. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/familia-na-escola>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Quem é quem. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 18 fev. 2019f. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/composicao/quem-e-quem>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. **BRASIL**. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/samu-192>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Brasil\\_sem\\_homofobia\\_2004.pdf](https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Brasil_sem_homofobia_2004.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BURGOS, M. Redes de proteção e a decantação dos direitos das crianças. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 375-397, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/Gb7pSZGdqDYb64xKMh8dTPx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BURITY, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas: Ed. Unicamp, 2018, p. 15-66.

CABRAL, C.; BRANDÃO, E. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WryX9xCMY5vwNwjM33pqbyb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília, DF, [s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/@CamaradosDeputadosoficial>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CAMPANHA visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF, 3 fev. 2020 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>. Acesso em: 14 dez. 2023.

CANALGOV. Brasília, DF, [s. n.], 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/@canalgov>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CANCIAN, N. Em decreto, Bolsonaro esvazia conselho de proteção a crianças e adolescentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/em-decreto-bolsonaro-esvazia-conselho-de-protecao-a-direitos-da-crianca.shtml>. Acesso em: 30 maio 2024.

CANDAU, V. Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, V.; SACAVINO, S (org.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARNEIRO, S. S.; SANT'ANNA, M. J. G. Militarização das escolas públicas: tensões e negociações em torno deste modelo de gestão escolar. In: LEITE, M. *et al.* (org.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p. 203-222.

CASADO, L.; Cancian, N. Ministra de Bolsonaro defende aprovação do estatuto do nascituro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/ministra-de-bolsonaro-defende-aprovacao-do-estatuto-do-nascituro.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CERIMÔNIA EM ALUSÃO À SEMANA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, 2022, Brasília, DF. **Vídeo...** Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Di6zh9VQOKU>. Acesso em: 22 dez. 2023.

COIMBRA, C.; SCHEINVAR, E. Subjetividades punitivo-penais. In: BATISTA, V. M. (org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 59-68.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLUCCI, C.; FARIA, F. SUS gasta R\$ 500 milhões com complicações por aborto em uma década. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/sus-gasta-r-500-milhoes-com-complicacoes-por-aborto-em-uma-decada.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. A ideologia do gênero: seus perigos e alcances. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: [https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960\\_IdeologiaDeGenero\\_PerigosEAlcances\\_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf](https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

CONHEÇA a secretaria. **RIO DE JANEIRO** (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social, Rio de Janeiro, 17 maio 2021. Disponível em: <https://assistenciasocial.prefeitura.rio/conheca-a-secretaria/>. Acesso em: 16 maio 2023.

CONSELHEIROS tutelares eleitos pelo povo tomam posse para mandato em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **Rio Prefeitura**, Rio de Janeiro, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/conselheiros-tutelares-eleitos-pelo-povo-tomam-posse-para-mandato-em-defesa-dos-direitos-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Eleições Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro: CMDCA. **CMDCA**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/eleicoes.php>. Acesso em: 9 set. 2023.

CONSELHO Tutelar: é nosso dever participar. **Igreja Universal do Reino de Deus**, São Paulo, 15 set. 2019a. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/conselho-tutelar-e-nosso-dever-participar/>. Acesso em: 1 set. 2023.

CONSELHO Tutelar: veja o resultado preliminar da eleição no Rio em 2019. **G1**, Rio de Janeiro, 8 out. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/08/conselho-tutelar-veja-o-resultado-da-eleicao-no-rio-em-2019.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

CORNWALL, A.; JOLLY, S. Introdução: a sexualidade é importante. In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (org.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p. 59-67. Disponível em: <https://sxpolitics.dreamhosters.com/ptbr/wp-content/uploads/2009/04/questoes-de-sexualidade.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023. p. 29-48.

CORRÊA, S. Aborto na cena política global: fios de história, desafios do momento. **Revista de Salud Sexual y Reproductiva**, [s. l.], n. 18, p. 1-15, 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Sonia-Correa-3/publication/265873958\\_Aborto\\_na\\_Cena\\_Politica\\_Global\\_Fios\\_de\\_Historia\\_Desafios\\_do\\_Momento/links/5500ba1b0cf2d61f8210954d/Aborto-na-Cena-Politica-Global-Fios-de-Historia-Desafios-do-Momento.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Sonia-Correa-3/publication/265873958_Aborto_na_Cena_Politica_Global_Fios_de_Historia_Desafios_do_Momento/links/5500ba1b0cf2d61f8210954d/Aborto-na-Cena-Politica-Global-Fios-de-Historia-Desafios-do-Momento.pdf). Acesso em: 25 nov. 2023.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CORRÊA, S. Sexualidades e desenvolvimento: uma história em imagens. In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (org.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro: ABIA, 2008. p. 49-57. Disponível em: <https://sxpolitics.dreamhosters.com/ptbr/wp-content/uploads/2009/04/questoes-de-sexualidade.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CUNHA, M. Apresentação das ações e entregas da secretaria de 2019 a 2021 e planejamento de 2022. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES, 1., 2022, Brasília, DF. **Vídeo...** Brasília, DF: MMFDH, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=QTpuBkecqI0&ab\\_channel=Minist%C3%A9rioDosDireitosHumanosedaCidadania](https://www.youtube.com/watch?v=QTpuBkecqI0&ab_channel=Minist%C3%A9rioDosDireitosHumanosedaCidadania). Acesso em: 20 abr. 2024.

CUNHA, M. Prefácio. In: BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes**: Projeto BRA 10/007: “Boas Práticas na Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência. Brasília, DF: MMDH, 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/09/Forum-Nacional-sobre-Viole%C3%A7%C3%A3o-Institucional-na-Inf%C3%A2ncia-e-Adolesc%C3%BAncia.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DAMARES ALVES. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.damaresalves.com.br/#biografia>. Acesso em: 23 ago. 2023.

DAMARES diz que atuou no caso de menina de 10 anos estuprada para 'fortalecer a rede de proteção à criança'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/damares-diz-que-atuou-no-caso-de-menina-de-10-anos-estuprada-para-fortalecer-rede-de-protecao-crianca-24651805>. Acesso em: 3 set. 2023.



DANTAS, B. S. A. **Religião e política**: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal. 2011. 350f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16946/1/Bruna%20Suruagy%20do%20Amaral%20Dantas.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DANTAS, D.; LEÃO, A. L. Conselhos tutelares de SP terão 84 nomes de lista ligada a igrejas evangélicas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/conselhos-tutelares-de-sp-terao-84-nomes-de-lista-ligada-igrejas-evangelicas-24005408>. Acesso em: 5 set. 2023.

DAS, V.; POOLE, D. (ed.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe, N. M.: School of American Research Press; Oxford: James Currey, 2004.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013. p. 219-226.

DIEESE. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. **Boletim Especial 8 de março: Dia da Mulher**, São Paulo, mar. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

DINIZ, D. O Estatuto do Nascituro e o terror. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, n. 18.245, 8 maio 2013. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=113708](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=113708). Acesso em: 15 set. 2023.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8LRYdgSMzMW4SDDQ65zzFHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DOMINGUES, F. Entenda nova edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as mudanças recentes no documento. **G1**, Rio de Janeiro, 11 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/11/entenda-nova-edicao-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca-e-as-mudancas-recentes-no-documento.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ENCONTRO NACIONAL DOS CONSELHEIROS TUTELARES, 1., 2022, Brasília, DF. **Vídeo...** Brasília, DF: MMFDH, 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=QTpuBkecq0&ab\\_channel=Minist%C3%A9rioDosDireitosHumanosedaCidadania](https://www.youtube.com/watch?v=QTpuBkecq0&ab_channel=Minist%C3%A9rioDosDireitosHumanosedaCidadania). Acesso em: 20 abr. 2024.

ENCONTRO nacional reúne conselheiros tutelares para debater a proteção de crianças e adolescentes. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 29 mar. 2022 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/encontro-nacional-reune-conselheiros-tutelares-para-debater-a-protecao-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ENTENDA como funcionam os conselhos tutelares. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-como-funcionam-os-conselhos-tutelares-24001525>. Acesso em: 3 maio 2023.

ESCOLA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://endica.mdh.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ESCOLAS cívico-militares serão implantadas sob demanda. **Brasil**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 4 abr. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74811-escolas-civico-militares-serao-implantadas-sob-demanda>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FERREIRA, L.; BRUNO, M. M. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. **Gênero e Número**, [s. l.], 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso em: 4 set. 2023.

FONSECA, C. Os direitos da criança: dialogando com o ECA. In: FONSECA, C.; TERTO JR., V.; ALVES, C. F. (org.). **Antropologia, diversidade e direitos humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 103-115.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. 2. reimpr. Rio de Janeiro: NAU-PUC-Rio, Departamento de Letras, 2005.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. Introdução: Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (org.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 9-24.

FRUET, N. Damares diz que regulação do Conanda cria “motel para crianças e adolescentes”. **SBT News**, São Paulo, 17 dez 2020 [atualizado em 30 out. 2023]. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/156923-damares-diz-que-regulacao-do-conanda-cria-motel-para-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GOETHEL, E. S. P.; POLIDO, C.; FONSECA, D. C. A judicialização dos conflitos escolares. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 40, n. 110, p. 14-25, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3ZzXtXjGNwJ8JC4bfHpYwnN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GOMES, I. **Educar e punir: a judicialização da vida escolar**. 2019. 97p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/9909/1/Dissertacao%20Ingrid%20Gomes.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HENRIQUES, A. E. L. **Educação, conservadorismos e religião: mapeamento e análise do avanço neoconservador na educação brasileira**. 2021. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54439/54439.PDF>. Acesso em: 14 nov. 2023.

O HISTÓRICO de polêmicas de Carlos Alberto Decotelli, que não será ministro da Educação. **BBC Brasil**, São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53242665>. Acesso em: 14 ago. 2023.

HOLANDA, M. Os ecos sem voz: uma década de falas sem escuta no Congresso Nacional – ainda sobre o “infanticídio indígena”. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 155-196, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/9315/8944>. Acesso em: 14 ago. 2023.

HOLANDA, M.; MARQUES, J. Bolsonaro discursa em clima de comício e diz que eleição é luta 'do bem contra o mal'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-diz-que-eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-em-discurso-com-clima-de-comicio.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2023.

JIMÉNEZ, C. Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital. **El País Brasil**, São Paulo, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>. Acesso em: 25 nov. 2023.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma

“ameaça à família natural?” In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro\\_debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, set./dez. 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

KICIS, B. **Apoio à Damares e repúdio à Duprat**. Brasília, DF, 6 set. 2019. Facebook: biakicisoficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/biakicisoficial/videos/a-procuradora-militante-d%C3%A9bora-duprat-abriu-uma-a%C3%A7%C3%A3o-de-improbidade-contra-a-min/1115722075284523/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LANÇADA frente parlamentar que defende educação domiciliar: 23/04/19. Brasília, DF, Câmara dos Deputados. 2019. 1 vídeo (3 min 5 s). Publicado pelo canal Câmara dos Deputados. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8h56jXB2uzM&ab\\_channel=C%C3%A2maradosDeputados](https://www.youtube.com/watch?v=8h56jXB2uzM&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados). Acesso em: 10 fev. 2024.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, n. 42, 2017.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, n. 32, p. 119-142, ago. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/44204/30461>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LEITE, V. A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 89-103, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/6Q4wSJX7rDrZX5qX8rCJM3x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LEMOS, F. C. S. Inquietações a respeito das práticas de conselheiros tutelares: proteção e controle. In: SOUZA FILHO, R.; SANTOS, B. R.;

DURIGUETTO, M. L. **Conselhos tutelares**: desafios teóricos e práticos da garantia de direitos da criança e do adolescente. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 75-85. Disponível em: [https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2018/02/conselhos\\_tutelares.pdf](https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2018/02/conselhos_tutelares.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

LIMA, I. G.; HYPOLITO, A. M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwbJx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LUGULLO, M. Comissão debate retirada não-autorizada de crianças indígenas de aldeia. **Radioagência**, Brasília, DF, 14 dez. 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/265450-comissao-debate-retirada-nao-autorizada-de-criancas-indigenas-de-aldeia-03-29/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MACHADO, M. D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 7, p. 25-54, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/PTHwmQfBxGnZ6H4LQ7tp8Dc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MACHADO, M. D. C. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83-132.

MACIEL, M. Eleição dos conselhos tutelares no Rio é a maior da história. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/eleicao-de-conselhos-tutelares-no-rio-a-maior-da-historia-24005200>. Acesso em: 3 maio 2023.

MARACCI, J. G.; PRADO, M. A. M. Ofensivas antigênero e a depuração dos direitos humanos como política de estado no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1372-1392, 2022. Número especial. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/71643/44246>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MARACCI, J. G.; PRADO, M. A. M. “Proteger e não promover”: ambivalências de um estado antigênero. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA POLÍTICA, 11., 2021, [s. l.]. **Anais...** Recife: Even 3, 2021. p. 1-2. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/380157.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

MARAFON, G. Análises críticas para desmontar o termo “ideologia de gênero”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 117-131, 2018. Número especial. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70nspe/10.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MARAFON, G. Figuras do judiciável: entre a escola e o tribunal. In: LEMOS, F. C. S. *et al.* (org.). **Crianças, adolescentes e jovens**: políticas inventivas transversalizantes. Curitiba: CRV, 2015, p. 127-140.

MARAFON, G. **Vida em judicialização**: efeito bullying como analisador. 2013. 163f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=130143](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=130143). Acesso em: 14 nov. 2023.

MARAFON, G.; SOUZA, M. C. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola? In: PENNA, F.; QUEIROZ, F.; FRIGOTTO, G. (org.). **Educação democrática**: antídoto ao Escola Sem Partido. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 75-88.

MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H6DCFyvKr6Yrxw7W6pWJcBz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MARTINS, A. V. G. S. Ainda sobre homeschooling. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia/2021/05/ainda-sobre-homeschooling.shtml>. Acesso em: 15 set. 2023.

MARTINS, A. V. G. S. **CDH05**: fala Secretária Naional da MMFDH, Ângela Gandra Martins. Brasília, DF, Comissão de Direitos Humanos. 2019. 1 vídeo (10 min 26 s). Publicado pelo canal ANED - Associação Nacional de Educação Domiciliar. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=rwHIRA5\\_c1M](https://www.youtube.com/watch?v=rwHIRA5_c1M). Acesso em: 8 fev. 2024.

MARTINS, L. A. **Entre a pista e a cadeia**: uma etnografia sobre a experiência da internação provisória em uma unidade socioeducativa no Rio de Janeiro. 2017. 135f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGUEL, L. F. Aborto e democracia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 657-672, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dDYjxr9Q5R5Q4qx7JSWM6BL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163/18213>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema-direita brasileira. **Cadernos Pagu, Campinas**, n. 62, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; MARIANO, R. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 230-260, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/c6f4WXNbjJ6bTV7cn9Kymsb/?format=pdf&lang=pt>. Nov. 2023.

MINISTÉRIO acompanha caso da menina de 10 anos que engravidou após ser estuprada. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF, 14 ago. 2020a [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/ministerio-acompanha-caso-da-menina-de-10-anos-que-engravidou-apos-ser-estuprada>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MINISTÉRIO promoverá a igualdade étnico-racial nas escolas e combaterá o infanticídio indígena em 2020. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 16 jan. 2020b [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/janeiro/ministerio-promovera-a-igualdade-etnico-racial-nas-escolas-e-combatera-o-infanticidio-indigena-em-2020>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MINISTRA brasileira Damares Alves acusa indígenas de matarem 1.500 crianças por ano. **Diário de Notícias**, Lisboa, 31 maio 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/ministra-brasileira-damares-alves-acusa-indigenas-de-matarem-1500-criancas-por-ano-10964502.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MINISTRA Damares defende educação domiciliar como um direito humano. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 2 abr. 2019b [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/abril/ministra-damares-defende-educacao-domiciliar-como-um-direito-humano>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MMFDH lança programa Mães Unidas em parceria com estado de Goiás e três prefeituras. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 12 mar 2020 [atualizado em 1 nov. 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/mmfdh-lanca-programa-maes-unidas-em-parceria-com-estado-de-goias-e-tres-prefeituras>. Acesso em: 4 set. 2023.

MOREIRA, H. A. O. **Coalização em defesa do *homeschooling***: crenças, estratégias e argumentos. 2023. 175f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62218/62218.PDF>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MOURA, F.; AQUINO, R. A articulação pelo *homeschooling* no Brasil: mais uma face da ofensiva antigênero. In: CARREIRA, D.; LOPES, B. (org.) **Gênero e educação**: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação. São Paulo: Ação Educativa, 2022. p. 143-156. Disponível em: [https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Livro-2022\\_G%C3%8ANERO-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ofensivas-reacion%C3%A1rias-resist%C3%Aancias-democr%C3%A1ticas-e-an%C3%BAncios-pelo-direito-humano-%C3%A0-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://generoeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Livro-2022_G%C3%8ANERO-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ofensivas-reacion%C3%A1rias-resist%C3%Aancias-democr%C3%A1ticas-e-an%C3%BAncios-pelo-direito-humano-%C3%A0-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

NASCIMENTO, B. “Quilombos”: mudança social ou conservantismo?. In: NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, M. L. Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 459-467, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/6sywkHVpPxG47mMJ9DMhSXy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NASCIMENTO, M. L. **Proteção e negligência**: pacificando a vida de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Nova Aliança, 2016.

NASCIMENTO, M. L.; CUNHA, F. L.; VICENTE, L. M. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização de pobreza. **Psicología Política**, Florianópolis, v. 14, n. 7, p. 1-17, 2008. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v7n14/v7n14a06.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NASCIMENTO, M. L.; JASHAR, P. L. R.; BARBOSA, M. C. Proteção e escuta no espaço do conselho tutelar: relações com a judicialização da vida. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 92-104, 2018. Número especial. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70nspe/08.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NASCIMENTO, M. L.; SCHEINVAR, E. O conselho tutelar como campo de intervenção. In: NASCIMENTO, M. L.; SCHEINVAR, E. (org.). **Intervenção socioanalítica em conselhos tutelares**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 1-8.

NÉRI, F. Comissão aprova projeto que garante bolsa-auxílio a vítimas de estupro. **G1**, Rio de Janeiro, 5 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-aprova-texto-que-garante-pensao-vitimas-de-estupro.html>. Acesso em: 15 set. 2023.



NEVES, J. M.; WACHHOLZ, R. O. A influência da religião na atuação de Damares Alves na Organização das Nações Unidas (ONU). **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 28.1, p. 161-183, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/176957/174220>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NOTÍCIAS Projeto M. A. E. **RIO DE JANEIRO**. Secretaria de Estado de Educação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/rede-escola/noticias-mae>. Acesso em: 13 jun. 2023.

OUVIDORIA Nacional de Direitos Humanos. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 20 jan. 2021 [atualizado em 8 nov. 2023]. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria-do-mdhc](https://www.gov.br/mdh/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-do-mdhc). Acesso em: 12 fev. 2024.

PASSETTI, E. Ensaio sobre um abolicionismo penal. **Verve**, n. 9, p. 83-114, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5131/3658>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PAULUZE, T.; VALADARES, J. Menina de dez anos entrou em hospital em porta-mala de carro enquanto médico distraía religiosos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-de-dez-anos-entrou-em-hospital-na-mala-do-carro-enquanto-medico-distraia-religiosos.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PEIRANO, M. G. S. “Sem lenço, sem documento”: reflexões sobre cidadania no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 49-63, jun. 1986. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/39351/30632>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

PICHONELLI, M. Homeschooling e a domesticação do aluno. In: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 99-105.

PIRES, T. Racializando o debate sobre direitos humanos. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.15, n. 28, p. 65-75, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thula-pires.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PLANEJAMENTO estratégico. **BRASIL**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, DF, 30 ago. 2019 [atualizado em 11 mar. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/planejamento-estrategico>. Acesso em: 3 out. 2023.

POSSAS, M. T. Produção de leis criminais e racionalidade penal moderna: uma análise da distinção ‘conservador’ x ‘progressista’ no caso da criação da lei contra a tortura no Brasil. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 3, p. 473-499, jul./set. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7302>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PROJETO de distribuir nas escolas kits contra a homofobia provoca debate. **G1**, Rio de Janeiro, 12 maio, 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contra-homofobia-provoca-debate.html>. Acesso em: 14 set. 2023.

RATTO, A. L. S. **Livros de ocorrência**: (in)disciplina, normalização e subjetivação. São Paulo: Cortez, 2007.

REDE NÃO BATA EDUQUE. Quem somos. **Rede Não Bata Eduque**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://naobataeduke.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 maio 2023.

RELEMBRE quem eram os Guardiões do Crivella, caso que levou à cassação do mandato do deputado federal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/05/relembre-quem-eram-os-guardioes-do-crivella-caso-que-levou-a-cassacao-do-mantado-do-deputado-federal.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2023.

RIANELLI, E.; VIOLA, E. ‘O estado não está cuidando de ninguém’, diz mãe de menina abusada no Degase. **G1**, Rio de Janeiro, 2 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/02/o-estado-nao-esta-cuidando-de-ninguem-diz-mae-de-menina-abusada-no-degase.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RIBEIRO, F. B. Conselho tutelar: um novo espaço de visibilidade social “das” famílias. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. p. 1-25. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/10305?guid=47b28b8da5314a482228&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d47b28b8da5314a482228%26quantidadePaginas%3d3%26codigoRegistro%3d10305%2310305&i=50>. Acesso em: 14 nov. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Decreto nº 22.132 de 16 de outubro de 2002**. Regula a Comissão de Ética dos Conselhos Tutelares e a Corregedoria dos Conselhos Tutelares, criadas pela lei municipal nº 3.282, de 10 de outubro de 2001. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2002/2214/22132/decreto-n-22132-2002->

regula-a-comissao-de-etica-dos-conselhos-tutelares-e-a-corregedoria-dos-conselhos-tutelares-criadas-pela-lei-municipal-n-3282-de-10-de-outubro-de-2001. Acesso em: 7 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). Dúvidas frequentes. **Rio Prefeitura**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2022. Disponível em: <https://assistenciasocial.prefeitura.rio/duvidas-frequentes/>. Acesso em: 16 maio 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei nº 2.350 de 23 de agosto de 1995**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: [https://e.camara.rj.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html\\_impressao/L23501995.html?identificador=30003A004C00](https://e.camara.rj.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/L23501995.html?identificador=30003A004C00). Acesso em: 7 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei nº 3.282 de 10 de outubro de 2001**. Dispõe sobre a implantação, estrutura, processo de escolha e funcionamento dos Conselhos Tutelares do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2001/329/3282/lei-ordinaria-n-3282-2001-dispoe-sobre-a-implantacao-estrutura-processo-de-escolha-e-funcionamento-dos-conselhos-tutelares-do-municipio-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 7 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Deliberação nº 1.433/2021 - AS/CMDCA. Dispõe sobre a alteração na Deliberação nº 1.256/2017 - ASDH/CMDCA de 20 de outubro de 2017 - REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro, ano 35, n. 86, p. 37-40, 13 jul. 2021. Disponível em: [http://www.acterj.org.br/downloads/arquivo/Regimento\\_Interno\\_dos\\_CTs\\_do\\_RJ\\_Gestao\\_2020-2024.pdf](http://www.acterj.org.br/downloads/arquivo/Regimento_Interno_dos_CTs_do_RJ_Gestao_2020-2024.pdf). Acesso em: 16 jun. 2023.

ROCHA, F. S. C. A. **“Cuidar olhando de perto”**: direitos, conflitos e moralidades através de uma etnografia no Conselho Tutelar. 2021. 167f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROCHA, V. Da teoria à análise: Uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 29, n. 1, p. 197-251, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/247229/41689>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROSA, M. M. Nós e os outros: concepções de pessoa no debate sobre infanticídio indígena no Congresso Nacional. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 163-193, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/46403/30058>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ROSA, M. M. O uso estratégico dos direitos humanos para a criminalização da alteridade: a Lei Muwaji e a campanha contra o infanticídio indígena no Congresso Nacional". In: FONSECA, C. *et al.* (org.). **Antropologia e Direitos Humanos 6**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. p. 245-277. Disponível em: [https://www.abant.org.br/files/107\\_0013138.pdf](https://www.abant.org.br/files/107_0013138.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

ROUBICEK, M. Desigualdade de gênero e raça: o perfil da pobreza na crise. **Nexo**, São Paulo, 25 abr. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>. Acesso em: 30 maio 2023.

RYBKA, L.N.; CABRAL, C. S. Morte e vida no debate sobre aborto: uma análise a partir da audiência pública sobre a ADPF 442. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rDXL4KssQXJfTn8nRVPyMsD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SALDAÑA, P. Governo orienta conselho tutelar a não enquadrar homeschooling como evasão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-orienta-conselho-tutelar-a-nao-enquadrar-homeschooling-como-evasao.shtml>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SALDAÑA, P.; PALHARES, I. Declarações de ministro da Educação sobre gays e papel do MEC contrariam lei, dizem especialistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-e-desigualdade-educacional.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SANCIONADA lei que permite reeleição de conselheiros tutelares. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 10 maio 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/10/sancionada-lei-que-permite-reeleicao-de-conselheiros-tutelares>. Acesso em: 2 maio 2023.

SANTOS, J. O.; HOLANDA, M. A. F. Amor é hipocrisia: lutas pelo direito à existência indígena. **Nexo**, São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Amor-%C3%A9-hipocrisia-lutas-pelo-direito-%C3%A0-exist%C3%Aancia-ind%C3%ADgena>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SAVIOLO, A. C. **A construção política da categoria “infanticídio indígena” e o mapeamento de seus atores sociais no Brasil**. 2022. 201f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1238990>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SAVIOLO, A. C. Religião e política: a bandeira da “luta contra o infanticídio indígena” e o controle de corpos de mulheres e crianças indígenas. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 110-123, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30771>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHEINVAR, E. O conselho tutelar como dispositivo de governo. In: COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, HISTÓRIA – TRANSVERSAIS, 1., 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008. p. 1-9. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/estela/conselhotutelarcomodispositivodogoverno.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHEINVAR, E. Conselho tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, p. 45-51, 2012. Número especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/fsDNprVwpV4rS5p8NcShT7x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHEINVAR, E. **O feitiço da política pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2009.

SCHEINVAR, E. Lógica punitiva nas práticas do conselho tutelar e da escola. **Revista Aleph**, Niterói, v. 8, n. 20, p. 185-199, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/38988/22427>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHEINVAR, E. Tensões, rupturas e produções na relação entre o Conselho Tutelar e a escola. In: SCHEINVAR, E; ALGEBAIL, E. (org.). **Conselhos participativos e escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 135-166.

SCHREIBER, M. Contra gravidez na adolescência, Damares busca inspiração nos EUA para estimular jovens a não fazer sexo. **BBC News Brasil**, São Paulo, 6 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50682336>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SCHUCH, P. Do “menor” à “infância universal”: a formação de um domínio de intervenção. In: SCHUCH, P. **Práticas de justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 105-128.

SCHUCH, P. Uma lei moderna X uma cultura tradicional: notas sobre reformulação do campo de atenção à infância e juventude no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 2, n. 4, p. 73-84, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10421/6767>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHUCH, P. A moral em questão: a conformação de um debate em antropologia. In: WERNECK, A.; OLIVEIRA, L. R. C. **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 92-106.

SEGATO, R. L. Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores. **Direito UNB**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 65-92, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/24623/21802>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SENRA, R. Estupro de criança revela 'lado animalesco do homem', diz Marco Aurélio, do STF. **BBC News Brasil**, São Paulo, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53814276>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SEPE teve reunião com candidatos a Conselheiros Tutelares ontem (dia 25/9). **Sepe**, Rio de Janeiro, 26 set. 2019. Disponível em: <https://seperj.org.br/sepe-teve-reuniao-com-candidatos-a-conselheiros-tutelares-ontem-dia-25-9/>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SEPULVEDA, J. A. M.; SEPULVEDA, D. O conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo sem fronteiras**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019. Disponível em: <https://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2023/05/conservadorismo-e-seus-impactos-no-curriculo-escolar.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SEPULVEDA, J. A. M.; SEPULVEDA, D. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 141-154, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24767/19208>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SILVA, C. A.; ALMEIDA, E. R.; FERRO, K. É. F. Homeschooling e a negação do direito à educação: um desdobramento do estado neoliberal. **Ciência em Movimento**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 103-111, dez. 2019. Disponível em: <https://www.educacaodomiciliar.fe.unicamp.br/sites/www.educacaodomiciliar.fe.unicamp.br/files/2022-06/Homeschooling%20e%20a%20nega%C3%A7%C3%A3o%20do%20direito%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20um%20desdobramento%20do%20estado%20neoliberal.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SILVA, J. B. **Cartografando práticas e percursos na tentativa de implantação da visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro**. 2023. 259 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/20725/2/Tese%20-%20Juraci%20Brito%20da%20Silva%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. 15 dez. 2023.

SILVA, V. R. Um retrato das mães solo na pandemia. **Gênero e Número**, [s. l.], 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/>. Acesso em: 4 set. 2023.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 41, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LMDCRm4wrJPrZBbWCNrM3pj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

SZWAKO, J. Anti-intelectualismo. In: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022.

TEIXEIRA, J. M. Cenário político e pandemia revelam autonomia de evangélicos e abertura para pautas progressistas. Entrevista especial com Jacqueline Moraes Teixeira. [Entrevista cedida a] João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/606661-cenario-politico-e-pandemia-revelam-autonomia-de-evangelicos-e-abertura-para-pautas-progressistas-entrevista-especial-com-jacqueline-moraes-teixeira>. Acesso em: 29 maio 2024.

TEIXEIRA, J. M.; CYPRIANO, T. C. V. Vinde a mim as/os pequeninas/os: infância, religião e conservadorismo nas disputas pelos conselhos tutelares. In: LINS, H. A. M. (org.). **Democracia e participação das infâncias e juventudes no Brasil**: cidadanias mutiladas. Campinas: Mercado de Letras, 2022. p. 25-52.

TEIXEIRA, P. P. **Ensino de evolução e religiosidade**: o caso de duas escolas estaduais do Rio de Janeiro. 2016. 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27465/27465.PDF>. Acesso em: 14 nov. 2023.

TEIXEIRA, P. P. (coord.). **O novo conservadorismo brasileiro na educação: levantamento e análise de iniciativas parlamentares no Congresso Nacional (2003-2020)**. Projeto de pesquisa apresentado à FAPERJ Edital Jovem Cientista do Nosso Estado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.

TEIXEIRA, R. P. **“Ideologia de gênero”?**: as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. 2019. 169 f. Dissertação

(Mestrado em Ciência Política). – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/35044/1/2019\\_RanieryParraTeixeira.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/35044/1/2019_RanieryParraTeixeira.pdf). Acesso em: 14 nov. 2023.

TONIETTO, C. Discurso. In: SESSÃO SOLENE EM DEFESA DO HOMESCHOOLING: EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL, 2019, Brasília, DF. **Vídeo...** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=g\\_2tLsCHEdg&ab\\_channel=C%C3%A2maradosDeputados](https://www.youtube.com/watch?v=g_2tLsCHEdg&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados). Acesso em: 10 fev. 2024.

VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C. Religious patterns of neoconservatism in Latin America. **Politics & Gender**, Cambridge, v. 16, p. 10, Mar. 2020. Special Issue 1. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/religious-patterns-of-neoconservatism-in-latin-america/8A03AE9A49E1D2B63A9ED8254DEBBBCD2>. Acesso em: 14 nov. 2023.

VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C.; BIROLI, F. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

VASSALO, L.; MACEDO, F. Damares recua e anula orientação a Conselhos Tutelares sobre ensino domiciliar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/damares-recua-e-anula-orientacao-a-conselhos-tutelares-sobre-ensino-domiciliar/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

VIANNA, A. R. B. “**Limites da menoridade**: tutela, família e autoridade em julgamento”. 2002. 337f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/580785.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

VIANNA, A. R. B. **O mal que se advinha**: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B. Entre princípios e regras: cinco estudos de caso de ação civil pública. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 777-843, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hvtvbBWmWNCCqK5MwxY9DXM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B.; SALLES, P. M. Dezesete anos de judicialização da política. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 2, p. 39-85, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Gm5Cm5Tv3br63xgNvJZX4wL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.



VIANNA, L. W. *et al.* **Judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VILA-NOVA, C. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 set. 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em: 3 set. 2023.

VIVAS, F. 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. **G1**, Rio de Janeiro, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2023.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. M. (org.) **Itinerários de Pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

**Apêndice A**  
**Levantamento dos projetos de lei sobre conselho tutelar na**  
**Câmara dos Deputados (2003-2020)**

Quadro 4 – Projeto de Lei (PL) – Palavra-chave: “conselho tutelar”

<b>LEVANTAMENTO DOS PROJETOS DE LEI SOBRE CONSELHO TUTELAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2003-2020)</b>		
<b>ANO</b>	<b>Nº DE RESULTADOS</b>	<b>Nº DE PL'S SELECIONADOS</b>
2003	14	11
2004	10	7
2005	6	4
2006	9	8
2007	13	9
2008	11	9
2009	15	7
2010	7	4
2011	27	17
2012	17	5
2013	15	4
2014	12	6
2015	35	18
2016	28	14
2017	16	10
2018	16	5
2019	42	13
2020	40	12
<b>TOTAL</b>	<b>333</b>	<b>163</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 5 – Projetos de lei sobre Conselho Tutelar propostos na Câmaras dos deputados (2003-2020)

	<b>PROPOSIÇÕES EM 2003</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
1	PL 1870/2003	Dispõe sobre a criação de número telefônico para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.	-	Joaquim Francisco - PTB/PE	03/09/2003	Transformado na Lei Ordinária 12003/2009
2	PL 1304/2003	Dispõe sobre a criação de telefone de três dígitos para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.	-	Leonardo Monteiro - PT/MG	24/06/2003	Arquivada
3	PL 2460/2003	Altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente.	Atribui ao Conselho Tutelar a competência para decidir sobre a recondução ou não de seus membros; estabelecendo o direito aos benefícios previdenciários e a remuneração; altera a Lei nº 8.069, de 1990.	Paulo Pimenta - PT/RS	11/11/2003	Apensado ao PL 67/2003
4	PL 1106/2003	Institui o "Dia Nacional do Conselheiro Tutelar".	A ser comemorado em 18 de novembro.	Givaldo Carimbão - PSB/AL	27/05/2003	Transformado na Lei Ordinária 11622/2007
5	PL 1183/2003	Altera o caput e insere parágrafo 2º ao art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, disciplinando a remuneração dos membros do Conselho Tutelar.	-	Pompeo de Mattos - PDT/RS	03/06/2003	Apensado ao PL 67/2003

6	PL 67/2003	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo a recondução de Conselheiros Tutelares, sem restrições.	-	Pompeo de Matos - PDT/RS	18/02/2003	Arquivada
7	PL 1134/2003	Modifica o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Libera o número de recondução dos membros dos Conselhos Tutelares Municipais.	Nelson Proença - PPS/RS	28/05/2003	Apensado ao PL 67/2003
8	PL 1645/2003	Acrescenta incisos aos arts. 136 e 148, suprime parte do § 1º do art. 42 e altera a redação do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	Atribui ao Conselho Tutelar e à Justiça da Infância e da Juventude a elaboração de cadastro de crianças e adolescentes a serem adotados e de pessoas interessadas e em condições de adoção.	José Roberto Arruda - PFL/DF	07/08/2003	Apensado ao PL 6485/2002
9	PL 414/2003	Institui nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios o Programa de Atendimento Integrado à adolescente gestante e dá outras providências.	-	Thelma de Oliveira - PSDB/MT	19/03/2003	Arquivada
10	PL 1756/2003	Dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção e dá outras providências.	Altera as Leis nºs 8.069, de 1990; 8.213, de 1991 e 10.406, de 2002; e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.	João Matos - PMDB/SC	20/08/2003	Apensado ao PL 6485/2002
11	PL 2680/2003	Institui o Programa Família Guardiã.		Paulo Gouvêa - PL/RS	03/12/2003	Apensado ao PL 6485/2002

	<b>PROPOSIÇÕES EM 2004</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
12	PL 2874/2004	Amplia o mandato e estabelece mais um requisito para a candidatura nos Conselhos Tutelares.	Altera a Lei nº 8.069, de 1990.	Iris Simões - PTB/PR	21/01/2004	Apensado ao PL 67/2003
13	PL 4086/2004	Dispõe sobre a exigência de concurso público de provas e títulos para o preenchimento das vagas de conselheiro dos Conselhos Tutelares.	Altera a Lei nº 8.069, de 1990 (Lei nº 8.242, de 1991).	Júlio Redecker - PSDB/RS	24/08/2004	Apensado ao PL 67/2003
14	PL 3425/2004	Altera os arts. 132 e 133 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Reduz para 18 (dezoito anos) a idade para candidatura a membro do Conselho Tutelar; inclui entidade estudantil de representação estadual devidamente registrada e reconhecida para escolha de um dos membros do Conselho.	João Caldas - PL/AL	28/04/2004	Apensado ao PL 67/2003
15	PL 3632/2004	Estabelece normas para o cumprimento do disposto no inciso VIII do art. 12, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.	Dispõe que o estabelecimento de ensino, após apurar a infrequência do aluno por 5 (cinco) dias letivos consecutivos ou 10 (dez) dias alternados no mês, deverá comunicar-se com a família do aluno faltoso e notificar ao Conselho Tutelar se persistir a situação.	Carlos Nader - PFL/RJ	25/05/2004	Arquivada

16	PL 4631/2004	"Dispõe sobre o dever dos diretores das escolas da rede pública de notificar relação de alunos com alto índice de faltas e dá outras providências."	-	Carlos Nader - PL/RJ	14/12/2004	Apensado ao PL 3632/2004
17	PL 4388/2004	Dispõe sobre o trabalho educativo de que trata o art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente.	Altera a Lei nº 8.069, de 1990.	Nelson Pellegrino - PT/BA	10/11/2004	Apensado ao PL 3853/2004
18	PL 3853/2004	Dispõe sobre o trabalho educativo do adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.	-	Carlos Sampaio - PSDB/SP	23/06/2004	Apensado ao PL 5337/2013
<b>PROPOSIÇÕES EM 2005</b>		<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
19	PL 5461/2005	Modifica a redação do arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Estabelece que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será feito pelo voto direto e secreto.	Capitão Wayne - PSDB/GO	16/06/2005	Arquivada
20	PL 5234/2005	Institui a proteção especial às crianças ou adolescentes ameaçados de morte, cria o Programa Federal de Proteção Especial às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, e dá outras providências.	Criando, ainda, o Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência - Módulo INFOINFRA, que conterà informações sobre adolescentes em conflito com a lei.	Poder Executivo	16/05/2005	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

21	PL 4778/2005	Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública e privada, efetuarem campanhas "antidrogas" aos seus alunos e dá outras providências.	-	Carlos Nader - PL/RJ	22/02/2005	Apensado ao PL 3508/2004
22	PL 5580/2005	Dispõe sobre a criação da lei de responsabilidade educacional, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 8.429, de 2 de julho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 9.424, de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	-	Paulo Delgado - PT/MG	30/06/2005	Arquivada

	<b>PROPOSIÇÕES EM 2006</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
23	PL 7706/2006	Institui o dia 13 de julho como o Dia Nacional do Conselho Tutelar.	-	Edinho Bez - PMDB/SC	21/12/2006	Arquivada
24	PL 7021/2006	Altera a redação do art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente".	Dispõe sobre a remuneração dos membros dos Conselheiros Tutelares.	Mário Heringer - PDT/MG	11/05/2006	Apensado ao PL 6577/2006
25	PL 6577/2006	Dá nova redação ao art. 134 da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, "que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Inclui a obrigatoriedade da fixação de remuneração para os conselheiros tutelares, que atualmente é facultativa.	Leonardo Mattos - PV/MG	31/01/2006	Arquivada
26	PL 7077/2006	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências."	Faculta ao Município com menos de cinco mil habitantes a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; atribui ao Ministério Público iniciativa para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.	Comissão de Legislação Participativa	18/05/2006	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
27	PL 7520/2006	Obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar.	Altera a Lei nº 8.069, de 1990.	Sandro Mabel - PL/GO	24/10/2006	Arquivada



28	PL 7247/2006	Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação dos casos de violências contra criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do artigo 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.	-	Carlos Nader - PL/RJ	27/06/2006	Arquivada
29	PL 7270/2006	Obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do artigo 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.	-	Carlos Nader - PL/RJ	04/07/2006	Apensado ao PL 7247/2006
30	PL 7524/2006	Acrescenta o Capítulo IV-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, dispondo sobre o processo e julgamento dos delitos tipificados no Título VI, Capítulo I, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente.	Estabelece a redução do dano durante a produção de provas em processos judiciais, nos quais crianças e adolescentes são vítimas ou testemunhas, especialmente nos Crimes contra a Liberdade Sexual.	Maria do Rosário - PT/RS	24/10/2006	Arquivada

	<b>PROPOSIÇÕES EM 2007</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
31	PL 1025/2007	Altera a Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - determinando a remuneração dos conselheiros tutelares.	-	Cleber Verde - PAN/MA	09/05/2007	Apensado ao PL 6577/2006
32	PL 2244/2007	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Estabelece que Lei Municipal disporá sobre requisitos para escolha de Conselheiros; inclui como atribuição do Conselho Tutelar requisitar serviços nas áreas de cultura, esporte e lazer.	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF	17/10/2007	Arquivada
33	PL 2602/2007	Altera o art. 133 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre requisitos de candidatura a membro de Conselho Tutelar.	-	Duarte Nogueira - PSDB/SP	12/12/2007	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
34	PL 1215/2007	"Acresce parágrafo único ao artigo 135 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente".	Garante a contagem do período de serviço prestado como conselheiro tutelar como de efetivo exercício aos servidores públicos federais.	Paulo Roberto - PTB/RS	30/05/2007	Devolvida ao Autor

35	PL 2620/2007	Dispõe sobre o dever dos diretores das escolas da rede pública de todo o país de notificar as autoridades competentes a relação de alunos com alto índice de faltas e dá outras providências.	-	Raul Henry - PMDB/PE	12/12/2007	Retirado pelo Autor
36	Lei 600/2007	Dispõe sobre a criação da lei de responsabilidade educacional, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	-	Carlos Abicalil - PT/MT	28/03/2007	Apensado ao PL 247/2007

37	PL 247/2007	Dispõe sobre a criação da Lei de Responsabilidade Educacional, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	-	Sandes Júnior - PP/GO	28/02/2007	Apensado ao PL 7420/2006
----	-------------	--	---	-----------------------	------------	--------------------------

38	PL 307/2007	Dispõe sobre a criação da lei de responsabilidade educacional, alterando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.	-	Carlos Souza - PP/AM	06/03/2007	Arquivada
39	PL 1057/2007	Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais.	Projeto de Lei conhecido como "Lei Muwaji", em homenagem a uma mãe da tribo dos suruwahas, que se rebelou contra a tradição de sua tribo e salvou a vida da filha, que seria morta por ter nascido deficiente.	Henrique Afonso - PT/AC	11/05/2007	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal

	<b>PROPOSIÇÕES EM 2008</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
40	PL 4081/2008	Altera a Lei nº 8.069, de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, para acrescentar uma alínea "c" ao art. 136 da referida lei.	Estabelece a atribuição do Conselho Tutelar para representar o Ministério Público nos casos de não atendimento de requisições de serviços públicos.	Andreia Zito - PSDB/RJ	07/10/2008	Arquivada
41	PL 2913/2008	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Fixa entre as atribuições do Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de cultura, esporte e lazer.	Rodrigo Rollemberg - PSB/DF	28/02/2008	Arquivada
42	PL 3852/2008	Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, "que dispõe sobre o estatuto da criança e adolescente e dá outras providências", para tornar obrigatória a remuneração dos membros do Conselho Tutelar e alocação de recursos orçamentários para qualificação e treinamento de pessoal.	-	Rebecca Garcia - PP/AM	12/08/2008	Apensado ao PL 6577/2006
43	PL 4300/2008	Altera o art. 133 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Aumenta o limite de idade, o nível de escolaridade e o prazo de residência no município para o candidato a membro do Conselho Tutelar.	William Woo - PSDB/SP	13/11/2008	Apensado ao PL 2602/2007

44	PL 4448/2008	Modifica o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Libera o número de recondução dos membros dos Conselhos Tutelares Municipais.	Nelson Proença - PPS/RS	03/12/2008	Arquivada
45	PL 4237/2008	Obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a notificação dos casos de violência contra a criança e adolescente aos Conselhos Tutelares, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e dá outras providências.	-	Sandes Júnior - PP/GO	05/11/2008	Arquivada
46	PL 4569/2008	"Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes".	-	Senado Federal - Marcelo Crivella - PRB/RJ	23/12/2008	Transformado na Lei Ordinária 13046/2014
47	PL 2852/2008	Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Obriga o estabelecimento de ensino a comunicar aos pais ou responsáveis as faltas injustificadas dos alunos quando ocorrerem por 3 (três) dias consecutivos ou mais de 10 (dez) dias alternados no mesmo mês.	Eliene Lima - PP/MT	19/02/2008	Arquivada

48	PL 3803/2008	Altera os arts. 149, 150 e 194 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para criar a função de Agente de Proteção da Criança e do Adolescente.	-	Nelson Pellegrino - PT/BA	06/08/2008	Arquivada
	<b>PROPOSIÇÕES EM 2009</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
49	PL 5465/2009	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para reduzir a composição do Conselho Tutelar a três membros em Municípios com menos de cinco mil habitantes.	-	João Oliveira - DEM/TO	23/06/2009	Arquivada
50	PL 4860/2009	Acrescenta novo parágrafo ao art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Estabelece a presença de Assistente Social na composição dos Conselhos Tutelares.	Ilderlei Cordeiro - PPS/AC	17/03/2009	Arquivada
51	PL 6549/2009	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação da data de realização da eleição de Conselheiro Tutelar e dá outras providências.	-	Neilton Mulim - PR/RJ	02/12/2009	Arquivada
52	PL 5524/2009	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma aos Conselheiros Tutelares, e dá outras providências.	-	Márcio França - PSB/SP	01/07/2009	Arquivada



53	PL 5523/2009	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar invioláveis os Conselheiros Tutelares, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.	-	Márcio França - PSB/SP	01/07/2009	Arquivada
54	PL 6333/2009	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo a recondução de Conselheiros Tutelares, sem restrições.	-	Pompeo de Mattos - PDT/RS	03/11/2009	Apensado ao PL 4448/2008
55	PL 4618/2009	Acrescenta novo parágrafo ao art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Cria o corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência, subordinado aos Juízes Titulares das Varas da Infância e da Juventude.	William Woo - PSDB/SP	10/02/2009	Apensado ao PL 3803/2008
	<b>PROPOSIÇÕES EM 2010</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
56	PL 6766/2010	Dispõe sobre a doação de bens apreendidos pelos órgãos públicos federais aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Altera a Lei nº 8.069, de 1990, estabelecendo prioridade para as doações.	Senado Federal - Romero Jucá - PMDB/RR	05/02/2010	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
57	PL 7777/2010	Altera os requisitos para candidatura a membro do Conselho Tutelar, e dá outras providências.	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Marcelo Itagiba - PSDB/RJ	17/08/2010	Apensado ao PL 2602/2007

58	PL 7638/2010	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Possibilita a livre recondução dos membros do conselho tutelar.	Edmilson Valentim - PCdoB/RJ	13/07/2010	Apensado ao PL 4448/2008
59	PL 7672/2010	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.	Lei Menino Bernardo.	Poder Executivo	16/07/2010	Transformado na Lei Ordinária 13010/2014
	<b>PROPOSIÇÕES EM 2011</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
60	PL 800/2011	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes ao Conselho Tutelar da localidade.	-	Senado Federal - Lúcia Vânia - PSDB/GO	22/03/2011	Arquivada
61	PL 1993/2011	Dispõe sobre o repasse de recursos públicos para o funcionamento dos Conselhos Tutelares Municipais	-	Lindomar Garçon - PV/RO	10/08/2011	Apensado ao PL 1735/2011
62	PL 1552/2011	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Possibilita a livre recondução dos membros do conselho tutelar.	Assis Melo - PCdoB/RS	08/06/2011	Apensado ao PL 1265/2011
63	PL 1612/2011	Altera os requisitos para candidatura a membro do Conselho Tutelar, e dá outras providências.	Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 1990.	Danilo Forte - PMDB/CE	15/06/2011	Apensado ao PL 2602/2007

64	PL 1735/2011	Altera a redação dos arts. 134 e 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para determinar a alocação de recursos nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios para o financiamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares.	-	Sandra Rosado - PSB/RN	30/06/2011	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
65	PL 501/2011	Altera o art. 133 e o parágrafo único do art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Prevê requisitos para a candidatura a membro de Conselho Tutelar.	Carlos Bezerra - PMDB/MT	22/02/2011	Apensado ao PL 2602/2007
66	PL 1265/2011	Dá nova redação ao art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente", acrescentando parágrafos para definir quantidade e distribuição dos Conselhos Tutelares.	-	Alessandro Molon - PT/RJ	04/05/2011	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
67	PL 2544/2011	Modifica os arts 131, 132 e 134 e acrescenta o art. 134-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", com o intuito de dispor sobre a criação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil.	-	Erika Kokay - PT/DF	19/10/2011	Apensado ao PL 1735/2011

68	PL 2360/2011	Acrescenta à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", os dispositivos que menciona.	Possibilita que os Tribunais de Justiça criem o cargo efetivo de Agentes de Proteção à Infância e Juventude; determina a criação de um disque-denúncia nos Conselhos Tutelares, intitulado de SOS Criança.	Reinaldo Azambuja - PSDB/MS	21/09/2011	Arquivada
69	PL 1335/2011	Altera o art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Estabelece que constará da lei municipal o quadro remuneratório dos membros do Conselho Tutelar, aplicando os direitos e deveres constitucionais dos servidores públicos.	Laercio Oliveira - PR/SE	11/05/2011	Apensado ao PL 2602/2007
70	PL 1029/2011	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar invioláveis os Conselheiros Tutelares, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.	-	Dr. Ubiali - PSB/SP	13/04/2011	Arquivada
71	PL 1053/2011	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma aos Conselheiros Tutelares, e dá outras providências.	-	Dr. Ubiali - PSB/SP	13/04/2011	Arquivada
72	PL 1911/2011	Cria Política Pública de Prevenção e Atendimento às Adolescentes e Jovens Grávidas.	-	Neilton Mulim - PR/RJ	03/08/2011	Apensado ao PL 166/2011

73	PL 1226/2011	Insera o art. 9º-A e acrescenta os incisos IX e X ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar a criação de medidas de prevenção e combate a práticas de intimidação sistemática nas escolas de educação básica.	-	Sandro Mabel - PR/GO	03/05/2011	Apensado ao PL 7457/2010
74	PL 2091/2011	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a prever a notificação à autoridade competente, da suspeita ou confirmação da prática de maus-tratos, abuso sexual, violência doméstica ou bullying.	-	Roberto de Lucena - PV/SP	23/08/2011	Apensado ao PL 7728/2010
75	PL 348/2011	Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.	-	Hugo Leal - PSC/RJ	09/02/2011	Apensado ao PL 7197/2002
76	PL 3036/2011	Obriga as escolas a instituírem Comissão Anti-Bullying e dá outras providências.	-	Aguinaldo Ribeiro - PP/PB	21/12/2011	Apensado ao PL 7457/2010

	PROPOSIÇÕES EM 2012	EMENTA	DADOS COMPLEMENTARES	AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS	APRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO
77	PL 4018/2012	Altera os arts. 132, 134, 135, 139 e 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.	-	Jovair Arantes - PTB/GO	05/06/2012	Arquivada
78	PL 3702/2012	Altera os arts. 133 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Conselho Tutelar.	-	Arnaldo Jordy - PPS/PA	18/04/2012	Apensado ao PL 2602/2007
79	PL 3963/2012	Modifica o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Aumenta o tempo de mandato dos conselheiros tutelares de 3 (três) para 4 (quatro) anos.	Zequinha Marinho - PSC/PA	29/05/2012	Arquivada
80	PL 3754/2012	Altera os arts. 132,134,135 a 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares. Nova Ementa da Redação NOVA EMENTA: Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre os Conselhos Tutelares."	-	Senado Federal- Lúcia Vânia - PSDB/GO	25/04/2012	Transformado na Lei Ordinária 12696/2012

81	PL 4231/2012	Acrescenta art. à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para obrigar os médicos assistentes a comunicar aos pais ou responsáveis e aos Conselhos Tutelares sobre atendimento a menores embriagados ou sob efeito de drogas.	-	Major Fábio - DEM/PB	17/07/2012	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
	<b>PROPOSIÇÕES EM 2013</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
82	PL 5647/2013	Altera a Lei nº 8.069, de 14 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para obrigar os dirigentes de instituições de educação pré-escolar a notificar as faltas frequentes e sinais de maus tratos envolvendo seus alunos.	-	Rosane Ferreira - PV/PR	23/05/2013	Aguardando Deliberação no Plenário (PLEN)
83	PL 6855/2013	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.	-	Senado Federal - Rodrigo Rollemberg - PSB/DF	29/11/2013	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

84	PL 5865/2013	Modifica o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Estabelece que o Conselho Tutelar é órgão integrante da administração pública local composto de até 05 (cinco) membros com mandato de 02 (dois) anos.	Onofre Santo Agostini - PSD/SC	02/07/2013	Apensado ao PL 1265/2011
85	PL 6137/2013	<p>Ementa: Altera o inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar e demais autoridades quando atingir o percentual de trinta por cento.</p> <p>Nova Ementa da Redação: Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.</p>	-	Keiko Ota - PSB/SP	21/08/2013	Transformado na Lei Ordinária 13803/2019
	<b>PROPOSIÇÕES EM 2014</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
86	PL 7531/2014	Dispõe sobre atendimento prioritário aos conselhos tutelares.	-	Liliam Sá - PROS/RJ	08/05/2014	Arquivada



87	PL 7786/2014	Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.	Concede aos Conselheiros Tutelares piso salarial de 2,5 (dois vírgula cinco) salários mínimos e benefícios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Givaldo Carimbão - PROS/AL	10/07/2014	Apensado ao PL 7779/2014
88	PL 7779/2014	Cria o Piso Salarial Nacional para os Conselheiros Tutelares	-	Jorginho Mello - PR/SC	03/07/2014	Apensado ao PL 1335/2011
89	PL 7452/2014	Altera os arts. 131, 132, 133, 134 e 135; revogando-se o art. 139, §§ 1º, 2º e 3º; da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para dispor sobre os Conselhos Tutelares e a forma de escolha de seus conselheiros.	-	Onyx Lorenzoni - DEM/RS	23/04/2014	Apensado ao PL 1265/2011
90	PL 8009/2014	Determina que aos Conselheiros Tutelares sejam garantidos os mesmos direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos municipais.	-	Márcio Marinho - PRB/BA	14/10/2014	Apensado ao PL 1335/2011
91	PL 8008/2014	Dispõe sobre a criação de piso salarial para os Conselheiros Tutelares.	O piso salarial será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).	Márcio Marinho - PRB/BA	14/10/2014	Apensado ao PL 7779/2014

	PROPOSIÇÕES EM 2015	EMENTA	DADOS COMPLEMENTARES	AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS	APRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO
92	PL 1338/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para disciplinar a criação e o funcionamento do Conselho Tutelar, bem como o processo de escolha, direitos e deveres de seus membros.	-	Rômulo Gouveia - PSD/PB	30/04/2015	Apensado ao PL 2602/2007
93	PL 3844/2015	Acresce dispositivo à Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Trata de capacitação dos membros do Conselho Tutelar.	Laura Carneiro - PMDB/RJ , Carmen Zanotto - PPS/SC	03/12/2015	Apensado ao PL 7452/2014
94	PL 4146/2015	Altera o art. 133 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".	Exige o requisito de conclusão do ensino médio para candidato a membro do Conselho Tutelar.	Dr. Jorge Silva - PROS/ES , Norma Ayub - DEM/ES	17/12/2015	Apensado ao PL 501/2011

95	PL 1527/2015	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal - para prever como homicídio qualificado aquele praticado contra membros de Conselhos Tutelares, no exercício de sua função ou por causa dela e dá outras providências.	-	Roberto Alves - PRB/SP	13/05/2015	Apensado ao PL 4893/2012
96	PL 1192/2015	Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.	Estabelece a imputação de crime de responsabilidade aos gestores municipais e autoridades competentes que por omissão deixarem de garantir os recursos humanos e materiais suficientes para o funcionamento dos Conselhos Tutelares.	Fábio Sousa - PSDB/GO	16/04/2015	Apensado ao PL 1821/2011
97	PL 780/2015	Altera o artigo 133 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	-	William Woo - PV/SP	18/03/2015	Apensado ao PL 2602/2007

98	PL 89/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 14 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para determinar que os dirigentes de instituições de educação pré-escolar e de ensino fundamental notifiquem faltas consecutivas superiores a 3 (três) dias e sinais de maus tratos envolvendo seus alunos.	-	Adail Carneiro - PHS/CE	02/02/2015	Apensado ao PL 5647/2013
99	PL 2394/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tratar da proteção dos conselheiros tutelar.	-	Beto Rosado - PP/RN	15/07/2015	Aguardando Apreciação pelo Senado Federal
100	PL 51/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 14 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para obrigar os dirigentes de instituições de educação pré-escolar a notificar as faltas frequentes e sinais de maus tratos envolvendo seus alunos.	-	Carmen Zanotto - PPS/SC	02/02/2015	Apensado ao PL 5647/2013

101	PL 87/2015	Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar que os profissionais de saúde comuniquem aos pais ou responsáveis e aos Conselhos Tutelares sobre atendimento a menores embriagados ou sob efeito de outras substâncias psicoativas.	-	Diego Garcia - PHS/PR	02/02/2015	Apensado ao PL 4231/2012
102	PL 1414/2015	Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas e dá outras providências.	-	Vander Loubet - PT/MS	06/05/2015	Arquivada
103	PL 4213/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação pelos hospitais, clínicas e postos de saúde da rede pública e privada de saúde no âmbito do território brasileiro, das ocorrências envolvendo embriaguez, consumo de drogas por criança ou adolescente, com a finalidade de precaver o aumento da incidência do alcoolismo e do uso de drogas e de resguardar a juventude brasileira.	-	Marcelo Belinati - PP/PR	22/12/2015	Apensado ao PL 4231/2012

104	PL 543/2015	Acrescenta novo parágrafo ao artigo 101 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Cria o corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência, subordinado aos Juízes Titulares das Varas da Infância e da Juventude.	William Woo - PV/SP	03/03/2015	Arquivada
105	PL 3208/2015	Dá nova redação ao caput do art. 95; parágrafo 12º do art. 101 e §§ 1º e a inclusão do 3º do art.122; art.199-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Inclui a Defensoria Pública na fiscalização de entidades de atendimento à criança e ao adolescente.	Celso Jacob - PMDB/RJ	06/10/2015	Apensado ao PL 7197/2002
106	PL 2233/2015	Altera dispositivos da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para aumentar o tempo máximo de internação de menores infratores em casos de crimes hediondos.	-	Cabo Daciolo – S/PART./RJ	06/07/2015	Apensado ao PL 1895/2011

107	PL 1224/2015	Dispõe sobre a criação, organização e atuação dos Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados e acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	-	Bruno Covas - PSDB/SP , Caio Narcio - PSDB/MG	22/04/2015	Apensado ao PL 252/2015
108	PL 3037/2015	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências.	Registra como princípio do ensino no Brasil, o respeito à alteridade.	Mário Heringer - PDT/MG	17/09/2015	Apensado ao PL 708/2015
109	PL 2116/2015	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase), para dispor sobre a responsabilização de adolescentes por atos infracionais, e dá outras providências.	-	Darcísio Perondi - PMDB/RS	29/06/2015	Apensado ao PL 1052/2011

	PROPOSIÇÕES EM 2016	EMENTA	DADOS COMPLEMENTARES	AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS	APRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO
110	PL 6555/2016	Inclui os estabelecimentos de ensino médio dentre os que deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos que especifica.	Altera a Lei nº 8.069, de 1990.	Mariana Carvalho - PSDB/RO	24/11/2016	Apensado ao PL 5647/2013
111	PL 6036/2016	Altera o artigo 236 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que estabelece a penalidade aqueles que empecam a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício da função.	-	Hissa Abrahão - PDT/AM	23/08/2016	Arquivada
112	PL 5746/2016	Dispõe sobre recondução de conselheiro tutelar.	Altera a Lei nº 8.069, de 1990.	Marx Beltrão - PMDB/AL	05/07/2016	Apensado ao PL 1265/2011
113	PL 5285/2016	Institui o piso salarial profissional nacional para os Conselheiros Tutelares.	-	Weverton Rocha - PDT/MA	17/05/2016	Apensado ao PL 7779/2014
114	PL 4792/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nas escolas de educação básica de todo o País, de placas contendo o número telefônico de uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.	-	Rômulo Gouveia - PSD/PB	22/03/2016	Apensado ao PL 1414/2015



115	PL 5284/2016	Altera a redação do art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Torna obrigatória a execução orçamentária de recursos destinados ao funcionamento do Conselho Tutelar e da remuneração e formação continuada de Conselheiros Tutelares.	Conceição Sampaio - PP/AM	17/05/2016	Arquivada
116	PL 5356/2016	Obriga profissionais de saúde a comunicar aos pais ou responsáveis e aos Conselhos Tutelares atendimento a crianças ou adolescentes embriagados ou sob efeito de substâncias psicotrópicas, tornando crime a não comunicação.	-	Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	23/05/2016	Apensado ao PL 4231/2012
117	PL 4421/2016	Acrescenta parágrafo único ao artigo 132 da lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012. Estabelece política de cotas por gênero nos Conselhos Tutelares.	-	Marco Maia - PT/RS	17/02/2016	Apensado ao PL 1338/2015
118	PL 4698/2016	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para acrescentar condutas vedadas durante o processo de escolha de membros do conselho tutelar	-	Conceição Sampaio - PP/AM	10/03/2016	Apensado ao PL 1338/2015

119	PL 4619/2016	Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para prever o apoio técnico por parte da Justiça Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares.	-	Weverton Rocha - PDT/MA	03/03/2016	Apensado ao PL 1338/2015
120	PL 5933/2016	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a comunicação compulsória de atendimento a criança ou adolescente sob efeito de álcool ou drogas ilegais em qualquer unidade de saúde.	-	Rômulo Gouveia - PSD/PB	08/08/2016	Apensado ao PL 4231/2012
121	PL 5055/2016	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre educação inclusiva e sobre a notificação compulsória de dúvidas referentes à violação de direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência.	-	Romário - PSB/RJ	20/04/2016	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

122	PL 5057/2016	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a possibilidade de matrícula em escola pública, sem apresentação de certidão de nascimento.	-	Omar Aziz - PSD/AM	20/04/2016	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
123	PL 4413/2016	Torna obrigatória a implantação de sistema de controle de frequência de alunos em escolas públicas - Frequência Digital Escolar.	-	Marcelo Aguiar - DEM/SP		Arquivada
	<b>PROPOSIÇÕES EM 2017</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
124	PL 9135/2017	Acrescenta incisos VI e VII ao art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Propõe a inclusão, entre os direitos assegurados aos conselheiros tutelares, de vale-refeição, vale-transporte.	Franklin - PP/MG	22/11/2017	Apensado ao PL 1335/2011
125	PL 7277/2017	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Trata da atuação dos Conselhos Tutelares.	Jorginho Mello - PR/SC	30/03/2017	Arquivada

126	PL 8078/2017	Institui o Fundo Nacional de Custeio dos Conselhos Tutelares - FNCCT, e dá outras providências.	-	Jorginho Mello - PR/SC	11/07/2017	Arquivada
127	PL 7603/2017	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Trata da recondução no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.	Benjamin Maranhão - SD/PB	10/05/2017	Apensado ao PL 5746/2016
128	PL 7879/2017	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a composição dos Conselhos Tutelares.	-	Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ	14/06/2017	Transformado na Lei Ordinária 13824/2019
129	PL 7294/2017	Modifica a redação do art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Permite a recondução sem limites ao cargo de Conselheiro Tutelar.	Tenente Lúcio - PSB/MG	04/04/2017	Apensado ao PL 5746/2016
130	PL 7180/2017	Altera o art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a obrigatoriedade de se colher provas e de se remeter informações e eventuais provas ao Juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar no caso de envolvimento de criança ou adolescente como testemunha ou como vítima da agressão.	-	Senado Federal - Ângela Portela - PT/RR	21/03/2017	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

	PROPOSIÇÕES EM 2018	EMENTA	DADOS COMPLEMENTARES	AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS	APRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO
131	PL 10491/2018	Institui e regulamenta os Conselhos Tutelares em todo o território nacional.	-	Osmar Bertoldi - DEM/PR	26/06/2018	Apensado ao PL 1338/2015
132	PL 9784/2018	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer remuneração aos membros do Conselho Tutelar.	-	Dejorge Patrício - PRB/RJ	14/03/2018	Apensado ao PL 1335/2011
133	PL 10036/2018	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com redação dada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, para dispor sobre o mandato dos conselheiros tutelares.	-	Dr. Sinval Malheiros - PODE/SP	17/04/2018	Apensado ao PL 5746/2016
134	PL 10962/2018	Acrescenta dispositivos na Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990.	Estabelece que, na ausência do Conselheiro Tutelar titular por período igual ou superior a trinta dias, será chamado o suplente pela ordem decrescente de votação.	Flávia Moraes - PDT/GO	07/11/2018	Apensado ao PL 1265/2011

135	PL 10154/2018	Altera o Art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir 2 (duas) reconduções ao cargo de Conselheiro Tutelar.	-	Heitor Schuch - PSB/RS	02/05/2018	Apensado ao PL 5746/2016
	<b>PROPOSIÇÕES EM 2019</b>	<b>EMENTA</b>	<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>	<b>AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
136	PL 4628/2019	Dispõe que os estabelecimentos de educação básica são obrigados a disponibilizar, em local visível, telefone, sítio eletrônico e endereço do Conselho Tutelar local.	-	Expedito Netto - PSD/RO	21/08/2019	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)
137	PL 4056/2019	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para assegurar o auxílio financeiro da União para o funcionamento dos Conselhos Tutelares.	-	Juscelino Filho - DEM/MA	11/07/2019	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

138	PL 5947/2019	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer novos requisitos para o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, e dá outras providências.	-	Flordelis - PSD/RJ	12/11/2019	Apensado ao PL 1338/2015
139	PL 6411/2019	Altera e acrescenta dispositivo na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	-	Aroldo Martins - REPUBLIC/PR	11/12/2019	Apensado ao PL 3702/2012
140	PL 330/2019	Altera os arts. 133 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Conselho Tutelar.	-	Carmen Zanotto - PPS/SC	04/02/2019	Apensado ao PL 3702/2012
141	PL 2056/2019	Aumenta a pena do crime de impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.	-	Marcelo Calero - PPS/RJ	04/04/2019	Aguardando Designação - Aguardando Devolução de Relator que deixou de ser Membro

142	PL 248/2019	"Determinar que os dirigentes de instituições de educação pré-escolar e de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar as faltas consecutivas superiores a 5 (cinco) dias e sinais de maus-tratos envolvendo seus alunos."	-	João Roma - PRB/BA	04/02/2019	Apensado ao PL 89/2015
143	PL 5550/2019	Altera a Lei nº 8.069, de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para tornar obrigatória a participação no processo de escolha para Conselheiro Tutelar.	-	Filipe Barros - PSL/PR	16/10/2019	Apensado ao PL 10491/2018
144	PL 1701/2019	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar mais rígido o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.	-	José Medeiros - PODE/MT	21/03/2019	Apensado ao PL 7452/2014
145	PL 3822/2019	Acrescenta dispositivo ao artigo 132 da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 para estabelecer a diversidade de gênero nas representações dos Conselhos Tutelares.	-	Rubens Otoni - PT/GO	02/07/2019	Apensado ao PL 4421/2016



146	PL 4207/2019	Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	-	Julio Cesar Ribeiro - PRB/DF	05/08/2019	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
147	PL 6138/2019	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para alterar o §2º e acrescentar o §3º ao artigo 241-A, bem como endurecendo as penas cominadas nos artigos alterando-se os artigos 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D.	-	Paula Belmonte - CIDADANIA/DF	26/11/2019	Apensado ao PL 2337/2019
148	PL 4275/2019	Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para revogar as alterações estabelecidas pela Lei nº 13.010, de 13 de julho de 2014 e Lei nº 13.046 de 1º de dezembro de 2014 e dispor sobre o dever de obediência e disciplina da Criança e do Adolescente aos pais, responsáveis e professores.	-	Delegado Waldir - PSL/GO	06/08/2019	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

	PROPOSIÇÕES EM 2020	EMENTA	DADOS COMPLEMENTARES	AUTOR/A E FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS	APRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO
149	PL 5601/2020	Dispõe sobre a atuação do Conselho Tutelar durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2).	-	Célio Silveira - PSDB/GO	18/12/2020	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
150	PL 3880/2020	Altera os arts. 61, 121, 129, 141, 146, 147, 329, 330 e 331, todos do Decreto-lei N° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal Brasileiro, para acrescentar a circunstância legal agravante genérica de pena e para criar causas de aumento de pena, em decorrência das situações em que especifica quando a vítima for membro do Conselho Tutelar, no exercício de sua função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição .	-	Paula Belmonte - CIDADANIA/DF	21/07/2020	Apensado ao PL 1527/2015

151	PL 446/2020	Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", acrescentando dispositivo que prever apoio técnico da Justiça Eleitoral no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares.	-	Alexandre Frota - PSDB/SP	03/03/2020	Apensado ao PL 4619/2016
152	PL 112/2020	Altera a redação do art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Torna obrigatória a execução orçamentária de recursos destinados ao funcionamento do Conselho Tutelar e da remuneração e formação continuada de Conselheiros Tutelares.	Felício Laterça - PSL/RJ	05/02/2020	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)
153	PL 270/2020	Altera as Leis nº 13.819, de 26 de abril de 2019, e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a notificação de ocorrências de violência, em especial quando referentes à automutilação e ao suicídio, por parte de estabelecimentos escolares aos Conselhos Tutelares.	-	Rejane Dias - PT/PI	11/02/2020	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Educação (CE)

154	PL4576/2020	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir o pagamento de abono salarial anual ao conselheiro tutelar.	-	Frei Anastacio Ribeiro - PT/PB	15/09/2020	Apensado ao PL 9135/2017
155	PL 472/2020	Dispõe sobre a criação das Comissões Estaduais Multidisciplinares para Regulamentação de Eleições Capacitação dos Conselheiros Tutelares, bem como da criação de critérios mínimos para concorrer ao cargo e Padronização de Procedimentos em todo o Território Nacional.	-	Nivaldo Albuquerque - PTB/AL	03/03/2020	sem informação
156	PL 276/2020	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para dispor sobre a concessão de adicional de periculosidade para conselheiros tutelares.	-	Rubens Bueno - CIDADANIA/PR	12/02/2020	Apensado ao PL 1335/2011

157	PL 4129/2020	Acrescenta o art. 137-A e parágrafos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a obrigatoriedade de visitação do Conselho Tutelar nos casos em que o núcleo familiar for constituído por criança e/ou adolescente que esteja na guarda/posse de genitor que mantenha qualquer tipo de relacionamento com terceiro, inclusive namoro, união estável, casamento.	-	Delegado Waldir - PSL/GO	10/08/2020	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)
158	PL 69/2020	Acrescenta dispositivo à Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, conferindo livre acesso, aos membros de entidades oficiais de proteção a criança e ao adolescente, em eventos públicos ou privados.	-	Alexandre Frota - PSDB/SP	04/02/2020	Apensado ao PL 1338/2015

159	PL 4302/2020	Altera A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente para prever sanções às pessoas que presenciem atos de violência contra criança ou adolescente e deixem de comunicar o fato imediatamente a autoridade policial ou ao conselho tutelar.	-	Rejane Dias - PT/PI	20/08/2020	Apensado ao PL 1881/2019
160	PL 2935/2020	Responsabiliza aluno por atos de vandalismo em patrimônio escolar e destruição de mobiliário escolar e dá outras providências.	-	Alexandre Frota - PSDB/SP	27/05/2020	Apensado ao PL 2229/2019

Fonte: Brasil (2024).

## **Anexo A**

### **Roteiro de entrevista com conselheiros/as tutelares**

#### **I – Trajetória pessoal/profissional**

1. Como foi a sua trajetória até chegar neste cargo? Como se interessou em se tornar membro do conselho tutelar?
2. Como foi o seu processo de eleição?
3. Como é a realidade do seu trabalho atualmente?

#### **II – O conselho tutelar e as redes de proteção**

4. Em quais situações o conselho tutelar é mais acionado? Quais as demandas que mais chegam aqui?
5. Na posição de conselheiro/a, quais os mecanismos possíveis para lidar com essas demandas?
6. Em termos de demandas e diálogos, como é a relação do conselho tutelar com o Ministério Público?
7. Como é a relação do conselho tutelar com o DEGASE?
8. Como é a relação do conselho tutelar com as famílias?
9. Quais são os seus maiores desafios no conselho tutelar?

#### **III – A relação do conselho tutelar com as escolas**

10. Por quais motivos, mais frequentemente, as demandas das escolas chegam ao conselho tutelar?
11. Quais as ações tomadas pelo/a conselheiro/a diante dessas demandas?
12. O conselho tutelar realiza algum tipo de atividade nas escolas? Se sim, quais?
13. Como é a recepção do conselho tutelar nas escolas?

#### **IV – Considerações finais**

14. Gostaria de fazer algum comentário que não tenha sido contemplado nas perguntas? Há algum aspecto que gostaria de destacar?

## **Anexo B**

### **Carta de apresentação aos/às conselheiros/as tutelares**

De: Prof. Dr. Pedro Teixeira  
Departamento de Educação  
PUC-Rio

Profª. Drª. Pâmela Esteves  
Faculdade de Formação de Professores  
UERJ

Para: CT xxxx

Assunto: Apresentação de pesquisadora de doutorado

Vimos por meio desta apresentar, junto ao(à) Sr.(ra.) conselheiro(a) tutelar, a pesquisadora Ingrid de Faria Gomes, matriculada no curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que se encontra realizando a pesquisa intitulada "Os atravessamentos entre o conselho tutelar e a escola: moralidades, punitivismo e judicialização", sob a orientação do professor Dr. Pedro Teixeira (PUC-Rio) e a coorientação da professora Drª. Pâmela Esteves (UERJ). Informamos que o projeto de pesquisa foi aprovado pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, sob o protocolo 29-2022.

Nesta oportunidade, esclarecemos que a fim de preservar o sigilo e a ética, fica assegurado que não será divulgada a identificação de nenhum participante, e que a sua participação está isenta de qualquer despesa. Para esclarecimento de eventuais dúvidas, é possível entrar em contato com a pesquisadora através dos seguintes canais: por e-mail ([ingridfgomes@gmail.com](mailto:ingridfgomes@gmail.com)) ou por telefone (21 985673421). Agradecemos a colaboração com a pesquisa.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2022

---

Prof. Dr. Pedro Teixeira  
Orientador – Professor do Departamento de Educação – PUC-Rio

---

Profª. Drª. Pâmela Esteves  
Coorientadora – Professora da Faculdade de Formação de Professores – UERJ



## Anexo C

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



PUC-RIO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado/a: \_\_\_\_\_

Vimos por meio deste documento convidar-lhe a participar voluntariamente da pesquisa apresentada a seguir. Desde já, muito obrigada!

**Pesquisa:** Os atravessamentos entre o conselho tutelar e a escola: conflitos, moralidades e judicialização

**Pesquisadores:**

Doutoranda: Ingrid de Faria Gomes | [ingridfgomes@gmail.com](mailto:ingridfgomes@gmail.com) | Telefone: (21) 985673421

Orientador: Pedro Pinheiro Teixeira | [pedro.teixeira@puc-rio.br](mailto:pedro.teixeira@puc-rio.br) | Telefone: (21) 35271815 | PUC-Rio: Departamento de Educação. Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Cardeal Leme, Sala 1049, Gávea, 22453900 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

**Financiamento da pesquisa:** Bolsa de doutorado CAPES.

**Justificativa:** O último processo eleitoral, ocorrido em 2019, para eleger conselheiros/as tutelares alcançou uma marca expressiva de participação da sociedade civil. Conforme o levantamento bibliográfico realizado, os encaminhamentos realizados pelo conselho tutelar sobre as queixas escolares e, inclusive, a identificação destas demandas que chegam ao conselho tutelar são pouco discutidos pelas pesquisas acadêmicas. Dada a importância do conselho tutelar na garantia de direitos das crianças e adolescentes, nos interessa dialogar

com essas lacunas e possibilitar a ampliação dos debates no campo de pesquisa em educação.

**Objetivo:** Investigar os procedimentos acionados pelo conselho tutelar e as lógicas presentes na sua atuação diante das questões escolares assim como os seus respectivos desdobramentos, tendo em vista o atual contexto de recrudescimento do embate de forças progressistas e conservadoras na sociedade brasileira. Além disso, identificar e discutir o conteúdo dos projetos de lei, propostos pela Câmara dos Deputados, que tratam sobre o conselho tutelar.

**Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa quanti-quali, organizada em quatro etapas de procedimentos metodológicos: i) levantamento e análise de projetos de lei que versam sobre o conselho tutelar; ii) levantamento e análise de conteúdo de documentos e discursos provenientes do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; iii) mapeamento do perfil dos/as conselheiros/as tutelares no RJ; iv) entrevistas semi-estruturadas com os/as conselheiros/as tutelares. Destacamos que as entrevistas serão orientadas por um roteiro de perguntas previamente elaborado pela pesquisadora, com tempo de estimação de uma hora e meia de duração.

**Riscos e benefícios:** Os procedimentos de pesquisa levarão em consideração eventuais desconfortos dos/as entrevistados/as, uma vez que podem sentir-se tendo o seu trabalho no conselho tutelar avaliado ou as suas opiniões julgadas. Resguardamos que a pesquisa não intenta apontar julgamentos nem levantar acusações. Para contornar esses riscos mínimos, os/as participantes podem desistir ou recusar responder qualquer tópico da entrevista, tendo a sua vontade respeitada. Os/as participantes não terão qualquer tipo de recompensa ou gasto financeiro com a participação na presente pesquisa. A participação na pesquisa traz benefícios no sentido de contribuir com a ampliação de conhecimento científico e reflexões sobre a temática no campo da educação, com a produção de subsídios teóricos e críticos sobre as relações entre a escola e o conselho tutelar. A identidade de cada participante será respeitada com o uso de pseudônimo a fim de garantir o sigilo de quaisquer associações aos/as entrevistados/as, procedimento utilizado como garantia de redução de danos. Asseguramos a privacidade do/a participante.

Caso haja dúvidas sobre a pesquisa que não sejam sanadas pela pesquisadora e pelo orientador, pode haver consulta a Câmara de Ética em Pesquisa, cuja atribuição é avaliar eticamente os projetos de pesquisa de professores/as, pesquisadores/as e discentes da Universidade, quando solicitada. A Câmara de Ética em Pesquisa se localiza na Rua Marquês de São Vicente 225, Edifício Kennedy, 2o. andar. Gávea, 22453-900. Rio de Janeiro, RJ- Tel. (21) 3527-1618.

**Garantia de confidencialidade e sigilo:** Fica garantido o sigilo e a confidencialidade dos dados obtidos, que ficarão armazenados pelo prazo de cinco anos sob responsabilidade do orientador da pesquisa (Professor Doutor Pedro Pinheiro Teixeira - [pedro.teixeira@puc-rio.br](mailto:pedro.teixeira@puc-rio.br)). Estes dados serão utilizados unicamente na presente pesquisa. Os resultados dessa pesquisa poderão ser acessados no texto final da tese aqui proposta, a ser disponibilizado no site da PUC-Rio, em seu acervo de teses e dissertações (<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>). Os/as entrevistados/as poderão avaliar riscos de possível revelação de identidade mediante a leitura da transcrição de suas entrevistas e ciência do uso das falas ali

contidas. Para tanto, será disponibilizado a estes/as participantes a transcrição da entrevista na íntegra, para que possam apresentar qualquer restrição do uso na pesquisa. A declaração de qualquer restrição quanto ao uso das respostas e falas será prontamente assegurada a qualquer momento da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_ de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, dos possíveis desconfortos com o tema, das garantias de confidencialidade e da possibilidade de esclarecimentos permanentes a respeito. Fui informado(a) de que se trata de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós Graduação em Educação da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que meu nome não será publicado. Estou de acordo com a áudio-gravação de entrevistas para fins acadêmicos, caso eu venha a participar desta etapa da pesquisa. Estou ciente de que os dados obtidos serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenho a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu consentimento, sem nenhuma penalização ou prejuízo.

\_\_\_\_\_  
Ingrid de Faria Gomes, **doutoranda**.

\_\_\_\_\_  
[assinatura do/a participante]

Nome  
completo: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

**OBS.:** Este termo é assinado em 2 vias, uma do/a participante e outra para os arquivos da pesquisadora.